

**UMA GLOBALIZAÇÃO JUSTA:
CRIANDO OPORTUNIDADES PARA TODOS**

UMA GLOBALIZAÇÃO JUSTA: CRIANDO OPORTUNIDADES PARA TODOS

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE A DIMENSÃO
SOCIAL DA GLOBALIZAÇÃO

Copyright © Organização Internacional do Trabalho 2004

1ª edição julho/2005

A edição original desta obra foi publicada pela Secretaria Internacional do Trabalho, Genebra, sob o título *A Fair Globalization. Creating Opportunities for All*.

Traduzido e reproduzido com permissão.

Direitos autorais da tradução para o português © 2005

Por razões de direitos autorais, esta edição está disponível apenas no Brasil.

Tiragem: 1.000 exemplares

Edição e Distribuição: Ministério do Trabalho e Emprego/ Assessoria Internacional
Esplanada dos Ministérios, Bloco F, 5º Andar, Sala 555
Brasília-DF – CEP: 70059-900
Fone: (61) 3321-1690/3317-6126 – Fax: (61) 3224-0814
E-mail: internacional@mte.gov.br

Impresso no Brasil/ *Printed in Brazil*

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Biblioteca. Seção de Processos Técnicos – MTE

G562 Uma globalização justa: criando oportunidades para todos. – Brasília: MTE, Assessoria Internacional, 2005.
166 p.: il.

Contém anexos.

Inclui índice remissivo.

ISBN 85-88356-02-3

Tradução de: *A Fair Globalization. Creating Opportunities for All*

1. Globalização, contexto institucional. 2. Globalização, impacto. 3. Globalização da economia, aspectos sociais. I. Genebra. Organização Internacional do Trabalho (OIT). II. Brasil. Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Assessoria Internacional.

CDD 338.91

As designações empregadas nas publicações da OIT, segundo a praxe adotada pelas Nações Unidas, e a apresentação de material nelas incluídas não significam, da parte da Secretaria Internacional do Trabalho, qualquer juízo com referência à situação legal de qualquer país ou território citado ou de suas autoridades, ou à delimitação de suas fronteiras.

A responsabilidade por opiniões expressas em estudos e outras contribuições recai exclusivamente sobre seus autores, e sua publicação não significa endosso da Secretaria Internacional do Trabalho às opiniões ali constantes.

Referências a firmas e produtos comerciais e a processos não implicam qualquer aprovação pela Secretaria Internacional do Trabalho, e o fato de não se mencionar uma firma em particular, produto comercial ou processo não significa qualquer desaprovação.



Comissão Mundial Sobre a Dimensão Social da Globalização

<i>Co-presidentes:</i>	Sua Excelência Srta. Tarja Halonen, Presidenta da República da Finlândia Sua Excelência Sr. Benjamin William Mkapa, Presidente da República Unida da Tanzânia
<i>Membros:</i>	Giuliano Amato Ruth Cardoso Heba Handoussa Eveline Herfkens Ann McLaughlin Korologos Lu Mai Valentina Matvienko Deepak Nayyar Taizo Nishimuro François Perigot Surin Pitsuwan Julio Maria Sanguinetti Hernando de Soto Joseph Stiglitz John J. Sweeney Victoria Tauli-Corpuz Aminata D. Traoré Zwelinzima Vavi Ernst Ulrich von Weizsaecker
<i>Membros ex officio:</i>	Bill Brett Eui-yong Chung Daniel Funes de Rioja Juan Somavia Alain Ludovic Tou

PREFÁCIO

Em seu pronunciamento perante a Assembléia Geral das Nações Unidas, em 23 de setembro de 2003, o Secretário-Geral das Nações Unidas, Kofi Annan, advertiu sucintamente que o mundo “havia chegado a uma encruzilhada.” Nós, co-presidentes da Comissão Mundial sobre a Dimensão Social da Globalização, acreditamos que o mundo passa por um histórico momento de decisão.

A Comissão foi criada para tratar dos desafios que enfrenta o mundo nessa encruzilhada. Como seres humanos, está em nossas mãos fazer uma virada correta, que tornaria o mundo mais seguro, justo, ético, inclusivo e próspero para a maioria e não apenas para uns poucos nos países e entre os países. Está também em nossas mãos prevaricar, ignorar as sinalizações da estrada e deixar que o mundo que partilhamos seja envolvido em mais espirais de turbulência política, conflitos e guerras.

Cremos ter nas páginas que seguem motivo suficiente para persuadir líderes políticos, nacional e internacionalmente, a fazer a virada correta.

Atualmente, globalização é assunto que gera polêmica. Está a um passo de um diálogo de surdos, tanto nacional como internacionalmente. Apesar disso, o futuro de nossos países e o destino de nosso globo exigem que repensemos todos a globalização. Este Relatório é oportuno. O debate está mudando. Convicções e ideologias antigas têm sido testadas pela experiência e mudadas pelo exemplo. As pessoas estão abertas a um novo início. Agora é o momento para liderança, para passar do debate estéril à ação positiva.

Cremos que, no presente Relatório, vimos a globalização com os olhos das pessoas, elevando-nos acima de nosso eleitorado e captando lealmente as esperanças e receios de nossa humanidade compartilhada. Muitos reconhecem que a globalização oferece oportunidades para uma vida melhor. Acreditamos que suas esperanças só serão realizáveis se a globalização estiver sob melhor governança em todos os níveis. As pessoas, mais do que antes, não querem ser deixadas para trás pelo trem da globalização, mas querem estar certas de que o trem está correndo na direção certa e em velocidade de segurança.

Nossa intenção é tornar a globalização uma força positiva para todas as pessoas e países. Não propomos nenhuma panacéia ou soluções simplistas, mas sugerimos, sim, uma nova perspectiva.

Cremos que a perspectiva dominante na globalização deve passar de uma estreita preocupação com os mercados para uma preocupação mais ampla com as pessoas. A globalização deve ser apeada de seu pedestal nas salas de diretorias de empresas e nas reuniões de gabinetes para atender às demandas das pessoas nas comunidades em que vivem. A dimensão social da globalização diz respeito a empregos, saúde e educação – mas vai muito mais além disso. É a dimensão da globalização que as pessoas experimentam em sua vida diária e no trabalho: todas as suas aspirações de participação democrática e prosperidade material. Uma melhor globalização é a chave de uma vida melhor e segura para todos em qualquer lugar no século XXI.

Propomos ainda um processo pelo qual essa perspectiva possa ser realizada em todos os níveis, começando pelas comunidades locais capazes e por uma governança nacional melhorada e mais responsável, regras globais justas aplicadas de maneira correta e instituições globais mais voltadas para o povo.

Propomos uma série de medidas – todas de pequeno alcance, mas que, juntas, deslancharão um processo para alcançar essa meta, estimulando e acionando as correntes de pessoas e idéias e as interações econômicas e sociais da própria globalização.

Nossa experiência no trabalho com a Comissão torna-nos confiantes no futuro. A Comissão é um microcosmo da ampla diversidade de opiniões, preocupações e perspectivas do mundo real. Provimos de alguns dos países mais ricos e mais pobres. Compreendemos sindicalistas e dirigentes empresariais, parlamentares e presidentes, líderes de povos indígenas, ativistas femininas, intelectuais e assessores de governo. Vimos, no curso de nosso trabalho, como posições divergentes podem ser superadas e como interesses comuns podem levar a uma ação comum por meio de diálogo.

A Comissão foi criada pela OIT. E assume plena e independente responsabilidade por este Relatório, e seus membros contribuíram cada um a título individual. Os membros da Comissão não subscrevem todos e cada um toda declaração no texto, mas endossam o Relatório como um todo para propiciar um processo mais amplo de diálogo público e de esforço comum que promova uma globalização justa e inclusiva.

Foi para nós, co-presidentes, um grande prazer e uma experiência singularmente enriquecedora trabalhar com uma Comissão composta por um grupo ilustre, profundamente comprometido e dinâmico, de cidadãos globais. Agradecemos a todos, do fundo do coração, por sua dedicação, contribuição e cooperação. Agradecemos à competente Secretaria que tão bem nos atendeu. E somos gratos à OIT pela decisão de criar esta Comissão e de nos honrar com a histórica responsabilidade de presidi-la.

Ao mundo, especialmente aos líderes políticos e empresariais em todo o mundo, oferecemos estes indicadores para uma melhor globalização, um futuro melhor para as pessoas – para todas as pessoas.

Tarja Halonen

Presidenta da República da Finlândia
Co-presidente

Benjamin William Mkapa

Presidente da República Unida da Tanzânia
Co-presidente

RESUMO

Introdução

Nossa incumbência, a dimensão social da globalização, é um assunto complexo e de grande abrangência. Em nossa Comissão estavam representados, em termos gerais, diferentes interlocutores e interesses opostos no mundo real. Co-presidida por dois chefes de estado em exercício, um homem e uma mulher, ela do Norte, ele, do Sul, integraram a Comissão membros oriundos de países de diferentes partes do mundo, em diversos níveis de desenvolvimento, e pertencentes a âmbitos bem-diversos: governos, classe política, parlamentos, empresas e companhias multinacionais, organizações de trabalhadores, meios universitários e sociedade civil.

Mesmo assim, graças ao nosso propósito comum, chegamos a acordos compartilhados constantes no presente Relatório. Como documento coletivo, o Relatório difere bastante daquele que cada um de nós havia escrito a título individual, mas a experiência nos tem demonstrado a utilidade e o poder do diálogo como instrumento de mudança. Ouvindo paciente e respeitosamente as diferentes opiniões e interesses, pudemos encontrar um terreno de entendimento.

Estimulou-nos o fato de saber que era urgente serem adotadas medidas para criar um processo de globalização justo e integrador. A única forma de consegui-lo seria mediante acordos entre uma grande diversidade de interlocutores com relação à linha de ação. Estamos convencidos de que nossa experiência pode e deve ser reproduzida numa escala maior, a fim de dar mais espaço ao diálogo que procure chegar a um consenso para atuar.

Uma visão da mudança

O debate público sobre a globalização encontra-se num ponto morto. As opiniões se reduzem às certas ideológicas de posições conhecidas e se fragmentam em diferentes interesses específicos. A vontade de chegar a um consenso não é decidida. Estancaram-se as negociações internacionais mais importantes e é freqüente não serem respeitados os compromissos internacionais em matéria de desenvolvimento.

O presente Relatório não oferece soluções miraculosas nem simples, porque não existem. Mas, com ele tenta-se contribuir para acabar com a atual situação de paralisia, concentrando-se nas preocupações e aspirações das pessoas e nas diferentes maneiras de melhor se aproveitarem as possibilidades que oferece a própria globalização.

Nossa mensagem, ao mesmo tempo crítica e positiva, aspira a mudar o curso atual da globalização. Consideramos que os benefícios da globalização podem chegar a mais pessoas e ser mais bem-distribuídos entre os países e dentro deles, permitindo que muito mais pessoas possam influir em seu curso. Recursos e meios necessários existem. Nossas propostas são ambiciosas, mas viáveis. Estamos certos de que é possível ter um mundo melhor.

Queremos um processo de globalização de forte dimensão social, baseada em valores universais compartilhados e no respeito aos direitos humanos e à dignidade da pessoa; uma globalização justa, integradora, dirigida democraticamente e que ofereça oportunidades e benefícios tangíveis a todos os países e a todas as pessoas.

Para isso, solicitamos o seguinte:

- *Enfoque centralizado nas pessoas.* A pedra angular de uma globalização mais justa é a satisfação das demandas de todas as pessoas no que diz respeito a seus direitos, sua identidade cultural e autonomia; trabalho decente e plena capacitação das comunidades locais em que vivem. A igualdade de gênero é indispensável.

- *Estado democrático e eficaz.* O Estado deve ser capaz de administrar sua integração na economia global, bem como proporcionar oportunidades sociais e econômicas, e segurança.
- *Desenvolvimento sustentável.* A busca de uma globalização justa deve sustentar-se nos pilares, interdependentes e que se reforçam mutuamente, do desenvolvimento econômico e social e da proteção do meio ambiente em escala local, nacional, regional e mundial.
- *Mercados produtivos e equitativos.* Para isso, é necessário dispor de instituições coerentes, que promovam oportunidades e impulsionem empresas numa economia de mercado que funcione devidamente.
- *Regras justas.* As regras da economia global devem oferecer a todos os países igualdade de oportunidades e de acesso, bem como reconhecer as diferenças em relação às capacidades e necessidades de desenvolvimento de cada país.
- *Globalização solidária.* Há responsabilidade compartilhada quanto à prestação de assistência a países e indivíduos excluídos ou desfavorecidos pela globalização. A globalização deve contribuir para corrigir as desigualdades que existem entre os países e dentro deles e para erradicar a pobreza.
- *Maior responsabilidade perante as pessoas.* Interlocutores públicos e privados de todas as categorias que dispõem de capacidade para influir nos resultados da globalização devem ser democraticamente responsáveis por políticas que aplicam e medidas que adotam. Além disso, têm de cumprir seus compromissos e usar seu poder respeitando os demais.
- *Associações mais comprometidas.* São numerosos os interlocutores que intervêm na realização dos objetivos sociais e econômicos globais, por exemplo, organizações internacionais, governos e parlamentos, empresas, sindicatos, sociedade civil, entre muitos outros. O diálogo e a associação entre eles representam um instrumento democrático fundamental para se criar um mundo melhor.
- *Nações Unidas eficazes.* Um sistema multilateral mais sólido e eficaz é um instrumento indispensável para se estabelecer um marco democrático, legítimo e coerente para a globalização.

Globalização e seus efeitos

A globalização pôs em andamento um processo de mudança de grande abrangência que afeta a todos. Novas tecnologias, baseadas em políticas de maior abertura, têm criado um mundo mais inter-relacionado do que nunca. Isso não só leva a maior interdependência nas relações econômicas – comércio, investimento, finanças e organização da produção em escala global – mas também a uma interação social e política entre organizações e pessoas do mundo todo.

Os benefícios que se podem obter são imensos. A crescente possibilidade de interconexão entre as pessoas do mundo todo está favorecendo a constatação de que todos pertencemos a uma mesma comunidade global. Esse novo senso de interdependência, de compromisso com valores universais compartilhados e de solidariedade entre os habitantes de todo o planeta pode ser aproveitado para cimentar uma governança global aberta e democrática que beneficie a todos. A economia de mercado global deu a conhecer uma grande capacidade produtiva. Gerida com acerto, pode dar lugar a progressos substanciais e sem precedentes, criar postos de trabalho mais produtivos e melhores para todos e contribuir de forma importante para a luta contra a pobreza no mundo.

Mas, temos também consciência do muito que nos resta fazer para que essa possibilidade se torne realidade. O atual processo de globalização está produzindo resultados desiguais entre os países e dentro deles. Está se criando riqueza, mas são muitos os países e pessoas que não participam de seus benefícios e têm pouca ou nenhuma

participação no desenrolar do processo. Para uma grande maioria de mulheres e de homens, a globalização não tem sido capaz de satisfazer suas aspirações simples e legítimas de conseguir trabalho decente e um futuro melhor para seus filhos. Muitos deles vivem no limbo da economia informal, sem direitos reconhecidos e em países pobres que subsistem de forma precária e à margem da economia global. Até mesmo em países com bons resultados econômicos, há trabalhadores e comunidades que foram prejudicados pela globalização. Enquanto isso, a revolução das comunicações globais acentua a consciência de que essas disparidades existem.

Estratégia para a mudança

Essas desigualdades globais são inaceitáveis do ponto de vista moral e insustentáveis do ponto de vista político. O necessário para mudar essa situação não é tentar pôr em prática um plano utópico, mas realizar uma série de mudanças coordenadas de natureza diversa, que vão desde a reforma de determinadas partes do sistema econômico global até o reforço da governança em escala local. Tudo isso deve e pode ser conseguido no contexto de economias e sociedades abertas. Embora os interesses difiram, acreditamos que há no mundo todo uma opinião que coincide cada vez mais em relação à necessidade de um processo de globalização justo e integrador.

Para alcançá-lo, formulamos amplo conjunto de recomendações. Contando-se com a necessária vontade política, podem ser adotadas medidas imediatas em relação a algumas questões comerciais e financeiras que têm sido objeto de longas negociações multilaterais e de discussões nos círculos políticos. A linha de ação que se deve seguir em relação a essas questões está clara, mas alguns dos principais interlocutores ainda não tomaram consciência da urgente necessidade da mudança. Sob esse aspecto, para levar adiante as propostas, são essenciais promoção contínua e uma opinião pública mais atuante. Serão também importantes as atividades de promoção com vista à preparação do terreno para examinar novas questões. No que se refere, porém, a essas novas questões, como são o desenvolvimento de um marco multilateral para a movimentação de pessoas entre as fronteiras ou a prestação de contas das organizações internacionais, o principal impulsor da decisão de atuar tem de ser um diálogo de ampla base entre interlocutores estatais e não estatais. Dessa forma, se poderá chegar a um consenso e a uma decisão sobre o que fazer, como fazer e quem deverá fazê-lo.

Governança da globalização

Consideramos que os problemas que descrevemos não se devem à globalização em si, mas a deficiências em sua governança. Os mercados globais têm crescido rapidamente e sem desenvolvimento paralelo de instituições econômicas e sociais necessárias para que funcionem de forma fluida e equitativa. Ao mesmo tempo, causam preocupação a falta de equidade das regras globais-chave em matéria de comércio e finanças e suas repercussões desiguais para países ricos e países pobres.

Outro motivo de inquietação é a incapacidade das atuais políticas internacionais de dar resposta aos desafios que põe a globalização. Medidas de abertura dos mercados e considerações financeiras e econômicas prevalecem sobre as considerações sociais. A Assistência Oficial para o Desenvolvimento (AOD) não atinge sequer a quantia mínima necessária para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento para o Milênio (ODM) e enfrentar os crescentes problemas globais. Não é também eficaz o sistema multilateral encarregado de conceber e aplicar políticas internacionais. Padece, no geral, de falta de coerência política e não é suficientemente democrático, transparente e responsável.

Essas regras e políticas são consequência de um sistema de governança global configurado em grande parte por países e interlocutores poderosos. Há grave *déficit* democrático nos próprios fundamentos do sistema. A maior parte dos países em desenvolvimento

continua tendo pouca influência nas negociações globais sobre as regras e na determinação das políticas das instituições financeiras e econômicas fundamentais. Da mesma forma, trabalhadores e pobres têm pouca ou nenhuma vez nesse processo de governança.

Começar pela própria casa

Há, pois, uma ampla gama de questões que devem ser abordadas no plano global, mas não bastará abordá-las. A governança global não é uma esfera inatingível e abstrata. Trata-se simplesmente do ápice de uma rede de governança que vai ascendendo a partir do plano local. O comportamento dos estados-nação como interlocutores mundiais é o fator fundamental para determinar a qualidade da governança global. Seu nível de compromisso com o multilateralismo, com os valores universais e os objetivos comuns, seu grau de sensibilidade em relação às repercussões entre fronteiras de suas políticas e a importância que conferem à solidariedade mundial são outros tantos fatores cruciais para determinar a qualidade da governança global. Ao mesmo tempo, sua maneira de gerir os assuntos internos influi na medida em que as pessoas se beneficiarão da globalização e ficarão protegidas contra seus efeitos adversos. Nesse importante aspecto, pode-se dizer que a resposta à globalização começa pela própria casa, o que indica o simples e, por sua vez, crucial fato de que, dentro de cada nação, a vida das pessoas se desenvolve na esfera local.

Em consequência, nossa análise tem seu fundamento no plano nacional. Como é evidente, não pretendemos formular recomendações concretas para a enorme variedade de países que há no mundo, mas estabelecer objetivos e princípios gerais que sirvam como guia para que as políticas abordem de maneira mais eficaz a dimensão social da globalização, reconhecendo plenamente que sua aplicação deve responder às necessidades e à situação específica de cada país. Dessa perspectiva, é óbvio que a governança nacional deve ser melhorada em todos os países, em alguns de maneira mais radical do que em outros. Há amplo acordo internacional quanto aos elementos fundamentais pelos quais todos devemos lutar com urgência, a saber:

- boa governança política, baseada em um sistema político democrático, respeito aos direitos humanos, estado de direito e justiça social;
- Estado eficaz, que garanta um crescimento econômico alto e estável, proporcione bens públicos e proteção social, potencialize as capacidades das pessoas por meio do acesso universal à educação e a outros serviços sociais, e promova a igualdade de gênero;
- uma dinâmica sociedade civil, que disponha de liberdade sindical e de expressão, e que espelhe e expresse toda diversidade de opiniões e interesses. É também fundamental a existência de organizações que representem os interesses públicos, os pobres e outros grupos desfavorecidos, para garantir, dessa forma, uma governança participativa e socialmente justa;
- a existência de sólidas organizações representativas de trabalhadores e de empregadores é essencial para que se estabeleça um fecundo diálogo social.

Deve-se dar a máxima prioridade às políticas destinadas a responder à aspiração fundamental de mulheres e homens a trabalho decente, a aumentar a produtividade da economia informal e integrá-la na corrente econômica principal e melhorar a competitividade de empresas e economias.

As políticas devem empenhar-se diretamente em satisfazer às necessidades das pessoas nos lugares em que elas vivem e trabalham. É, portanto, indispensável reforçar as comunidades locais delegando-lhes poder e recursos, fortalecendo as capacidades econômicas locais e a identidade cultural e respeitando os direitos dos povos indígenas e tribais.

Os estados-nação deveriam, ainda, fortalecer a cooperação regional e sub-regional como instrumento fundamental para o desenvolvimento e para alcançar maior participação na governança da globalização. Além disso, deveriam potencializar a dimensão social da integração regional.

Reforma no âmbito global

Em escala global, nossas recomendações são mais específicas. Destacam-se, a seguir, algumas das mais importantes.

Normas e políticas globais em matéria de comércio e finanças devem dar maior margem de autonomia aos países em desenvolvimento para que elaborem suas políticas. Isso é fundamental para que as políticas e os acordos institucionais se adaptem o mais possível ao nível de desenvolvimento e às circunstâncias específicas dos citados países. Devem ser revistas as regras em vigor que restringem desnecessariamente suas opções de política para acelerar o crescimento agrícola e a industrialização e preservar a estabilidade financeira e econômica. As novas regras também têm de preencher esse requisito. As políticas das organizações internacionais e dos países doadores devem ainda evitar, de maneira mais decidida, condicionantes externos e propiciar o controle nacional das políticas. Devem ser reforçadas as disposições relativas à adoção de medidas positivas em favor dos países que não disponham das mesmas capacidades que aqueles que já se desenvolveram.

Normas eqüitativas que regulem os fluxos comerciais e de capital têm de se completar com normas eqüitativas para a circulação das pessoas através das fronteiras. As pressões da migração internacional aumentaram e problemas tais como o tráfico de pessoas e a exploração de trabalhadores migrantes se agravaram. É necessário tomar medidas para configurar um marco multilateral que proporcione normas uniformes e transparentes para a circulação de pessoas entre fronteiras e que estabeleça um equilíbrio entre os interesses dos próprios migrantes e os dos países de origem e de destino. Todos os países podem ser beneficiados por um processo de migração internacional ordenado e orientado, capaz de estimular a produtividade global e eliminar as práticas de exploração.

Ao proliferarem os sistemas de produção global, surgiu a necessidade de se dispor de novas normas em matéria de Investimentos Estrangeiros Diretos (IED) e de competitividade. Um marco multilateral para os IED, que seja equilibrado, propicie o desenvolvimento e tenha sido negociado num foro universalmente aceito, beneficiará todos os países, já que favorecerá o aumento dos fluxos de investimento direto e limitará os problemas ligados à competitividade em matéria de incentivos que reduzem os benefícios derivados desses fluxos. Esse marco deveria conciliar os interesses do setor privado, do setor público e dos trabalhadores, bem como seus direitos e responsabilidades. A cooperação em matéria de política competitiva entre fronteiras dotará os mercados globais de maior transparência e competitividade.

As normas fundamentais do trabalho definidas pela OIT constituem um conjunto básico de normas trabalhistas globais para a economia mundial, cuja observância deveria ser fortalecida em todos os países. É necessário adotar medidas mais firmes para garantir o respeito às normas fundamentais do trabalho em zonas francas industriais e, de forma mais geral, nos sistemas globais de produção. Todas as instituições internacionais competentes deveriam assumir a parte que lhes corresponde na promoção dessas normas e assegurar-se de que nenhum aspecto de suas políticas e programas se oponha à aplicação desses direitos.

O sistema de comércio multilateral deveria reduzir de forma substancial as barreiras injustas que impedem o acesso aos mercados de determinadas mercadorias que apresentam vantagem relativa para os países em desenvolvimento e, mais concretamen-

te, artigos têxteis e de confecção e produtos agrícolas. Ao fazê-lo, se deveria estabelecer um tratamento especial e diferenciado para salvaguardar os interesses dos países menos desenvolvidos e propiciar suas possibilidades de exportar.

Deve ser aceito sem reservas um nível mínimo de proteção social para indivíduos e famílias como parte do fundamento socioeconômico da economia global, incluída a assistência aos trabalhadores deslocados por razões de reajuste. Doadores e instituições financeiras deveriam contribuir para o fortalecimento dos sistemas de proteção social nos países em desenvolvimento.

O aumento das possibilidades de acesso aos mercados não constitui uma panacéia. É fundamental elaborar uma estratégia mais equilibrada de crescimento global sustentável e de pleno emprego, na qual esteja prevista a partilha equitativa, entre os países, da responsabilidade da manutenção de altos níveis de demanda efetiva na economia global. Um requisito fundamental para isso é maior coordenação das políticas macroeconômicas dos diferentes países. Uma estratégia eficaz de crescimento global aliviará as tensões econômicas existentes entre os diferentes países e facilitará o acesso dos países em desenvolvimento aos mercados.

Trabalho decente para todos deveria transformar-se em um objetivo global a ser perseguido com políticas coerentes no âmbito do sistema multilateral. Isso responderia a uma importante exigência política em todos os países e demonstraria a capacidade do sistema multilateral de encontrar soluções criativas para esse problema crucial.

Dever-se-ia fazer com que o sistema financeiro internacional desse apoio mais decidido ao crescimento global sustentável. Os fluxos financeiros entre países multiplicaram-se de forma espetacular, mas o sistema é instável e propenso a crises e ignora em grande medida os países pobres e de poucos recursos. Não poderão ser colhidos todos os frutos do comércio e dos IED se não for reformado o sistema financeiro internacional para lhe conferir maior estabilidade. Nesse contexto, dever-se-ia permitir aos países em desenvolvimento focalizar de maneira prudente e gradual a liberalização das contas de capital e, ao estabelecer a sequência das medidas de ajuste em resposta às crises, prestar maior atenção aos aspectos sociais.

É preciso dobrar o esforço para mobilizar novos recursos internacionais com a finalidade de alcançar objetivos globais fundamentais e, concretamente, os Objetivos de Desenvolvimento para o Milênio (ODM). Deve ser cumprido o objetivo de 0,7 por cento para a AOD e se deverão buscar e explorar ativamente novas fontes de financiamento para superar esse percentual.

No que se refere à aplicação de reformas na política socioeconômica internacional, ter-se-á de contar com o apoio político de todos os países, com o compromisso dos principais interlocutores globais e a consolidação das instituições globais. O sistema multilateral das Nações Unidas constitui a base da governança global e está excepcionalmente aparelhado para encabeçar o processo de reforma. Para que possa enfrentar os desafios atuais e emergentes da globalização, o citado sistema tem de ser mais eficaz e melhorar a qualidade de sua governança, especialmente no que se refere ao caráter democrático da representação e da adoção de medidas, à prestação de contas perante as pessoas e à coerência política.

Pedimos aos países desenvolvidos que reconsiderem sua decisão de não aumentar nominalmente suas contribuições para sistema das Nações Unidas. É indispensável que a comunidade internacional concorde em elevar suas contribuições financeiras para o sistema multilateral e inverta a tendência de aumentar as contribuições voluntárias às custas das contribuições obrigatórias.

Os chefes de estado e de governo devem assegurar-se de que as políticas defendidas por seus países nos foros internacionais sejam coerentes e se concentrem no bem-estar das pessoas.

Dever-se-ia ampliar progressivamente o controle parlamentar do sistema multilateral em escala global. Propomos a criação de um grupo parlamentar encarregado de zelar pela coerência e a concordância das políticas econômicas, sociais e ambientais em nível mundial e que se deveria criar um sistema integrado de supervisão das principais organizações internacionais.

Um requisito essencial para a melhoria da governança global é que todas as organizações, inclusive os organismos das Nações Unidas, assumam maior responsabilidade perante o público em geral com relação às políticas que aplicam. Os parlamentos nacionais deveriam contribuir para esse processo, examinando periodicamente as decisões adotadas pelos representantes de seus respectivos países junto às referidas organizações.

Os países em desenvolvimento deveriam contar com maior representação nos órgãos de tomada de decisões das instituições de *Bretton Woods*, enquanto a OMC deveria prever em seus métodos de trabalho disposições para a participação plena e efetiva desses países em suas negociações.

Dever-se-ia dar papel de protagonista a interlocutores não estatais, especialmente a organizações representativas de pobres.

Dever-se-ia fortalecer a contribuição para a dimensão social da globalização que fazem as empresas, os sindicatos e as organizações da sociedade civil e as redes de conhecimento e promoção.

Os meios de comunicação responsáveis podem desempenhar um papel fundamental na hora de facilitar o impulso rumo a uma globalização mais justa e integradora. Uma opinião pública bem-informada acerca das questões que se põem neste Relatório é essencial para respaldar a mudança. Dessa forma, então, as políticas haverão de destacar, no mundo todo, a importância da diversidade dos fluxos de informação e comunicação.

Mobilização para a mudança

Acreditamos que um diálogo de ampla base acerca de nossas recomendações – especialmente sobre questões que não estão sendo tratadas atualmente no programa global – é um primeiro passo fundamental rumo à mobilização para a mudança. É indispensável que esse diálogo comece no âmbito nacional, com a finalidade de assentar as bases para o consenso e a vontade política que se fazem necessários.

Ao mesmo tempo, o sistema multilateral tem de desempenhar papel decisivo na introdução de reformas em escala global. Propomos uma nova ferramenta prática para melhorar a qualidade da coordenação das políticas entre as organizações internacionais no que se refere às questões em que seus mandatos se cruzam e suas políticas interagem. As organizações internacionais competentes deveriam tomar iniciativas de coerência política, focalizando a elaboração de políticas mais equilibradas que permitam atingir uma globalização justa e integradora. O objetivo seria elaborar, de forma progressiva, propostas de política integradas que harmonizem, de forma adequada, as inquietudes de ordem econômica, social e ambiental que se apresentam com relação a questões específicas. A primeira dessas iniciativas deveria abordar a questão do crescimento global, do investimento e da criação de emprego, e nela deveriam participar os organismos competentes das Nações Unidas, o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional (FMI), a OMC e a OIT. Outras esferas prioritárias para iniciativas semelhantes seriam a igualdade de gênero e a emancipação da mulher; a educação; a saúde; a segurança alimentícia e os assentamentos humanos.

As organizações internacionais competentes deveriam organizar, por sua vez, uma série de diálogos sobre a formulação de políticas que envolvessem múltiplos partici-

pantes, com a finalidade de continuar examinando e formulando propostas políticas fundamentais, como a criação de um marco multilateral para a circulação de pessoas entre fronteiras, configuração de um marco de desenvolvimento para os IED, fortalecimento da proteção social na economia global e estabelecimento de novas modalidades de prestação de contas para as organizações internacionais.

As Nações Unidas e seus organismos especializados deveriam promover um foro sobre políticas de globalização, com o objetivo de examinar, de forma periódica e sistemática, as repercussões sociais da globalização. As organizações participantes poderiam publicar, de forma periódica, um “Relatório sobre o estado da globalização”.

Nossas propostas insistem numa participação mais ampla e democrática das pessoas e dos países na elaboração das políticas que os afetem e esperam também, daqueles que têm capacidade e poder de decisão – governos, parlamentos, empresas, sindicatos, a sociedade civil e organizações internacionais – que assumam sua responsabilidade comum no que se refere à promoção de uma comunidade global livre, eqüitativa e produtiva.

ACRÔNIMOS E ABREVIACÕES

AIDS	Acquired Immune Deficiency Syndrome (Síndrome de Imunodeficiência Adquirida)
AMI	Acordo Multilateral sobre Investimento
AOD	Assistência Oficial para o Desenvolvimento
APEC	Cooperação Econômica da Ásia e do Pacífico
ASF	Avaliação do Setor Financeiro
CIC	Câmara Internacional de Comércio
DERP	Documentos de Estratégias de Redução da Pobreza
DES	Direitos Especiais de Saque
DPIs	Direitos de Propriedade Intelectual
ECOSOC	Conselho Econômico e Social das Nações Unidas
EMs	Empresas Multinacionais
EPMPs	Empresas de Pequeno e Médio Porte
FAO	Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura
FIDA	Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola
FMI	Fundo Monetário Internacional
G10	Grupo dos 10
G7	Grupo dos 7
G77	Grupo dos 77
G8	Grupo dos 8
GATS	Acordo Geral sobre Comércio de Serviços
GATT	Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio
GAVI	Aliança Global sobre Vacinas e Imunizações
HIPC	Iniciativa para Redução da Dívida de Países Pobres Altamente Endividados
HIV	Human Immunodeficiency Virus (Vírus da Imunodeficiência Humana)
ICFTU	Confederação Internacional dos Sindicatos Livres
IED	Investimento Estrangeiro Direto
IFF	Sistema Internacional de Financiamento
IIFs	Instituições Internacionais de Financiamento
ODM	Objetivos de Desenvolvimento para o Milênio
MERCOSUL	Mercado Comum do Cone Sul
NAFTA	Acordo de Livre Comércio da América do Norte
NEPAD	Projeto de Nova Parceira para o Desenvolvimento da África
NIE	Economias de Recente Industrialização
ONU	Organização das Nações Unidas
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômicos
OIE	Organização Internacional de Empregadores
OIM	Organização Internacional para Migração
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OMC	Organização Mundial do Comércio
OMS	Organização Mundial da Saúde

ONG	Organização Não-Governamental
OSC	Organização da Sociedade Civil
P&D	Pesquisa & Desenvolvimento
PIB	Produto Interno Bruto
PMDs	Países Menos Desenvolvidos
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
RALD	Rede de Aprendizagem a Longa Distância
RNC	Revisão de Normas e Códigos
RSE	Responsabilidade Social da Empresa
SADC	Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral
SCM	Subsídios e Medidas Compensatórias
SGP	Sistema Geral de Preferências
SRI	Investimento Socialmente Responsável
TBI	Tratado Bilateral de Investimento
TI	Tecnologia da Informação
TIC	Tecnologia de Informação e Comunicações
TPRM	Mecanismo de Revisão de Política Comercial
TRIMS	Medidas de Investimento Relacionadas com o Comércio
TRIPS	Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual no Comércio
UA	União Africana
UE	União Européia
UIP	União Interparlamentar
UIT	União Internacional de Telecomunicações
UNCTAD	Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento
UNEP	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNHCR	Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados
UNIDO	Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial
UNIFEM	Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher
UNODC	Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime
WCL	Confederação Mundial do Trabalho
ZPE	Zona de Processamento de Exportação

CONTEÚDO

Parte I:	Globalização para as pessoas: uma visão da mudança	
	Onde estamos hoje?	3
	Aonde queremos chegar?	5
	Como chegar lá?	5
	Uma estrutura ética mais forte	7
	Por uma comunidade global: fortalecendo o diálogo e a governança	9
Parte II:	Globalização e seu impacto	
II.1	Pontos de vista e percepções	12
	Base comum	13
	África	15
	Mundo árabe	16
	Ásia	16
	América Latina e Caribe	17
	Países em transição da Europa e da Ásia Central	18
	Europa Ocidental e América do Norte	19
	Empresas, trabalhadores e sociedade civil	20
II.2	Globalização: natureza e impacto	23
	Introdução	23
	Características fundamentais da globalização	24
	Comércio	24
	Investimento Estrangeiro Direto (IED)	26
	Fluxos financeiros	28
	Tecnologia	28
	Inter-relações	31
	Ambiente político	31
	Contexto institucional	32
	Sistema de comércio multilateral	32
	Sistemas globais de produção	32
	Sistema financeiro global	33
	Impacto da globalização	34
	Principais preocupações	34
	Impacto no crescimento econômico	34
	Impacto desigual em diversos países	35
	Impacto da liberalização do comércio, do investimento e das finanças	37
	Emprego, desigualdade e pobreza	40
	Impacto nas pessoas	45
	Efeitos mais amplos	48

Parte III: Governança da globalização

Introdução	51
III.1 Começando em casa	53
Capacidades e políticas nacionais	54
Governança.....	56
Liberalização econômica e o Estado	57
Fortalecimento das capacidades econômicas	57
Economia informal	59
Capacitando e fortalecendo as pessoas – pela educação	61
Trabalho e emprego.....	62
Desenvolvimento sustentável e produtividade de recursos	65
Fortalecendo o nível local	65
Governo local	66
Base econômica local	67
Valores locais e heranças culturais	68
Integração regional: um passo à frente	69
Experiência de integração regional.....	70
Dimensão social da integração regional.....	71
Globalização das regiões.....	72
III.2 Reforma da governança global	73
<i>III.2.1 Estrutura analítica.....</i>	<i>73</i>
Globalização e governança	73
Principais deficiências na governança global contemporânea.....	74
Resultados desiguais	76
<i>III.2.2 Regras justas.....</i>	<i>78</i>
Introdução	78
Espaço para o desenvolvimento nacional	78
Regras multilaterais para o comércio	80
Regras para os sistemas globais de produção	83
Reforma da arquitetura financeira.....	86
Mão-de-obra na economia global.....	88
Normas fundamentais do trabalho.....	89
Movimentação de pessoas através de fronteiras.....	93
<i>III.2.3 Melhores políticas internacionais.....</i>	<i>97</i>
Introdução	97
Recursos para objetivos globais	97
Assistência Oficial para o Desenvolvimento (AOD)	98
Alívio da dívida	99
Novos recursos financeiros públicos em nível internacional.....	100
Fluxos de capital privado para países de baixa renda.....	102

Alcançando objetivos fundamentais.....	103
Educação, aptidões e capacidade tecnológica	105
Ajuste, segurança e proteção social	106
Tornando o trabalho decente objetivo global	106
Políticas macroeconômicas coordenadas para o pleno emprego	107
Promoção do trabalho decente em sistemas globais de produção	108
Coerência de políticas para o trabalho decente.....	109
Integração de objetivos econômicos e sociais	110
<i>III.2.4 Instituições mais responsáveis</i>	<i>112</i>
Fortalecimento do sistema multilateral.....	112
Representação democrática em conselhos de administração	113
Aumento da responsabilidade	113
Aumento de recursos	116
Estados-nação.....	116
Parlamentos	117
Empresas.....	118
Governança empresarial	118
Responsabilidade Social da Empresa (RSE)	118
Trabalho organizado	120
Diálogo social em sistemas globais de produção	121
Sociedade civil.....	121
Comunicações e mídia	123
Governança em rede.....	124
Parte IV: Mobilizando ações para a mudança	
Introdução.....	126
Acompanhamento no nível nacional	128
Sistema multilateral	128
Alcançando coerência política.....	129
Melhor desenvolvimento de políticas.....	131
Apoio à pesquisa	132
Melhores monitoramento e avaliação	133
Programas de pesquisa mais sistemáticos	133
Apoio institucional	134
Anexo 1: Guia para propostas e recomendações.....	136
Anexo 2: Comissão Mundial: histórico e composição.....	142
Anexo 3: Reuniões, consultas e pesquisa da Comissão	148
Índice remissivo.....	153

Figuras

1. Comércio e entradas líquidas de IED como percentual do PIB, 1970-2001 ...	24
2. Índices tarifários médios não ponderados por região, 1980-1998 (em percentuais)	25
3. Distribuição das exportações de produtos industrializados de países em desenvolvimento, total para a década de 90 (em percentuais)	25
4. Entradas de Investimento Estrangeiro Direto, países em desenvolvimento 1985-2002 (em bilhões de US\$)	26
5. Mudanças na regulamentação para IED, 1991-2000	27
6. Distribuição de entradas de IED em países em desenvolvimento, total para a década de 90 (em percentuais)	27
7. Títulos internacionais em circulação, 1982-2002 (todos os países em desenvolvimento, em bilhões de US\$)	29
8. Estimativas de acessos à Internet, 1997-2002 (milhões de usuários da Internet)	30
9. Custo e volume das ligações telefônicas internacionais a partir dos EUA, 1960-2000 (custo em US\$ 1995 constante por 3 minutos, taxa de pico)	30
10. Crescimento do PIB mundial per capita, 1961-2003 (mudança anual em percentual)	35
11. PIB per capita dos países mais pobres e dos mais ricos, 1960-62 e 2000-02 (em US 1995 constante, médias simples)	36
12. Valores médios dos impostos de companhias na UE e na OCDE, 1996-2003 (em percentual)	39
13. Taxas de desemprego declarado em diversas regiões do mundo, 1990-2002 (em percentual)	40
14. Desemprego pré e pós-crise em alguns países latino-americanos e asiáticos (em percentual)	41
15. Empregos autônomos não agrícolas, 1980-89 e 1990-2000 (em percentual de total de empregos não agrícolas)	42
16. Proporção de um por cento dos trabalhadores mais bem-pagos em comparação com os 10 por cento mais malpagos, meados da década dos 80 e meados da década dos 90	42
17. Proporção da renda bruta que representa um por cento mais rico da população de alguns países industrializados, 1975-2000 (em percentual)	43
18. Mudanças na desigualdade de renda em 73 países, anos 60 a 90	44
19. Pessoas vivendo com menos de US\$ 1 por dia, de 1999 a 2000 (milhões)	44
20. Gastos públicos com educação, 1992-2000 (em percentuais do PIB)	47
21. Assistência oficial líquida ao desenvolvimento de países do Comitê de Assistência ao Desenvolvimento (CAD) para países em desenvolvimento e organizações multilaterais (1970-2000)	99

I. GLOBALIZAÇÃO PARA AS PESSOAS: UMA VISÃO DA MUDANÇA

Onde estamos hoje?

Aonde queremos chegar?

Como chegar lá?

Uma estrutura ética mais sólida

Por uma comunidade global: fortalecendo
o diálogo e a governança



I. GLOBALIZAÇÃO PARA AS PESSOAS: UMA VISÃO DA MUDANÇA

Onde estamos hoje?

Aonde queremos chegar?

Como chegar lá?

Uma estrutura ética mais sólida

Por uma comunidade global: fortalecendo o diálogo e a governança

1. A atual trajetória da globalização precisa mudar. Muitos poucos usufruem de seus benefícios. Muitos não têm voz em seu projeto e nenhuma influência em seu andamento.
2. Os resultados da globalização são o que fazemos dela. Dependem das políticas, normas e instruções que regem seu curso; dos valores que inspiram seus interlocutores e de sua capacidade de influir no processo.
3. Nós, membros da Comissão Mundial, representamos uma ampla variedade de opiniões e interesses, freqüentemente polarizados nos debates públicos sobre globalização. Mas chegamos a um acordo em torno de um objetivo comum: uma globalização justa que crie oportunidades para todos. Desejamos tornar a globalização um meio de expandir o bem-estar humano e a liberdade, e de levar a democracia e o desenvolvimento às comunidades locais em que vivem as pessoas. Nosso anseio é formar um consenso com vista a uma ação comum para concretizar essa visão e favorecer um processo de envolvimento sustentado para esse fim pelos próprios interlocutores, inclusive estados, organizações internacionais, empresas, trabalhadores e sociedade civil.
4. Nossa mensagem é crítica, mas positiva. Acreditamos que os benefícios da globalização podem ser estendidos; seus resultados mais bem-compartilhados e muitos de seus problemas resolvidos. Os recursos e meios estão à nossa disposição. Nossas propostas são ambiciosas, mas viáveis. Estamos certos de que é possível criar um mundo melhor.
5. Buscamos um processo que seja justo e proporcione, a todas as mulheres e a todos os homens, direitos, oportunidades e aptidões de que precisam para exercer suas próprias escolhas para uma vida decente.
6. Reafirmamos a vigência de valores e a importância dos direitos humanos na orientação da governança da globalização e na definição das responsabilidades de seus interlocutores.
7. Reivindicamos uma governança mais integradora da globalização com políticas para unir melhor o crescimento econômico com o processo social e a sustentabilidade ambiental.

8. Devemos ser realistas. A globalização tem muitos aspectos, mas nossa tarefa é enfocar sua dimensão social. Reconhecemos também que muitos e diferentes diálogos e iniciativas estão em curso e procuramos incentivar sua aplicação prática.

9. A globalização está sendo julgada pelo que ela proporciona. Embora muitas das mazelas do mundo de hoje – pobreza, falta de trabalho decente, negação de direitos humanos – já houvesse muito antes da atual fase de globalização, em algumas regiões do mundo a exclusão e a penúria têm aumentado. Para muitos, a globalização desarticulou os meios de vida tradicionais e as comunidades locais, e ameaça a sustentabilidade ambiental e a diversidade cultural. À medida que se acelera o atual processo de interação e interconexão entre as fronteiras, discute-se cada vez mais não só as desigualdades entre países como também as desigualdades nos países, e seus efeitos sobre pessoas, famílias e comunidades. Essas preocupações estão no cerne da política. O debate sobre globalização está-se tornando rapidamente debate sobre democracia e justiça social numa economia global.

10. Reconhecemos que a globalização abriu a porta para muitos benefícios. Promoveu sociedades e economias abertas e incentivou uma troca mais livre de bens, idéias e conhecimento. Em muitas partes do mundo, floresceram a inovação, a criatividade e o empreendedorismo. No Leste da Ásia, o crescimento retirou mais de 200 milhões de pessoas da pobreza em uma única década. Melhores comunicações intensificaram a conscientização de direitos e identidades e possibilitaram movimentos sociais para mobilizar a opinião e fortalecer a responsabilidade democrática. Como resultado, uma consciência verdadeiramente global está se formando, sensível às desigualdades da pobreza, à discriminação de sexo, ao trabalho infantil e à degradação ambiental, onde quer que possam ocorrer.

11. Há, todavia, crescente preocupação com a direção que a globalização está tomando atualmente. Suas vantagens estão muito distantes para muitos, enquanto seus riscos são demasiado reais. Sua volatilidade ameaça tanto ricos como pobres. Imensas riquezas estão sendo geradas. Mas persistem os problemas fundamentais da pobreza, exclusão e desigualdade. A corrupção generaliza-se. As sociedades abertas estão ameaçadas pelo terrorismo global e cada vez mais se questiona o futuro dos mercados abertos. A governança global está em crise. Estamos passando por um momento crítico e precisamos urgentemente repensar nossas políticas e instituições atuais.

Onde estamos hoje?

12. Há desequilíbrios arraigados e persistentes no atual desempenho da economia global eticamente inaceitáveis e politicamente insustentáveis. Esses desequilíbrios decorrem de um desequilíbrio fundamental entre a economia, a sociedade e a política. A economia está se tornando cada vez mais global, enquanto as instituições sociais e políticas permanecem em geral locais, nacionais ou regionais. Nenhuma das existentes instituições globais proporciona adequada supervisão democrática dos mercados globais ou corrige desigualdades básicas entre os países. Esses desequilíbrios apontam para a necessidade de melhores estruturas institucionais e políticas para que a promessa de globalização se concretize.

13. O desequilíbrio entre economia e sociedade está subvertendo a justiça social.

- Há um crescente divisor entre economia formal global e expansão de uma economia local informal na maioria das sociedades. A maioria das pessoas no mundo, que vivem e trabalham na economia informal, continua sendo excluída da participação direta nos mercados e na globalização de forma justa e igualitária. Não usufrui de nenhum direito de propriedade nem de outros, nem de meios e recursos de que necessita para ingressar em transações econômicas produtivas.

- Os benefícios da globalização têm sido distribuídos desigualmente, tanto nos países como entre eles. Há uma crescente polarização entre ganhadores e perdedores. Cresceu o fosso entre os países pobres e os ricos. Na África Subsaariana e na América Latina, mais pessoas viviam na pobreza no final dos anos 90 do que no início da década.
- Há desequilíbrio nas regras globais. Regras e instituições econômicas prevalecem sobre regras e instituições sociais, enquanto a eficácia das próprias regras e instituições existentes estão sendo testadas pelas atuais realidades globais. O comércio de produtos industrializados está liberado, enquanto a agricultura continua protegida. Bens e capital movimentam-se muito mais livremente através das fronteiras do que as pessoas. Em tempos de crise, os países desenvolvidos têm opções mais amplas de política macroeconômica, enquanto os países em desenvolvimento estão sujeitos a exigências de ajuste. Políticas internacionais são freqüentemente implementadas sem levar em consideração as especificidades nacionais. Regras globais não equilibradas podem acentuar desigualdades iniciais. As regras do comércio mundial de hoje favorecem em geral o rico e o poderoso e podem funcionar contra o pobre e o fraco, sejam eles países, empresas ou comunidades.
- A mudança estrutural, sem dispositivos sociais e econômicos adequados ao ajuste, tem produzido incerteza e insegurança para trabalhadores e empresas em toda parte, tanto no Norte como no Sul. A mulher, povos indígenas e o trabalhador pobre sem qualificações e patrimônio estão entre os mais vulneráveis. O desemprego e o subemprego continuam inflexíveis e persistentes realidades para a maioria da população mundial.

14. O desequilíbrio entre a economia e a sociedade politicamente organizada está pondo em xeque a responsabilidade democrática.

15. Instituições atuais para governança – tanto nacionais como internacionais – não atendem adequadamente às novas demandas de pessoas e países por representação e voz.

- A globalização tem convertido a opinião pública numa poderosa força política em seu próprio direito. Pressiona agora insistentemente todas instituições políticas – desde estados nacionais e partidos políticos até organizações internacionais – criando novas tensões entre democracia representativa e participativa. Organizações internacionais, em particular as Nações Unidas, as instituições de Bretton Woods e a Organização Mundial do Comércio (OMC) vêm sendo cada vez mais pressionadas a desenvolver processos mais justos de tomada de decisões e de mais responsabilidade pública. Há falta de confiança pública na tomada global de decisões.
- Os mercados globais carecem de instituições de supervisão pública que, em muitos países, propiciam mercados nacionais com legitimidade e estabilidade. O atual processo de globalização não tem meios de manter o equilíbrio entre democracia e mercados.
- Em muitos países, a coação exercida por mercados internacionais é vista como redutora de opções disponíveis de políticas econômicas nacionais. Muitas pessoas acham que isso limita a soberania nacional e desloca o poder de governos eleitos para empresas transnacionais e instituições financeiras internacionais.

16. Em toda parte, as expectativas adiantaram-se às oportunidades e os ressentimentos empanaram as esperanças. Ao mesmo tempo, as pessoas reconhecem a realidade da globalização e são poucas as que querem ficar à margem do processo ou revertê-lo. São favoráveis a trocas internacionais, mais livres, de idéias, conhecimentos, bens e serviços. O que mulheres e homens buscam é o respeito à sua dignidade e identidade cultural. Pedem oportunidades de ganhar uma vida decente. Esperam que a globalização traga benefícios tangíveis para suas vidas diárias e garanta melhor futuro para seus filhos.

E desejam ter voz na governança do processo, inclusive na extensão e natureza da integração de suas economias e comunidades no mercado global, e participar com mais equidade de seus resultados.

17. Cremos ser essencial atender a essas aspirações. O potencial da globalização deve ser usado para criar um mundo melhor.

Aonde queremos chegar?

18. Nossa visão é de um processo de globalização que coloque a pessoa em primeiro lugar; que respeite a dignidade humana e a igualdade de todo ser humano.

19. Buscamos um processo mais inclusivo, que seja justo e traga benefícios e oportunidades reais para mais pessoas e mais países e seja administrado mais democraticamente.

20. Buscamos uma globalização com uma dimensão social que sustente e aumente o bem-estar das pessoas, em termos de liberdade, prosperidade e segurança. A globalização é vista através dos olhos de mulheres e homens em termos da oportunidade que propicia o trabalho decente; para atender às suas necessidades essenciais de alimento, água, saúde, educação, abrigo e ambiente saudável. Sem essa dimensão social, muitos continuarão a ver a globalização como nova versão de antigas formas de dominação e exploração.

21. Os pontos essenciais dessa dimensão social incluem:

- Processo de globalização, baseado em valores universalmente compartilhados, que requer que todos os interlocutores – inclusive estados, organizações internacionais, empresas, trabalhadores, sociedade civil e a mídia – assumam suas responsabilidades individuais. Requer respeito a obrigações e deveres da lei internacional. E requer que o desenvolvimento econômico seja baseado no respeito aos direitos humanos.
- Compromisso internacional de assegurar a todos recursos básicos e demais prerrogativas da dignidade humana, consagrados na Declaração Universal de Direitos Humanos. A erradicação da pobreza e o cumprimento dos Objetivos das Metas de Desenvolvimento para o Milênio (ODMs) devem ser vistos como o primeiro passo com vista a um ‘ piso ’ socioeconômico para a economia global.
- Via sustentável de desenvolvimento que proporcione oportunidades para todos, amplie meios de vida sustentáveis e emprego, promova a igualdade de gênero e reduza as disparidades entre países e pessoas. Isso exige mais coerência entre as políticas econômicas, sociais e ambientais.
- Governança mais democrática da globalização, que permita mais voz e participação, assegure a responsabilidade e, ao mesmo tempo, respeite plenamente a autoridade das instituições da democracia representativa e o estado de direito.

22. Essa é uma visão viável. Recursos existem para superar os problemas mais prementes de pobreza, doença e educação. Mahatma Gandhi disse com muita simplicidade: “Há o suficiente no mundo para a necessidade de todos, mas pode não haver o suficiente para a ambição de todos.”

Como chegar lá?

23. Nosso maior patrimônio é o sistema multilateral das Nações Unidas, essencial para uma ação global. Recentes acontecimentos enfatizaram dramaticamente sua importância no mundo em mudança em que vivemos. Os acontecimentos de 11 de setembro e o terrorismo global abriram nossos olhos para a realidade de nossa vulnerabilidade comum e para a necessidade de ação unificada. A degradação da sociedade organizada pela doença, guerras civis e o colapso da governança em diversas partes do mundo têm

ressaltado a necessidade de cooperação multilateral e de ação coletiva. Há crescente reconhecimento de que as soluções desses problemas não podem ser buscadas fora do contexto de um mundo globalizante e interdependente.

24. A globalização está tornando indispensável e inevitável o multilateralismo. O sistema multilateral das Nações Unidas e suas organizações correlatas propiciam a base para políticas globais necessárias nas áreas de desenvolvimento, comércio, finanças, paz e segurança internacionais, bem como em diversas áreas técnicas e sociais. Suas declarações e convenções refletem valores universalmente compartilhados, e a participação universal dá ao sistema multilateral legitimidade global que nenhum estado individual, não importa quanto poderoso seja, pode igualar. Oferece uma estrutura testada pelo tempo para orientar o processo de globalização de acordo com as leis internacionais.

25. Não há nenhuma alternativa durável que possa atender às necessidades e aspirações das pessoas em um mundo interdependente. O multilateralismo garante a transparência e proporciona proteção – embora inadequada – contra as assimetrias do poder e da influência na comunidade internacional. Mas a globalização está também tornando o multilateralismo um patrimônio cada vez mais valioso para o rico e o poderoso. Tornou-se essencial à sua prosperidade e segurança. Em um mundo com centros emergentes de poder econômico e imensas fontes inexploradas de demanda de consumo, um sistema multilateral, baseado em regras, é o único meio de assegurar uma expansão justa e sustentável dos mercados globais; em um mundo instável, esse sistema também assegura que conflitos econômicos bilaterais não se traduzam automaticamente em conflitos políticos bilaterais. E a proliferação de demandas de segurança global tornam a cooperação multilateral essencial para todos, inclusive para países mais poderosos.

26. Mas, no momento em que é mais necessário, o multilateralismo enfrenta um desafio. Os conflitos no Oriente Médio e a persistência da pobreza e da desigualdade globais têm demonstrado a urgente necessidade de unir as realidades contemporâneas do poder do estado e da opinião pública em uma aliança durável para a paz e o desenvolvimento.

27. O sistema das Nações Unidas e seus estados-membros têm que se ajustar a um mundo globalizante. As atuais estruturas e o funcionamento do sistema multilateral baseiam-se no equilíbrio de poder do pós-guerra entre os estados-membros. Mas a globalização está mudando as configurações fundamentais do poder econômico e político, e as tensões resultantes estão sendo sentidas no sistema das Nações Unidas. O sistema multilateral tem também que acomodar insistentes demandas de países em desenvolvimento de um maior papel na tomada de decisão e da sociedade civil de mais voz e transparência. Muitas dessas tensões foram sendo formadas ao longo dos anos. À medida que a globalização ganha impulso, essas tensões se tornam patentes, dificultam negociações internacionais, gerando ressentimentos e frustrações para todas as partes e diminuindo a eficiência das organizações internacionais.

28. Essa situação precisa ser reanalisada. Como disse Kofi Annan, precisamos de “solidariedade e responsabilidade internacionais mais fortes, juntamente com maior respeito pelas decisões tomadas coletivamente e maior determinação para pô-las em vigor. A pergunta que inevitavelmente se põe é se basta instar os estados e indivíduos a atitudes mais esclarecidas e a maiores esforços, ou se é também necessária uma reforma radical de nossas instituições internacionais. Meu ponto de vista pessoal é que os estados-membros precisam pelo menos examinar atentamente a ‘arquitetura’ existente das instituições internacionais e se perguntarem se é adequada para as tarefas que nos propomos”.¹ Apoiamos integralmente o ponto de vista do Secretário-Geral.

¹ ONU: Implementação da Declaração das Nações Unidas para o Milênio: Relatório do Secretário-Geral (Assembléia Geral, A/58/323, 2003).

29. Precisamos conceber melhores instrumentos para a governança da globalização e para o funcionamento do sistema multilateral. Propostas específicas de políticas internacionais mais coerentes e de reforma institucional estão formuladas nas Partes III e IV deste Relatório.

30. Uma globalização mais justa tem que se processar com base em um sistema econômico global produtivo e eqüitativo.

31. Uma economia de mercado aberto é hoje reconhecida de forma geral como base necessária ao desenvolvimento, ao crescimento e à produtividade. Nenhum país pode ficar hoje à margem da economia global. O desafio é gerir a interação com mercados globais para garantir crescimento, desenvolvimento e igualdade. Isso requer empresas bem-sucedidas e responsáveis, capazes de gerar empregos, riqueza e inovação e contribuir para os recursos públicos, bem como organizações fortes e representativas de empregadores e de trabalhadores, para assegurar crescimento sustentável e a distribuição eqüitativa de seus resultados.

32. Mercados eficientes exigem estados eficazes. Países que quiserem beneficiar-se da globalização precisarão de um estado que possa desenvolver as capacidades institucionais – tanto sociais como econômicas – necessárias a um crescimento econômico correto e eqüitativo. A ação local é tão importante quanto a ação nacional e global. Autoridades e comunidades locais fortes e democráticas são fundamentais para estados eficazes.

33. Uma melhor governança da globalização deve ampliar o espaço para a política nacional incentivar o desenvolvimento empresarial, criar empregos, reduzir a pobreza e promover a igualdade de gênero. Deve reforçar a proteção social e incrementar aptidões e capacidades. Deve apoiar ações para superar a informalidade, a desigualdade e a exclusão. Deve ajudar cada país e comunidade a definir sua própria trajetória de crescimento e desenvolvimento, a alcançar suas próprias metas sociais e econômicas. Uma melhor governança da globalização, para garantir o desenvolvimento sustentável, exige mais coerência entre as políticas econômicas e sociais.

34. Uma boa governança em todos os níveis da sociedade – em termos de estado de direito, democracia, direitos humanos e justiça social – é essencial a um processo justo e produtivo da globalização. Garante a responsabilidade pública tanto do estado como de interlocutores privados, bem como a eficiência dos mercados. Nenhum país – rico ou pobre, do Norte ou do Sul – tem o monopólio da boa governança e não há nenhum modelo institucional para alcançá-la.

35. Não buscamos refúgio na utopia de um governo mundial. Reconhecemos as realidades do poder e da desigualdade. Mas haurimos nossa inspiração na determinação de homens e mulheres de hoje em exercerem maior controle sobre seus próprios destinos e no potencial de uma globalização mais justa e inclusiva que atenda a suas necessidades.

36. Por onde começamos?

Uma estrutura ética mais forte

37. A governança da globalização deve basear-se em valores universalmente compartilhados e no respeito pelos direitos humanos. A globalização desenvolveu-se num vazio ético, no qual o sucesso ou o fracasso de mercado tenderam a se tornar o último padrão de comportamento e no qual a atitude de “o ganhador leva tudo” enfraquece a estrutura de comunidades e sociedades.

38. Há hoje intenso desejo das pessoas de reafirmarem os valores éticos básicos na vida pública, conforme visto, por exemplo, em apelos por uma “globalização mais ética”.

Os valores são também a força impulsionadora por trás de muitas campanhas públicas por causas universais, que vão da abolição do trabalho infantil à proibição de minas terrestres.

39. Sociedades coesas constroem-se em torno de valores compartilhados, que dão uma estrutura moral e ética à ação pública e privada. A globalização ainda não criou uma sociedade global, mas a crescente interação de pessoas e países salienta a urgente necessidade de uma estrutura ética de referência comum.

40. De certa forma, essa estrutura já pode ser encontrada nas declarações e tratados do sistema multilateral das Nações Unidas. Estão consagrados, por exemplo, na Carta das Nações Unidas, na Declaração Universal dos Direitos Humanos, na Declaração sobre Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho, da OIT e, mais recentemente, na Declaração do Milênio das Nações Unidas. Esses valores e princípios universais constituem a base comum das crenças espirituais e seculares do mundo. Sobre eles deve desenvolver-se o processo da globalização. Devem estar refletidos nas regras da economia global, e as organizações internacionais devem tê-los como referência no exercício de seus mandatos.

41. Certos aspectos desses valores e princípios universalmente compartilhados são repetidamente mencionados em debates públicos sobre globalização. Expressam as preocupações das pessoas num momento de grandes mudanças e incertezas:

- Respeito pelos direitos humanos e pela dignidade humana, inclusive igualdade de gênero. Isso está no cerne dos compromissos já assumidos pela comunidade internacional.
- Respeito pela diversidade de cultura, religião, opinião política e social, e observância integral dos princípios universais.
- Equidade. Equidade é uma noção profundamente arraigada e expressamente reconhecida pelas pessoas em todos os países. É um padrão de justiça muito utilizado para julgar a globalização e a distribuição equitativa de seus benefícios.
- Solidariedade é a conscientização de uma cidadania humanitária e global comum e a aceitação voluntária das responsabilidades que a acompanham. É o compromisso consciente de corrigir as desigualdades, tanto nos países como entre eles. Baseia-se no reconhecimento de que em um mundo independente, a pobreza e a opressão, em qualquer lugar, são uma ameaça à prosperidade e à estabilidade.
- O respeito pela natureza exige que a globalização seja ecologicamente sustentável, respeitando a diversidade natural da vida na terra e a viabilidade do ecossistema do planeta, e assegure a equidade entre a presente e as futuras gerações.

42. Valores e princípios universalmente compartilhados devem ser a base da governança democrática da globalização. Incluem os valores essenciais a uma economia de mercado aberta e eficaz – responsabilidade, iniciativa, respeito pelo estado de direito, honestidade e transparência.

43. Um mundo mais justo e mais próspero é fundamental para um mundo mais seguro. O terror explora muitas vezes a pobreza, a injustiça e o desespero para conquistar legitimidade pública. A existência dessas condições é um obstáculo na luta contra o terrorismo.

44. O problema está em preencher a lacuna entre princípios e prática. A comunidade internacional assume mais compromissos do que está preparada para cumpri-los. Em lugar nenhum, o vazio entre propósito e prática é mais evidente do que nos registros da Assistência Oficial ao Desenvolvimento (AOD) para os países mais pobres do mundo.

45. A ação para tornar realidade valores em uma economia global deve vir tanto de interlocutores individuais como de instituições.

46. Os interlocutores na globalização – estados, sociedade civil, empresas, sindicatos de trabalhadores, organizações internacionais e indivíduos – devem inspirar-se nesses valores para aceitar suas próprias responsabilidades e ser publicamente responsáveis por sua observância em todas as transações. Os ricos e os poderosos – sejam estados ou empresas – têm responsabilidades especiais, pois suas ações têm maior impacto sobre o bem-estar global.

47. Há uma variedade de iniciativas voluntárias que precisam ser fortalecidas. Elas incluem as responsabilidades sociais das empresas; campanhas de mobilização das preocupações éticas de consumidores e investidores; campanhas de sindicatos para promover normas trabalhistas e da sociedade civil para informar e mobilizar a opinião sobre diversos problemas públicos.

48. As instituições multilaterais do sistema das Nações Unidas têm papel especial a desempenhar, pois estabelecem e promovem normas e políticas internacionais. Os valores universalmente compartilhados e o estado de direito devem orientar os termos do envolvimento internacional e os sistemas de governança nacional e global.

49. Acreditamos que a globalização tornou imperativo a manutenção de melhor diálogo internacional sobre valores universalmente compartilhados. Os valores tornaram-se fundamentais para muitas negociações políticas devido à dinâmica da globalização. O ajuste estrutural freqüentemente dá origem a tensões domésticas e a suspeitas quanto a se outros países estão jogando pelas mesmas regras éticas. Isso é visto, por exemplo, em debates internacionais sobre comércio, finanças, direitos humanos e ajuda ao desenvolvimento. Essas tensões prejudicam a solidariedade entre as pessoas em países ricos e pobres.

50. A cultura é um poderoso símbolo de identidade e propriedade. A globalização deve conduzir a diversidade multicultural, não a homogeneização, integração indesejada ou preservação estática. Deve ser um processo de redefinição criativa no qual as tradições globais e locais e formas de vida se unem para criar novas formas em todos os níveis. Deve haver o reconhecimento da integridade e autonomia de diferentes culturas nacionais e locais como fonte de confiança e energia para que as pessoas tomem iniciativas criativas que transcendam as fronteiras.

51. Finalmente, um compromisso comum com uma globalização justa e inclusiva deve basear-se numa percepção comum de uma humanidade e de um planeta compartilhados. Essa percepção é a base das comunidades e de estados nacionais estáveis. Temos uma economia cada vez mais global, mas estamos longe de ser uma comunidade global. Entretanto, alguns elementos estão começando a surgir, que precisam ser promovidos e apoiados.

Por uma comunidade global: fortalecendo o diálogo e a governança

52. A ordem do pós-guerra foi estabelecida com base numa comunidade internacional de nações. Os estados eram, então, os principais interlocutores, embora alguns interlocutores, como empresa e trabalho, venham sendo representados na OIT desde 1919.

53. Hoje, uma miríade de interlocutores, tanto estatais como não estatais, desempenham papéis decisivos na moldagem da evolução da globalização. Além dos organismos do sistema das Nações Unidas, esses interlocutores incluem parlamentares e autoridades locais, empresas multinacionais, sindicatos, grupos empresariais, cooperativas, grupos religiosos, membros de instituições acadêmicas, conselhos econômicos e sociais, fundações e instituições de caridade, organizações comunitárias e Organizações Não Governamentais (ONGs) e a mídia. As redes globais congregam diversos grupos como associações de jovens e de consumidores, agricultores, cientistas, professores, advogados e médicos, mulheres e povos indígenas.

54. Essas redes emergentes estão cada vez mais relacionadas entre si por meio de laços de interesse ou convicção comum. Muitas iniciativas já estão em ação para abordar problemas comuns. Essas iniciativas vão desde a gestão da Internet até questões de igualdade de gênero, imigração, saúde e segurança humana.

55. Podemos discernir alguns diferentes aspectos desses processos, em geral definidos em termos de questões específicas. Envolvem muitos interlocutores, tanto estatais como não estatais, interagindo desde o nível local até o global. Em todos os casos, caracterizam-se pela expansão do diálogo público e da participação pública. As novas tecnologias e as redes que apóiam estão criando as condições para a expansão de formas inovadoras de interação.

56. É muito cedo ainda para chamar essa assembléia de diversos participantes de comunidade global. Está longe de ser uma unidade. Há muitas desigualdades de poder e de influência. Há uma diversidade quase sempre explosiva de opiniões e interesses. Está fragmentada e incompleta, dificilmente atingindo os milhões que vivem à margem da subsistência.

57. Apesar disso, as interações humanas estão se multiplicando e as redes se tornando mais densas. É uma evolução impulsionada pela própria globalização, pela crescente integração do comércio e da produção e pela expansão da comunicação, de viagens e intercâmbio de idéias.

58. A viabilidade de um sistema mais participativo e democrático de governança global baseia-se hoje mais na futura evolução dessas redes em expansão de pessoas e instituições do que em projetos de governo mundial ou de reorganização institucional. Essas redes complementam – e superam – o atual sistema de organizações internacionais. Podem ser a sementeira de uma futura comunidade global com interesses compartilhados e objetivos comuns.

59. O caminho a seguir é incentivar diálogos mais sistemáticos sobre questões específicas nessas redes emergentes, de interlocutores estatais e não estatais e entre elas. Esse diálogo amplia a participação, produz consenso e identifica as necessidades a partir da perspectiva dos mais diretamente interessados. Ajuda a mediar as tensões inevitáveis decorrentes da transição econômica e do ajuste global e propicia um meio de traduzir valores em ação mediante ajuste de objetivos comuns e definição de responsabilidades individuais. Esses diálogos precisam ocorrer em todos os níveis. São a base para ação mais coerente para ligar o crescimento econômico com o progresso social.

60. Este Relatório é uma convocação a ação baseada no diálogo como fundamento de uma autêntica comunidade global do futuro. Embora os interesses freqüentemente divirjam, cremos que há uma crescente convergência de opinião de que aumenta em todo o mundo a conscientização de uma globalização mais justa e inclusiva. Essa convergência baseia-se na crescente conscientização de nossa interdependência e do perigo da inação. Essa conscientização está sendo ampliada e intensificada pela própria globalização. Nossa confiança no futuro assenta-se no poder dessa realidade.

61. Cremos que, se as recomendações que propomos forem adotadas em um prazo razoável, a globalização como a conhecemos hoje pode mudar significativamente para melhor, trazendo benefício e estabilidade para mais pessoas e países.

II. GLOBALIZAÇÃO E SEU IMPACTO

II.1. Pontos de vista e percepções

Base comum

África

Mundo árabe

Ásia

América Latina e Caribe

Países em transição da Europa e da Ásia Central

Europa Ocidental e América do Norte

Empresas, trabalhadores e sociedade civil

II.2. Globalização: sua natureza e impacto

Introdução

Características fundamentais da globalização

Contexto institucional

Impacto da globalização



II.1. Pontos de vista e percepções

Base comum

África

Mundo Árabe

Ásia

América Latina e Caribe

Países em transição da Europa e da Ásia Central

Europa Ocidental e América do Norte

Empresas, trabalhadores e sociedade civil

Globalização a
partir de uma
ampla variedade
de perspectivas

62. Uma prioridade fundamental da Comissão foi examinar a globalização a partir de uma ampla variedade de perspectivas em todo o mundo: como tinha afetado a vida das pessoas; que esperanças, receios e preocupações havia gerado e que medidas as pessoas acreditam devam ser tomadas para expandir as oportunidades e reduzir sua insegurança.

63. Para alcançar esse objetivo, lançamos um programa de grande alcance de diálogos e consultas em níveis nacional, regional e global. Entre os participantes havia mais de dois mil tomadores de decisões e interlocutores sociais envolvidos em questões de globalização, entre eles ministros e administradores públicos, políticos locais e parlamentares, dirigentes nacionais de associações de trabalhadores e de empregadores, representantes da sociedade civil, líderes religiosos, organizações femininas e povos indígenas, membros de instituições acadêmicas e jornalistas². Os diálogos foram projetados para ser interativos e os participantes trocaram idéias entre eles mesmos e com os membros da Comissão.

64. Embora os participantes não pretendessem ser representantes da opinião pública em geral, esses diálogos ajudaram-nos a ver a globalização através dos olhos das pessoas³. Houve amplo reconhecimento dos benefícios da globalização, e os diálogos foram marcados por uma corrente de opinião claramente crítica. Apresentamos este resumo, não porque concordamos com tudo o que foi dito – na realidade houve pontos de vista divergentes ou contraditórios entre os diferentes participantes – mas porque nos ajudam a compreender as perguntas que estão sendo feitas, as preocupações que estão sendo expressas, os interesses em jogo e os valores e objetivos que as pessoas subscrevem.

2 No total, foram realizados cerca de 26 diálogos nacionais e regionais. Além das consultas regionais para a África, Estados Árabes, Ásia, Europa, América Latina e Caribe, foram realizados diálogos e consultas nacionais nos seguintes países: Argentina, Brasil, Chile, China, Costa Rica, Egito, Finlândia, Alemanha, Índia, México, Filipinas, Polônia, Rússia, Senegal, África do Sul, Tanzânia, Tailândia, Uganda, Estados Unidos e Uruguai. Foram organizadas nove consultas especiais para ouvir os pontos de vista de empresas internacionais, trabalhadores e grupos da sociedade civil. Mais detalhes são dados no anexo ao Relatório. Para suplementar essas informações, consideramos ainda os resultados de algumas pesquisas de opiniões realizados por outras organizações.

3 Os relatórios completos dos diálogos estão disponíveis em: www.ilo.org/wcsdg/consulta/index.htm

Acima de tudo, ressaltaram a importância de um melhor processo de diálogo entre diferentes interlocutores sociais caso se queira construir uma globalização mais justa.

Base comum

65. Os pontos de vista e percepções das pessoas dependem de quem elas são, onde vivem e do que possuem. Mas no caleidoscópio de opiniões manifestadas nos diálogos houve também muitos pontos de convergência.

Caleidoscópio de opiniões – mas muitos pontos convergentes

66. Quase de toda parte se podia sentir a força da globalização, impulsionada quer pela tecnologia, pela economia ou pela política. *“Estávamos dormindo na praia quando veio uma enorme onda”*, disse um participante do diálogo no Egito. A globalização podia ser assustadora, estimulante, esmagadora, destrutiva ou criativa, dependendo do ponto de vista de cada um.

67. Havia uma sensação generalizada de instabilidade e insegurança. No diálogo em Costa Rica um participante declarou: *“Há uma crescente sensação de que vivemos em um mundo altamente vulnerável a mudanças que não podemos controlar; uma crescente sensação de fragilidade entre pessoas comuns, países e regiões inteiras”*. Sistemas financeiros globais instáveis tinham efeitos devastadores. Em todas as partes do mundo houve vozes reivindicando sistemas mais sólidos de proteção social e segurança de renda.

68. Outra preocupação comum foi o impacto da globalização na cultura e na identidade. Alguns viam-na *“ameaçando instituições tradicionais como a família e a escola”*, ou ameaçando a forma de vida de comunidades inteiras. Outros viam a vantagem de superar formas tradicionais e criar atitudes modernas. Frequentes referências eram feitas às implicações para a igualdade de gênero, tanto positivas como negativas.

Impacto da globalização na cultura e na identidade

69. Um dos pontos repetidamente mencionado foi emprego e meios de vida. Pessoas amplamente favoráveis a maior abertura e inter-relacionamento entre as sociedades são muito menos positivas quando perguntadas sobre o impacto em seus empregos e renda⁴. Um participante do diálogo nas Filipinas disse: *“Não se justifica uma globalização que reduz o preço dos sapatos de uma criança, mas custa o emprego de seu pai”*. Houve frequente referência às dificuldades enfrentadas por empresas de pequeno porte para tirar proveito da globalização – apesar de ser a maior geradora de empregos. As economias rural e informal permanecem à margem, e o resultado é a pobreza persistente. Outros estavam preocupados com a perda de empregos, como resultado da reestruturação industrial dos mercados globais competitivos, e com pressões para rebaixar as condições de trabalho e direitos dos trabalhadores – na Europa e na América do Norte, assim como em países de renda média e em transição.

Emprego e meios de vida

70. Uma vez que a globalização é apenas um dos muitos fatores que afetam a vida das pessoas, os diálogos provocaram uma discussão mais ampla sobre o papel do mercado na sociedade e sobre como as necessidades e aspirações das pessoas podem ser expressas e satisfeitas em suas próprias comunidades. Foi amplamente discutido que o progresso foi obstado pelas regras injustas da economia global, formuladas em favor dos ricos e poderosos e indiferentes ao impacto social das políticas econômicas. Os efeitos adversos

Mercados e normas globais

⁴ As pesquisas de opinião em diversos países chegam a conclusões semelhantes. Por exemplo, uma média de 48% de pessoas entrevistadas pela Environics International em sete países achavam que a globalização era boa para a qualidade de vida e o desenvolvimento econômico, mas apenas 38% achavam o mesmo sobre os direitos dos trabalhadores (relatório completo da pesquisa em *Global Issues Monitor 2002*, Environics International, maio de 2002). Outra pesquisa em diversos países revelou que as “pessoas vêem geralmente o crescimento do comércio exterior, da comunicação global e da cultura popular internacional como sendo positivo para elas e para suas famílias”, enquanto, ao mesmo tempo, concluem que “muitos aspectos de suas vidas – inclusive os afetados pela globalização – estão piorando como “a disponibilidade de empregos bem-remunerados”. (Ver a pesquisa - *Views of a changing world*, Washington, D.C., - realizada por *The Pew Research Center for the People and the Press*, junho de 2003, p. 10.)

foram por vezes surpreendentemente semelhantes em diferentes partes do mundo. Por exemplo, o prejuízo causado pelos subsídios agrícolas foi ilustrado por idênticas queixas nos diálogos no Brasil e na Tanzânia: que a importação de leite em pó da Europa estava prejudicando a comercialização do leite nacional, ao mesmo tempo que introduzia um produto de qualidade inferior.

71. Mas, as regras justas não levam automaticamente a resultado justo. Era preciso ajudar os que estavam em posição mais fraca a “pegar o trem do desenvolvimento”. A atual agenda foi considerada excessivamente enfocada em comércio e investimento e não suficientemente em direitos humanos e meio ambiente, em parte devido ao “déficit democrático” em nível internacional.

72. Houve amplo acordo sobre a necessidade de um novo papel para o Estado, baseado no estado de direito e nas instituições democráticas, e de trabalho em parceria com outros interlocutores sociais. Apesar de o conceito de um Estado superabrangente ter sido desacreditado, a globalização tinha enfraquecido demasiadamente o Estado. Para responder eficazmente à globalização, o Estado deveria ser capaz de desenvolver sua capacidade nacional, regular a atividade econômica, promover a equidade e a justiça, oferecer serviços públicos essenciais e participar efetivamente de negociações internacionais.

Necessidade de investimento na educação e na capacitação

73. Tema repetido foi que, para se tirar proveito das oportunidades da globalização, pessoas e países deviam investir em educação, qualificação e tecnologias. Os sistemas de ensino precisavam de reforma, e o analfabetismo tinha que ser erradicado.

Migração e integração regional

74. A migração foi outra preocupação generalizada para países de imigração e emigração. Em muitos países de baixa renda, houve crítica às barreiras para a migração em larga escala para países industrializados, e preocupação com a “evasão de cérebros” que enfraquece os esforços para a formação de capacidades nacionais. Migrantes de todas as regiões, particularmente mulheres, eram levados para uma economia ilegal em países de destino, deixando-os vulneráveis à exploração. Uma estrutura mais justa para a movimentação de pessoas era essencial e no diálogo regional europeu se argumentou que “toda política de restrição deveria estar ligada à política de liberalização do comércio e de cooperação para o desenvolvimento”.

75. Em todas as partes do mundo, a integração regional foi vista como a solução para uma globalização mais justa, mais inclusiva. Os países estarão mais bem-capacitados a gerenciar os desafios sociais e econômicos da globalização se operarem juntos. Isso demanda melhor integração das políticas sociais e econômicas no processo de integração regional, como tem sido o objetivo na União Européia (UE), na Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC) e no Mercado Comum do Cone Sul (MERCOSUL), entre outros.

76. Houve repetidas expressões de apoio às Nações Unidas e ao sistema multilateral como o melhor meio de responder aos desafios da globalização.

“Se a globalização é um rio, precisamos construir represas para gerar energia”

77. Uma área final de base comum: a maioria dos participantes nos diálogos acreditavam que as soluções eram possíveis e muitos já estavam ativamente buscando promovê-las. Independentemente dos pontos negativos do presente modelo de globalização, foi reconhecido que a globalização é uma realidade, que é necessário ajustar as prioridades políticas para lidar com ela (“o mundo exterior pode prescindir de nós; mas nós não podemos prescindir dele”) e, além disso, que respostas podem e devem ser encontradas. Um participante do diálogo na Polônia comparou a globalização com uma força que pode ser domada: “Se a globalização é um rio, precisamos construir represas para gerar energia”.

78. Além das preocupações e crenças comuns, houve também muita diversidade. Sem pretender reduzir a riqueza dos debates, apresentamos abaixo algumas perspectivas de diferentes regiões do mundo.

África

79. Ninguém duvidou de que, nos últimos 20 anos de globalização, a África teve desempenho pior que outras regiões. Mas até que ponto a globalização deve ser responsabilizada pelos problemas da África é matéria ainda de discussão. Na melhor das hipóteses, a África sentiu-se marginalizada e, no mínimo, maltratada e humilhada.

A África teve pior desempenho

80. Num dos extremos, um participante do diálogo no Senegal comparou a globalização com a *“recolonização de nossos países”*. A globalização era um fenômeno não desejado, estranho e imposto à África.

81. Outro participante do diálogo no Senegal disse que o impacto nos negócios da África foi um *“combate desigual que levaria a uma morte certa”*. De acordo com um líder da sociedade civil, a África precisava *“desenvolver uma cultura de resistência”* à globalização para evitar ser reduzida à condição de *“economia mendicante”*.

82. Os participantes do diálogo em Uganda reconheciam que a globalização poderia levar a mais democracia, educação e emprego. Como deixou claro o diálogo regional, independentemente do impacto da globalização sobre o continente, as pessoas não acreditavam que a África pudesse crescer isolando-se do processo.

83. O forte sentimento predominante nos diálogos foi devido à longa lista de pontos negativos que os participantes atribuíram ao modelo atual de globalização. Nos primeiros lugares da lista estavam as políticas agrícolas e tarifárias das nações ricas. Mali não tinha nenhum motivo para respeitar as regras comerciais quando uma de suas poucas exportações competitivas, o algodão, estava sendo prejudicada por subsídios. As tarifas ocidentais continuavam discriminando o processamento local de produtos, tornando os produtores reféns do preço em queda da matéria prima. O preço do café não processado era o menor da história, disse um participante do diálogo na Tanzânia, mas não tinha havido nenhuma queda no preço da xícara de café em Nova York, Tóquio ou Genebra.

Regras injustas, dívida externa, HIV/Aids, pobreza e migração – as maiores preocupações

84. A frustração com as políticas das organizações líderes internacionais foi um tema comum. Negociadores africanos não dispunham de recursos nem de informações necessárias para promover seus interesses na OMC. O Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial foram descritos como arrogantes, ignorantes das condições locais, que aplicam políticas de *“um só tamanho para todos”*, que impuseram rígidas políticas fiscais que reduziram os recursos para educação e gastos sociais. Muito pouco do investimento estrangeiro prometido após a liberalização tinha-se concretizado. Acima de tudo, a excessiva dívida externa estava causando estragos, apesar dos esforços até mesmo dos melhores governos.

85. HIV/ Aids, pobreza e migração foram pontos altos na agenda africana. Preocupação especial foi demonstrada com o alto custo de medicamentos patenteados para HIV/ Aids e outras doenças. Ao mesmo tempo, a migração e o HIV/ Aids estavam drenando a oferta já escassa de trabalhadores qualificados.

86. Mas os africanos não culpavam só os outros por seus problemas. Eles também se consideravam culpados por não fortalecer o comércio, não se integrarem com outras economias e se beneficiarem dos aspectos positivos da globalização. Reconheceram que a regressão econômica era muitas vezes causada por fraca governança e por influências externas. Enquanto isso, os já escassos recursos orçamentários eram gastos em armamentos e conflitos devastadores. Embora muitos acordos comerciais e outros de cooperação regional existissem no papel, faltava vontade política ou infra-estrutura física para fazê-los funcionar. A integração regional, entretanto, poderia ser um veículo eficaz para integrar a África na economia global. Muito tinha que ser feito para criar condições para reduzir a pobreza. Iniciativas locais e *“soluções africanas para os problemas africanos”*

eram as melhores. Mas a ajuda externa era muito importante para garantir a inclusão da África no progresso global.

Mundo árabe

Exportações de petróleo e percepções da migração

87. No mundo árabe, as percepções da globalização foram ofuscadas pela guerra e pelo contínuo conflito árabe-israelense. As percepções foram condicionadas por dois interlocutores: o modelo atual de integração com o restante do mundo, dominado pelas exportações de petróleo e migração, e os receios do impacto da globalização sobre a identidade cultural e as tradições locais.

88. O petróleo era visto como uma benção duvidosa. De um lado, tinha custeado projetos de infra-estrutura e permitido um grande aumento no consumo público e privado, mas, de outro, minou o crescimento da indústria local e da agricultura e aumentou a desigualdade nos países e entre os países da Região. Os estados ricos tinham passado a depender de trabalhadores importados tanto de dentro como de fora do mundo árabe. A importância global do petróleo havia incentivado a interferência política de forças externas.

89. Muitas pessoas na Região associavam a globalização à intrusão de potências estrangeiras em seus assuntos econômicos e políticos, que minou a soberania e incentivou os excessivos gastos militares. Alguns achavam também que os interesses ocidentais deixaram de apoiar adequadamente a democratização na Região por receio da popularidade do islamismo político ou para manter o regime existente no setor do petróleo. Esses sentimentos foram exacerbados por causa da crítica situação dos palestinos e pelas muitas preocupações com o impacto da mídia ocidental e dos valores ocidentais. Havia também preocupação generalizada com a possível perda de empregos que poderia resultar da liberalização do comércio e do investimento e com a competição de países em desenvolvimento com custos trabalhistas menores.

90. Outros argumentavam que a modernização econômica por meio da globalização era o caminho para mais força e o fim da dependência de potências estrangeiras. Pesquisas de opinião mostram crescente apoio à integração regional, tanto entre os países árabes como com a Europa. Isso poderia ser um meio de colher alguns benefícios da globalização e resistir à competição dos produtores asiáticos de baixo custo.

Ásia

Benefícios para alguns mas não para todos

91. Os diálogos na Ásia enfatizaram a diversidade do continente. A maior parte dos participantes via a globalização funcionando seletivamente: benéfica para alguns países e pessoas, mas não para outros. O ganho mais expressivo tinha sido a redução da pobreza associada à abertura da China e da Índia. Apesar disso, cerca de um bilhão de pessoas na Região dificilmente teve alguma vantagem. O processo devia ser gerenciado para torná-lo mais inclusivo.

92. O diálogo na China enfatizou que as oportunidades e benefícios da globalização pesaram mais que os riscos. A globalização tinha estimulado o crescimento econômico e a produtividade industrial e ajudado a China a enfrentar o maior desafio do país: emprego. Mas tinha minado também os sistemas de vida tradicionais na agricultura, mudara o sistema tradicional de previdência social e aumentara as desigualdades rurais, urbanas e intra-regionais. Alguns investimentos multinacionais estavam agravando a degradação ambiental e gerando pressões por mão-de-obra mais barata e mais flexível para manter a competitividade. Como consumidores, o povo chinês gostava de preços baixos e de mercadorias e serviços de qualidade, mas como trabalhadores queriam oportunidades de emprego melhores e mais seguros.

93. Na Índia, a mensagem foi mais variegada. Havia ganhadores e perdedores. A vida dos qualificados e dos ricos lucrava com a globalização. O setor da Tecnologia da Informação (TI) foi um beneficiário privilegiado. Mas os benefícios ainda não tinham chegado à maioria, e novos riscos punham-se para os perdedores – os socialmente excluídos e os pobres nas áreas rurais. Números significativos de pobres *“temporários”*, que trabalhavam arduamente para escapar da pobreza, estavam perdendo o que tinham ganho. Os participantes do diálogo receavam que a globalização pudesse corroer valores como a democracia e a justiça social. O poder estava mudando de instituições locais eleitas para órgãos transnacionais não responsáveis. As percepções ocidentais, que dominaram a mídia global, não estavam alinhadas com as perspectivas locais; incentivavam o consumismo em meio a extrema pobreza e ameaçavam a diversidade cultural e lingüística.

94. Em outra parte, como o diálogo nas Filipinas enfatizou, a experiência da globalização era freqüentemente de *“falar muito de mercados, mas na realidade havia muito pouco acesso; muita conversa de empregos, mas eles estavam em outro lugar e muita conversa de vida melhor, mas para outros.”* Um motivo principal era a falta de igualdade de condições para todos, porquanto o protecionismo de um país industrializado negava aos outros o caminho que eles mesmos tinham usado para crescer. O sucesso observado na China de atrair Investimento Estrangeiro Direto (IED) foi também considerado como uma ameaça, embora os participantes no diálogo chinês contestassem a idéia de que a China estivesse liderando *“uma corrida para os níveis mínimos”*. No diálogo das Filipinas, os povos indígenas enfatizaram o conflito crescente entre suas comunidades e as empresas de mineração devido à liberalização de investimentos em mineração.

95. A volatilidade econômica dos países globalizantes foi uma questão fundamental no diálogo regional. Um tailandês descreveu a violenta reversão de fluxos de capital durante a crise asiática como uma *“punição sem proporção com os pecados cometidos”*. As reformas do mercado de capital eram necessárias, mas deveriam ser acompanhadas de uma prudente e progressiva liberalização e de adequada proteção social. Os participantes japoneses enfatizaram que a cooperação regional no comércio e nas finanças poderia aumentar a estabilidade.

Volatilidade
econômica

96. Era também necessário um regime mais liberal para enfrentar a crescente circulação de pessoas através das fronteiras nacionais. O tráfico de mulheres e crianças constituía uma das mais graves violações dos direitos humanos e exigia ação concertada.

América Latina e Caribe

97. Os diálogos na América Latina ocorreram em momento de crise na Região quando os problemas econômicos da Argentina repercutiam em seus vizinhos. Muitos, por conseguinte, estavam céticos com os benefícios do aumento do comércio e da interação globais.

98. No todo, entretanto, os diálogos revelaram atitudes mais diferenciadas. Se a globalização precisava de reforma para atender às necessidades das pessoas, a Região também precisava de reforma para tirar proveito da globalização. As pessoas e as sociedades da Região deveriam estar no centro dos esforços para criar uma globalização mais *“humana”*. O diálogo no Brasil enfatizou a eliminação da fome, educação universal e trabalho decente como itens principais da nova agenda, para contrabalançar os aspectos comerciais, financeiros e tecnológicos até então predominantes.

99. O desafio da globalização tinha que ser aceito. Sob um aspecto positivo, esse desafio estava associado à expansão da democracia na Região e ao crescimento da conscientização pública sobre questões como desigualdade de gênero, direitos humanos e desenvolvimento sustentável. O mundo global de hoje, *“mais pequeno”*, estava facilitando um intercâmbio fecundo e a circulação de idéias. Conforme observado pelos participantes do diálogo no Chile, estava ajudando a formar uma nova ética global, baseada em va-

Globalização
ligada à expansão
da democracia

lores e princípios universais compartilhados por pessoas em todo o mundo. O desafio agora era como pôr em prática a nova agenda de direitos.

100. Para muitos, a globalização não estava cumprindo suas promessas e, principalmente, não estava proporcionando trabalho decente⁵. *“Os trabalhadores não podem confiar no atual modelo de globalização quando vêem todos os dias o crescimento da economia informal, declínio da proteção social e imposição de uma cultura autoritária no local de trabalho”*, disse um líder sindicalista. Mas, mesmo em um país próspero, como a Costa Rica, os participantes do diálogo achavam que a maioria dos cidadãos, independentemente de seu nível de renda ou condição social, via mais ameaças do que oportunidades na globalização. Sobre tudo os instáveis mercados financeiros globais tinham tido desastrosas consequências sociais em muitos países, devido tanto a políticas governamentais inadequadas como à pouca compreensão das condições locais pelo FMI e pelos bancos estrangeiros. A classe média na Argentina e no Uruguai foi particularmente muito prejudicada.

Novo papel para o Estado

101. Vários setores reivindicaram um novo papel para o Estado. Conforme disse o primeiro ministro de Barbados no diálogo dos estados caribenhos, *“não podemos deixar o desenvolvimento enfocado no povo entregue às vicissitudes das forças do mercado. Em vez de recuar, o Estado deve forjar novas parcerias estratégicas com o setor privado e as instituições da sociedade civil”*. Isso repercutiu no diálogo regional em Lima, que incluía serviços públicos mais eficientes, mas também harmoniosa relação entre o setor privado como gerador de riqueza e de emprego e o setor público como promotor de um ambiente competitivo. A competitividade precisava ser incentivada por meio de investimentos e desenvolvimento do capital humano e não pela redução dos salários ou elevação de tarifas protetoras. Em toda a Região, havia particular necessidade de políticas que favorecessem empresas de pequeno e médio porte e de resistência à informalização da economia.

102. A migração tornou-se uma questão importante em toda a Região, desde o México – onde um em cada cinco trabalhadores estava morando no exterior – até a Argentina, de onde muitos jovens com qualificações estavam se mudando para países dos quais seus avós tinham emigrado em busca de prosperidade.

103. Punha-se muita esperança na integração regional como meio de alcançar objetivos sociais e políticos. Principalmente a integração no Mercosul deveria ser ampliada. Instituições regionais de ampla abrangência já estavam operando no Caribe e precisavam ser fortalecidas. A solidariedade regional poderia ser também um meio de a região, como um todo, se envolver ativamente na construção da globalização.

Países em transição da Europa e da Ásia Central

Altos custos da mudança... mas é inevitável o envolvimento com a globalização

104. As dolorosas convulsões sociais da transição do comunismo da extinta União Soviética e da Europa Oriental não foram, em geral, atribuídas *per se* à globalização. Os participantes dos diálogos desconfiavam das armadilhas da globalização, mas relutavam em retornar aos sistemas antigos, fechados. Estavam bem-conscientes dos custos da mudança, particularmente quando não havia novas redes de segurança social para substituir as que haviam sido descartadas.

105. Poucos países tinham tirado mais proveito das novas possibilidades de envolvimento com o mundo globalizado que a Polônia. Sua experiência de redirecionamento gradativo para a UE foi uma boa ilustração de como a cooperação regional é um cami-

⁵ De acordo com uma pesquisa do Latinobarómetro (Santiago, Chile), em 2002, mais de 40 por cento das pessoas na América Latina apontaram o desemprego, a instabilidade do mercado de trabalho ou os baixos salários como seus problemas mais importantes. A mesma pesquisa indicou que a maioria dos pesquisados considerava as políticas econômicas do governo responsáveis pelos problemas, enquanto 22 por cento culpavam a globalização e 23 por cento o FMI (tabelas especiais da pesquisa da Latinobarómetro. Vide www.latinobarometro.org).

nho para a integração benéfica na economia global. Mas “*não importa quão fortemente estejamos envolvidos na corrente da globalização*”, declarou o ministro da Fazenda da Polônia, “há sempre uma oportunidade e uma obrigação de buscar uma política nacional de desenvolvimento socioeconômico”. O passado comunista da Polônia deixou-a com um forte senso de obrigações do Estado para com a sociedade. E, apesar dos muitos benefícios da mudança, as pessoas estavam frustradas pela continuação dos altos níveis de desemprego e os problemas envolvidos na reestruturação das velhas indústrias e do grande setor agrícola. Em Lodz, o maior centro de indústria têxtil do país, aproximadamente 100 mil trabalhadores – principalmente mulheres – tinham perdido seus empregos devido à concorrência com a Ásia.

106. O diálogo na Rússia insistiu nas oportunidades e nos desafios da globalização: maiores fluxos de investimento, expansão dos mercados de exportação e novas possibilidades de maior crescimento e de melhores padrões de vida. Entretanto, muitos ajustes precisavam ainda ser feitos e era importante uma distribuição justa, tanto de custos como de benefícios da reforma. Os custos sociais do acesso da Rússia à OMC tinham que ser minimizados, e havia necessidade de melhorar e fortalecer a legislação trabalhista, gerar mais empregos e reformar o sistema de ensino.

107. A cultura e a diversidade nacionais tinham que ser protegidas da globalização. Particularmente preocupante era o descumprimento, por empresas multinacionais, das leis e normas trabalhistas. A migração era outro problema sério – tanto o êxodo de trabalhadores qualificados, devido as más condições locais, como movimentações ilegais. Apesar dessas preocupações, os participantes viam o envolvimento com a globalização como um processo inevitável e enfatizavam a necessidade de dirigi-la de forma mais socialmente responsável.

Europa Ocidental e América do Norte

108. A crescente concorrência internacional, impulsionada pelo comércio e pela liberalização do capital, foi responsabilizada pelo crescimento das disparidades de renda nos países industrializados, que afetava especialmente o trabalho de pouca especialização em velhas indústrias, as primeiras a ser transferidas para países de baixo custo. Entretanto, a exportação de empregos devido à globalização era apenas uma das diversas causas de desemprego. Um ponto de maior preocupação para os participantes do diálogo na Alemanha era o efeito da mobilidade de capital na política fiscal. A concorrência fiscal internacional, queixava-se, está impondo sérios limites ao financiamento do Estado do bem-estar⁶.

109. Em toda a Europa, a migração era um problema crítico. As pessoas reagiam vigorosamente e, às vezes, as conseqüências políticas eram imprevisíveis. Entretanto, a questão tinha de ser tratada no contexto do envelhecimento da população da Europa e da coesão social em que se baseia o sistema social europeu.

110. A Europa estava construindo um modelo social que alguns acreditavam poder, até certo ponto, ser reproduzido em outros lugares. O diálogo na Finlândia deu um exemplo de como as políticas econômicas e sociais integradas e uma abordagem de parceria tinham sido importantes na formação de uma sociedade de informação moderna e competitiva. A criação da UE por si só foi uma expressão desse mesmo modelo e, ao mesmo tempo, uma resposta às pressões da globalização. Apesar de ser um processo histórico único, continha elementos que poderiam inspirar melhor gestão, mais inclusiva, da economia global.

Resposta às pressões da globalização sobre a política social

⁶ Preocupações semelhantes registraram-se no relatório da Comissão Flamenca sobre a Dimensão Social da Globalização; vide www.ilo.org/wcsdg/consulta/index.htm.

111. Os diálogos sugeriram que os europeus eram, em princípio, simpáticos a muitas das reivindicações dos países em desenvolvimento sobre o padrão de globalização. Foi reconhecido que as regras de globalização tinham sido estabelecidas pelo mundo industrializado e, para a globalização tornar-se mais inclusiva, o mundo em desenvolvimento deveria ter mais voz. A importância de dar mais assistência ao desenvolvimento dos países mais pobres foi reconhecida de forma generalizada. O impacto negativo da Política Agrícola Comum no mundo em desenvolvimento foi também reconhecido por alguns, mas ficou claro que havia obstáculos políticos à reforma.

112. Há uma enorme quantidade de informações sobre percepção do impacto da globalização nos Estados Unidos, com conclusões por vezes contraditórias. Algumas recentes e importantes pesquisas revelam atitudes muito positivas para com a globalização, acompanhadas da preocupação com o emprego. Recente pesquisa acadêmica registrou objeções de um significativo grupo de eleitores americanos a maior exposição à globalização.⁷ Esse estudo revelou que as percepções de globalização eram tanto mais positivas quanto mais elevado era o nível de educação e de qualificação.

113. Algumas limitadas consultas de grupos específicos foram também realizadas nos Estados Unidos no transcorrer do trabalho da Comissão. Os consultados tinham pouca dúvida de que a economia mundial tinha mudado radicalmente nos últimos 20 anos. A globalização estava pressionando as empresas para serem mais competitivas, diminuindo salários e promovendo fusões corporativas. Alguns empregos nacionais tinham mudado para outros países, mas, de forma geral, o processo estava produzindo mais riqueza e bem-estar. Os próprios Estados Unidos foram vistos como o principal impulsionador da globalização e isso foi considerado positivo. Entretanto, foi reconhecido que havia também efeitos adversos. Esses incluíam impacto sobre o meio ambiente e a marginalização de países na África e no Oriente Médio que não podiam ou não queriam participar.

114. Os pontos de vista estavam divididos sobre se a globalização continuaria ou se seria dificultada pelo crescimento do nacionalismo. Era preciso que as organizações internacionais, oficiais e outras, ajudassem a orientar o processo. Incluíam o FMI, as Nações Unidas, o Banco Mundial, a OMC, a OIT e outros organismos especializados, bem como empresas, sindicatos, igrejas e ONGs. Havia também necessidade de melhor governança em todos os níveis.

Necessidade de
melhor governança
em todos os níveis

Negócios, trabalho e sociedade civil

115. Nos diálogos da Comissão com empresas, os executivos não se viam como os principais impulsionadores da globalização. As empresas não criaram a globalização, mas lhe reagiram, diziam. Para algumas empresas, a tarefa era especialmente difícil. Empresas de países pobres e pequenas empresas em todo o mundo estavam tendo dificuldades de lidar com a concorrência global sem ajuda pública. Para as firmas maiores, no ambiente global, “a chave da eficácia está na gestão da diversidade” – de mercados, fornecedores e força de trabalho.

116. Os líderes empresariais rejeitavam também a idéia de que estivessem impondo modelos únicos a todas as suas operações em todo o mundo. “Quanto mais nos tornamos globais, mais operamos localmente”, disse um dos participantes. As empresas podem até mesmo funcionar como uma via de mão dupla, transferindo nova tecnologia para o Sul e, ao mesmo tempo, conscientizando seus países de origem sobre problemas e preocupações dos países em desenvolvimento.

⁷ Kenneth F. Scheve e Matthew J. Slaughter. *Globalization and the Perceptions of American Workers* (Washington DC, Institute for International Economics, março de 2001).

117. Uma questão fundamental para a dimensão social da globalização era conseguir melhor expansão do IED. Isso significava a criação de ambientes estáveis e sem corrupção que incentivassem o comprometimento das empresas a longo prazo.

118. Regras previsíveis e uma estrutura acordada de valores eram essenciais para o bom funcionamento dos mercados. Os governos tinham a responsabilidade geral de assegurar que as regras acordadas fossem respeitadas. Mas excessivo zelo regulatório era indesejável quando os mercados podiam corrigir automaticamente muitos desvios. “Precisamos de mais diálogo e mudança de comportamento; não de mais regras e regulamentos”. A importância do respeito pelos valores foi enfatizada. Os negócios progressistas estão fortemente comprometidos com a responsabilidade social voluntária. A boa cidadania empresarial era cada vez mais importante para o desenvolvimento dos negócios.

Regras previsíveis
e estrutura
acordada de
valores

119. Mas o diálogo que teve a Comissão com o Fórum Econômico Mundial, em Davos, revelou que a confiança das empresas tinha sido minada por escândalos corporativos. Havia preocupação com um possível retrocesso da globalização e com seus efeitos danosos. Foi mencionado ainda que um diálogo com o Fórum Social Mundial poderia trazer benefícios para ambos os lados.

120. Os participantes do diálogo da Comissão com sindicatos consideraram que a base econômica dos países em desenvolvimento estava sendo progressivamente corroída pelas políticas de países industrializados, pelas instituições financeiras internacionais (IFIs) e pela OMC. Estavam preocupados com a insistida ênfase na privatização de serviços públicos, como água, eletricidade e saúde, que estava agravando a pobreza. Estavam preocupados ainda com a dramática expansão da exploração de mulheres trabalhadoras nas Zonas Francas Industriais (ZFIs). Essa exploração incluía salários baixos, intimidação das trabalhadoras que querem sindicalizar-se, violência e abuso sexual.

121. Era especialmente importante assegurar o respeito aos direitos dos trabalhadores e às normas trabalhistas na economia global. Os líderes sindicais, por meio da OIT, poderiam desempenhar um papel de liderança, trabalhando em estreita colaboração com outras organizações internacionais, inclusive as IFIs e a OMC, governos nacionais e organizações dos trabalhadores e de empregadores.

Os direitos dos
trabalhadores
e as normas
trabalhistas devem
ser protegidos

122. Líderes sindicais de países industrializados manifestaram sua insatisfação com a direção empresarial que chegara a um ponto crítico. Era “*tempo de salvar as empresas delas mesmas*”. A desregulamentação e a ênfase na importância do acionista tinham ido longe demais. A crescente concorrência global encorajara os empregadores “*a observar superficialmente as práticas trabalhistas*”, substituindo inclusive emprego decente por trabalho informal, inseguro, casual e terceirizado. Para muitas empresas, a responsabilidade social voluntária era “*simples tentativa de melhorar a imagem da empresa*”, sem qualquer efeito real sobre as principais atividades da empresa.

123. O de que se reclamava era um sistema global de relações de trabalho, que incluíssem comitês globais de empresa, auditorias sociais de empresas e mecanismos de monitoração e verificação da aplicação de normas de conduta adotadas pelas empresas multinacionais.

124. Grupos da sociedade civil estavam igualmente preocupados com os interesses empresariais e financeiros dominando o modelo de globalização e com a pouca responsabilidade existente. O efeito negativo das indústrias extrativas tanto sobre os povos indígenas como sobre as comunidades locais e o meio ambiente foi um tema comum. Outro tema foi o impacto adverso das normas internacionais sobre os direitos de propriedade intelectual, que abria o caminho para a privatização do conhecimento indígena. Muitos denunciaram o aumento de um crescimento na influência política das empresas, inclusive por meio de uma acentuada concentração da propriedade privada dos meios de comunicação.

Crítica do modelo econômico

125. Essa é parte de uma crítica mais ampla de um modelo econômico imposto aos países notadamente pela condicionalidade das instituições financeiras internacionais (IFIs). Isso era evidente na OMC, que promoveu um paradigma de competição no qual o fraco tinha que competir com o forte. *“Uma conversa entre um gato e um rato não é uma conversa.”* Levou à negligência das metas sociais e ambientais, e assim a um padrão insustentável de crescimento que impôs altos custos às pessoas e às comunidades. *“É”,* disse um participante, *“um sistema profundamente antidemocrático e sem poder.”*

126. As organizações da sociedade civil (OSCs) são diversas em seus interesses, ação, nível e objeto de enfoque, mas poucas rejeitam a idéia de um mundo mais interconectado. Para muitas, o objetivo é mudar os princípios nos quais se baseia a economia global. O slogan do Fórum Social Mundial é *“outro mundo é possível”*.

Ênfase nos direitos humanos e respeito pelos valores

127. Muitas OSCs dão grande ênfase aos direitos humanos e ao respeito pelos valores como justiça, solidariedade e igualdade de gênero. Vêm dualidade de critérios entre a retórica e o comportamento de muitos interlocutores globais. Entre as propostas de políticas estava a de sujeitar todas as ações de organizações internacionais a uma revisão prévia de sua coerência com os direitos humanos universais. Outra reivindicação generalizada é uma solução abrangente para a crise da dívida, preferivelmente por meio de seu simples cancelamento.

128. Havia um sentimento de frustração com o descumprimento, pelos Estados-membros, de suas obrigações com a ONU nas últimas décadas. Alguns acreditavam num esforço sistemático para marginalizar as Nações Unidas nas questões de justiça econômica, paz e desenvolvimento e exigiam que lhes fosse dada maior autoridade com relação a políticas internacionais tanto econômicas quanto de outra natureza. Enfatizaram sua preocupação com o evidente enfraquecimento de soluções multilaterais e de abordagens multilaterais dos problemas da globalização, preocupação que repercutiu em muitos outros diálogos.

129. Uma parte crítica da solução, foi amplamente argumentado, está em dar voz aos sem-voz. Uma estrutura mais ampla, mais participativa e democrática era necessária em todos os níveis: local, nacional e global. Muitas OSCs argumentaram que as políticas públicas e os sistemas econômicos devem refletir necessidades locais e decisões locais. Ao mesmo tempo, deve haver mais democracia no funcionamento do sistema multilateral, particularmente das organizações de Bretton Woods e da OMC.

130. De forma geral, esses diálogos e consultas em diferentes regiões nos deram muito ânimo para o prosseguimento de nosso trabalho. Apesar de haver muitas diferenças de pontos de vista, há também uma crença de que a globalização pode e deve atender às necessidades e aspirações das pessoas e das comunidades em toda parte. Para alcançá-lo, medidas corretivas se fazem urgentemente necessárias nos níveis local, nacional e internacional. Como disse um participante, *“Estamos dramaticamente nos equilibrando entre o melhor e o pior que pode ocorrer nas próximas décadas.”* Os diálogos enfatizaram como nós, como comunidade global, partilhamos um destino comum e nos lembraram que esse destino está em nossas mãos.

II.2. Globalização: natureza e impacto

Introdução

Características fundamentais da globalização

Contexto institucional

Impacto da globalização

Introdução

131. A globalização é um fenômeno complexo que tem tido efeitos de longo alcance. Não surpreende, por conseguinte, que o termo “globalização” tenha adquirido muitas conotações emotivas e se tenha tornado uma questão veementemente controversa no atual discurso político. De um lado, a globalização é vista como uma força irresistível e benigna para proporcionar prosperidade econômica para as pessoas em todo o mundo. De outro, é responsabilizada como fonte de todos os males contemporâneos.⁸

132. É, todavia, amplamente reconhecido que as características fundamentais da globalização têm sido a liberalização do comércio internacional, a expansão do IED e o surgimento de maciços fluxos financeiros internacionais. Isso resultou em maior concorrência nos mercados globais. É também amplamente reconhecido que isso se deveu ao efeito combinado de dois importantes fatores: decisões políticas para reduzir as barreiras nacionais às transações econômicas internacionais e o impacto de nova tecnologia, especialmente na área da informação e das comunicações. Esses desenvolvimentos criaram condições propícias ao início da globalização.

Características
fundamentais
e condições
propícias

133. Os efeitos das novas tecnologias deram também um caráter distinto ao atual processo de globalização em comparação com episódios semelhantes no passado. As barreiras naturais de tempo e espaço foram amplamente reduzidas. O custo da circulação de informações, de pessoas, bens e capital caiu dramaticamente em todo o globo, enquanto a comunicação global é barata e instantânea e está se tornando cada vez mais assim. Isso expandiu consideravelmente a viabilidade das transações econômicas em todo o mundo. Os mercados podem ser agora globais em alcance e abranger uma extensa variedade de bens e serviços.

⁸ O termo globalização só se tornou popular em 1990. O relatório final da Comissão de Estudos do Congresso alemão, Bundestag, *Globalization of the World Economy Challenges and Answers* (14º período legislativo, junho de 2002) registra que o número de vezes em que o termo globalização foi usado em um dos principais jornais alemães, *Frankfurter Allgemeine Zeitung*, aumentou de 34, em 1993, para 1.136 em 2001.

Mercadorias,
empresas e capital
podem circular
livremente, as
pessoas, não

134. Outro aspecto característico do atual processo de globalização diz respeito ao que claramente chama a atenção por sua ausência. À diferença de episódios anteriores de globalização que se caracterizaram por maciças movimentações de pessoas através das fronteiras, o atual processo as exclui. Mercadorias, empresas e capital estão consideravelmente livres de fronteiras, as pessoas, não.

135. Nesta seção enfatizamos os aspectos salientes da evolução da globalização, esboçamos a estrutura institucional emergente que a rege e, finalmente, avaliamos o impacto que esse processo tem tido em países e pessoas.

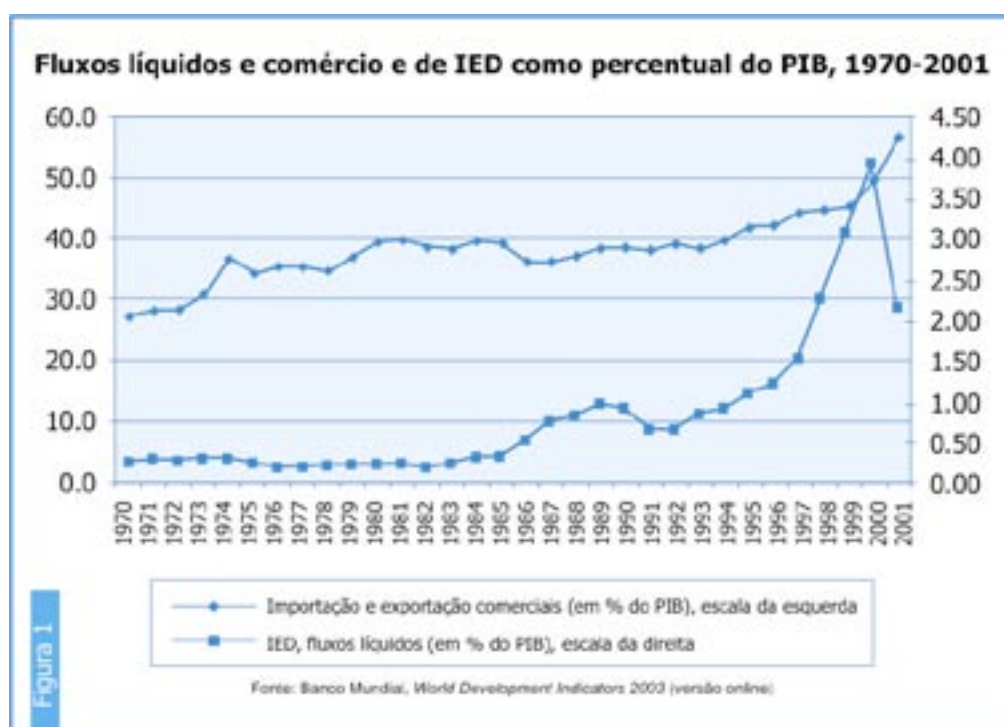
Características fundamentais da globalização

136. As tendências básicas com respeito a comércio mundial, IED, fluxos financeiros e tecnologia são mostradas nas figuras de 1 a 9.

Comércio

137. O comércio mundial expandiu-se rapidamente nas duas últimas décadas. Desde 1986, tem crescido consistentemente com mais rapidez do que o produto interno bruto (PIB) mundial (figura 1). Na década dos 70, a liberalização do comércio no contexto do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT) foi modesta e gradual e envolvia muito mais os países industrializados que os países em desenvolvimento. Entretanto, a partir do início da década dos 80, a extensão da liberalização do comércio, especialmente nos países em desenvolvimento, começou a se acelerar (figura 2).

138. Essa expansão do comércio não ocorreu uniformemente em todos os países, respondendo os países industrializados e um grupo de 12 países em desenvolvimento pela parte do leão. Ao contrário, a maioria dos países em desenvolvimento não experimentou uma expansão significativa do comércio (figura 3). Na realidade, a maioria dos Países Menos Desenvolvidos (PMDs), grupo que inclui a maioria dos países na África Subsaariana, passou por um declínio proporcional em sua partilha dos mercados mundiais – apesar de muitos desses países terem implementado medidas de liberalização do comércio.



Índices tarifários médios não portadores por região, 1980-1998 (em percentuais)

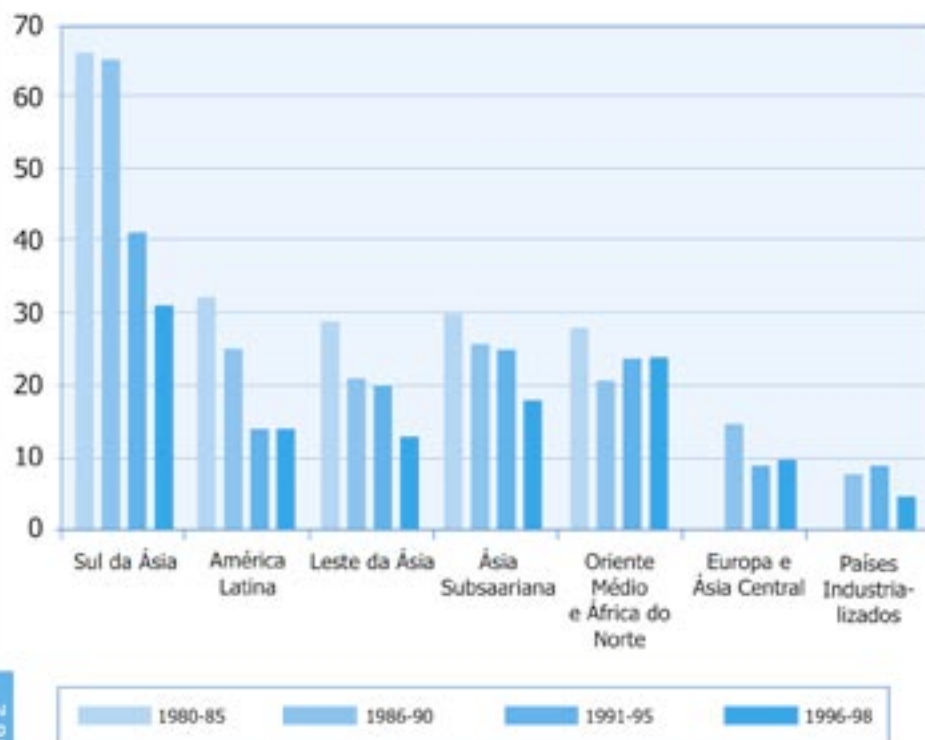


Figura 2

Fonte: Banco Mundial, *Global Economic Prospects* 2001

Distribuição das exportações de produtos industrializados nos países em desenvolvimento, total para a década de 90 (em percentuais)

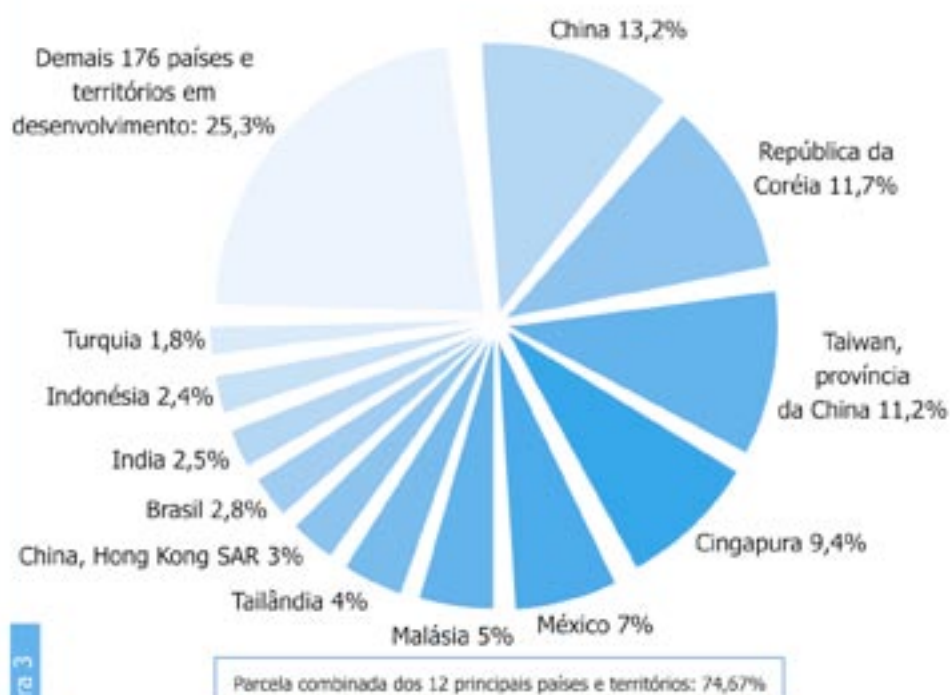
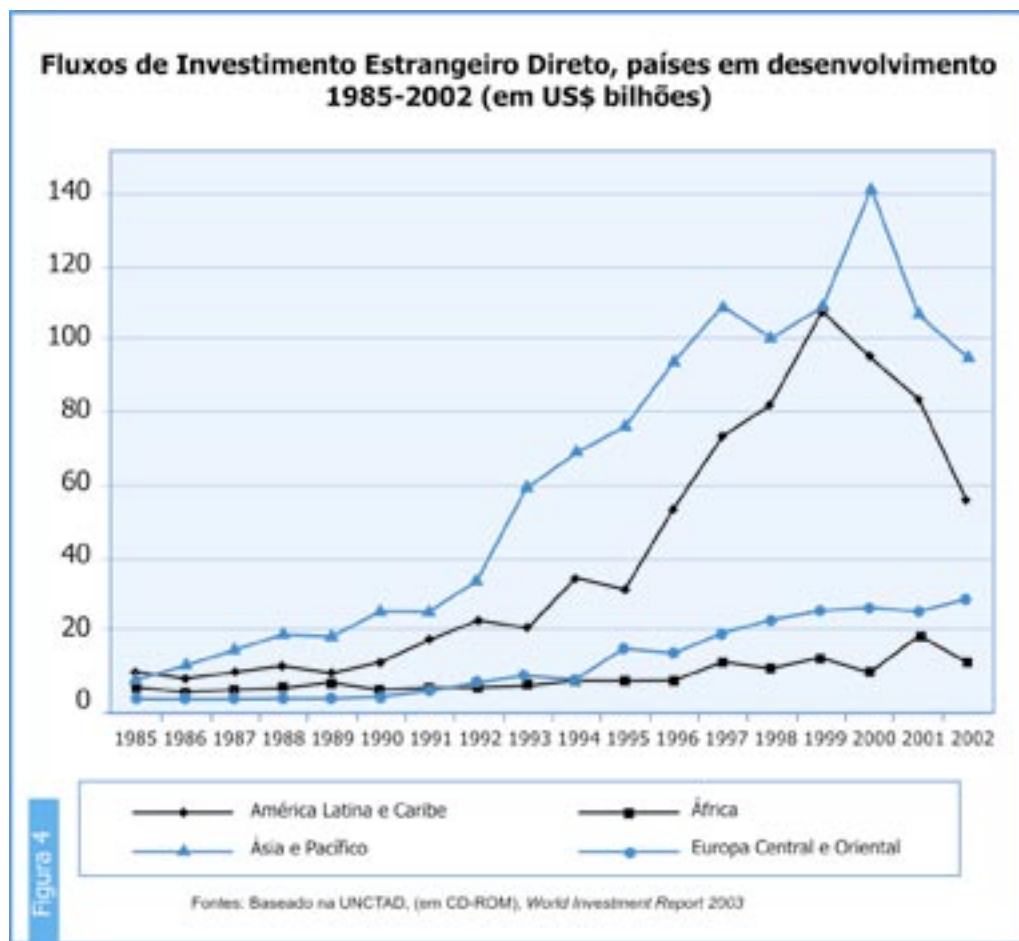


Figura 3

Fonte: Baseado na UNCTAD, *Handbook of Statistics* 2002, (em CD-ROM)



Investimento Estrangeiro Direto (IED)

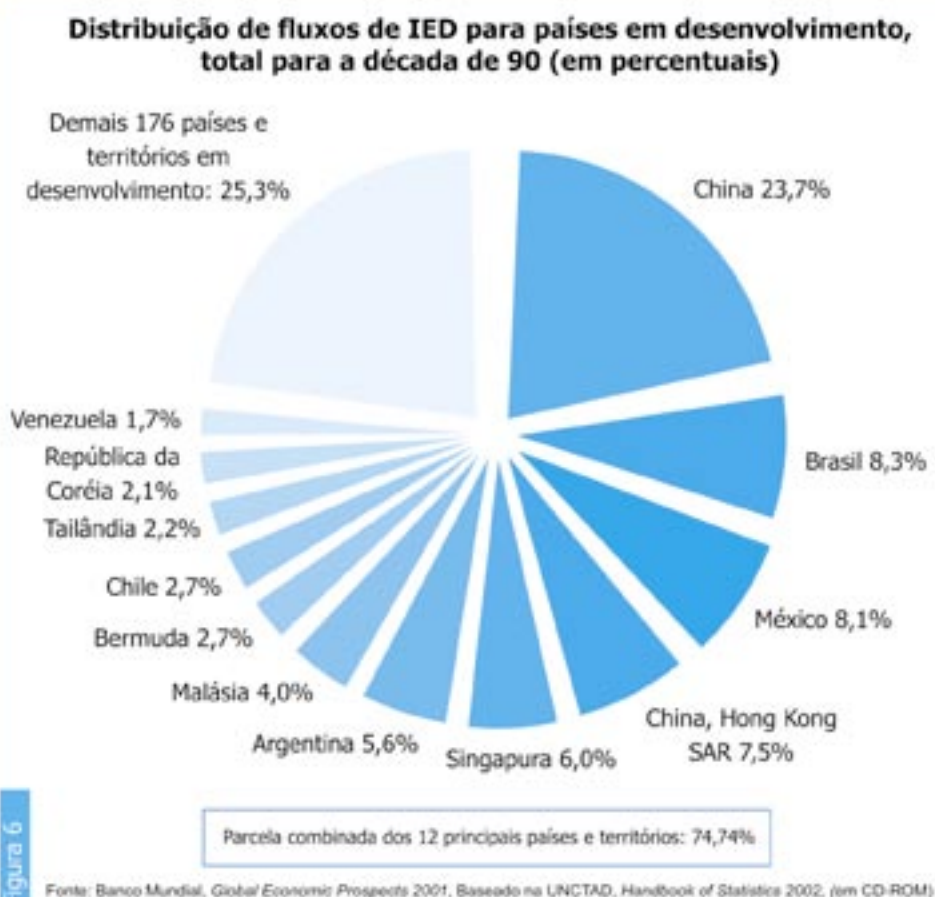
139. Durante os primeiros anos da década dos 80, o IED cresceu tanto em termos absolutos como em percentual do PIB (figuras 1 e 4). Desde 1980, o ambiente político no mundo tem contribuído ainda mais para o crescimento do IED. No decorrer dos anos 90, cresceu constantemente o número de países que adotaram significativas medidas de liberalização para o IED (figura 5). Na realidade, só poucos países não buscam ativamente atrair investimentos estrangeiros. Entretanto, muitas dessas esperanças não se realizaram. Apesar do rápido crescimento de fluxos de IED para os países em desenvolvimento, os investimentos continuam altamente concentrados em cerca de dez desses países (figura 6).

140. Além de seu volume crescente, a natureza desses investimentos tem mudado também. A revolução da tecnologia da informação e da comunicação (TIC), juntamente com os custos declinantes de transporte, tornou técnica e economicamente viável o crescimento de uma extensa produção de bens e serviços, com base em diversos países. Os processos de produção podiam ser desmontados e localizados em todo o globo para explorar vantagens econômicas decorrentes das diferenças de custos, fator disponibilidade e clima adequado de investimentos. Componentes e peças podem ser facilmente transportados por todo o mundo e montados à vontade. A revolução das comunicações tornou viáveis a coordenação e o controle desses dispersos sistemas de produção.

Figura 5



Figura 6



Rápida integração
de mercados
financeiros

Fluxos Financeiros

141. O elemento mais dramático da globalização nas duas últimas décadas foi a rápida integração de mercados financeiros. O sistema de Bretton Woods, criado após a Segunda Guerra Mundial, baseava-se em contas de capital fechadas e taxas de câmbio fixas. Assim, ao contrário do que ocorreu com o comércio e o IED, onde se tinha iniciada a liberalização gradual, a globalização financeira sequer figurava na agenda política na época. O mundo vivia com um sistema de mercados financeiros nacionais independentes.

142. Isso começou a mudar em 1973 com o colapso do sistema de Bretton Woods. Mas não houve uma corrida imediata à liberalização da conta de capital. Essa corrida só teve início na década dos 80, nos países industrializados, com subsequente aumento nos fluxos de capital entre eles.

143. Conforme foi observado, “o sistema monetário mundial passou de uma só vez por três revoluções: desregulamentação, internacionalização e inovação.”⁹ A liberalização financeira criou o ambiente político para a expansão da mobilidade do capital. Mas o aumento nos fluxos de capital foi em grande parte incentivado pela revolução na TIC. Isso possibilitou a melhoria e a aceleração do conhecimento dos mercados estrangeiros, o desenvolvimento das transações financeiras “em todo o mundo e nas 24 horas do dia” e o surgimento de novos instrumentos financeiros, especialmente derivados.

Os mercados
emergentes são
os principais
beneficiários
do aumento de
investimentos
Norte-Sul

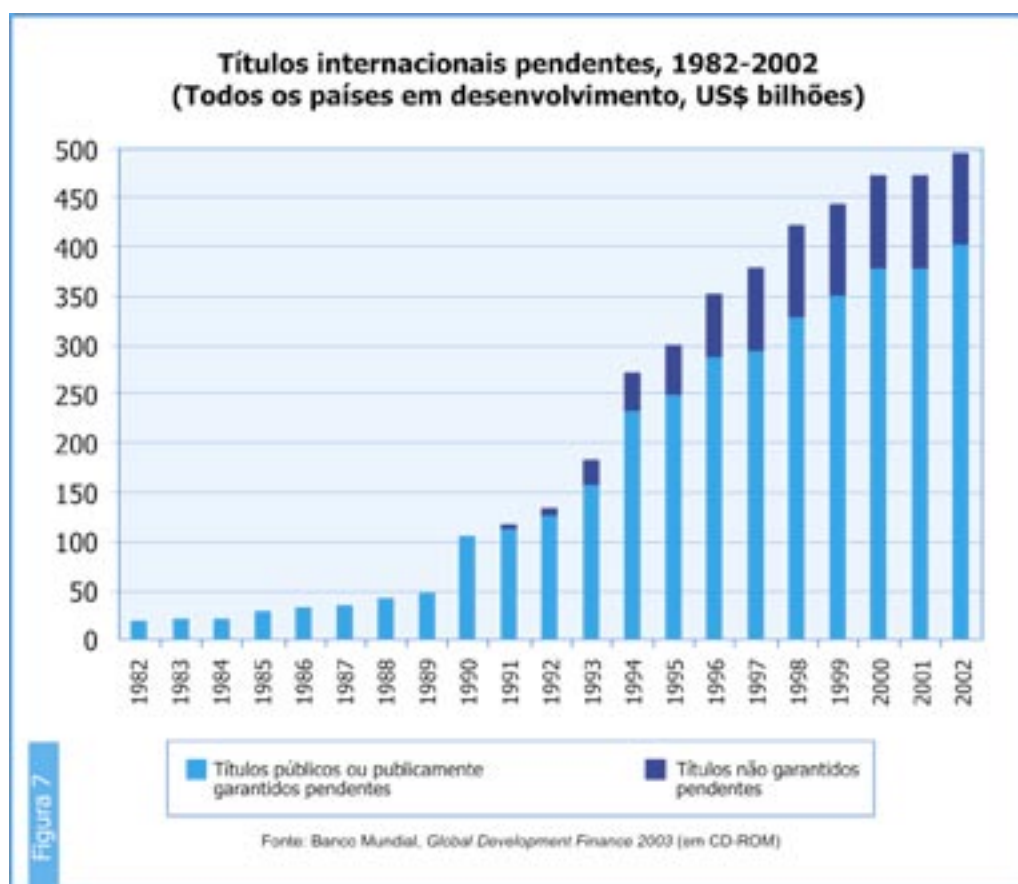
144. A partir do final dos anos 80 registrou-se uma tendência global para a liberalização financeira. Essa liberalização ia desde passos relativamente simples, como unificação das taxas de câmbio e remoção de controles da alocação de crédito no mercado nacional até a total liberação do setor financeiro que incluiu a abertura de contas de capital. No mundo em desenvolvimento, esse último tipo de reforma limitava-se inicialmente a um grupo de países de renda média com uma faixa relativamente maior de instituições de intermediação financeira que incluíam mercados de títulos e de ações. A ação em termos do crescimento explosivo nos fluxos financeiros privados do Norte para o Sul estava concentrada nesses “mercados emergentes”.

145. Esses fluxos consistiam de elementos como investimentos nos mercados de capital desses países por fundos de investimento (cuja maior parte era feita em nome de fundos de pensão), empréstimos bancários ao setor empresarial e fluxos especulativos de curto prazo, especialmente nos mercados cambiais. Empréstimos por meio do mercado internacional de títulos aumentaram também na década de 90, na esteira da globalização (figura 7).

Tecnologia

146. Os países industrializados foram a fonte da revolução tecnológica que facilitou a globalização, mas essa revolução também teve efeitos oscilantes sobre o restante da economia global. Até certo ponto, a nova tecnologia mudou a relativa vantagem internacional ao converter o conhecimento em importante fator da produção. As indústrias high-tech e de conhecimento intensivo são os setores que mais crescem na economia global e o desenvolvimento econômico bem-sucedido exigirá definitivamente que os países se tornem capazes de entrar e competir nesses setores. Isso implica que terão que concentrar investimentos em formação, treinamento e difusão do conhecimento.

⁹ Philip Turner: “Capital Flows in the 1980s: A Survey of Major Trends”, BIS Economic papers nº 30 (Basle, Bank for International Settlements, abril de 1991).



147. Houve também alguns impactos diretos com a difusão dessas novas tecnologias em países em desenvolvimento, principalmente, embora não exclusivamente, com as atividades de empresas multinacionais (EMs). Entretanto, como no caso do comércio e do IED, há graves desequilíbrios Norte-Sul no acesso ao conhecimento e à tecnologia. Praticamente, toda a tecnologia tem origem no Norte, onde ocorre a maior parte da pesquisa e do desenvolvimento. Essa é uma importante fonte do domínio das EMs nos mercados globais e de sua força de negociação frente aos governos de países em desenvolvimento.

Graves
desequilíbrios
Norte-Sul no acesso
ao conhecimento
e à tecnologia

148. Os efeitos dessa nova tecnologia também se espalharam muito além do campo da economia já ampliado como está agora. A mesma tecnologia que permitiu a rápida globalização econômica foi também explorada para uso geral por governos, pela sociedade civil e indivíduos. Com a difusão da Internet, e-mail, serviços telefônicos de baixo custo, telefones celulares e teleconferência, o mundo ficou mais interconectado (figuras 8 e 9). Um vasto e rápido estoque de informações, com rápido crescimento, que ia desde a ciência até coisas triviais, pode ser agora acessado de qualquer lugar no mundo ligado à Internet. Pode ser transmitido e discutido com facilidade. Ao mesmo tempo, a televisão por satélite e a imprensa eletrônica criaram um autêntico quarto estado global.

**Estimativas de acesso à internet, 1997-2002
(milhões de usuários da internet)**

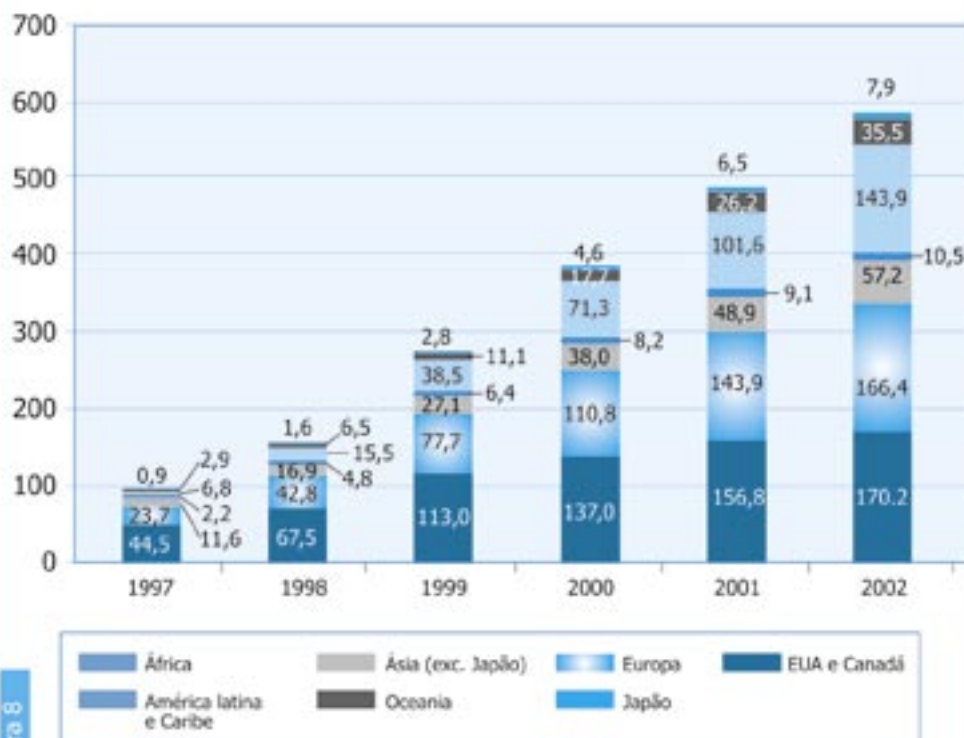


Figura 8

Fonte: União Internacional de Telecomunicações (UIT)

Custo e volume das ligações telefônicas internacionais a partir dos EUA, 1960-2000 (custo em US\$ 1995 constante por 3 minutos, taxa de pico)

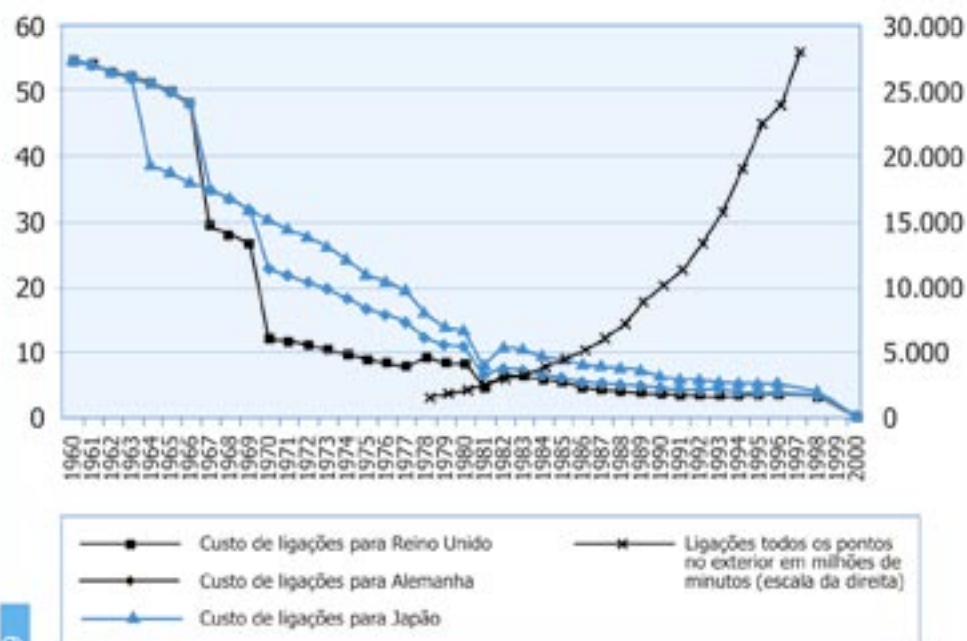


Figura 9

Fontes: Baseado em Trends in the U.S. International Telecommunications Industry 1997, da Comissão Federal de Comunicações, OCDE Communications Outlook (vários anos) e Banco Mundial, World Development Indicators 2003 (versão online)

Inter-relações

149. Essas mudanças no comércio, IED, fluxos financeiros e difusão tecnológica são uma parte crescente de um todo sistêmico novo. Um importante fator comum é que todos esses elementos evoluíram necessariamente no contexto de uma crescente abertura econômica e de uma influência cada vez maior das forças de mercado global. Isso representa uma mudança profunda, que afeta o papel do Estado, e o comportamento de agentes econômicos.

150. Comércio e IED tornaram-se mais intimamente ligados à medida que o sistema de produção global molda cada vez mais os padrões do comércio, especialmente por meio do rápido crescimento do comércio intra-empresarial de componentes. Estima-se atualmente que as EMs sejam responsáveis por dois terços do comércio mundial, enquanto o comércio interno, entre as EMs e as filiadas, é responsável por cerca de um terço das exportações mundiais. Ao mesmo tempo, o comércio de componentes e bens intermediários aumentou. As mudanças qualitativas na estrutura do comércio mundial – especificamente um aumento no comércio de componentes e insumos intermediários – são talvez tão significativas como o aumento quantitativo no comércio. Ao mesmo tempo, os investimentos de carteira e outros fluxos de investimento tornaram-se uma determinante cada vez mais importante do ambiente macroeconômico que molda os padrões de comércio e investimento na economia real. Da mesma forma, a difusão de novas tecnologias teve também profundo efeito na vantagem comparativa na competitividade das empresas, na demanda por mão-de-obra, na organização do trabalho e na natureza do contrato de trabalho.

Ambiente político

151. Um dos fatores primordiais por trás da crescente globalização foi uma mudança no pensamento econômico que se acentuou na década dos 80. Enquanto os países industrializados passavam por estagflação, um número significativo de países em desenvolvimento estava imerso numa crise de dívida e passava por um retrocesso econômico. Isso gerou a revisão dos modelos econômicos vigentes tanto nos países industrializados como nos países em desenvolvimento. Um elemento dessa revisão nos países em desenvolvimento dizia relação às políticas de importação-substituição que àquela altura começava a perder força. Isso contrastava com o sucesso evidente das políticas de industrialização voltadas para a exportação das economias recém-industrializadas (ERIs) no leste da Ásia.

152. O recurso, generalizado, de países em desenvolvimento e endividados a empréstimos de ajuste estrutural das instituições de Bretton Woods, em consequência da crise da dívida, no início dos anos 80, desempenhou papel central na redefinição das estratégias de comércio e industrialização. Destacando-se dentre as condições relacionadas com esses empréstimos estava a liberalização de políticas para o comércio e o IED, seguindo a crescente influência das doutrinas econômicas pró-mercado durante esse período. Nesses programas de ajuste estrutural, verificou-se um aumento significativo no número de casos de liberalização de comércio e investimentos em muitos países em desenvolvimento.

153. Conforme visto na seção anterior sobre pontos de vista sobre globalização, muitos sindicatos de comércio e OSCs, bem como alguns analistas políticos e governos de países em desenvolvimento, sustentam que as IIFs impuseram condições excessivas aos países em desenvolvimento. Segundo esses pontos de vista, essa política foi prejudicial tanto por metê-los numa inadequada camisa de força neoliberal como pela imposição de pesados custos sociais.

Impacto dos
empréstimos de
ajuste estrutural

154. A ascensão de doutrinas econômicas pró-mercado nos últimos 20 anos desempenhou papel fundamental no lançamento das bases para o surgimento da globalização. O colapso do comunismo na Europa em 1989-90 foi um ponto da virada. De vez, somou à economia do livre mercado global mais 30 países ex-comunistas com uma população conjunta de 400 milhões de pessoas.

155. Para alguns analistas, o fim do mundo bipolar significou também o desaparecimento de toda alternativa sistêmica à economia de mercado. Como resultado, de acordo com esse ponto de vista, a globalização do livre mercado decolou em 1990. Coincidentemente, esse foi também o período em que se deu o crescimento explosivo da Internet, imprimindo importante impulso tecnológico a esse processo.

Contexto institucional

Sistema de comércio multilateral

156. No meio tempo, o contexto institucional das relações econômicas internacionais começou a mudar. Uma nova rodada de negociações multilaterais de comércio, iniciada em 1986, criou o cenário para a transformação do GATT na OMC, em 1995. Uma mudança-chave foi a ampliação da agenda de negociações comerciais muito além da missão do GATT de reduzir tarifas e outras barreiras tarifárias ao comércio. Matérias que, até então, não eram consideradas como questões de comércio, como serviços, direitos de propriedade intelectual (DPIs), medidas de investimento e política de concorrência (questões que ultrapassaram fronteira), eram agora debatidas como parte do âmbito das negociações comerciais.

157. A razão disso era que essas medidas representavam também impedimentos para o livre fluxo de bens e serviços através das fronteiras. A harmonização de políticas nacionais nessas áreas era considerada como sendo essencial à liberalização mais profunda do comércio mundial. Essa mesma lógica poderia ser também aplicada a diversos aspectos da política e de regulamentação nacional, especialmente quando o objetivo do livre comércio é ampliado de forma a abranger preocupações com um comércio justo e sustentável. Por conseguinte, tem havido constantes tensões do desejo de ampliar essa lista de questões de além-fronteiras.

158. Retrospectivamente, para muitos governos de países em desenvolvimento os resultados da Rodada do Uruguai não foram equilibrados. Para a maioria dos países em desenvolvimento (alguns ganharam), o cerne do acordo desfavorável foram as limitadas concessões de acesso obtidas de países desenvolvidos em troca dos altos custos que agora constataam ao se comprometerem com as novas regras do comércio multilateral.

Sistemas de produção global

159. O surgimento de sistemas de produção global que gerou fluxos crescentes de IED criou novas oportunidades para o crescimento e a industrialização em países em desenvolvimento. Cerca de 65 mil EMs, com aproximadamente 850 mil filiais estrangeiras, são os interlocutores-chave por trás desses sistemas de produção global. Coordenam cadeias de suprimento global que ligam empresas através de países, inclusive subempreiteiras locais que operam fora do sistema industrial formal e terceirizam trabalhadores em domicílio.¹⁰

¹⁰ Vide Marilyn Carr e Martha Chen: "Globalization, social exclusion and work: with special reference to informal employment and gender", documento de referência para a Comissão Mundial, Genebra, 2003.

160. O crescimento desses sistemas globais de produção tem sido muito mais acentuado nas indústrias *high-tech* (eletrônica, semicondutores etc.) e em bens de consumo cuja produção requer mão-de-obra intensiva (têxteis, vestuário e calçados). Está também se tornando significativo no setor de serviços onde os avanços tecnológicos tornaram possíveis serviços como desenvolvimento de *software*, serviços financeiros e *call centers* a partir de diferentes países no mundo. As indústrias de *high-tech* passaram por crescimento mais rápido e atualmente constituem o maior componente individual das exportações de manufaturados de países em desenvolvimento.¹¹ Nessas indústrias, a produção de peças e componentes é feita por subsidiárias de EMs localizadas em países em desenvolvimento. A maior parte da pesquisa e desenvolvimento (P&D) e de outras funções tecnologicamente sofisticadas é realizada nos países industrializados.

161. Nas indústrias de consumo de mão-de-obra intensiva o cenário é bem diferente. As EMs projetam o produto, especificam a qualidade do produto etc. e, em seguida, terceiriza sua produção com firmas locais de países em desenvolvimento. Exercem também o controle sobre a qualidade e prazo da produção, em geral sujeitos a mudanças no projeto e no volume. A força impulsionadora é o ajuste flexível e oportuno a mudanças na demanda do consumidor com custos mínimos de estoque. É um sistema de produção global "*just-in-time*". As EMs controlam também a comercialização do produto; marcas e logotipos são uma fonte importante de poder de mercado e, às vezes, de grandes fortunas.

Sistema de produção global "*just-in-time*"

162. Uma característica notável do crescimento desses sistemas de produção global é que ele ocorreu sem a criação paralela de regras multilaterais para reger seu elemento chave, o IED. Isso deu origem a algumas preocupações, que serão tratadas na Parte II.

Sistema financeiro global

163. A estrutura da governança do sistema financeiro global foi também transformada. À medida que os fluxos financeiros privados iam eclipsando fluxos oficiais, o papel e a influência dos interlocutores privados, como bancos, fundos de investimento especulativo, fundos de ações e agências classificadoras de risco, aumentavam substancialmente. Como resultado, essas agências financeiras privadas exercem atualmente tremendo poder sobre as políticas econômicas de países em desenvolvimento, especialmente as economias de mercado emergentes. As agências classificadoras de risco determinam se o país podem ter acesso a empréstimos e, assim sendo, seu custo. As avaliações de analistas de ações têm profunda influência sobre o fluxo de títulos nos mercados de capitais, enquanto a decisão dos gestores de investimentos especulativos tem, em geral, impacto sobre as moedas nacionais.

Aumento considerável do papel e da influência de agências financeiras privadas

164. Dentro da lógica de mercados perfeitos, não haveria nada errado com esses desenvolvimentos. A crescente influência de interlocutores privados no sistema financeiro global deve dar lugar a maior eficiência na alocação mundial de recursos financeiros, bem como ao benefício paralelo de exercer maior, e muito necessária, disciplina de mercado sobre os governos de país em desenvolvimento. Entretanto, os mercados financeiros, mesmo em nível nacional, são tipicamente um dos mercados mais imperfeitos. Há sérios problemas de falta de informação, especialmente assimetrias de informação.

165. Esses problemas são ampliados em nível de mercados financeiros globais, em que os financiadores internacionais podem ter poucas e limitadas informações sobre prestatários locais. Por exemplo, foram levantadas preocupações sobre as operações de fundos de investimento especulativo e de agências classificadoras de risco e sobre a probidade de alguns grandes investidores internacionais à luz dos recentes escândalos empresariais. Isso leva a exagerada concessão de crédito, inclusive a bancos locais e empresas

¹¹ S. Lall: "*The employment impact of globalization in developing countries*", OIT (Genebra, outubro de 2002).

Sistema financeiro global afligido por crises financeiras

locais sem solidez. A idéia de que há garantias implícitas com relação à estabilidade das taxas cambiais e a cauções financeiras agrava esse processo.

166. Outra importante fonte de falha nesse mercado financeiro global é a falta, nesse nível, de instituições eficazes para supervisioná-lo, tal como existe em nível nacional.

167. Invariavelmente, por conseguinte, o sistema financeiro global tem sido afligido por uma série de crises financeiras de frequência e gravidade cada vez maiores. O impacto negativo dessas crises tem sido devastador, destruindo os ganhos anteriores de anos de progresso econômico e infligindo pesados custos sociais como aumento do desemprego e da pobreza.

168. Entretanto, só uma pequena minoria de países em desenvolvimento tem participado desse sistema financeiro global. Como no caso do IED, esses fluxos financeiros privados permaneceram altamente concentrados em mercados emergentes. Assim, a grande maioria dos países em desenvolvimento, inclusive quase todos os PMDs, dificilmente recebe qualquer fluxo financeiro privado.

Muitos PMDs continuam presos na armadilha da dívida.

169. Para países de baixa renda que dependem de ajuda, em sua maioria da África Subsaariana, sua marginalização dos mercados financeiros significa que estão privados de quaisquer meios para atenuar os efeitos do significativo declínio na AOD. Consequentemente, muitos desses países ainda estão, cerca de duas décadas depois, presos na armadilha da dívida em que caíram no início dos anos 80.

Impacto da globalização

170. O efeito conjunto e interativo desses desenvolvimentos do comércio, do IED, das finanças e da tecnologia teve profundo e variado impacto sobre diferentes setores da economia, tipos de empresas, categorias de trabalhadores e grupos sociais. Esta seção destaca a ocorrência de algumas dessas mudanças de longo alcance.

Principais preocupações

171. Iniciamos pela perspectiva a partir da qual estaremos avaliando o impacto da globalização. Nossas principais preocupações são que a globalização deve beneficiar todos os países e aumentar o bem-estar de todas as pessoas em todo o mundo. Isso implica a elevação da taxa de crescimento econômico em países pobres e redução da pobreza mundial, e não aumento das desigualdades ou diminuição da segurança socioeconômica nos países.

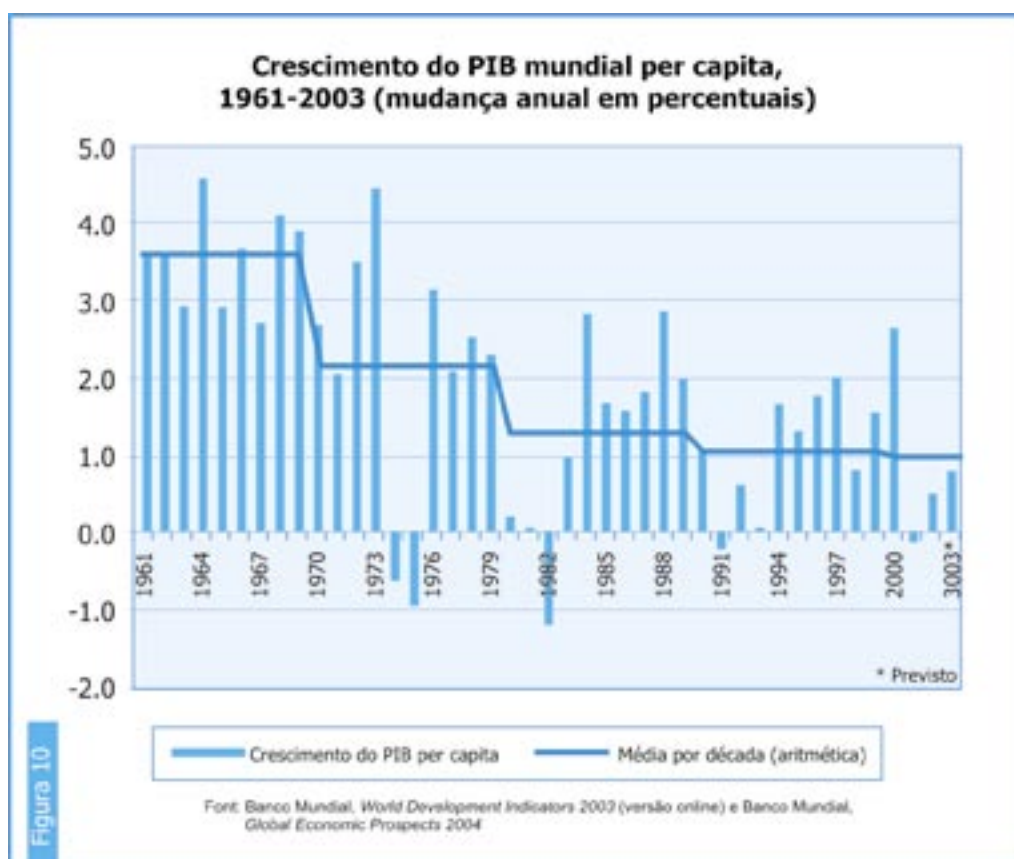
172. Assim se reconhece que a prova de fogo do atual processo de globalização é se aumentará significativamente a velocidade do desenvolvimento, se reduzirá a pobreza absoluta no mundo e se assegurará a sustentabilidade econômica, social e ambiental.

A globalização pode envolver pesados custos sociais

173. O impacto social da globalização não está apenas confinado a países que têm sido marginalizados do processo ou menos bem-sucedidos em suas tentativas de integrar a economia global. Mesmo nos países relativamente bem-sucedidos, estão envolvidos custos sociais significativos na forma de custos de ajuste transitórios, em alguns casos bastante grandes. A China, por exemplo, apesar do elevado crescimento sustentado, tem enfrentado problemas transitórios de desemprego que, provavelmente, intensificarão à medida que prossegue a reforma das empresas estatais. Da mesma forma, conforme evidenciado pela crise financeira asiática, mesmo países com registros de passado exemplar de desempenho econômico podem sofrer pesados custos sociais.

Impacto no crescimento econômico

174. Um passo importante na avaliação do impacto da globalização é ver o que aconteceu às taxas de crescimento econômico, tanto globalmente como nos países. É surpreendente que, desde 1990, o crescimento do PIB mundial tem sido mais lento do que nas décadas anteriores (figura 10), período no qual a globalização foi mais acentuada. No mínimo, esse resultado discrepa das previsões mais otimistas do impacto da globalização aumentando o crescimento.



175. O crescimento tem sido também distribuído de forma irregular nos países, tanto entre os países industrializados como entre os países em desenvolvimento. Em termos de crescimento da renda per capita, apenas 16 países em desenvolvimento cresceram mais de três por cento por ano entre 1985 e 2000 (Tabela 1). Pelo contrário, 55 países em desenvolvimento cresceram menos de dois por cento por ano, e desses, 23 tiveram crescimento negativo.

176. Ao mesmo tempo, a diferença de renda entre os países mais ricos e os mais pobres aumentou significativamente (figura 11).

177. Esse padrão desigual de crescimento está moldando uma nova geografia econômica global. A mudança mais evidente é o rápido crescimento econômico da China nas duas últimas décadas, juntamente com uma melhoria mais gradual, mas significativa, do desempenho do crescimento econômico da Índia, dois países que, juntos, respondem por mais de um terço da população mundial.

Impacto desigual em diversos países

178. Apesar de significativa, a ascensão da China e da Índia é apenas parte de um quadro maior que revela distribuição altamente desigual dos benefícios da globalização

entre os países. Os países industriais, com sua forte base econômica inicial, abundância de capital e qualificações, e liderança tecnológica, ficaram bem-colocados para obter benefícios substanciais da crescente globalização da economia mundial.

Tabela 1. Desempenho econômico dos países em desenvolvimento (agrupados por desempenho de crescimento) comparado com países industriais e em transição

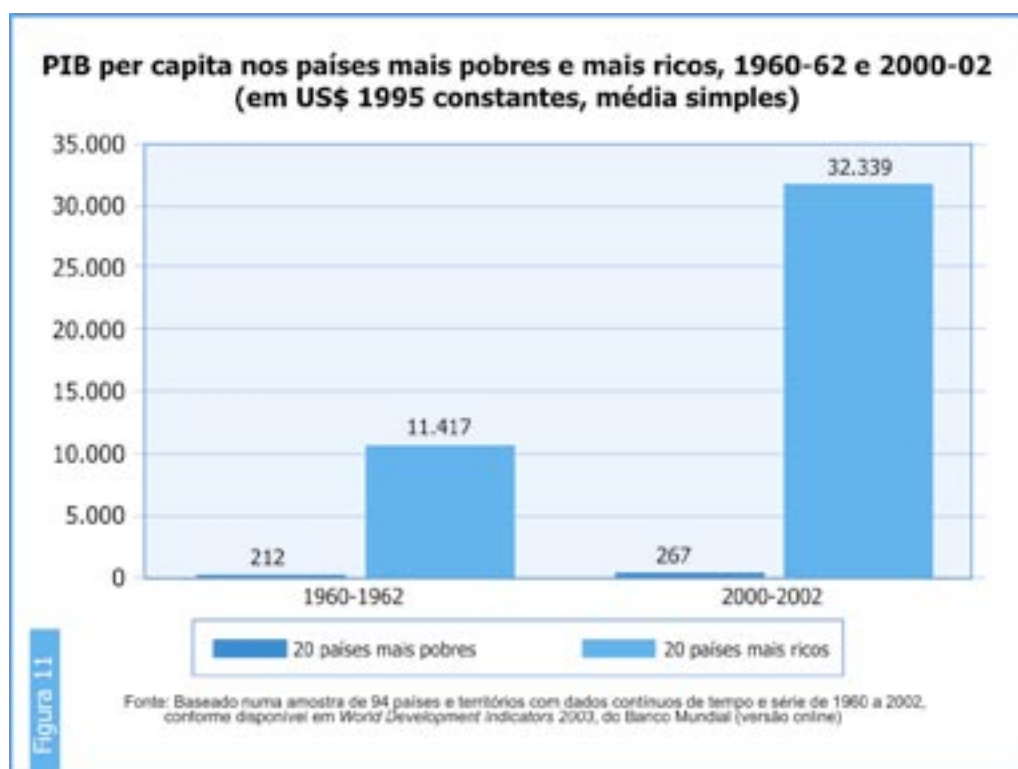
		Países industriais	Países em desenvolvimento com taxa de crescimento per PIB de					Países em Transição ¹
			←>3% ² →	2-3%	1-2%	0-1%	<0%	
Número de países		22	16 (14)	12	20	14	23	17
% parcela população mundial (2001) ³		13.8	44.7 (7.1)	5.6	10.3	7.5	4.8	5.3
Crescimento PIB (em %), 1985-2001		2.5	7.3 (6.2)	4.2	3.4	2.3	1.8	- 1.1
Crescimento População (em %), 1985-2001		0.65	1.5 (1.6)	2.0	2.2	2.1	2.6	- 0.3
% particip. em comércio global (incluindo países em transição)	1991	53.9	18.5 (10.3)	3.2	6.6	3.1	4.7	10.0
	2001	48.4	26.6 (11.3)	2.9	6.7	3.0	3.6	8.9
% particip. no IED global (incluindo países em transição)	1991	54.4	24.6 (13.7)	2.2	10.2	3.0	2.9	2.7
	2001	52.9	22.2 (2.7)	2.0	5.8	6.9	4.3	5.8

¹ As taxas de crescimento para países em transição são calculadas para o período de 1991-2002.

² A segunda coluna exclui a China e a Índia.

³ Os 124 países incluídos na amostragem foram responsáveis por 92 por cento da população mundial estimada de 6.129 bilhões em 2001.

Fonte: Os dados básicos foram de *World Development Indicators* (CD-ROM, 2003), do Banco Mundial.



179. A expansão dos mercados globais de bens e serviços proporcionou novas saídas para suas exportações, enquanto o surgimento de sistemas de produção global e regras de investimento liberalizadas geraram novas oportunidades para suas EMs, aumentando seu alcance e poder de mercado. Do mesmo modo, o crescimento dos mercados financeiros globais criou oportunidades ampliadas para investimentos com retornos mais elevados nos mercados emergentes. Além disso, sua liderança tecnológica, juntamente com o fortalecimento das regras internacionais sobre DPIs por meio da OMC, aumentou seus ganhos devidos a *royalties* e taxas de franquia. Entretanto, esses benefícios foram parcialmente prejudicados por problemas internos de ajuste que geraram perdas para alguns trabalhadores.

180. Outro grupo que conseguiu evidentes e significativos benefícios foi a minoria de países em desenvolvimento que obtiveram muito sucesso no aumento de suas exportações e na atração de grandes fluxos de IED. Em primeiro lugar, nesse grupo estavam as NIEs do Leste da Ásia que se aproximaram dos níveis de renda e de estruturas econômicas dos países industrializados. Outros países de renda média na Ásia, os países candidatos a membros da UE e países da América Latina, como México e Chile, parecem estar também no caminho certo para alcançar esses níveis.

Uma minoria de países em desenvolvimento obteve benefícios significativos

181. Esses países, em sua maioria, tinham condições iniciais relativamente favoráveis em termos de industrialização anterior, do nível de desenvolvimento de recursos humanos, de infra-estrutura de transporte e comunicação e de qualidade das instituições econômicas e sociais. Mas nem todos buscaram as mesmas estratégias de desenvolvimento. Especialmente a China, a Índia e o Vietnã, países com grandes mercados internos, não seguiram as estratégias ortodoxas de liberalização, enquanto a República da Coreia, por exemplo, confiou na forte intervenção do governo para dar partida a seu desenvolvimento industrial.

182. No outro extremo, a exclusão dos PMDs, inclusive a maior parte da África Subsaariana, dos benefícios da globalização continua sendo uma realidade persistente. Os PMDs estão presos a um círculo vicioso de limitações integradas, inclusive pobreza e analfabetismo, guerra civil, desvantagens geográficas, governança fraca e economias inflexíveis que dependem grandemente de um único produto. Além disso, muitos estão também sobrecarregados por uma alta dívida externa e prejudicados pela contínua queda no preço de produtos primários. A esses problemas soma-se o contínuo protecionismo agrícola nos países industrializados. Isso restringe o acesso ao mercado enquanto as importações subsidiadas minam os produtores agrícolas locais.

Os PMDs continuam excluídos dos benefícios da globalização

Impacto da liberalização do comércio, do investimento e das finanças

183. Mais compreensão de como os elementos fundamentais da globalização afetaram os países pode ser obtida do crescente acervo de estudos de países sobre essas questões. Uma generalização mais ampla que decorre desses estudos é que o impacto tem sido variegado.

184. Por exemplo, estudos recentes da OIT sobre o impacto do comércio no emprego e salários no setor manufatureiro mostrou impactos claramente contrastantes entre os países.¹² Nas três economias emergentes da Ásia estudadas, o crescimento do comércio teve efeito geralmente favorável sobre emprego e salários na produção. Em contrapartida, em países da América Latina, como o Brasil e o México, o emprego na área de produção não sofreu nenhuma mudança significativa ou mesmo caiu. Os salários reais de trabalhadores não qualificados tenderam a declinar e o diferencial salarial entre os trabalhadores qualificados e os não qualificados aumentou de forma relativamente acentuada.

¹² Ajit Ghose: "Jobs and Incomes in a Globalizing world" (Genebra, OIT, 2003).

Nenhuma receita universal para melhor enfoque da liberalização do comércio

185. Esses estudos e outros semelhantes sugerem que a relação entre liberalização do comércio e crescimento no emprego é provavelmente “contingente, dependendo de um grande número de países e das características externas”.¹³ É provável que as diferentes circunstâncias de país (como nível de renda, ou se um país tem relativa vantagem em produtos primários ou produção) assegurem diferentes estratégias de liberalização do comércio. Não há, portanto, uma receita simples universalmente válida para o melhor enfoque da liberalização do comércio.

186. Com relação a IED, a evidência sugere que, em geral, o investimento estrangeiro aumenta o crescimento. Embora esse crescimento possa ter também efeito positivo sobre o emprego, isso pode ser contrariado por efeitos de intenso deslocamento de empresas locais incapazes de competir e pela introdução de tecnologias de capital intensivo por empresas estrangeiras. Todavia, a evidência empírica do impacto do IED no emprego é pouca e não permite simples generalização.

187. Os investimentos externos podem também causar aumento da taxa de crescimento quando há benefícios indiretos da transferência de tecnologias e aptidões para a economia local. Nesse caso, o investimento eleva a produtividade e a renda da mão-de-obra e assim gera um efeito positivo para o crescimento e o emprego. Mais uma vez, os dados empíricos revelam resultados diferentes. Enquanto países como Cingapura e Irlanda passaram por fortes efeitos indiretos, isso não ocorreu em todos os países. A principal lição aprendida das histórias de sucesso é que um pré-requisito fundamental é a presença de empresas locais capazes de absorver as novas tecnologias e responder a novas demandas. Da mesma forma, são vitais as políticas para desenvolver os sistemas locais de educação, formação e tecnologia e construir redes de fornecedores e instituições de apoio.

188. Mas, os dados disponíveis sobre o impacto do IED no crescimento e emprego oferecem apenas respostas parciais à complexa questão de quais têm sido os benefícios líquidos do IED para um país receptor. Uma avaliação completa terá que dar o devido peso a fatores tais como: o impacto do IED em empresas de pequeno e médio portes e em produtores pobres; conflitos potenciais de interesse entre firmas estrangeiras e países hospedeiros e o impacto do IED no padrão de comércio e na balança de pagamentos. Como funciona a balança de custos e benefícios depende grandemente das características e das políticas do país, mas importam também as tendências internacionais. Essas incluem a crescente flexibilidade de localização do IED e a crescente influência de EMs em áreas como a propriedade intelectual e fluxos comerciais e financeiros na economia global.

São poucos os benefícios do aumento da liberalização da conta de capital

189. Sobre a liberalização da conta de capital, está se generalizando a convicção de que os benefícios do crescimento dela derivados são poucos. Mesmo não considerando o caos econômico e social causado por crises, os ganhos para os países em desenvolvimento da participação no sistema financeiro global atual têm sido cada vez mais questionados. Os benefícios potenciais em termos de mais acesso aos mercados financeiros internacionais têm sido freqüentemente reduzidos ou negados pela instabilidade. Esse problema é particularmente grave em países com sistemas financeiros pouco regulamentados.

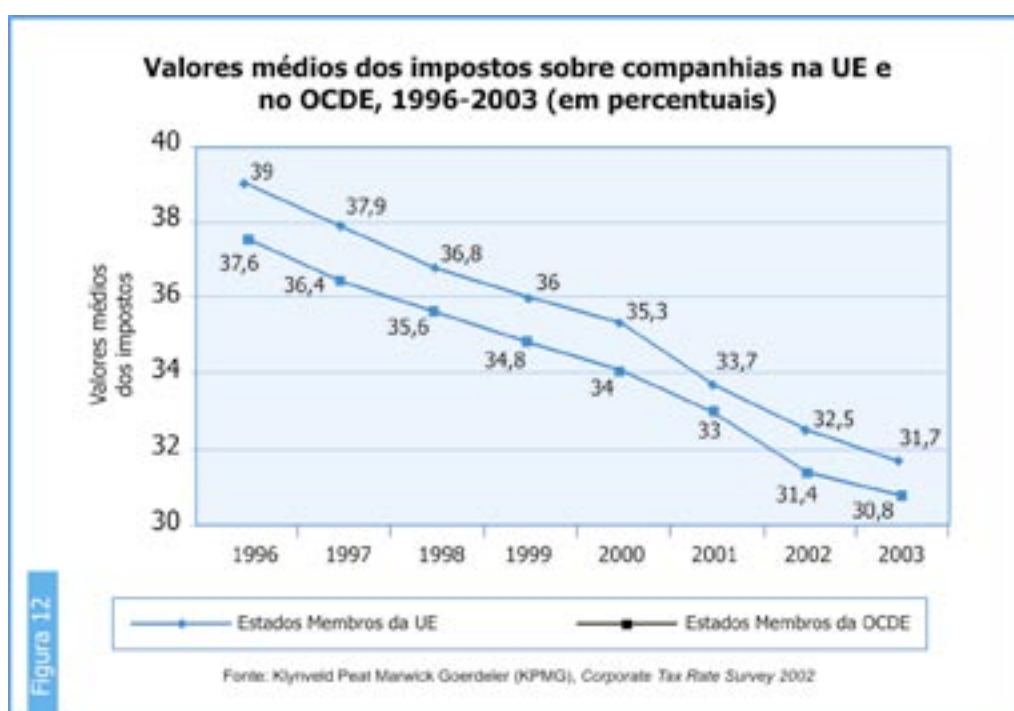
Fluxos especulativos de curto prazo têm sido prejudiciais

190. Uma falha estrutural básica tem sido a predominância de fluxos especulativos de curto prazo no sistema. Isso tem levado a surtos de entradas de capital quando as contas de capital são abertas, produzindo-se rapidamente o processo contrário, amplamente induzido por uma busca de ganhos especulativos em curto prazo que não só tem deixado de contribuir para um aumento em investimento produtivo como também tem criado novas restrições à política de desenvolvimento.

¹³ Francisco Rodriguez e Dani Rodrik: “Trade Policy and Economic Growth: A Sceptic’s Guide to the Cross-National Evidence”, em B. Bernanke e K. Rogoff: *NBER macroeconomics Annual 2000* (Cambridge, MA, MIT Press, 2000).

191. A abertura financeira tem também, em alguns casos, levado à má distribuição de recursos e a aumento no custo real de capital. A má distribuição acontece quando informações falhas levam emprestadores estrangeiros a financiar investimentos incertos. O custo real do capital é também aumentado quando os governos elevam as taxas de juros para manter a estabilidade da taxa cambial. Outros efeitos colaterais da abertura financeira têm sido a necessidade de manter um nível significativamente mais elevado de reservas cambiais e maior vulnerabilidade de evasão do capital nacional.

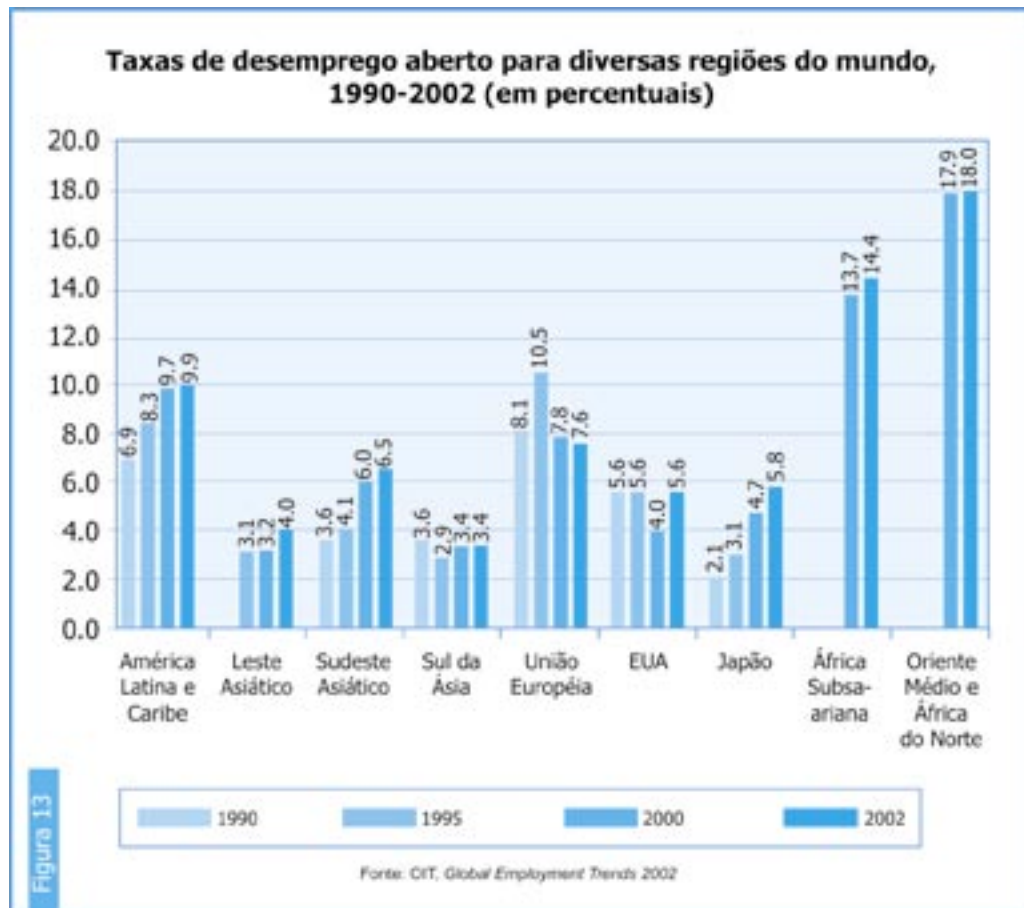
192. Mais fundamentalmente, a abertura financeira tem limitado o espaço para se desenvolver uma política macroeconômica contracíclica. O motivo disso está no fato de que, com a abertura financeira, os países devem renunciar à sua autonomia sobre a taxa de câmbio ou sobre política monetária. Com as contas de capital abertas, manter uma taxa cambial fixa implica abrir mão da liberdade de fixar as taxas de juros internos, enquanto o controle desses juros só pode ser recuperado permitindo-se que a taxa cambial flutue. Além disso, o campo de aplicação de políticas fiscais expansionistas costuma ser limitado pelas demandas de financiadores estrangeiros.



193. A globalização também afeta as finanças públicas. Especialmente a taxa dos impostos caíram para fatores de produção relativamente mais móveis. Nos 30 países mais ricos do mundo, o nível médio de imposto das empresas caiu de 37,6 por cento, em 1996, para 30,8 por cento em 2003 (figura 12). Os incentivos de impostos para atrair IED contribuíram para a redução das taxas médias de impostos. Fenômeno semelhante pode ser visto na tributação de ganhadores de renda elevada, que são também relativamente mais móveis. Entre 1986 e 1998, a taxa máxima do imposto marginal sobre renda de pessoa física caiu na grande maioria dos países, tanto de renda alta como baixa, muitas das vezes de forma substancial.¹⁴ Essas mudanças nas taxas de imposto não reduzem necessariamente as receitas fiscais globais, uma vez que taxas de imposto menores

¹⁴ Vide Raymond Torres: *Towards a socially sustainable world economy* (Genebra, OIT, 2001)

podem também reduzir a evasão de impostos e incentivar a produção. Há, todavia, preocupação com o impacto distributivo dessas reduções nas taxas de imposto para fatores móveis de produção. Maior recurso a impostos indiretos e a impostos sobre fatores relativamente imóveis como a mão-de-obra torna os sistemas tributários menos progressivos numa época em que a desigualdade de renda tem aumentado em diversos países de renda alta e média.



Emprego, desigualdade e pobreza

194. Para avaliar o impacto social da globalização é essencial ir além do desempenho econômico e examinar o que aconteceu ao emprego, à desigualdade de renda e à pobreza nas últimas duas décadas de globalização.

Aumentaram
as taxas de
desemprego
declarado

195. Para o mundo em geral, as mais recentes estimativas da OIT mostram que o desemprego declarado aumentou, na última década, para cerca de 188 milhões em 2003. Entretanto, o desempenho do desemprego nas duas últimas décadas variou de região para região (figura 13). Pode-se observar também que no mundo em desenvolvimento as taxas de desemprego têm aumentado desde 1990 na América Latina e no Caribe e no Sudoeste Asiático, e desde 1995 no Leste da Ásia. Um fator por trás da elevação do

desemprego nessas regiões foi a crise financeira no final da década dos 90. Por exemplo, em alguns principais países afetados por crises, as taxas de desemprego declinaram após a crise, mas em muitos casos não para o nível de pré-crise (figura 14).

196. A proporção do emprego autônomo, que para a maioria das regiões em desenvolvimento é um indicador representativo do porte da economia informal, aumentou em todas as regiões em desenvolvimento, à exceção do Leste e do Sudeste Asiático (figura 15). Dados diretos sobre emprego na economia informal não estão disponíveis.

197. Nos países industrializados, o desempenho do emprego tem sido também múltiplo. Na última década, houve um aumento estável de desemprego no Japão, mas um acentuado declínio no desemprego em algumas pequenas economias abertas da Europa, bem como no Reino Unido. Os Estados Unidos também passaram por um declínio no desemprego, apesar de perdas substanciais de empregos em algumas indústrias, até à recente recessão econômica.

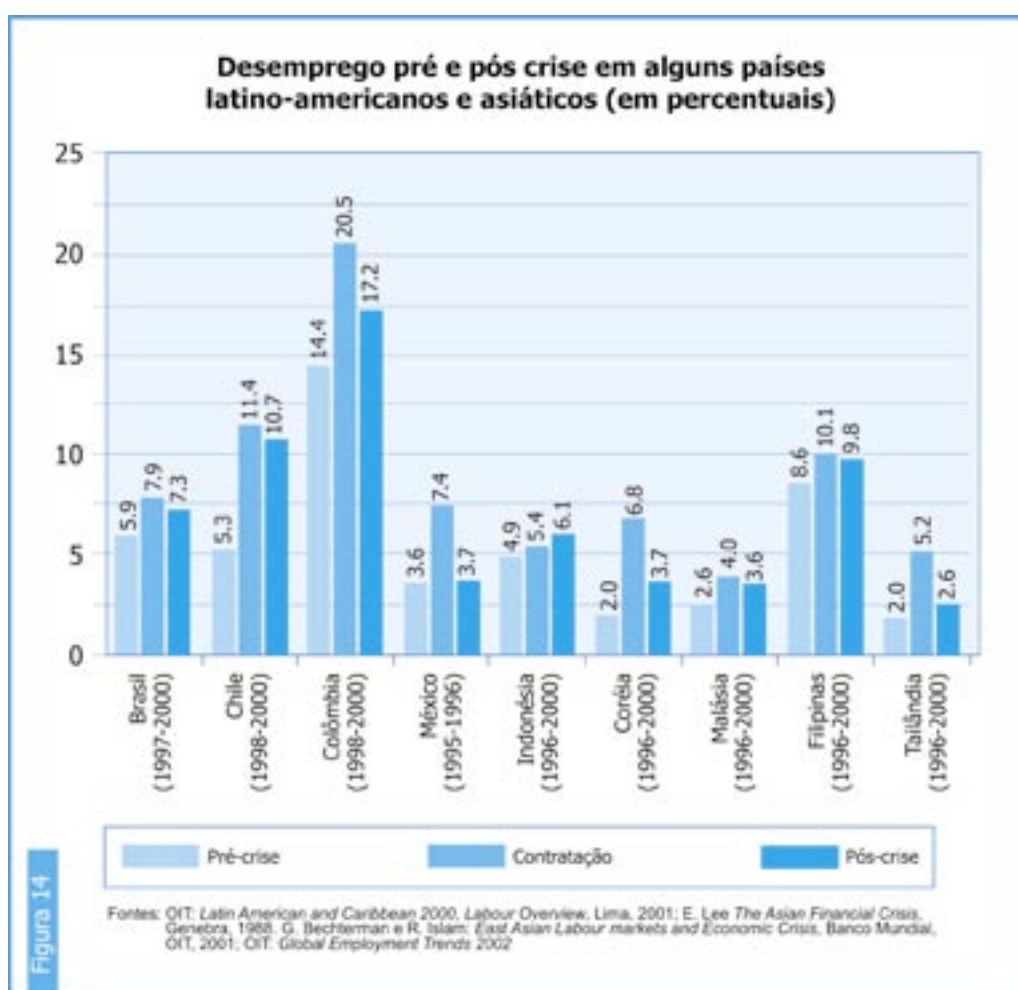


Figura 14

**Emprego autônomo não agrícola, 1980-89 e 1990-2000
(em percentuais do total de empregos não agrícolas)**

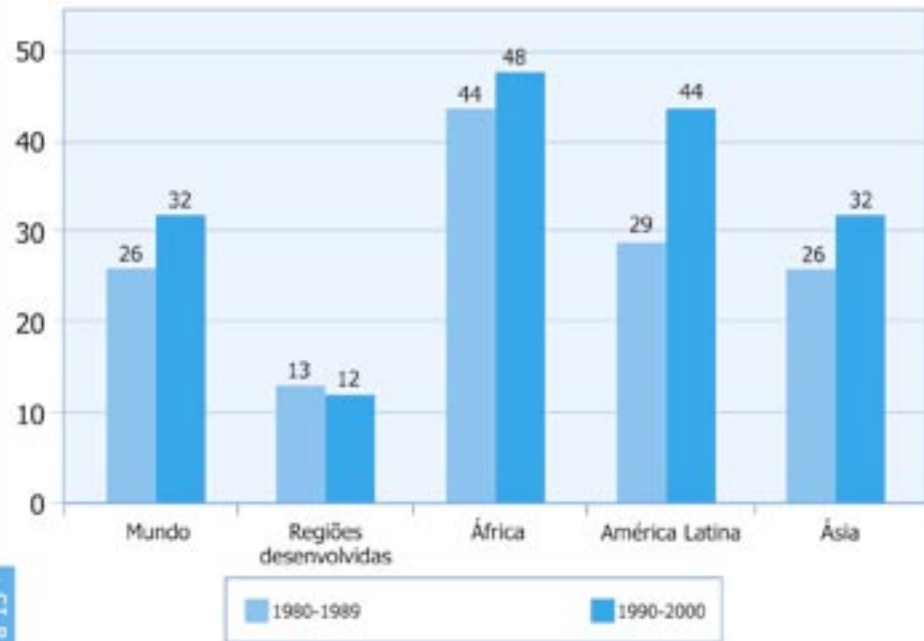


Figura 15

Fonte: OIT, Women and men in the informal economy, 2002

**Proporção dos 10 por cento dos trabalhadores mais bem-pagos com
os 10 por cento mais mal-pagos, meados das décadas de 80 e 90**

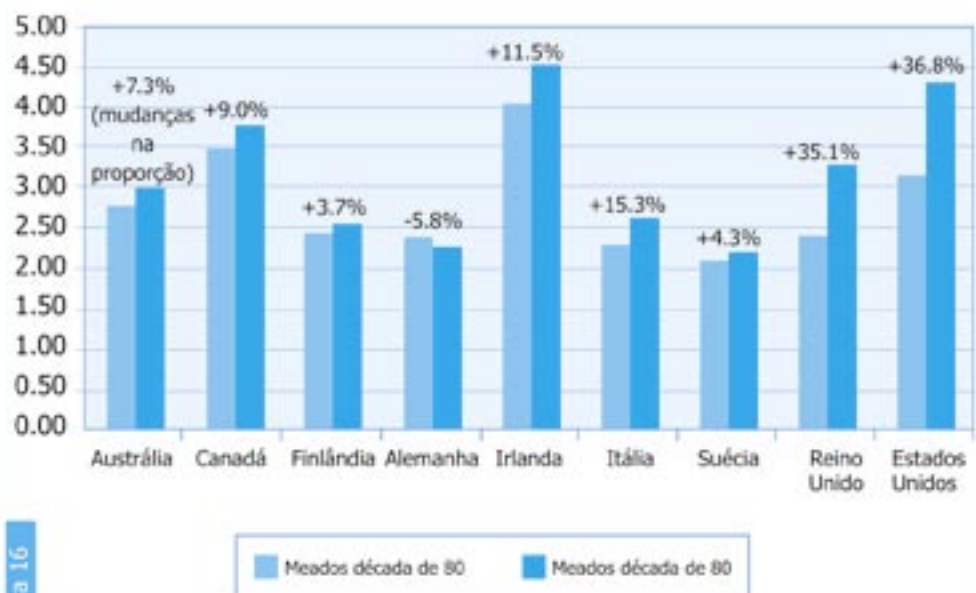
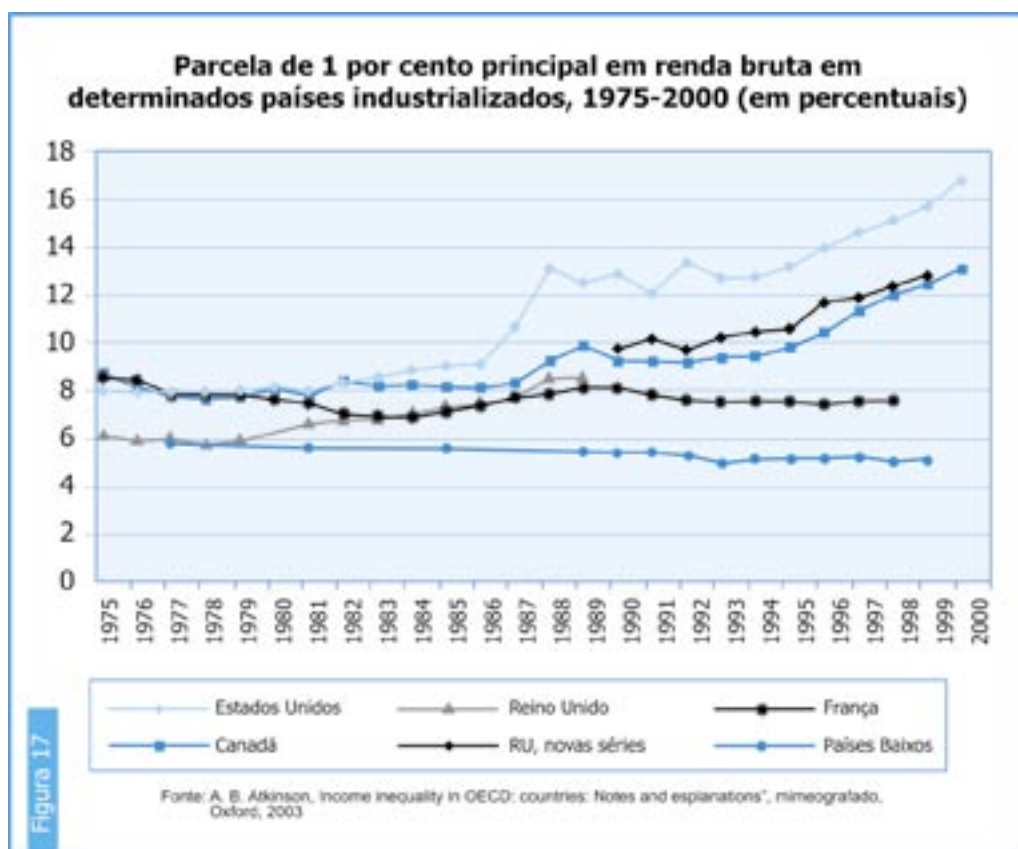


Figura 16

Fonte: OCDE, Employment Outlook (várias edições)

198. A desigualdade de renda aumentou em alguns países industrializados, que se tem refletido no aumento da participação de capital na renda nacional, bem como num aumento da desigualdade salarial entre meados da década dos 80 e meados da década dos 90 (figura 16). Mais surpreendente foi o acentuado aumento na parcela de um por cento dos principais recebedores de renda nos Estados Unidos, Reino Unido e Canadá (figura 17). Nos Estados Unidos, a participação desse grupo atingiu 17 por cento da renda bruta em 2000, nível visto pela última vez na década de 1920. Esse aumento da concentração da riqueza foi o principal fator no crescimento da desigualdade de renda nos Estados Unidos; a queda da parte correspondente ao decil mais baixo dos assalariados vem passando por processo contrário desde 1995.



199. A criação de riqueza é importante para a análise da globalização, uma vez que rendimentos excepcionalmente elevados têm sido caracteristicamente ligados a compensações pagas pelas EMs ao desenvolvimento de novas empresas com alcance global e “estrelato” internacional. Maior concentração de riqueza costuma implicar mercado e poder político crescentes, tanto nacional como global, para quem dela se beneficiar. Representa também importante influência nas percepções da globalização pelas pessoas.

200. Fora dos países industrializados, deu-se um quadro igualmente variegado de mudanças na desigualdade de renda (figura 18). Enquanto a grande maioria de países têm passado por aumento na desigualdade de renda, permanece em aberto a questão sobre até que ponto a globalização deve ser responsabilizada.

Mudanças na desigualdade de renda em 73 países, dos anos 60 a 90

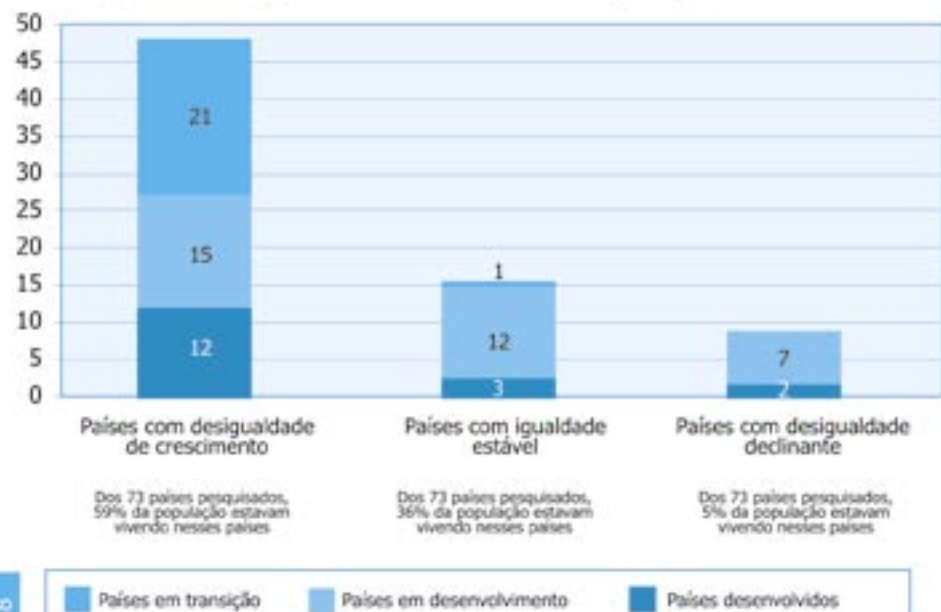


Figura 18

Fonte: Giovanni Andrea Cornia e Sampa Kiski, *Trends in Income Distribution in the Post-World War II Period: Evidence and Interpretation*, WIDER Discussion Paper n° 89, UNU/WIDER, Helsinque, 2001

Pessoas vivendo com menos de US\$1 por dia, de 1999 a 2000 (milhões)

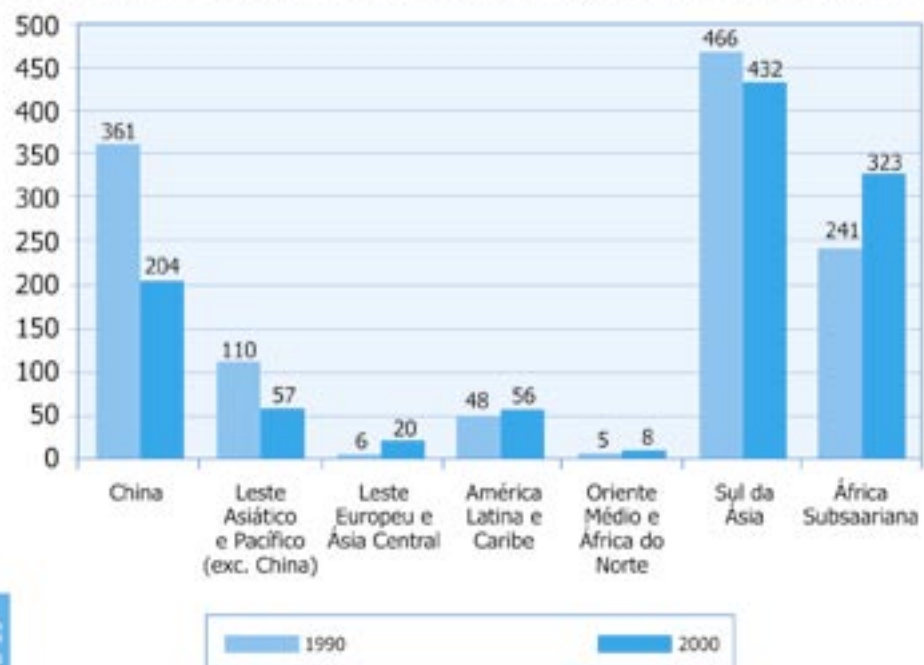


Figura 19

Fonte: Banco Mundial, *Global Economic Prospects 2004*

201. O impacto da globalização na pobreza é também difícil de ser avaliado. O número de pessoas que vivem na pobreza absoluta em todo o mundo caiu significativamente de 1,237 bilhão em 1990 para 1,100 bilhão em 2000. Entretanto, a maior parte dessa melhoria é resultado das mudanças em apenas dois grandes países, China e Índia, onde vivem 38 por cento da população mundial. Só na China, o número de pessoas que vivem na pobreza caiu de 361 milhões para 204 milhões. Em outros lugares, na África Subsaariana, Europa e Ásia Central, América Latina e Caribe, a pobreza aumentou cerca de 82, 14 e 8 milhões, respectivamente (figura 19). Entretanto, fatores regionais e específicos de países não ligados à globalização foram também fatores-chave nessas diferenças na redução da pobreza.

202. Tudo isso gera uma ambigüidade básica na interpretação dos dados sobre as tendências na pobreza mundial. Embora seja, evidentemente, motivo de celebração que a pobreza mundial esteja sendo reduzida, isso pouco serve de consolação para quem está fora dos poucos países nos quais esses ganhos têm sido concentrados.

203. Outra ambigüidade é que pode haver custos sociais reais envolvidos mesmo se indicadores agregados, como a taxa de desemprego ou o nível de pobreza, não revelarem qualquer deterioração. O motivo para tanto é que a estabilidade dessas taxas poderia mascarar um considerável “agitação” nos mercados de trabalho e nas movimentações para dentro e para fora da pobreza. Há certa evidência de que esses fenômenos tornaram-se mais notados com o aumento da globalização. Mais uma vez, é um prêmio de consolação para os que perderam seus empregos ou caíram na pobreza que outros, tendo tido sorte contrária, evitaram a queda na taxa de desemprego ou de pobreza.

204. Esse tipo de mobilidade é uma das principais razões pelas quais as pessoas têm diferentes percepções do impacto social da globalização. A experiência pessoal (ou observações diretas) de perda de emprego ou de renda por determinados grupos sociais ou localidades influi muito nas percepções, independentemente do que possa ser o quadro geral. Conseqüentemente, pelo menos parte do acalorado debate sobre o impacto social gira em torno dessas diferenças de percepção e da forma de como são interpretados os indicadores sociais.

205. O variegado quadro que resulta da análise do desempenho econômico e das mudanças no emprego, na desigualdade e na pobreza torna extremamente difícil generalizar sobre qual foi o impacto da globalização. Isso se deve, em parte, à complexidade do fenômeno da globalização. Resultados observados, como mudanças no nível de desemprego e de pobreza, refletem os resultados conjuntos de um complexo de interlocutores dos quais a globalização, apesar de amplamente definida, é apenas um deles. Fatores domésticos estruturais, como o grau de desigualdade na distribuição de renda e riqueza e a qualidade da governança, são geralmente importantes influências fundamentais nesses resultados. Convém evitar o erro comum de se atribuírem todos os resultados observados, positivos ou negativos, inteiramente à globalização.

Impacto nas pessoas

206. Esta seção procura, além das variáveis econômicas, enfocar como a globalização afetou as vidas das pessoas. A globalização implica mudanças na estrutura econômica, nos preços relativos e nas possibilidades e tendências de consumo, que, por sua vez, afetam o emprego, a forma de vida e a renda das pessoas. Invariavelmente, algumas foram adversamente afetadas enquanto outras ganharam com esse processo muitas vezes intenso de mudança.

Em muitos países, alguns trabalhadores foram adversamente afetados

207. Os benefícios econômicos e os custos sociais da globalização não estão igualmente distribuídos entre grupos sociais. Em muitos países, alguns grupos de trabalhadores foram adversamente afetados pela liberalização do comércio e pela transferência da produção para economias de baixos salários. Embora isso tenha ocorrido até agora principalmente com trabalhadores não qualificados, alguns qualificados e profissionais também têm sido afetados por medidas como a terceirização de *software* e o aumento do comércio de serviços profissionais e a crescente imigração de profissionais qualificados de países em desenvolvimento. Ao mesmo tempo, a mão-de-obra organizada nos países industrializados tem acusado a globalização de beneficiar desproporcionalmente empresas multinacionais e interesses financeiros.

Pessoas com capital, capacidade empreendedora, educação e qualificações foram beneficiadas

208. Como no caso de países, entre as pessoas que mais se beneficiaram com a globalização estão as ligadas (como acionistas, gerentes, trabalhadores ou terceirizados) a EMs bem-sucedidas e a empresas nacionais internacionalmente competitivas. De forma mais geral, se beneficiaram todos os favorecidos com bens de capital e outros, habilidade empresarial, educação e qualificações que estão em demanda crescente.

209. Pelo contrário, entre os adversamente afetados estão as pessoas ligadas a empresas competitivas que não conseguiram sobreviver à liberalização do comércio ou à entrada de empresas estrangeiras. Entre as empresas estão as anteriormente muito protegidas por barreiras comerciais, empresas estatais subsidiadas e empresas de pequeno e médio porte com limitada capacidade de se ajustarem a uma rápida liberalização da economia. Produtores empobrecidos de importáveis, tanto na economia urbana informal como na agricultura, têm sido particularmente vulneráveis ao influxo de importações baratas e mudanças drásticas nos preços relativos e na disponibilidade de insumos. Esses produtores também não têm capacidade de aproveitar das novas oportunidades econômicas geradas, porque lhes falta capital e acesso ao crédito, a serviços de informações e de publicidade.

Trabalhadores pobres, analfabetos e não qualificados e povos indígenas tiveram perdas

210. Outros que perderam, exceto em países que passaram por rápido crescimento, têm sido trabalhadores pobres, os sem-posses, analfabetos e não qualificados e povos indígenas. Isso ocorreu não só como resultado do principal impacto econômico da globalização como também de seus efeitos indiretos. Por exemplo, a crescente mobilidade de capital, combinada com altos níveis de desemprego, enfraqueceu a posição de barganha de trabalhadores frente empregadores. Ao mesmo tempo, a crescente competição internacional por mercados e por IED gerou pressões para aumentar a flexibilidade do mercado de mão-de-obra e deteriorar a proteção da mão-de-obra. Por conseguinte, apesar dos efeitos positivos de IED descritos anteriormente e o fato de trabalhadores em empresas estrangeiras receberem em geral mais do que nas empresas locais, tem havido constantes preocupações com a qualidade inadequada do emprego gerado em algumas partes do sistema de produção global. Isso acontece principalmente com o emprego em empresas que atuam como subcontratadoras para EMs em indústrias de mão-de-obra intensiva, como vestuário e calçado. Isso tem posto em foco a importância de ação internacional para proteger os direitos fundamentais dos trabalhadores em todos os países.

211. Um grupo particularmente vulnerável é o dos povos indígenas. Onde sua integração na economia global ocorreu sem seu prévio e livre consentimento e sem a adequada proteção de seus direitos, modos de vida e cultura, os efeitos adversos foram mais graves. Nesses casos, investimentos em indústrias extrativas, grandes hidrelétricas e plantações têm levado a deslocamentos maciços, a ruptura dos meios de vida, degradação ecológica e violação de seus direitos humanos básicos.

212. Acredita-se, em geral, que o aumento da competição fiscal, juntamente com a nova doutrina em favor da redução do papel do Estado, vem diminuindo a capacidade arrecadadora de governos. Em muitos casos, tem gerado a redução nos gastos públicos

vitais para os pobres, como as despesas com saúde, educação, sistemas de segurança social, serviços de extensão agrícola e redução da pobreza. Por exemplo, a figura 20 mostra os declínios nos gastos com educação em diversas regiões do mundo no final dos anos 90.

213. Esses gastos, feitos com eficiência, são vitais para a redução da pobreza e para aumentar a capacidade de as pessoas se beneficiarem com a globalização. A educação, por exemplo, é um elemento-chave em uma economia global na qual educação, aptidões e conhecimento são cada vez mais importantes para a sobrevivência econômica, sem falar de sucesso. Apesar disso, o nível de investimento em educação é inteiramente inadequado. Dos 680 milhões de crianças na idade escolar primária nos países em desenvolvimento, 115 milhões não estão na escola, dos quais 65 milhões são meninas. E das crianças que iniciam o curso primário, só uma em duas o concluem.

214. Em alguns países, a globalização resultou em sérios desequilíbrios de gênero. A dimensão desse desequilíbrio depende grandemente do nível de igualdade de gênero predominante em normas, instituições e políticas de um país, quando ocorre a integração na economia global. Além disso, mulheres de grupos sociais diferentes em um determinado país são afetadas de forma diferente. Entretanto, em muitos países em desenvolvimento, as tradicionais desigualdades de gênero, profundamente arraigadas, têm indicado que o custo social da globalização recaiu desproporcionalmente sobre a mulher.

Investimento em matéria de educação é evidentemente inadequado

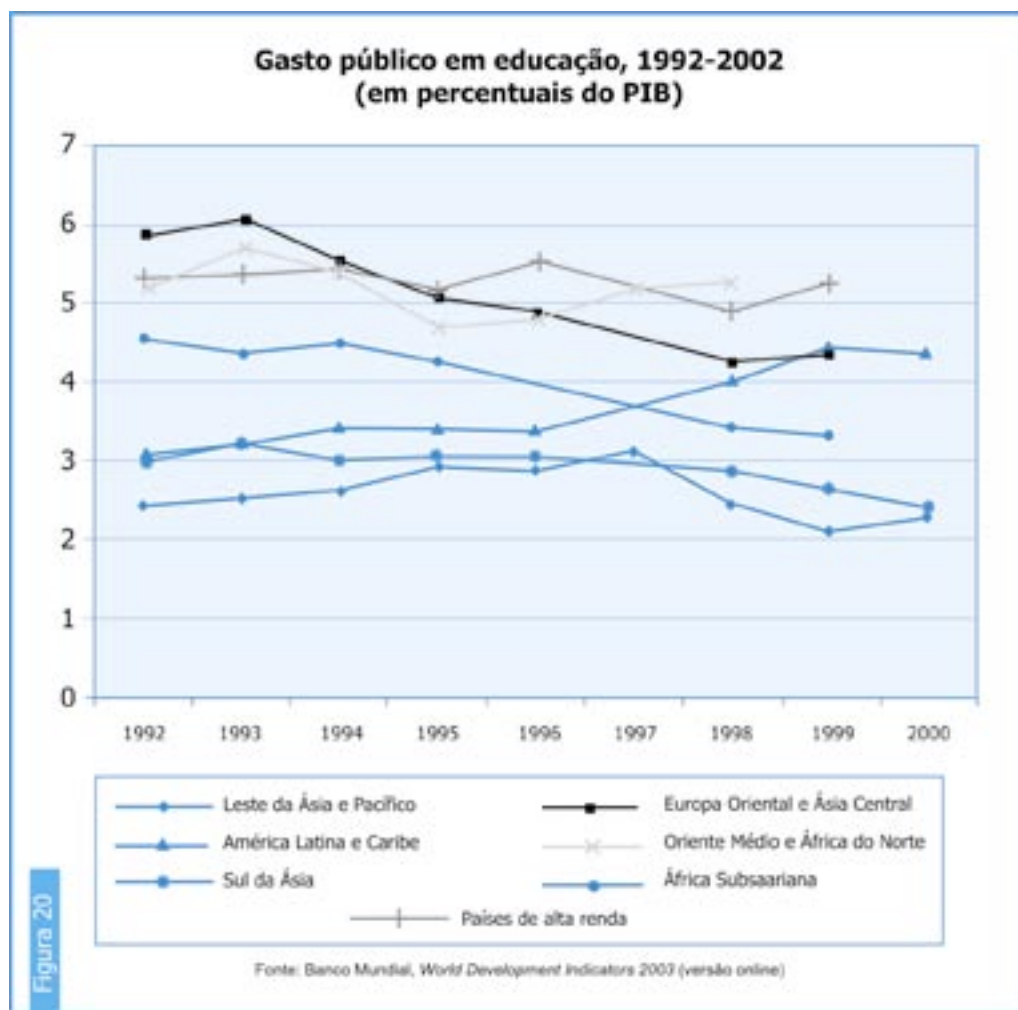


Figura 20

Muitas
mulheres foram
prejudicadas

215. Há sinais evidentes que ilustram as formas nas quais um número substancial de mulheres tem sido adversamente afetado pela globalização, tanto em termos absolutos como com relação ao homem. Por exemplo, a liberalização do comércio tem muitas vezes permitido a importação de produtos agrícolas subsidiados e bens de consumo que têm acabado com os meios de vida de mulheres produtoras. A entrada cada vez maior de empresas estrangeiras tem tido, muitas vezes, efeito semelhante, por exemplo, deslocando mulheres agricultoras de suas terras ou deixando-as fora da competição por matérias-primas essenciais a suas atividades produtivas. Ao mesmo tempo, a mulher produtora enfrenta tremendas barreiras à sua entrada em novas atividades econômicas geradas pela globalização. Isso ocorre em geral devido à predisposição no meio político e regulador tanto diretamente contra a mulher como contra o setor das micro e pequenas empresas nas quais elas predominam. A dimensão das desvantagens enfrentadas pela mulher produtora é observada no fato de a mulher possuir menos de 2 por cento da terra em todo o mundo e receber menos de 10 por cento do crédito.¹⁵

216. As mulheres têm sido também mais adversamente afetadas do que os homens nas crescentes crises financeiras geradas pela globalização e mais prejudicadas pelos cortes na proteção social.

217. Ao mesmo tempo, para muitas mulheres, a globalização representou melhoria de sua situação econômica e social. Entre essas estão os milhões de mulheres trabalhadoras absorvidas pelo sistema de produção global. Esse emprego assalariado permitiu rendas maiores do que nas situações anteriores, de servidão intrafamiliar ou de penosa e precária existência na economia informal. O emprego assalariado também permitiu a essas mulheres maior independência e potencial econômico e, de forma geral, elevou seu *status* social, mesmo nas sociedades mais opressivamente patriarcais.

Efeitos mais amplos

218. Há outras formas mais abrangentes nas quais a globalização alterou a vida das pessoas. Enfocamos dois aspectos principais dessas formas: maior interconexão e crescimento de atividades ilícitas entre fronteiras.

A interconexão
global aumentou
a conscientização
de disparidades
globais

219. O aumento maciço na interconexão global está afetando a vida das pessoas de diferentes formas, algumas previsíveis, outras imprevisíveis. Uma importante mudança é o aumento da conscientização global. Pessoas em toda parte estão agora muito mais informadas sobre acontecimentos e questões em todo o mundo. Esse fato fez crescer significativamente a conscientização das disparidades globais dos padrões de vida, das oportunidades de vida, dos direitos político-sociais e liberdades.

...melhorou a
qualidade da
democracia

220. Para as pessoas que vivem em regiões relativamente desfavorecidas do mundo, isso tanto aumenta suas expectativas como reduz sua tolerância da situação em que se encontram. Esse tem sido provavelmente significativo fator da expansão da democracia e das crescentes demandas por liberdades políticas onde ainda são negadas. A crescente disponibilidade de informações tem criado também grupos de pressão e eleitores mais bem-informados e mais críticos, uma vantagem para a qualidade da democracia.

... e forjou um
sentido mais forte
de comunidade
global

221. Para pessoas dos países mais ricos, a revolução da informação está ajudando a gerar um sentido mais forte de comunidade global e de solidariedade transnacional, conforme observado no explosivo crescimento das coalizões globais de interlocutores não estatais em torno de questões de preocupação universal, como a própria globalização, o meio ambiente, direitos humanos, ajuda humanitária e exploração do trabalho.

¹⁵ FAO: *Women and sustainable food security* (SD Dimensions, SDWW, 2003) (<http://www.fao.org/sd/fsdirect/fbdirect/FSP001.htm>).

222. Essa revolução global na informação tem afetado também claramente culturas e valores sociais. Esses tipos de mudanças, entretanto, são difíceis de ser detectadas e documentadas. Uma questão discutida é o impacto da revolução da informação nas culturas locais e nos valores mundiais. Há uma preocupação geral com o domínio impressionante da cultura e dos valores dos Estados Unidos e de outros países ocidentais na mídia global e na indústria de entretenimento. O receio é de que a constante exposição a imagens do estilo de vida e modelos ocidentais venha a criar tensões tendentes a divisões tanto culturais como sociais.

223. Outro efeito colateral da globalização tem sido um acentuado aumento no nível de atividades ilícitas transnacionais, que envolve aumento da evasão de impostos e o crescimento de sindicatos multinacionais do crime envolvidos na lavagem de dinheiro, tráfico de pessoas e comércio de sexo e drogas. Os mesmos interlocutores que têm facilitado o crescimento de legítimas transações econômicas transnacionais também propiciaram os meios para as transações transnacionais ilícitas. A revolução da TIC tornou mais fácil a coordenação transtranacional de atividades ilícitas, enquanto a liberalização financeira global facilitou a evasão de impostos e a lavagem de dinheiro. Da mesma forma, a acentuada queda nos custos de transporte e o crescimento do turismo de massa tornaram o contrabando de pessoas e drogas menos dispendioso e mais difícil de ser detectado.

224. Essa facilitação despercebida do crime transnacional tem sido também reforçada por dois outros fatores. O primeiro é o aumento dos retornos econômicos para o crime transnacional por meio da expansão de oportunidades lucrativas de arbitragem entre mercados (por exemplo, o surgimento de centros financeiros *off-shore* e de paraísos fiscais, e a crescente disparidade de renda entre países ricos e países pobres juntamente com rígidos controles de imigração). O segundo fator é o lento desenvolvimento de dispositivos multilaterais para detecção e supressão dessas atividades transnacionais ilícitas, o que reduz os riscos envolvidos. Nessas condições favoráveis, essas atividades têm florescido.

Atividades
transnacionais
ilícitas

III. GOVERNANÇA DA GLOBALIZAÇÃO

Introdução

III.1. Começando em casa

Capacidades e políticas nacionais

Fortalecendo o nível local

Integração regional como um passo à frente

III.2. Reforma da governança global

III.2.1. *Estrutura analítica*

Globalização e governança

Principais deficiências na governança global contemporânea

Desigualdade de resultados

III.2.2. *Regras justas*

Introdução

Espaço para o desenvolvimento nacional

Regras multilaterais para o comércio

Regras para os sistemas globais de produção

Reforma da arquitetura financeira

Mão-de-obra na economia global

III.2.3. *Melhoria das políticas internacionais*

Introdução

Recursos para objetivos globais

Alcançando objetivos fundamentais

Tornando o trabalho decente objetivo global

Integração de objetivos econômicos e sociais

III.2.4. *Instituições mais responsáveis*

Fortalecimento do sistema multilateral

Estados-nação

Parlamentos

Empresas

Organização do Trabalho

Diálogo social em sistemas globais de produção

Comunicações e mídia

Sociedade civil

Governança em rede



Introdução

225. Os objetivos definidos em nossa visão requerem ação concertada numa frente ampla. O principal impulso de nossas propostas de ação diz respeito à melhoria da governança da economia global. Acreditamos que a globalização tem amplo potencial de aumentar a eficiência econômica e o crescimento, proporcionando, assim, prosperidade econômica a todas as nações e pessoas. Mas, conforme demonstrou nossa análise anterior, estamos ainda longe de tornar realidade esses benefícios potenciais.

226. Uma razão básica disso é que o atual processo de globalização carece de governança efetiva e democrática. Estão faltando algumas instituições essenciais reguladoras e de apoio ao mercado, tornando o sistema propenso a diversas falhas de mercado. Além disso, as regras e instituições existentes são injustas com países pobres, tanto nas formas como foram elaboradas como em seu impacto. Isso é fruto da fraqueza de mecanismos para corrigir as grandes desigualdades entre os países e dentro deles para decidir sobre importantes prioridades sociais como a provisão de bens públicos globais¹⁶ e proteção social.

227. Em um mundo de Estados-nação, a governança da globalização está ligada à governança em nível nacional. Para tirar proveito das oportunidades da globalização e assegurar sua ampla e justa distribuição entre diferentes grupos nas nações, há necessidade de eficientes instituições políticas e legais, de sólidas capacidades econômicas tecnológicas e de políticas que integrem objetivos econômicos e sociais. Mais precisamente, países bem-governados, cujas políticas domésticas levem em conta as necessidades de outros países, serão parceiros mais eficazes na construção de um processo de globalização justo e mais inclusivo. É por isso que se pode dizer que a resposta à globalização começa em casa.

228. Começamos, portanto, na seção III.1, a examinar os instrumentos e os as opções que têm a disposição governos e os principais interlocutores nacionais para fortalecer instituições e políticas nacionais, visando melhorar seu desempenho econômico e social no contexto da globalização. Isso demanda, inicialmente, ação em nível nacional. Mas acreditamos que uma globalização mais justa precisa também de ação e poder em níveis diferentes – nas comunidades e economias locais e nas novas formas, de rápido desenvolvimento, de cooperação e integração regionais. Examinamos algumas das questões fundamentais em cada nível.

229. Passamos, em seguida, na seção III.2, à grande e complexa agenda para a reforma da governança global. Expomos primeiro a estrutura analítica para a governança da globalização, que é a base para nossas recomendações subseqüentes. São ressaltadas as deficiências no atual sistema de governança e os resultados não equilibrados delas decorrentes. Assim fazendo, identificamos ainda as reformas fundamentais que se fazem necessárias.

230. Na seção III.2.2, tratamos da primeira dessas áreas de reforma, as regras atuais que regem a economia global. Expomos que há necessidade de maior justiça e equilíbrio, tanto entre os países, especialmente entre os países ricos e os pobres, como nos países. Isso inclui tanto a injustiça de algumas das regras que existem para o comércio multilateral e os sistemas financeiros, bem como o impacto negativo da falta de regras adequadas em áreas como a migração internacional.

231. Na Seção III.2.3, apresentamos nossas propostas de uma série de políticas internacionais eqüitativas e coerentes, que cubram desde a ajuda ao desenvolvimento até a realização de objetivos sociais e econômicos globais. Essas políticas exercem importante

¹⁶ Por exemplo, o controle de doenças transmissíveis, proteção do meio ambiente e segurança global.

influência sobre a distribuição dos benefícios da globalização e seu impacto na pobreza. Destacamos, em particular, a urgente necessidade de aumentar substancialmente os recursos para atender os objetivos globais, para garantir que haja consistência e coerência entre objetivos econômicos e sociais e dar maior prioridade ao objetivo de trabalho decente para todos.

232. Finalmente, na Seção III.2.4, examinamos as principais instituições do atual sistema de governança global e o papel dos principais interlocutores envolvidos. Sugerimos medidas que podem ser tomadas para fortalecer a capacidade do sistema multilateral para tratar da dimensão social da globalização, tornando-a mais democrática, coerente e responsável, e mobilizar todos os interlocutores – tanto estatais como não estatais – para apoiar esse processo.

III.1. Começando em casa

Capacidades e políticas nacionais

Fortalecendo o nível local

Integração regional: um passo à frente

233. Todas as nações estão cada vez mais interdependentes e precisamos urgentemente de regras globais, políticas e instituições melhores e mais justas. Mas antes de entrar nessas questões essenciais, precisamos começar de casa. As pessoas vivem os problemas e as oportunidades de um mundo cada vez mais interconectado, muitas vezes diferentes para mulheres e homens em suas próprias comunidades e países. As políticas internas continuam a ser um fator-chave para saber se países e pessoas se beneficiam ou não da globalização. Precisamos examinar os meios e instrumentos disponíveis para governos e interlocutores sociais em seus países, para permitir que os cidadãos participem efetivamente dos ganhos da globalização e protegê-los e ajudá-los quando ajustes se fazem necessários.

234. A globalização leva a ajuste econômico em todos os países, industrializados e em desenvolvimento. Surgem novas oportunidades econômicas, mas podem exigir novas qualificações e aparecer em novos locais. A relocação da produção entre países pode destruir empregos em um local e criá-los em outros. Regiões inteiras sofrem onde a produção se concentra nos setores decadentes, enquanto outras se beneficiam de novas oportunidades. Os governos precisam administrar essas mudanças, em coordenação com os principais interlocutores sociais – apoiando o ajuste e novas oportunidades, habilitando as pessoas por meio da participação e de aptidões e protegendo cidadãos da insegurança. Os desafios são especialmente desanimadores para muitos países em desenvolvimento cujas instituições, capacidade e infra-estrutura precisam ser construídas e enfrentam simultaneamente um ambiente econômico cada vez mais competitivo.

235. Apesar de cada situação nacional ser diferente e de não haver uma agenda política universal, alguns problemas se repetem. As seções seguintes exploram a contribuição da governança democrática, a necessidade de mais capacidade do Estado para administrar o processo de integração na economia global e os desafios da economia informal. Estamos falando de investimentos em educação, trabalho e emprego e da necessidade de coerência entre objetivos econômicos, sociais e ambientais.

236. Isso não é apenas uma agenda nacional. Como as pessoas definem e alcançam seus objetivos e aspirações depende muito de seu ambiente econômico e social imediato. Políticas bem-sucedidas para responder à globalização precisam começar pelas comunidades locais. Sua força é um elemento decisivo em qualquer estratégia para fazer a globalização funcionar para pessoas.

Os governos
devem administrar
a mudança

237. Finalmente, a coordenação entre países em nível regional representa um caminho a mais para ampliar capacidades e fortalecer instituições. Observamos o papel que a integração regional pode desempenhar para alcançar um padrão mais justo de globalização.

Capacidades e políticas nacionais

Governança

Boa governança
é a base

238. Acreditamos firmemente na importância fundamental da boa governança em todos os países e em todos os níveis de desenvolvimento para participação efetiva e equitativa na economia global. Os princípios básicos que acreditamos devem orientar a globalização são democracia, equidade social, respeito pelos direitos humanos e estado de direito.¹⁷ Esses princípios precisam refletir-se em instituições, regras e sistemas políticos nos países e ser respeitados por todos os setores da sociedade.

239. A má governança manifesta-se em um grande número de problemas interligados que têm surgido em diversas combinações e graus em diferentes países. Exemplos incluem os Estados que não funcionam, arruinados por conflitos civis, diversos governos autoritários de diversas tendências e estados com governo democrático mas sérias desigualdades em termos de políticas e instituições necessárias para apoiar uma economia de mercado de bom funcionamento. Na maior parte dos casos extremos, há pouca esperança de melhoria sem intervenção e assistência internacionais. Em outros, onde as pré-condições básicas para a governança estão postas, há espaço considerável para produzir melhoria por meio de esforço nacional.

Boa governança
baseia-se na
democracia, no
império da lei e em
instituições sociais
e econômicas
equitativas

240. A base de uma boa governança é um sistema político democrático com bom funcionamento, que assegure governos representativos e honestos que atendam às necessidades do povo. Isso envolve mais do que assegurar a realização de eleições regulares, livres e justas. Implica também o respeito pelos direitos humanos em geral e, notadamente, pelas liberdades civis básicas como a liberdade de expressão e sindical, que inclua uma mídia livre e pluralista. Todo esforço deve ser feito para remover obstáculos ao crescimento de organizações representativas de trabalhadores e de empregadores, e ao diálogo social produtivo entre eles. Além disso, medidas proativas se fazem necessárias para promover o crescimento de organizações representativas dos grupos pobres e de outros socialmente desfavorecidos. Essas são condições fundamentais para o desenvolvimento de uma sociedade civil dinâmica que reflita a total diversidade de pontos de vista e interesses. São todos os meios de garantir processos participativos de elaboração e aplicação das políticas, e que permitam controle e equilíbrio constantes no exercício da autoridade governamental e do setor privado.

241. O estado de direito e a efetiva administração da justiça é a base. Uma estrutura legal equitativa, aplicada de forma consistente a todos, defende as pessoas contra o abuso do poder por interlocutores estatais e não estatais. Reforça as pessoas na afirmação de seus direitos – propriedade, educação, trabalho decente, liberdade de opinião e outros “trampolins” para o crescimento e o progresso humanos. Enquanto isso, esforços se fazem necessários tanto em nível nacional como local para garantir que a lei seja respeitada e aplicada e que todos os cidadãos, ricos e pobres, a conheçam e tenham condições de utilizá-la. Isso requer instituições governamentais transparentes e comprometidas nos níveis executivo, administrativo e legislativo, além de um poder judiciário independente. O acompanhamento público de orçamentos, contratos e licitações é também crucial

¹⁷ “Não pouparemos esforços para promover a democracia e fortalecer o estado de direito, bem como respeitar todos os direitos humanos e liberdades fundamentais internacionalmente reconhecidos, inclusive o direito ao desenvolvimento”, Declaração do Milênio das Nações Unidas, 2000.

– papel principalmente da responsabilidade de parlamentos, mas no qual organizações de trabalhadores e de empregadores e organizações representativas da sociedade civil tenham também parte importante a desempenhar.

242. A necessidade de boa governança estende-se também às instituições formais necessárias ao funcionamento eficiente e equitativo de uma economia de mercado. As exigências básicas incluem saudável sistema financeiro que mobilize poupanças e promova investimentos, regulamentação de mercados para evitar abusos e comportamento anticompetitivo, mecanismos para assegurar governança empresarial transparente e socialmente responsável e sistema efetivo para delinear direitos de propriedade e para a execução de contratos. Sem essas instituições, os países estão altamente em desvantagem no acesso aos mercados financeiros globais. Instituições do mercado de trabalho, inclusive estruturas legais apropriadas, liberdade sindical e instituições para diálogo e negociação são também essenciais para proteger os direitos fundamentais dos trabalhadores, dar proteção social e promover sólidas relações de trabalho. O diálogo social é um importante componente da boa governança e um instrumento de participação e responsabilidade. São também necessários meios para garantir que a desigualdade de renda e de riqueza permaneça nos limites aceitáveis de modo que a coesão social possa ser fortalecida.

243. Importante aspecto da governança nacional é a necessidade de os países levarem adequadamente em conta o impacto de suas políticas nacionais em outros países. Em um mundo interconectado, as políticas econômicas dos principais interlocutores na economia global têm um impacto substancial sobre todos os demais países. Os países com poder maior de tomar decisões em organismos internacionais têm também especial responsabilidade de considerar todos os interesses no mercado global. Há também descumprimento generalizado de cumprimento de compromissos e acordos assumidos nas conferências mundiais das Nações Unidas na década dos 90, especialmente quando envolvem recursos financeiros.¹⁸

244. Todos os países são afligidos por algumas formas de fraca governança. No setor público, a responsabilidade de servidores públicos e de administrações públicas é geralmente inadequada tanto nos países de alta como nos de baixa renda.¹⁹ Enquanto isso, no setor privado fraca governança empresarial tem-se tornada motivo de grande preocupação. Os tremendos abusos em 2001 e 2002 da administração da Enron, da Worldcom e da Global Crossing foram possíveis por causa do mau funcionamento de conselhos e práticas deficientes de auditoria e contabilidade. A corrupção é generalizada em muitos países em desenvolvimento, em detrimento principalmente dos mais pobres que estão excluídos de serviços e estão sujeitos a tratamento arbitrário. E os países industrializados não estão de modo algum livres de corrupção.²⁰ Além disso, práticas de corrupção em países em desenvolvimento envolvem muitas vezes também parcerias de países desenvolvidos dispostos a oferecer propinas substanciais.

245. Superar essas deficiências é um grande desafio na luta por melhor desempenho econômico. O processo de transformação econômica na Europa Central e Oriental ilustra-o bem. As outrora planejadas economias daquela Região estavam sobrecarregadas de instituições inadequadas ao funcionamento de uma economia de mercado. Havia falta de leis e de instituições judiciais claras para fazer cumprir os contratos, e de instituições para reger a entrada, e a saída, no mercado. A implementação de políticas de liberalização de preços e de privatização foi realizada antes de estar funcionando as

Governança fraca
generalizada

¹⁸ Por exemplo, vide as publicações anuais da Vigilância Global que informam sobre o que os governos fizeram para cumprir os compromissos assumidos em fóruns internacionais (www.socwatch.org).

¹⁹ Vide, por exemplo, *Transparency Deutschland, Positionen, Aktionen, Perspektiven*, 2003 (www.transparency.de).

²⁰ Transparência Internacional > *Global Corruption Report 2003* (Berlim, 2003).

instituições necessárias a uma economia de mercado, desviando esforços para atividades de retiradas de ativos e de busca de renda. Na falta de processos democráticos abertos, muitas instituições, inclusive partes do Estado, ficaram sujeita a interesses privados no processo de transição. O resultado foi um longo e prolongado período de declínios no PIB e de alarmante crescimento do desemprego, desigualdade e pobreza. A mudança mais recente de ênfase na reforma institucional tem gerado melhor resposta econômica, embora o progresso seja desigual.

Liberalização econômica e o Estado

Políticas para administrar a liberalização econômica devem adaptar-se às diferentes circunstâncias

246. As políticas econômicas adotadas por países em sua busca de sucesso na economia global têm muitas vezes envolvido uma política a longo prazo de liberalização do comércio, do investimento e das finanças. Isso associado à liberalização colateral da economia nacional envolvendo privatização, redução no papel do Estado na administração e regulamentação econômica e uma expansão geral do papel do mercado. Iniciado em alguns países industrializados no início da década dos 80, o modelo foi agora adotado em diversos contextos econômicos e sociais.

247. Políticas para a liberalização do mercado devem reconhecer a importância do ponto de partida – as diferentes situações de países industrializados e em desenvolvimento, a política pré-existente e o ambiente institucional, e o estado da economia e do ambiente econômico externo quando as políticas forem aplicadas. Caso contrário, não há garantia de que políticas de liberalização produzirão o resultado universalmente positivo previsto por seus promotores. Ao contrário, os resultados serão provavelmente variados, com resultados positivos em alguns casos e fortemente negativos em outros.

248. Uma questão importante é o ritmo e o sequenciamento do processo de liberalização. No passado, defendia-se e se adotava às vezes uma abordagem de “impacto” da liberalização. Isso envolvia uma liberalização geral, realizada simultaneamente. Hoje se reconhece, de forma geral, que isso foi um erro. As instituições de apoio e as estruturas reguladoras exigidas para uma economia de mercado têm que ser gradativamente desenvolvidas, e exigem muita capacidade da administração pública. A comparação entre as experiências de reforma na Europa Oriental e no Leste Asiático é ilustrativa.

Papel do Estado na administração de flutuações econômicas e na política macroeconômica

249. Isso destaca o importante papel do Estado na administração do processo de integração na economia global e na garantia de que atenda aos objetivos tanto econômicos como sociais. Esse papel inclui provisão de clássicos bens públicos com visíveis efeitos positivos como saúde, educação, lei e ordem; supervisão dos mercados e correção das deficiências e falhas do mercado; correção de efeitos colaterais negativos como a degradação ambiental; provisão de proteção social e salvaguarda do vulnerável e investimento em áreas de interesse público onde o investimento privado não está previsto. Essas funções essenciais do Estado precisam ser mantidas no contexto da globalização. Em muitas partes do mundo, o problema é a fraqueza da ação do Estado nessas áreas e a falta de qualquer expectativa realista de que a iniciativa privada possa preencher a lacuna. Outro papel importante do Estado está na limitação do impacto da globalização sobre a desigualdade de renda, por meio de tributação progressiva, políticas salariais, programas sociais e outros mecanismos.

250. A redução do papel do Estado que ocorreu em todo o mundo pode ter sido muitas vezes desejável, mas em muitos casos o ritmo foi muito rápido e o equilíbrio desastrosamente alterado. Embora no passado a intervenção econômica do Estado possa muitas vezes ter sido ineficaz ou maldirecionada, a globalização criou muitas e novas necessidades que o Estado tem agora de atender. Esse papel é hoje especialmente importante na falta de sólidas instituições para a governança global.

251. O novo desafio enfrentado pelo Estado no contexto da integração na economia global pode ser observado em diferentes níveis. A liberalização financeira expõe os países a maiores riscos de flutuações econômicas, inclusive a devastação que pode ser infligida pelas crises financeiras. Isso requer o fortalecimento e não o enriquecimento do papel do Estado na prestação de proteção social. De modo semelhante, a crescente mobilidade do capital, ligada à globalização, fortalece o poder dos empregadores sobre os trabalhadores. Ao mesmo tempo, os mercados de trabalho estão experimentando uma taxa mais elevada de criação, deslocamento e eliminação de empregos, à medida que as economias se ajustam à maior abertura. Tudo isso tem efeitos adversos sobre os trabalhadores tanto no Norte como no Sul. Essas evoluções relacionadas com a mão-de-obra ressaltam a necessidade de um papel mais forte para o Estado na formação de redes sociais eficazes e equitativas e de instituições do mercado de trabalho.

252. Outro importante campo da ação do Estado é a política macroeconômica. Seus principais objetivos incluem: alcançar taxa mais alta possível de crescimento econômico; promover o pleno emprego e manter a estabilidade macroeconômica. Essa última é essencial para garantir que as taxas de crescimento da produção e do emprego sejam sustentáveis e protegidas do risco de crises econômicas. A política macroeconômica deve manter a confiança das empresas e do consumidor, o que requer a manutenção dos déficits fiscais e da inflação dentro de proporções aceitáveis. Mas o objetivo da estabilidade macroeconômica não deve anular os outros dois. A postura política preferida é buscar alcançar a taxa mais alta viável de crescimento da produção e do emprego que seja compatível com a estabilidade macroeconômica em médio prazo.

253. Um dos efeitos da globalização tem sido o de reduzir o espaço para a política macroeconômica nacional, notadamente devido a sanção pelos mercados internacionais de qualquer desvio da ortodoxia. Restam, todavia, instrumentos políticos para alcançar os objetivos acima destacados. O principal instrumento é a taxa de crescimento do investimento produtivo tanto público como privado na economia. Isso, juntamente com a necessidade de se fortalecer o Estado, destaca a importância da mobilização interna de recursos e de um sistema tributário eficaz, não regressivo. Destaca ainda a necessidade de incorporar a economia informal à corrente econômica principal. Os impostos que só se aplicam à economia formal não só reduzem a arrecadação como também representam fortes incentivos ao trabalho informal.

254. As perspectivas de sucesso da estratégia acima serão muito maiores com a criação de instituições que assegurem mais ampla participação na formulação de políticas econômicas. Essas políticas são muitas vezes consideradas como recurso exclusivo de tecnocratas, banqueiros e financistas. Mas a consistência entre as políticas econômicas e sociais requer estreita coordenação entre os ministérios envolvidos. Além disso, uma vez que trabalhadores, empresas de todos os portes e muitos outros grupos têm forte participação nos resultados, as instituições existentes precisam ser fortalecidas e novos mecanismos serem criados para permitir que suas vozes sejam ouvidas e seus interesses levados em consideração.

Fortalecimento das capacidade econômicas

255. O investimento e a política públicos têm também um papel estratégico a desempenhar no fortalecimento da capacidade nacional de se beneficiar da integração na economia global e de partilhar os ganhos mais equitativamente. As parcerias entre governos e interlocutores privados – empresas, sindicatos, organizações comunitárias, cooperativas e outros – são um meio efetivo para desenvolver aptidões, infra-estrutura, capacidade tecnológica e administrativa e estruturas que propiciem um ambiente que possibilite o investimento privado (tanto nacional como estrangeiro) em atividades produtivas mais dinâmicas. Não se trata de “escolher ganhadores”, mas do estabelecimento de pré-condições para o crescimento das empresas globalmente competitivas.

256. A abordagem adotada para fortalecer a capacidade econômica nacional variará grandemente de acordo com as condições iniciais. Em muitos países de baixa renda, a agricultura é responsável por grande parte da atividade econômica e até mesmo por uma proporção mais elevada de emprego. A maioria dos pobres (75 por cento) vive em áreas rurais e a incidência é maior em países que dependem de exportações de *commodities* primárias. Isso demanda uma série de políticas de apoio ao crescimento agrícola, incluindo a eliminação das distorções e práticas de preço que discriminam alguns setores da agricultura; apoio a segmentos de mercado; investimento público substancial em educação e saúde e reconhecimento do papel-chave das mulheres na produção agrícola e, por conseguinte, na redução da pobreza. Em muitas áreas, a prioridade é o investimento em redes de transporte, gestão de eletricidade e água, o que aumenta a produtividade e segurança e abre mercados. Ao mesmo tempo, o investimento em pesquisa agrícola, serviços de extensão e suporte financeiro é também importante. Muitos países pobres necessitam de melhores sementes, práticas agronômicas menos prejudiciais e acesso a novas técnicas e conhecimentos. É também vital que o conhecimento tradicional seja protegido, utilizado e ampliado.²¹

257. Ao mesmo tempo, a diversificação da estrutura da produção rural costuma ser essencial. O crescimento da economia rural não agrícola muitas vezes apresenta problemas porque está na economia informal. Apesar de as políticas necessárias para apoiar esse crescimento variarem muito, devem visar de forma geral o aumento da produtividade e a aceleração da aprendizagem e do progresso tecnológico. O aperfeiçoamento das exportações de produtos primários e a diversificação da estrutura de exportação são muitas vezes uma prioridade.

258. Muitos países em desenvolvimento de renda média estão atualmente competindo entre si para exportar produtos industriais similares de mão-de-obra intensiva para os mesmos mercados. Como resultado, estão comercializando mais, mas ganhando relativamente menos. O desafio desses países é passar para exportações de valor mais elevado. É preciso uma reação estratégica para promover inovação, adaptação e processos de aprendizagem que isso envolve.²² A chave para a criação de sistemas nacionais de inovação é o aperfeiçoamento de aptidões e de capacidades tecnológicas. Isso tanto impulsionará os ganhos do comércio e de participação em sistemas de produção global como expandirá o mercado interno por meio de aumentos em produtividade e de salários. Os sistemas de produção global devem proporcionar oportunidades para que as firmas nacionais se envolvam em um processo de aprendizagem e adaptação tanto na indústria como nos serviços, em estreita relação com a experiência de produção de “classe social”. Políticas também se fazem necessárias para fortalecer as ligações de produção entre os setores líderes da economia e o restante da economia e para levar em conta as necessidades e restrições de pequenas empresas. O acesso ao financiamento e a instituições financeiras é particularmente importante, como o são os serviços especializados de extensão técnica para empresárias pobres.

259. Essas questões não são menos importantes para países industrializados. Aqui também políticas de formação, financeiras e de tecnologias e parcerias podem ajudar a eliminação progressiva de velhas e ineficientes indústrias e o crescimento de novas

²¹ O Conselho Econômico e Social das ONU recomendou recentemente uma abordagem integrada e abrangente do desenvolvimento rural que trata de muitos desses pontos. Vide ECOSOC: Minuta de Declaração Ministerial, E/2003/L.9. Ação nacional pode se inspirar em programas de orientação política, formação de capacidade e assistência técnicas realizada pela FAO para apoiar o desenvolvimento de meios de vida rurais sustentáveis e segurança alimentar, e pelo IFAD para possibilitar que os pobres rurais aumentem sua organização, conhecimento e influência na política pública. Vide www.ifad.org e www.fao.org.

²² A. Amsden: *The Rise of the Rest* (Oxford University Press, 2001).

atividades de alto valor agregado.²³ Políticas complementares de ajuste econômico incluem não só proteção social e segurança da renda, como também políticas de apoio que ajudem a criar novas oportunidades, notadamente na economia do conhecimento e em novos setores de serviços.

260. A agricultura é uma questão especial. Toda nação tem direito, claro está, a desenvolver suas próprias políticas agrícolas, mas apoio e subsídios excessivos a esse setor em muitos países da OCDE ilustram como as políticas nacionais podem deixar de levar devidamente em conta as implicações para outros países. As políticas nesse setor devem ser concebidas levando em conta o meio de vida de agricultores pobres tanto em países industrializados como em desenvolvimento, e compensar produtores rurais que produzem bens públicos como os serviços ambientais. Atualmente, nos países da OCDE, só quatro por cento do apoio são destinados a objetivos ambientais.

Economia informal

261. Na maioria dos países em desenvolvimento há uma grande economia informal, na qual a atividade econômica carece de reconhecimento e proteção das estruturas legais ou reguladoras formais. Consiste tipicamente de manufaturas em pequena escala, serviços ou comerciliação em áreas urbanas, trabalho doméstico ou trabalho na agricultura em pequenas glebas. Em muitos países de menor renda a economia informal responde pela grande maioria dos trabalhadores. É comum uma elevada proporção de trabalhadores do sexo feminino. Esse trabalho é muito variado, desde pequenas empresas até atividades de sobrevivência, incluindo não só trabalhadores autônomos e familiares como também mão-de-obra assalariada de diversas formas. Tipicamente, essas atividades são de baixa produtividade, e são altos os níveis de pobreza entre os trabalhadores informais. Mas há também uma grande reserva de empreendedorismo e inovação. O trabalho informal ocorre em menor escala nos países industrializados, mas não está ausente e inclui a informalização de emprego assalariado anteriormente garantido.

A economia informal é grande e crescente

262. Como a pobreza, a economia informal há muito antecede a globalização, mas está crescendo. Em muitas partes do mundo de hoje o grosso dos novos empregos, tanto autônomos como assalariados, é informal. Conforme já foi dito, é difícil estabelecer até que ponto a globalização responde por isso, mas as crescentes pressões competitivas nos mercados globais não tornaram a informalidade mais fácil de ser controlada. Ao mesmo tempo, enquanto alguns trabalhadores informais fornecem insumos de baixo custo a sistemas de produção global, a maioria está excluída das oportunidades da globalização e confinada a mercados restritos.

263. Essa é uma importante questão da governança, com considerável impacto sobre a distribuição dos benefícios da globalização. Primeiramente, a falta de direitos e proteções leva à vulnerabilidade e à desigualdade, pondo em xeque muitos dos princípios da governança acima destacados. Em segundo lugar, há falta de acesso aos mercados e serviços, de forma que não se realiza o potencial crescimento e desenvolvimento. Em terceiro lugar, falta construir uma economia justa e participativa, pois as regras do jogo na realidade não são as mesmas para todos. Uma vez que a iniciativa privada e o empreendedorismo só prosperará se as pessoas sentirem que a lei está de seu lado, há necessidade de se estabelecerem regras claras que sejam aplicadas igualmente a todos os membros da sociedade.

264. O objetivo deve ser tornar essas atividades informais parte de um setor formal cada vez maior que propicie empregos, rendas e proteção decentes e possa comerciar no sistema internacional. Isso será uma parte essencial de estratégia nacional para reduzir

Políticas para ajudar a aumentar a produtividade e transferir atividades informais para o setor formal

²³ No Conselho Europeu de Lisboa, em março de 2000, a União Européia estabeleceu ela mesma um novo objetivo estratégico para a próxima década: “tornar-se a economia mais competitiva e dinâmica no mundo, com base no conhecimento capaz de crescimento econômico sustentável com mais e melhores empregos e maior coesão social.”

a pobreza; significa maior patrimônio e produtividade, estruturas reguladoras apropriadas, mais qualificações e garantia de que os preconceitos políticos serão removidos. As políticas para lidar com a falta de reconhecimento de habilitações e qualificações e a exclusão de trabalhadores informais da previdência social e de outras proteções são particularmente importantes. Da mesma forma são as políticas para melhorar a distribuição da riqueza e, especialmente, para aumentar o acesso de trabalhadores autônomos, mulheres e homens, de pequenos negócios a recursos financeiros, tecnologia e mercados, e aumentar as oportunidades de investimento. Mas a maioria dos trabalhadores e das unidades econômicas na economia informal tem dificuldade de acesso ao sistema legal e judicial para fazer cumprir contratos e é limitado seu acesso à infra-estrutura e a benefícios públicos. Diversas restrições burocráticas e outras criam barreiras e dificuldades que impedem a formalização, o crescimento e a sustentabilidade.²⁴

265. Um problema fundamental é a falta de uma estrutura legal e institucional adequada para os direitos de propriedade. Cerca de quatro bilhões de pessoas estão efetivamente excluídas da participação na economia global porque seus direitos de propriedade não são reconhecidos. Estão assim privados de personalidade jurídica e das formas de negócios necessários para entrar no mercado global. Na realidade, seus ativos – notadamente terra e moradia – valem muito. Mas são “capital morto”, porque geralmente não pode ser usado como garantia de empréstimo, desestimulando o crédito e o investimento. A falta de solução para esses problemas frustra o potencial de crescimento e desenvolvimento de milhões de pequenas empresas. E incentiva atividades econômicas de baixa qualidade, que não caem na rede tributária.²⁵

266. A legalização dos direitos de propriedade de facto é, portanto, um passo vital na transformação da economia informal. Para tal, os governos devem:

- identificar as pessoas e os ativos envolvidos;
- identificar práticas e costumes que regem a propriedade, uso e transferência desses ativos, para consolidar a lei de propriedade no contexto social vigente;
- identificar os gargalos e obstáculos administrativos, burocráticos e legais do acesso ao mercado;
- reestruturar a estrutura legal de forma que os interlocutores envolvidos sejam incentivados a operar sob as normas da lei e ter seus ativos e suas transações oficialmente registrados e
- conceber mecanismos legais e administrativos de baixo custo que permitirão a proprietários e empresas anteriormente informais comunicar-se com credores, investidores, serviços públicos e mercados internacionais.

267. Estabelecer direitos de propriedade não deve ser confundido com privatização. Há uma ampla variedade de formas nas quais a terra e outros bens são mantidos em sistemas tradicionais, muitos deles comunais, coletivos ou cooperativos. As estruturas jurídicas nacionais devem confirmar e reconhecer esses padrões, e é preciso garantir que todas as implicações, inclusive as implicações de gênero, sejam plenamente entendidas quando se registram direitos legais. Em algumas partes do mundo, por exemplo, no tradicional sistema informal, a terra é controlada por mulheres, mas, quando formalizada, é registrada no nome do homem. A formalização deve ampliar a oportunidade e não restringi-la.

268. Um enfoque equilibrado do aperfeiçoamento da economia informal exigiria que a extensão sistemática de direitos de propriedade fosse acompanhada de ação semelhante

Os governos
devem tomar
medidas para
estabelecer direitos
de propriedade
e garantir a
igualdade de
gênero e direitos
fundamentais
do trabalho

²⁴ Vide OIT, *Decent Work in the Informal Economy, Relatório VI*, Conferência Internacional de Trabalho, 90ª Sessão (Genebra, OIT, junho de 2002) para estudo de uma ampla variedade de questões políticas referentes à economia informal, inclusive estruturas legais, normas, questões financeiras e de governança.

²⁵ Hernando de Soto: *The Mystery of Capital: Why Capitalism Triumphs in the West and Fails Everywhere Else* (New York, Basic Books, 2000).

de direitos fundamentais no trabalho para todas as pessoas envolvidas em atividades informais. Há especial necessidade de assegurar que trabalhadores e empregadores na economia informal tenham direito a liberdade sindical e a negociação coletiva. Mulheres e jovens, que representam a maior parte da economia informal, carecem especialmente de representação e voz. Há, da mesma forma, necessidade de criar sistemas adequados de proteção social. A ação nessas frentes deveria apoiar-se mutuamente.

Capacitando e fortalecendo as pessoas – pela educação

269. As pessoas só poderão contribuir para a globalização e dela se beneficiar se estiverem com saúde adequada e possuírem conhecimento, aptidões e valores, capacidades e direitos necessários para conseguir seu meio de vida básico. Precisam de emprego e renda e de um ambiente saudável. Essas são as condições essenciais que as habilitam a levar uma vida autodeterminada e decente e participar plenamente, como cidadãos, de suas comunidades locais, nacionais e globais. Esses objetivos, que estão no cerne da Declaração do Milênio, só podem ser alcançados se os governos nacionais destinarem recursos adequados para saúde, educação, infra-estrutura básica e meio ambiente e criarem uma estrutura institucional que assegure amplo acesso e oportunidades.

270. Sistemas educacionais eficazes são a base de oportunidades que levam a uma vida decente. Garantir que todas as crianças tenham o devido acesso a educação é função essencial do setor público dos países de todos os níveis de renda. A educação não só beneficia o indivíduo, como a sociedade como um todo. Quando as crianças permanecem por tempo suficiente na escola e principalmente quando as meninas têm adequada escolaridade, aumentam as taxas de crescimento econômico, diminuem as taxas de natalidade, reduz-se o índice de mortalidade infantil e melhoram as realizações educacionais da geração seguinte. Adequado ensino primário e secundário representa mais que o fortalecimento do indivíduo, é o fortalecimento da sociedade.

271. Apesar de os déficits educacionais serem obviamente maiores nos países em desenvolvimento, essa é uma importante questão também nos países industrializados. Em muitos países industrializados, persiste o problema do analfabetismo e de poucas qualificações, importante fonte de exclusão social, muitas vezes estigmatizada e não reconhecida. Desigualdade de acesso a educação alimenta também a crescente desigualdade salarial no mercado de trabalho, conforme observamos na seção II.1, e indivíduos sem educação e sem capacitação nos países industrializados enfrentam séria desvantagem em um mercado global cada vez mais competitivo.

272. A disponibilidade de ensino primário e secundário aumentou na década dos 90, mas o progresso é inadequado e oculta grandes diferenças entre países e regiões. Os países da OCDE, por exemplo, gastam cem vezes mais por aluno no ensino primário e secundário do que os países de baixa renda. Assim mesmo, alguns países de baixa e média rendas obtiveram progresso considerável na educação. Brasil, Eritreia, Gâmbia e Uganda registraram um aumento de 20 por cento na taxa de conclusão de ensino primário em menos de uma década. Essas experiências demonstram que é possível um progresso mais rápido se houver vontade política e recursos, tanto em países de alta e como de baixa renda.²⁶

273. Hoje, porém, em muitos países, especialmente na África Subsaariana, as conquistas educacionais estão ameaçadas pela epidemia do HIV/Aids que tem custado a vida de muitos professores formados – principalmente professoras, tanto nas escolas primárias

As pessoas devem ter a capacidade de se beneficiarem com a globalização

O progresso na educação oculta grandes diferenças entre países e regiões

Educação ameaçada por HIV/Aids e por trabalho infantil

²⁶ Christopher Colcough et al: “Achieving Schooling for All: Budgetary Expenditures on Education in Sub-Saharan Africa and South Asia”, *World Development* 28 (11), p. 1927- 1944. Características comuns de programas bem-sucedidos de reforma do ensino primário em países de baixa renda incluem: uma parcela elevada de recursos nacionais destinados ao ensino primário público; controle de custos unitários; gasto acima da média em insumos complementares, não ligados a salário; pagamento competitivo a professores; proporção gerenciável de cerca de 40 aluno-professor; taxas médias de repetição abaixo de 10 por cento.

como nas secundárias. Programas de prevenção e tratamento do HIV/Aids precisam se concentrar nos serviços educacionais para evitar o colapso dos sistemas educacionais já frágeis e a perda dos ganhos passados.

274. Outra preocupação comum é o trabalho infantil, que é, ao mesmo tempo, grave problema em si mesmo e importante fator que limita a matrícula, a permanência e a realização escolar. A pobreza dos pais de hoje condena as crianças que trabalham à pobreza de amanhã. Ação para aumentar a escolaridade e as aptidões necessitam caminhar lado a lado com ação para reduzir o trabalho infantil. A crescente consciência nacional dessa questão está levando muitos países a adotar estratégias para a eliminação das piores formas de trabalho infantil. Apoiamos plenamente essas estratégias.

275. Todos os países que se beneficiaram com a globalização investiram significativamente em seus sistemas educacionais e de formação. Hoje, mulheres e homens necessitam de aptidões mais amplas que possam ajustar-se às exigências econômicas que mudam rapidamente, bem como de adequadas aptidões básicas que lhes permitam beneficiar-se da tecnologia da informação, aumentando sua capacidade de superar barreiras de distância e limitações orçamentárias. Apesar de a tecnologia da Internet não ser de capital intensivo, em compensação exige muito capital humano. Uma política educacional sadia representa também importante instrumento para compensar os impactos negativos da globalização, como a crescente desigualdade de renda, com efeitos que, no fim, podem ser mais fortes do que políticas do mercado de trabalho.²⁷ As necessidades de educação e desvantagens das minorias étnicas e religiosas requerem atenção especial. Essas questões aplicam-se de forma geral tanto a países de alta como de baixa renda.

276. Apesar de não haver nenhum modelo universal para investimentos em formação, diversos mecanismos e incentivos podem ser aplicados, inclusive sistemas de cotas, subvenções públicas, fundos de formação, incentivos fiscais ou concessão de licenças. Boa prática de aprendizagem no trabalho gera maior produtividade, de forma que as empresas têm interesse em custear esse tipo de formação.

277. A criação de uma estrutura nacional de qualificações é também importante base para participação na economia global, uma vez que facilita o aprendizado contínuo, ajuda a combinar oferta com procura e orienta os indivíduos na escolha de uma carreira. Acesso a formação e ao desenvolvimento de aptidões para mulheres é muitas vezes prejudicado pelos encargos familiares, indicando a necessidade de facilidades de assistência à infância e possibilidades de aprendizagem à distância. Outras prioridades incluem reconhecimento e aperfeiçoamento de aptidões para trabalhadores na economia informal e adaptação da formação para acomodar trabalhadores sem educação formal.

Trabalho e emprego

278. As pessoas vêem o mundo pela ótica de seu local de trabalho. Sucesso ou fracasso no mercado de trabalho determinam se as necessidades e aspirações familiares podem ser satisfeitas, se meninas e meninos conseguem educação decente, se os jovens são capazes de construir uma carreira ou se acabam nas ruas. O emprego para jovens é uma área decisiva de ação. A perda do trabalho afeta a dignidade e a auto-estima, gera estresse e outros problemas de saúde e reduz a integração social.

279. As pessoas são mais diretamente afetadas pela globalização em seu trabalho e emprego. É como as pessoas experimentam as oportunidades e vantagens, bem como os riscos e exclusões. Para que os ganhos com a globalização sejam amplamente partilhados, países, empresas e pessoas precisam ser capazes de converter oportunidades globais em empregos e rendas.

²⁷ Vide Martin Rama: *Globalization, Inequality and Labor Market Policies* (Banco Mundial, Documento do Grupo de Pesquisa de Desenvolvimento, 2001).

280. O objetivo principal é reduzir o desemprego, que tem pesado custo para as pessoas e a sociedade tanto em países industrializados como em desenvolvimento. Mas só isso não basta. Há muitas pessoas empregadas em empregos inaceitáveis – em geral em péssimas condições de trabalho, de baixa produtividade ou sujeitas a coerção. O emprego deve ser livremente escolhido e prover uma renda suficiente para atender às necessidades econômicas e familiares básicas. Direitos e representação devem ser respeitados, a segurança básica conseguida por uma forma ou outra de proteção social e asseguradas condições adequadas de trabalho. Esses diferentes elementos, quando reunidos, formam o que ficou conhecido como “trabalho decente”. Isso inclui não apenas emprego, mas também amplo conjunto de objetivos que reflete as aspirações mais amplas de mulheres e homens.

281. O caminho mais óbvio para a criação de emprego decente está em maior crescimento, e esse é o objetivo de muitas das políticas econômicas acima discutidas. A questão fundamental macroeconômica é se um enfoque no emprego demanda diferente equilíbrio de política fiscal ou monetária. Para que isso seja adequadamente avaliado em cada caso, faria sentido os países adotarem metas de emprego como parte do processo orçamentário e adotarem uma análise do impacto de emprego como critério explícito da tomada de decisão de política macroeconômica. A sensibilidade em matéria de gênero pode ser alcançada por meio de elaboração de orçamento em função de gênero, que examine o impacto diferencial da política macroeconômica sobre mulheres e homens, especialmente seus efeitos sobre o emprego e a prestação de serviços públicos.

282. É particularmente importante corrigir falhas do mercado que criam tendências contra o crescimento de emprego intensivo e assegurar que os sistemas fiscais não ponham obstáculos desnecessários ao investimento, ao crescimento empresarial e à criação de empregos. Conforme acima exposto, é também essencial a eliminação de obstáculos à criação de empresas, especialmente empresas de pequeno e médio portes (EPMPs). Além disso, políticas estruturais se fazem necessárias para fomentar o crescimento na nova economia, baseadas na rápida difusão das TIC e de outras novas tecnologias.

283. Em muitas partes do mundo, especialmente em países industrializados e de renda média, problemas gerados por grande ou crescente desemprego têm sido agravados por pressões adicionais sobre a qualidade de emprego. Salários reais e condições de trabalho têm estado sob pressão, em parte como resultado de crescente competição por mercados de exportação e investimento estrangeiro. Tem aumentado também a insegurança entre os trabalhadores, devido a fatores correlatos, como a deterioração do Estado do bem-estar, desregulamentação do mercado de trabalho e decadência da força sindical. Mudanças na tecnologia e na organização do trabalho deram ênfase a maior flexibilidade no trabalho, resultando no aumento do trabalho eventual e contratos de emprego menos seguros.²⁸ Os interesses, tanto de trabalhadores como de empregadores, precisam ser reconhecidos e políticas equilibradas se fazem essenciais. Precisam ser baseadas em um novo contrato social que inclua os seguintes elementos:

- compromisso com o diálogo social na formulação de políticas econômicas e sociais, especialmente as referentes à reforma de mercados de trabalho e à proteção social;
- reconhecimento de que o impulso para maior eficiência e maior produtividade deve ser equilibrado com o direito dos trabalhadores a segurança e a igualdade de oportunidades;
- compromisso com o caminho mais amplo de colaboração empresa-trabalhador para alcançar ganhos de eficiência e evitar o caminho estreito de redução de custos e de cortes de pessoal. Isso é cada vez mais importante em uma economia de conhecimento que depende do sucesso das qualificações e motivações de uma força de trabalho diversificada.

²⁸ Vide, por exemplo, OIT: *World Employment Report* (Genebra, 1996-97). Também OCDE: *Employment Outlook: 2003 Edition: Towards More and Better Jobs* (Paris, 2003).

O crescimento
do emprego é
essencial para a
redução da pobreza

284. Políticas de promoção de trabalho decente são igualmente importantes em países de baixa renda, onde a redução do desemprego e do subemprego é também a chave para a redução da pobreza.

285. É necessária uma dupla estratégia. A primeira consiste na maximização da taxa de crescimento de novos empregos que produzam rendas acima da linha de pobreza. A segunda consiste em políticas e programas para aumentar a produtividade e as rendas dos que permanecem em emprego abaixo da linha de pobreza na economia informal rural e urbana.

286. Os programas que ampliam as oportunidades de emprego e aumentam a produtividade para os pobres – como o desenvolvimento de uma infra-estrutura rural e de serviços de extensão para pequenos agricultores, planos de desenvolvimento e de microcrédito de pequenas e médias empresas – precisam ser fortalecidos. Esforços específicos se fazem necessários para assegurar a igualdade de acesso a bens a mulheres, grupos indígenas e minorias étnicas. Políticas de modernização da agricultura que não consideram o emprego de mulheres acabam, em geral, marginalizando-as.

Necessidade de
mais proteção
social e de ação
para defender
direitos

287. Além de criar empregos, é importante fortalecer as políticas que ajudam os países a enfrentar melhor as tensões sociais da globalização. Na maioria dos países em desenvolvimento, os sistemas e as instituições de proteção social são fracos e carecem de recursos. As inseguranças associadas à globalização reforçam a necessidade de dar prioridade à ampliação do seguro-desemprego, de sistemas de complemento de renda, de pensões e de saúde. Isso vale também para países industrializados, onde a cobertura de proteção social em geral é maior, mas muitas vezes longe de ser universal, e aqueles que perdem com as mudanças na produção geralmente recebem pouco na forma de compensação. Bons sistemas de proteção social são importantes se o objetivo é uma justa distribuição dos benefícios nos países.²⁹ É vital que alcancem as pessoas que estão nas economias informais e rurais, mulheres e outros grupos em geral amplamente excluídos, pois isso é parte essencial de qualquer estratégia para reduzir a pobreza. Enfoques inovadores precisam ser promovidos, como os baseados em organizações e iniciativas locais. Comissões sobre salários baixos para examinar suas causas e propor soluções podem também ajudar a proteger o trabalhador pobre de pressões de competição. Todas essas políticas podem contribuir para o desenvolvimento dos componentes de um piso socioeconômico para todos os cidadãos.

288. Ao mesmo tempo, deve ser enfatizado o papel dos direitos básicos dos trabalhadores e as liberdades civis e políticas na promoção de trabalho decente e desenvolvimento equitativo. Esses direitos propiciam pré-condições para o desenvolvimento, por meio de movimento e organizações trabalhistas de pobres, livres e independentes, poder compensatório necessário para promover melhores salários para os trabalhadores, combater e reverter qualquer deterioração das normas trabalhistas e apoiar um ciclo virtuoso de elevação dos padrões de vida e crescimento equitativo. São também essenciais para gerar constante pressão democrática necessária para assegurar maior responsabilidade e transparência nas políticas econômicas, bem como políticas sociais mais equitativas.

289. Em muitos países, a legislação trabalhista tem que acompanhar as mudanças no sistema de emprego. Como resultado, um grande número de trabalhadores ficam fora da proteção das leis trabalhistas. É necessária uma melhoria substancial na cobertura e aplicação, o que pressupõe melhor monitoramento e administração mais forte, com ênfase especial na economia informal. Há também necessidade de inverter a tendência para a deterioração das organizações coletivas tanto de trabalhadores como de empregadores, e da negociação coletiva. Essa reforma econômica deve enfatizar o diálogo e maiores esforços pelas organizações envolvidas para refletir adequadamente as preocupações

²⁹ D. Rodrik: *Has Globalization Gone Too Far?* (Washington DC, Instituto de Economia Internacional, 1997), e OIT: *World Labour Report 2000: Income Security and Social Protection in a Changing World* (Genebra, OIT, 2000)."

de todos os setores da sociedade. Diálogo social mais forte é um meio essencial para a formação de uma perspectiva comum entre diferentes interesses nos países sobre como alcançar os objetivos sociais e econômicos.

Desenvolvimento sustentável e produtividade de recursos

290. A interação entre os objetivos econômicos, sociais e ambientais está no âmago de uma abordagem política coerente. E embora muitas questões ambientais exijam ação global, grande quantidade do trabalho de base para o desenvolvimento sustentável tem que ser feito em níveis nacionais e subnacionais.

291. Uma das formas estratégicas de alcançar um desenvolvimento sustentável é optar pelas tecnologias certas. Os governos dos países em desenvolvimento podem solicitar a empresas internacionais que apliquem idênticas tecnologias de controle da poluição em seu país e no exterior e ao mesmo tempo conceder um período de tolerância às companhias nacionais. Uma visão mais voltada para o futuro seria a adoção de políticas para aumentar sistematicamente a produtividade de recursos, ou seja, a quantidade de riqueza econômica e de bem-estar-social extraídos de uma unidade de recursos naturais. Mais ênfase na produtividade de recursos e menos na produtividade de mão-de-obra pode levar a mais emprego e, ao mesmo tempo, a um ambiente melhor. Estruturas de incentivo nos níveis nacional e supranacional deveriam ser moldadas para encorajar essa mudança de ênfase.

292. As comunidades locais conservam e protegem tradicionalmente seu meio ambiente local contra o desflorestamento e a poluição. Ajudando-as a investir na gestão de recursos naturais sustentáveis, dois objetivos podem ser perseguidos paralelamente: assegurar e melhorar a qualidade ambiental e gerar emprego e renda locais. Há necessidade de ampliar os mecanismos globais existentes que premiem a criação e manutenção, em nível local, dos bens públicos globais. Apoiamos os esforços que estão sendo feitos em continuidade da Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável de Johannesburg, em 2002, para elevar as capacidades, em todos os níveis, para alcançar sistemas mais sustentáveis de consumo e produção.

Alcançando
padrões mais
sustentáveis
de consumo
e produção

Fortalecendo o nível local

293. Nossa visão de globalização está ancorada no nível local. A agenda da política internacional deve respeitar as diversas necessidades e perspectivas locais e responder às suas demandas. As pessoas vivem em seu meio local. É nesse nível que a democracia participativa pode ser mais forte, que ocorre muito mobilização política, a autonomia pode ser realizada e a solidariedade é parte da vida diária. Ao mesmo tempo, a comunidade local é parte de um mundo integrador. Ao final, a local é parte da global e o sistema de globalização é influenciado pelo que ocorre localmente.

294. Há, muitas vezes, grandes obstáculos ao desenvolvimento local. Há necessidade de mais descentralização, mas para ser eficaz deve ser acompanhada de mais capacidades e recursos e de estruturas eficientes para democracia e participação. Os governos locais têm um papel decisivo no assegurar a redistribuição das riquezas de regiões mais ricas para as mais pobres e o aperfeiçoamento da capacidade dos governos locais e de outros interlocutores. A descentralização deve significar fortalecimento das comunidades locais na economia e na forma nacional de governo.

295. A noção de comunidade “local” varia enormemente. Para a maioria da população mundial, comunidade local significa vilarejos (muitos dos quais são isolados, remotos e ecologicamente frágeis), periferias e favelas. Nessas situações, há tipicamente uma ligação direta entre o lugar em que as pessoas vivem e trabalham. As comunidades rurais subsistem em atividades agrícolas locais e em atividades não agrícolas, enquanto as

As políticas
internacionais
devem respeitar
e fortalecer as
comunidades
locais

comunidades urbanas mais pobres dependem em grande parte de diversas atividades na economia informal. Muitas dessas comunidades enfrentam pobreza endêmica e, à exceção da emigração, as chaves para a redução da pobreza estão na melhoria da base econômica local e no aumento da disponibilidade de serviços sociais básicos.

296. A noção de comunidade local é igualmente importante em ambientes de alta renda. estados federais fortes, como os Estados Unidos e a Alemanha, apóiam-se tipicamente em entidades subnacionais claramente fortalecidas até o nível local. A celebração do “espaço local” é também um componente explícito da arquitetura da UE. Embora os estados-membros transfiram alguma soberania sobre matérias de política econômica para o nível da UE, a diversidade de culturas, valores e língua é protegida em nível local. Sistemas locais de desenvolvimento industrial ou tecnológico são também os blocos de construção da capacidade econômica nacional em muitas partes do mundo.

297. Nosso crescente interesse com essa questão de espaço local brota das seguintes considerações.

Muitas
comunidades
locais foram
afetadas
adversamente

298. Primeiramente, um número crescente de comunidades no mundo vem sendo afetados diretamente pela globalização. Algumas comunidades foram atingidas pela perda de empregos em consequência do declínio das indústrias com a liberalização da mudança de firmas para países de menor renda. Isso freqüentemente cria enormes problemas de ajuste local e produz muita tensão na estrutura social. Até mesmo as comunidades rurais remotas no mundo em desenvolvimento são afetadas, por exemplo, quando importações baratas deterioram os meios de vida agrícolas, ou a entrada de grandes firmas mineradoras ou madeireiras, ou de algumas formas de turismo acabam com os meios de vida tradicionais e afeta negativamente o meio ambiente local.

299. Em segundo lugar, a globalização pode minar a resistência e a vitalidade das comunidades locais mesmo sem ter havido nenhum impacto econômico direto. O raio de alcance cada vez maior da mídia global, do entretenimento e da indústria do turismo está criando tensões nas culturas e valores tradicionais, no sentimento de identidade e solidariedade das comunidades locais. Nossa visão é a de uma futura comunidade global que reúne diversidade de culturas e capacidade locais, e não uma onda de homogeneização.

300. Em terceiro lugar, acreditamos que o global e o nacional devem ambos ser construídos no local, e que essa é a base de uma globalização mais justa, mais generosa. Abordagens descentralizadas na formulação e implementação de políticas são provavelmente mais eficazes, baseadas em melhor conhecimento das situações e pressões reais, mais participativas, mais próximas das necessidades e demandas das pessoas e mais fáceis de monitorar.

301. Para fortalecer essa ligação entre o local e o global, há necessidade de uma agenda proativa e positiva com enfoque no governo local, na base econômica local, em valores locais e heranças culturais.

Governo local

Necessidade
de instituições
locais fortes,
democráticas e
responsáveis

302. Muitas políticas sociais e econômicas são implementadas com mais eficiência no nível local. De conformidade com o princípio geral de subsidiaridade, acreditamos que a governança deve ocorrer no nível mais baixo no qual seja eficaz. Isso demanda a criação de instituições locais fortes, democráticas e responsáveis.

303. A proteção e fomento do espaço local e a criação e apoio de autoridades locais são em um primeiro momento responsabilidade dos estados. Os governos são notadamente mais lentos para descentralizar o controle sobre recursos para nível subnacional do que para estruturas e responsabilidades administrativas. Entretanto, a falta de recursos locais leva a serviços públicos inadequados e pode ser causa de corrupção. As autoridades

locais precisam, portanto, ser capazes de gerar suas próprias receitas fiscais ou receber suficiente apoio financeiro de orçamentos nacionais.

304. Sua capacidade de aplicação precisa muitas vezes de ser também fortalecida. Interlocutores não estatais podem desempenhar importante papel, contanto que disponham de recursos suficientes. Os pactos territoriais desenvolvidos na Europa nestes últimos anos mostraram que é possível fortalecer as comunidades locais reunindo muitos interlocutores em torno de um projeto comum.³⁰ Por sua vez, todos os interlocutores locais devem ser responsáveis, nacional ou localmente, por seus gastos.

305. Administração local não significa isolamento. Ao contrário, a globalização oferece muitas oportunidades para redes nacionais e transnacionais, cooperação e intercâmbio entre autoridades locais; as locais podem ser tão abertas quanto as nacionais, talvez até mais. Os processos de rede estabelecidos por meio de “redes de prefeitos” e de organizações baseadas na comunidade merecem maior apoio.³¹

Base econômica local

306. Sistemas e mercados de produção local desempenham importante papel no atendimento das necessidades dos consumidores e na geração de emprego. O espaço econômico local deve ser protegido, na medida em que se torna mais produtivo. As políticas e os sistemas de apoio nacionais e internacionais devem fortalecer os esforços locais por meio do aumento do acesso a microcrédito, de apoio a gestão e proteção contra interferência externa. Deve ser apoiada a industrialização rural que proporcione tecnologias e infra-estruturas para processar matérias-primas no local. O valor agregado obtido do processamento ajudará no desenvolvimento rural. Além das políticas necessárias de apoio a pequenas empresas, já abordadas, serviços de desenvolvimento empresarial devem ser incentivados. Esses serviços podem dar assessoria de *marketing* a empresas locais para livrá-las da dependência de uma única cadeia de fornecedores; dar apoio à capacidade para atender aos padrões globais de produtos e incentivar o agrupamento de empresas para promover a cooperação entre firmas e uma plataforma mais sólida para se tornarem globalmente competitivas. O agrupamento de pequenas empresas locais pode ser uma importante fonte de dinamismo econômico e criação de empregos, desde a produção de móveis em Java até o desenvolvimento de *software* no Vale do Silício.³² As redes globais de intercâmbio de informações oferecem um meio de globalização para ajudar a promover a produção local de bens e serviços.

Os sistemas de produção local precisam de apoio

³⁰ Um pacto territorial é um acordo formal entre uma diversidade de interlocutores - conselhos de cidades, outras autoridades locais, organizações de empregadores, sindicatos, grupos religiosos e culturais, ONGs, associações profissionais e escolas - para elaborar e implementar em conjunto uma estratégia coerente de desenvolvimento para um determinado território. Desde o final dos anos 90, centenas de pactos foram lançados em toda a Europa para promover a criação de empregos e combater a exclusão social por meio de iniciativas locais. Vide: www.europa.eu.int/comm/regional_policy/innovation/innovating/pacts/en/.

³¹ Entre as principais redes internacionais de autoridades de cidades e locais está a recém-inaugurada “United Cities and Local Government” (www.iula.org); a “World Association of the Major Metropolises” (www.metropolis.org); a “World Associations of Cities and Local Authorities Coordination” (www.waclac.org); a “Cities Alliance” (www.citiesalliance.org); e o “International Council for Local Environmental Initiatives” (www.iclei.org). Para uma relação mais abrangente, vide www.lgib.gov.uk/weblinks_3.htm. O Programa de Assentamento Humano das Nações Unidas (ONU-Habitat) representa um importante fórum para expansão dessas iniciativas. Vide: www.unhabitat.org.

³² Para uma discussão ampla abrangendo tanto os países industrializados como em desenvolvimento, vide *Clusters, Industrial Districts and Firms: The Challenge of Globalization*, conferência em homenagem ao Professor Sebastiano Brusco, Universidade de Modena, Itália, 12-13 de setembro de 2003 (www.economia.unimo.it/convegna_seminari/CG_sept03/index.html). UNIDO é também uma importante fonte com relação a países em desenvolvimento; vide: <http://www.unido.org/en/doc/4297>.

307. Uma diversidade de formas de organização econômica pode ser econômica e socialmente eficiente no ambiente local. As cooperativas são um exemplo óbvio. São uma força global, com 800 milhões de membros em todo o mundo e, ao mesmo tempo, são interlocutores locais com uma capacidade construída com base na confiança e na responsabilidade. Sua contribuição precisa ser reconhecida e fortalecida.

308. Os empreendedores sociais são também importantes em nível local. Eles têm tido êxito com a utilização de iniciativas individuais para atingir objetivos sociais servindo-se da lógica dos mercados. Provavelmente o exemplo mais bem-conhecido é a iniciativa do Grameen em Bangladesh, que leva tecnologia de informação e educação ao pobre. Um resultado desse empreendimento é que hoje há 40 mil “operadores” vendendo serviços de telefone móvel na metade dos vilarejos de Bangladesh. O Banco Grameen não só presta serviços financeiros como também promove uma agenda social ativa. Outros exemplos incluem a “Associação de Trabalhadoras Autônomas (SEWA) na Índia, sua réplica, o Sindicato de Trabalhadores Autônomos (SEWU) na África do Sul e os programas de microcrédito para atividades econômicas e infra-estrutura local oferecidos por comunidades em Kosovo e na Albânia. Esses programas precisam ser apoiados e imitados. Um dos meios poderia ser unir iniciativas locais, especialmente as que oferecem oportunidades para mulheres empreendedoras, numa parceria global como a Campanha de Cúpula de Microcrédito, que tem mobilizado milhares de organizações de microfinanciamento e seus interlocutores.³³

Valores locais e heranças culturais

A globalização é vista como ameaça à cultura local mas pode ser uma fonte de vigor

309. A globalização inevitavelmente tem impacto sobre os valores e as culturas locais. Uma força particularmente poderosa é a mídia global e a indústria de entretenimento que projetam os valores e as percepções dos países que dominam a indústria e são muitas vezes vistos como uma ameaça de imposição desses valores. Entretanto, as influências culturais externas chegam de muitas outras formas, como pela movimentação de pessoas e a expansão de bens de consumo e de estilos de vida.

310. A cultura nunca é estática, e a maioria das comunidades recebe bem o intercâmbio e o diálogo com outras comunidades. Há muitas formas nas quais podem ser abertas a outras realidades e ainda assim mantêm sua própria identidade. O que importa é se têm condições de viver de acordo com suas próprias aspirações. A confiança entre pessoas unidas por valores e cultura comuns é que une as instituições locais para realizar ações conjuntas. Esse capital social é essencial para o desenvolvimento. A globalização tanto pode fortalecer como enfraquecer o capital social. Mídia, comércio e viagens e a crescente competição podem minar o interesse por valores comunitários. Mesmo assim, a interconexão global, especialmente por meio da TIC, pode ajudar significativamente a ação local. O papel global da sociedade civil é resultado da influência de ações locais e nacionais.

Os direitos e culturas dos povos indígenas devem ser reconhecidos e protegidos

311. Uma importante questão, tanto em nível local como nacional, é a necessidade de reconhecer e defender os direitos de povos indígenas e tribais a seus territórios e recursos, suas culturas e identidade, seu conhecimento tradicional e seu direito à autodeterminação. Seu consentimento consciente, livre e prévio deve ser buscado antes que qualquer projeto de desenvolvimento seja levado a suas comunidades. Seus sistemas indígenas sociopolíticos e econômicos, práticas de manejo de recursos sustentáveis e meios de vida devem poder coexistir com outros sistemas e ser apoiados em vez de destruídos no afã de integrá-los à economia do mercado global. A economia global opera sob regras e estruturas legais que podem ser incompatíveis com direitos dos po-

³³ Vide: www.grameen.com, www.sewa.org, www.changemakers.net e www.microcreditsummit.org, entre outros.

vos indígenas e destruidoras de seus sistemas de vida indígenas e de suas culturas. Há necessidade imperiosa de autoridades nacionais e locais assegurarem a proteção dos direitos dos povos indígenas e de se eliminar a discriminação contra eles, com a efetiva aplicação da lei, onde a houver, e com a promulgação de leis adequadas, onde não as houver. Isso inclui apoio dos governos à adoção do Projeto das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas atualmente em negociação. Semelhantes preocupações se manifestam com respeito a minorias étnicas e religiosas, que muitas vezes precisam de atenção especial para terem acesso às oportunidades da economia global.

312. Deve-se também reconhecer os direitos anteriores de povos indígenas sobre terras e recursos que têm ocupado e de que têm usufruído desde tempos imemoriais. Recusa ou incapacidade de povos indígenas de tirar proveito dos processos modernos de direito de posse, que não reconhecem seus sistemas indígenas de propriedade da terra e seus sistemas de direitos a recursos, não deve ser usada como base para sua desapropriação em favor de outros interesses.

Integração regional: um passo à frente

313. Muito pode ser feito nos países para tirar proveito das oportunidades globais e garantir uma justa distribuição dos benefícios. Mas a agenda política nacional é limitada, tanto por recursos como pelo nível de desenvolvimento e por regras e políticas globais. Voltaremos a esse aspecto na próxima seção. Mas há também um degrau intermediário, o da integração regional.

314. Os acordos regionais tomam muitas formas diferentes. Dos mais de 250 acordos de integração econômica comunicados à OMC³⁴, a grande maioria é composta de áreas de livre comércio. Mas há também muitos esforços de integração regional mais profunda, envolvendo muitas vezes tanto um projeto político como um projeto econômico. A UE é um exemplo claro, mas objetivos semelhantes podem ser vistos em processos de integração na América Latina e na África. Questões como segurança, vínculos culturais e promoção de objetivos comuns são no mínimo tão importantes como interesses econômicos e dão origem a uma ampla variedade de instituições regionais.

A integração regional pode ajudar os países a administrar as forças globais

315. A integração e a cooperação regionais podem promover um sistema mais equitativo de globalização de, no mínimo, três formas.

316. Primeiramente, podem capacitar pessoas e países a administrar as forças econômicas globais. Ao aumentar efetivamente a dimensão de mercados nacionais, a integração aumenta a capacidade de suportar flutuações econômicas externas. Uma melhor coordenação regional de políticas econômicas pode também ajudar a conter a propagação dos efeitos de desentendimentos externos entre países vizinhos. Estruturas comuns de regulamentação financeira, direitos trabalhistas, coordenação fiscal e incentivos de investimento são metas regionais práticas que podem ajudar a evitar todo risco de medidas radicais nessas áreas. A criação de moedas comuns, como o euro, é também uma fonte potencial de estabilidade.

317. A integração pode também aumentar o poder de negociação de países pequenos, atuando em conjunto, que, de outro modo, teriam pouca voz em nível internacional. Quando as economias juntam recursos e desenvolvem plataformas comuns, ganham peso político diante de instituições internacionais e de empresas multinacionais.

318. Em segundo lugar, pode ajudar a construir as capacidades necessárias para tirar proveito de oportunidades globais. Investimento em aptidões, infra-estrutura, pesquisa, tecnologia e apoio à inovação exigirão muitas vezes ingentes esforços mais rapidamen-

³⁴ OMC: *World Trade Report, 2003* (Genebra, OMC, 2003), e Banco Mundial: *Trade Blocks* (Washington, DC, Oxford University Press, 2000).

te realizados em nível regional. Em mercados maiores, é mais fácil tirar vantagem de economias de escala. Objetivos regionais mais ambiciosos são também possíveis, como as estratégias regionais para a transformação industrial ou uma estratégia coordenada de desenvolvimento mais amplo.

319. Em terceiro lugar, pode melhorar as condições em que as pessoas se conectam com a economia global. A promoção de direitos humanos e democracia tem sido ponto alto da agenda na Europa (em que o Conselho da Europa tem desempenhado papel importante), na América Latina (especialmente por meio da Comissão Interamericana de Direitos Humanos), na África (Iniciativas da Nova União Africana (UA)) e em outras partes. Outras importantes preocupações regionais incluem movimentações de pessoas entre fronteiras, prevenção e tratamento do HIV/Aids e prevenção de contrabando. De forma mais geral, quando objetivos sociais são construídos na integração regional e em instituições regionais, isso representa um ponto de partida para embuti-los em uma economia global mais ampla.

Experiência de integração regional

Experiência de integração regional

320. A UE oferece um exemplo interessante de formas mais profundas de integração. Ela montou uma sólida estrutura legal e estabeleceu alguns princípios políticos:

- abertura à economia mundial e uma efetiva economia de mercado interno;
- sistemas nacionais de proteção social e normas mínimas e comuns de trabalho;
- respeito ao estado de direito, aos direitos humanos, à igualdade de gênero e à democracia política.

... na Europa

321. Tem aumentado a supervisão e o envolvimento democrático e, nesse aspecto, o Parlamento Europeu vem desempenhando papel cada vez mais importante. Outras instituições contribuem para a legitimidade, inclusive, por exemplo, a Corte Européia de Justiça. Os parceiros sociais estão também envolvidos em políticas regionais e dão sua contribuição. A última proposta é a da Constituição Européia, atualmente em exame, que codifica e engloba princípios e objetivos fundamentais. O processo de integração é tido claramente como um sucesso econômico, conforme testemunha o atual processo de extensão a muitos países da Europa Central e Oriental.

... nas Américas

322. A integração regional tem sido um dos pontos principais da agenda política nas Américas.³⁵ O compromisso com a integração na América Latina e no Caribe tem ido além da liberalização do comércio, para incluir finanças, macroeconomia e integração social e política. Direitos trabalhistas, condições de trabalho e emprego ocupam também amplo espaço. Isso tem dado também origem a instituições políticas regionais, como o Parlamento Latino-americano, financeiras, como o Fundo de Reserva Latino-americano, bem como fóruns para a participação de interlocutores não estatais.

.. na África

323. Na África, a integração econômica regional é vista como rota importante para a paz e a estabilidade e para uma participação mais efetiva na economia global. O objetivo é o de atrair investidores tanto estrangeiros como locais e desenvolver um conjunto de conhecimentos técnicos regionais. Muitas instituições e organizações regionais e sub-regionais foram criadas com a missão de perseguir a integração econômica.³⁶ Os líderes africanos manifestaram claramente seu compromisso com esse processo com o lançamento da União Africana (UA) em 2001. Os programas da UA incluem a Nova

³⁵ Os principais processos de integração incluem o Mercosul, a Comunidade Andina das Nações (CAN), o Mercado Comum do Caribe (CARICOM), o Acordo Norte-Americano de Livre Comércio (NAFTA) e o Sistema de Integração Centro-Americano (SICA). Há negociações em andamento sobre uma Área de Livre Comércio das Américas.

³⁶ Inclusive seis organizações sub-regionais principais na África Oriental e Meridional, e cinco abrangendo a África Ocidental e Central.

Associação para o Desenvolvimento da África (NEPAD), estratégia integrada para o desenvolvimento que tem entre seus objetivos “pôr fim à marginalização da África no processo de globalização”.

324. A integração regional na Ásia tende a se concentrar na cooperação econômica e comercial, na paz e segurança e menos nos aspectos mais profundos da integração.³⁷ Acordos sub-regionais conhecidos como “triângulos de crescimento” têm sido feitos para incrementar as relações econômicas entre os países participantes. Diversas e importantes iniciativas inter-regionais envolvem economias na Ásia – a mais importante é o acordo de Cooperação Econômica da Ásia e do Pacífico (APEC), que envolve muitos estados litorâneos do Pacífico da Ásia e das Américas. Os países árabes, também, estão desenvolvendo acordos de livre comércio, tanto na Região como além dela.

... na Ásia e
no Pacífico

325. Em suma, a integração regional está na agenda em todo o mundo. Mas a retórica e a realidade nem sempre coincidem. Na UE, queixa-se da burocratização, do distanciamento das pessoas, da diversificação comercial e de problemas decorrentes do peso e da influência desiguais entre países e interlocutores sociais. Além disso, a coordenação da política econômica está se mostrando difícil. Apesar de tudo, tem havido enorme progresso de uma forma geral. Em outras partes, o progresso tem sido desigual. Na América Latina, o fortalecimento de instituições regionais tem sido obstado pela falta de recursos e por uma série de crises econômicas e políticas. Na África, os esforços para abrir e interligar as economias africanas exigem investimento considerável, difícil de ser mobilizado. O perigo de se criar outra camada de burocracia é real e a dificuldade da tarefa não deve ser subestimada.

326. É também importante distinguir acordos entre países com padrões de vida de um modo geral semelhantes (como os da América Latina, Ásia, África e Europa) e os que envolvem países tanto industrializados como em desenvolvimento (como os previstos nas atuais negociações sobre a Área de Livre Comércio das Américas e a Área de Livre Comércio Euro-Mediterrâneo). São países muito diferentes. Acordos de integração regional entre países de baixa e alta renda podem gerar significativos ganhos econômicos com o maior acesso ao mercado, pelos mesmos motivos que o processo mais amplo da globalização. Mas, como nesse processo mais amplo, os acordos entre os países de diferentes pesos podem desembocar em resultados não equilibrados, por exemplo, espaço mais limitado para políticas de desenvolvimento nacional em países de menor renda ou dificuldades de ajuste econômico que levam a perdas de emprego sem recursos para compensar os prejudicados. No processo de integração europeia, significativas transferências de recursos das regiões mais ricas para as mais pobres têm ajudado a reduzir as desigualdades e a facilitar o ajuste, mas esses mecanismos enfrentam consideráveis obstáculos políticos. Essas questões se repetem em acordos bilaterais, regionais e globais e serão objeto de consideração em nível global na seção seguinte.

Dimensão social da integração regional

327. Muitas formas mais profundas de integração incorporam políticas e instituições voltadas para emprego, educação, meio ambiente, normas de trabalho, direitos humanos, igualdade de gênero e outros objetivos sociais. Esses objetivos sociais tendem, entretanto, a ficar em segundo plano, bem além dos objetivos econômicos e políticos. Consideramos que se a integração regional é um degrau para uma globalização mais justa, então é essencial uma forte dimensão social.

Objetivos sociais
podem ser
fortalecidos por...

328. Para incorporar esses objetivos sociais mais amplos no processo de integração regional, as seguintes questões precisam ser levadas em consideração.

³⁷ Todavia, recentes desenvolvimentos na Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN) apontam para um aprofundamento da integração na próxima década.

Mais
responsabilidade
democrática e
diálogo social

329. Primeiro, os princípios de participação e de responsabilidade democrática são a base essencial. Órgãos representativos, como parlamentos regionais, têm papel importante a desempenhar. Acreditamos que a integração regional deve avançar por meio de diálogo social entre organizações representativas de trabalhadores e de empregadores e um diálogo mais amplo com outros importantes interlocutores sociais, com base em instituições fortes com vista à responsabilidade democrática e judicial. A criação de conselhos e fóruns tripartites ou mais amplos em nível regional (como o Fórum Consultivo, Econômico e Social do Mercosul ou o Comitê Econômico e Social Europeu) representa importante estrutura institucional para esse diálogo. Atenção especial deve ser dada à necessidade de aumentar a participação de mulheres, dados os persistentes padrões de desigualdade de gênero.

Uso de metas
sociais

330. Em segundo lugar, a integração regional precisa incorporar metas sociais, apoiada por avaliação e informação regulares dos resultados. Essas metas poderia abranger o respeito aos direitos básicos, índices globais de emprego, incidência de pobreza, oportunidades educacionais e extensão de cobertura da previdência social, tudo separado por sexo. A avaliação é particularmente útil em nível regional, uma vez que o progresso, ou sua falta, pode criar pressões políticas para uma ação coordenada. Um processo formal de revisão por organizações regionais pode ajudar a melhorar as políticas nacionais.

Mobilização de
recursos regionais

331. Em terceiro lugar, é necessária a mobilização de recursos regionais tanto para investimento como para ajuste. Isso é particularmente importante quando a integração envolve países de diferentes níveis de desenvolvimento. Os Fundos Estruturais e de Coesão da UE ajudaram a promover a convergência ascendente das áreas mais pobres na União. As instituições financeiras regionais são também vitais para canalizar recursos para investimento regional. A formação dessas instituições e fundos deve receber prioridade em todos os processos de integração regional. Doadores e organizações internacionais devem também apoiar os esforços dos países para desenvolver estratégias regionais comuns para promover o desenvolvimento social e econômico. A dimensão social da integração regional exige uma abordagem política integrada., baseada em compromisso político no mais alto nível. Só chefes de estado e de governo têm a necessária autoridade, razão pela qual os passos mais significativos para a integração regional são dados nesse nível.

Globalização das regiões

332. Nossa imagem de globalização compreende um conjunto de regiões relacionadas, interatuantes, e não um mundo orweliano de blocos competidores. É um mundo no qual cada região está aberta a idéias, bens, capital e pessoas. Esse processo de “regionalismo aberto” não é uma restrição à economia global; pelo contrário, pode corrigir alguns desequilíbrios da globalização e promover desenvolvimento e equidade nas regiões numa estrutura multilateral. Em cada região, o processo de integração é perseguido por meio de mecanismos que lhe são mais apropriados – não existe um modelo uniforme. E a ação regional complementa e apóia as políticas das nações que a compõem.

333. A lógica da escolha de uma via regional é que as dificuldades de integração são maiores no nível global, e assim faz sentido dar um primeiro passo regional. Mas, ao mesmo tempo, a globalização pode atuar como ligação entre as regiões abertas e liberar recursos para apoiar metas regionais. Pode ajudar a apoiar a estrutura comum de valores, fundamentadas na escolha democrática e nos direitos humanos universais. E se houver políticas e instituições fortes no nível regional, será mais fácil construir políticas globais justas. Isso oferece uma base para melhor governança da economia mundial.

Governança global
pode formar
instituições
regionais

334. Acreditamos serem necessárias instituições em nível global que possam reunir diferentes regiões em torno da integração global e que isso deve fazer parte da futura agenda para a governança global. A integração regional pode ser base para a governança global, e boas instituições para a governança global podem, por sua vez, representar poderoso esteio para a integração regional.

III.2. Reforma da governança global

III.2.1. Estrutura analítica

III.2.2. Regras justas

III.2.3. Melhores políticas internacionais

III.2.4. Instituições mais responsáveis

III.2.1. Estrutura analítica

Globalização e governança

335. Até agora, a crescente atenção internacional em questões de governança tem focalizado quase que exclusivamente o nível nacional. A questão da governança global requer agora mais atenção. A governança global é o sistema de regras e instituições estabelecidas pela comunidade internacional e por interlocutores privados para administrar assuntos políticos, econômicos e sociais. A boa governança, no nível nacional e global, deve promover valores tais como liberdade, segurança, diversidade, justiça e solidariedade. Deve também assegurar o respeito aos direitos humanos, ao estado internacional de direito, à democracia e à participação, promover o empreendedorismo e aderir aos princípios de responsabilidade, eficácia e subsidiariedade.

336. A crescente globalização tem criado a necessidade de melhorar a governança global.³⁸ O crescimento da interdependência entre estados-nação significa que os países são hoje mais do que antes seriamente afetados por um amplo leque de questões. Maior articulação entre os países por meio do comércio, do IED e dos fluxos de capital significa que alterações nas condições econômicas ou nas políticas das principais economias têm fortes repercussões no resto do mundo. Da mesma forma, novas regras globais têm também forte impacto nas opções de política e no desempenho econômico dos países.

337. Mais especificamente, a crescente globalização vem ampliando o leque de questões que não podem ser efetivamente abordadas a não ser por meio de ação global conjunta. Exemplos disso incluem problemas de contágio financeiro, doenças transmissíveis, crimes transnacionais, preocupações com segurança, paraísos fiscais e competição fiscal. Há, de forma mais generalizada, necessidade cada vez maior de se desenvolverem dispositivos institucionais para apoiar e supervisionar mercados globais no interesse de todos os participantes. Isso inclui a necessidade de assegurar seu funcionamento

Necessidade
crescente de ação
global conjunta

³⁸ Ver Deepak Nayyar "Existing System and Missing Institutions" em Deepak Nayyar (ed.): *Governing Globalization: Issues and Institutions* (Oxford University Press, 2002) e Joseph Stiglitz: *Globalization and its Discontents* (Londres, Allan Lane, 2002).

regular e equitativo, eliminar práticas e abusos não competitivos e corrigir falhas do mercado.

338. A resposta a esses novos desafios até agora tem sido aleatória. O que tem se manifestado até o presente é um sistema fragmentado e incoerente que consiste numa colcha de retalhos de redes e organismos sobrepostos nos campos econômico, social e ambiental. Há uma ampla diversidade de acordos que incluem leis, normas, acordos informais e auto-regulação privada. Em alguns casos, interlocutores privados, como as agências de classificação de risco, criaram importantes normas que, de facto, governos e mercados não podem ignorar.

339. O alcance desses acordos é também incompleto. Há muitas áreas importantes, como migração internacional e investimento estrangeiro, onde não há normas ou as existentes são parciais e inadequadas. Apesar de as regras funcionarem em algumas áreas, em muitas outras são excessivamente restritivas e freqüentemente injustas.

Principais deficiências na governança global contemporânea

340. Há, portanto, graves problemas com a estrutura e os processos atuais de governança global. O problema mais grave é a significativa desigualdade em termos de poder e capacidade dos diversos estados-nação. A raiz disso é a desigualdade de poder econômico entre diferentes nações. Os países industrializados têm renda per capita muito mais alta, o que se traduz em poder econômico nas negociações que definem a governança global. São eles a fonte de mercados, investimentos estrangeiros, capital financeiro e tecnologia tão necessários. A posse e o controle desses recursos vitais lhes conferem imenso poder econômico. Isso cria uma tendência, inerente ao processo de governança global, de atender aos interesses dos interlocutores poderosos, especialmente das nações ricas.

341. Num mundo ideal, haveria equilíbrio entre os interesses dos poderosos e dos fracos, dos ricos e dos pobres. A governança global seria baseada em processos democráticos e participativos de tomada de decisão que conduziriam a resultados justos. A realidade, porém, é bem-diferente. As principais potências definiram a estrutura de governança do mundo pós-guerra centrada nas Nações Unidas e nas instituições de Bretton Woods – sistema que ainda hoje constitui o eixo da governança do mundo atual. Desde então, muita coisa mudou. Hoje há mais de 190 estados independentes, comparados com aproximadamente 50 naquela época. Ao longo desse período, alguns países em desenvolvimento alcançaram países de alta renda, enquanto países de renda média e populosos, como China, Índia e Brasil, surgiram como interlocutores significativos na economia global. Quando esses países atuam coletivamente em questões específicas, podem também exercer significativa influência na governança global. Apesar, porém, desses programas, a influência dominante dos países industrializados na governança global ainda não foi fundamentalmente alterada.

342. Produziu-se também uma expansão da democracia em todo o mundo. Hoje, mais pessoas do que em qualquer época anterior conhecem seus direitos e exigem participação na governança nacional, e, cada vez mais, na governança global. Sua capacitação para isso tem sido muito facilitada pela revolução da informação e da comunicações e pela aceleração da conexão global. O acesso à informação foi tremendamente ampliado, bem como os meios para a formação de coalizões transnacionais de organizações civis e sindicatos em torno de uma infinidade de boas causas. A luta para estabelecer a democracia na Polônia e na África do Sul foi, em grande parte, ajudado por pressões exercidas por essas coalizações.

343. A influência da sociedade civil global é exercida de várias maneiras. As organizações civis fazem *lobby* junto a governos, tanto em seus países quanto em conferências internacionais. Envolvem-se ativamente na promoção e na mobilização da opinião pública. Promovem a transparência e a responsabilidade democrática por meio da crítica e do monitoramento do cumprimento de compromissos internacionais. Mas sua influência limita-se a esses canais indiretos. Salvo algumas exceções, não possuem representação formal em organizações internacionais ou conferências globais. Não obstante, seu aparecimento tem enriquecido o processo de governança global com seu aporte de uma gama de opiniões e interesses. Elas têm também ajudado a promover a justiça na governança global, com seus esforços para garantir melhor tratamento para os pobres. Mas seu papel na governança global tem sido questionado por alguns.

344. Outros interlocutores não estatais, especialmente empresas e organizações comerciais, têm também desempenhado papel mais amplo na governança global. Isso é, em parte, reflexo natural da crescente importância do setor privado numa economia de mercado global cada vez mais livre. No caso das EMs e de agências financeiras internacionais, sua influência cada vez maior resulta claramente de seu alcance global e de seu poder econômico. Podem influenciar estruturas de governança global exercendo pressão sobre políticas e práticas de governos de países industrializados e em desenvolvimento. Muitos participam de delegações nacionais de países desenvolvidos em negociações internacionais que envolvem questões econômicas e financeiras. Sua crescente importância pode ser também observada no número cada vez maior de parcerias público-privadas criadas para tratar de problemas globais específicos.

345. Têm aumentado também esforços privados de auto-regulação no nível global. A padronização de normas contábeis é um exemplo muito citado. Outro é o enfoque na responsabilidade social das EMs, com ênfase em questões como meio-ambiente e normas de trabalho. Isso representa em parte uma resposta ao ativismo amplamente divulgado de ONGs a respeito dessas questões. Algumas das novas formas de auto-regulação privada envolvem, certamente, cooperação com terceiros.

346. Pelo contrário, a influência dos sindicatos nos países ricos vem sofrendo pressão da crescente globalização. Isso resulta da mobilidade cada vez maior do capital e da pressão cada vez maior da concorrência na economia global. Assim, se enfraqueceu o contrapeso tradicional ao poder empresarial em termos nacionais e globais. Todavia, há sinais de que os movimentos de sindicatos em todo o mundo estão se adaptando a essas pressões, conforme evidenciado por um crescente número de acordos e convênios com empresas multinacionais ativas no processo de globalização.

347. Os problemas acima mencionados gerados pelas desigualdades estruturais refletem-se no déficit democrático da governança global. Um elemento-chave dessa situação é a desigualdade no processo de tomada de decisão em alguns organismos internacionais, como o Conselho de Segurança das Nações Unidas e as instituições de Bretton Woods. Mas o problema é mais insidioso. Mesmo em organizações com igualdade formal na tomada de decisão, como a OMC, isso não garante resultados justos. As desigualdades subjacentes no poder econômico se traduzem em maior poder de negociação que os países pobres dificilmente conseguem enfrentar. Está também aumentando a diferenciação entre os países em desenvolvimento, ficando os menos desenvolvidos geralmente no lado mais fraco da negociação.

348. Essas desigualdades são agravadas por muitas e importantes decisões relativas à governança global tomadas fora do sistema multilateral. Grupos exclusivos de nações ricas, como o Grupo dos 7 (G7), a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), o Comitê de Basiléia e o Grupo dos 10 (G10) no âmbito do FMI tomam importantes decisões sobre questões econômicas e financeiras de impacto global.

349. Os países em desenvolvimento enfrentam outros obstáculos para exercer influência na governança global. A governança global compreende agora um amplo leque de questões, muitas delas de grande complexidade técnica. Isso torna extremamente difícil, para a maioria dos países pobres, até mesmo estar presentes em todas as negociações, muito menos representados num nível técnico adequado. Além disso, a crescente diferenciação entre países em desenvolvimento dificulta sua atuação coletiva no nível global para compensar suas deficiências individuais.

350. Esses problemas são agravados pela falta de responsabilização democrática no processo de governança global. As posições adotadas pelos governos em fóruns internacionais raramente são submetidas a exame atento e regular dos parlamentos nacionais. Não há também requisitos rigorosos para a divulgação pública de informações sobre as posições adotadas e suas justificativas. Do mesmo modo, apesar de melhorias recentes, a falta de transparência e responsabilidade em organizações internacionais é ainda um problema sério. Raramente são submetidas a avaliações independentes o impacto de suas políticas e operações sobre países e pessoas. Na maioria dos casos, não há nenhum procedimento pelos quais as pessoas adversamente afetadas por suas operações possam apresentar queixas e buscar indenizações.

351. Uma divulgação mais completa de informações e pressões mais fortes sobre governos e organizações para que respondam por suas decisões e ações tornariam os impactos de suas decisões e políticas mais claros e forneceria a base para benéficos debates públicos a respeito dessas questões. Certamente uma lei de liberdade global de informação e a obrigação de os governos de países industrializados e organizações internacionais fazerem avaliações *ex ante* do impacto global de importantes decisões políticas seriam iniciativas bem-vindas.

352. Outro aspecto é a falta de coerência na tomada global de decisão. As negociações relacionadas à governança global ocorrem em setores pontuais como comércio, finanças, saúde, questões sociais e assistência ao desenvolvimento. As organizações internacionais concentram-se em suas missões específicas e, por conseguinte, perdem muitas vezes de vista o impacto de suas ações relativas a outros importantes objetivos. Entretanto, ações realizadas num determinado campo cada vez mais afetam resultados em outros. Por exemplo, as decisões tomadas sobre comércio podem anular os benefícios alcançados em países em desenvolvimento por meio de assistência. De modo semelhante, as ações realizadas pelos SIFs podem ter propósitos contrários aos objetivos sociais de alguns organismos. Os mecanismos para assegurar a coerência na governança global são de modo geral fracos ou inexistentes. Em grande parte, essa falta de coerência na governança global é um reflexo do fato de, no âmbito da governança nacional, ministérios isolados raramente coordenarem as ações que cada um realiza em suas respectivas esferas de governança global, deficiência perpetuada pela falta de responsabilização já referida. As pressões normais na política nacional para se alcançar um equilíbrio entre objetivos econômicos, sociais e ambientais concorrentes estão tipicamente ausentes no contexto global.

Resultados desiguais

353. Essas deficiências na governança global têm contribuído para a desigualdade do impacto social e econômico da globalização. Isso tem ocorrido através de dois canais principais. O primeiro é a criação de um sistema de regras para governar a economia global que foi prejudicial aos interesses da maioria dos países em desenvolvimento, especialmente os pobres entre eles. O segundo é a falta de um conjunto coerente de políticas econômicas e sociais internacionais para atingir um padrão de globalização que beneficie a todos.

354. O sistema em evolução de acordos e regras multilaterais tem revelado uma propensão para medidas de expansão dos mercados. Por outro lado, pouca atenção é dada a medidas com vista a uma estratégia mais equilibrada de crescimento global e de pleno emprego. Essa é a base essencial para que as políticas conduzam a um padrão mais inclusivo de globalização. Juntamente com isso, será importante buscar iniciativas complementares como o desenvolvimento de uma estrutura multilateral para a movimentação de pessoas através de fronteiras; medidas para regular mercados globais, que coíbam práticas anticompetitivas em sistemas globais de produção; eliminar os paraísos fiscais; corrigir graves falhas no mercado financeiro global e criar novas fontes de financiamento para ajuda e bens públicos globais.

355. A maioria dos acordos alcançados são desequilibrados. Por exemplo, no sistema de comércio multilateral permanecem significativas barreiras comerciais em setores vitais para expandir as exportações de países em desenvolvimento. Além disso, os países em desenvolvimento têm sido obrigados, em seu prejuízo, a abrir mão de sua autonomia política em importantes áreas de desenvolvimento onde ainda precisam desenvolver sua capacidade.

356. Infelizmente, há muito pouca ênfase em políticas de ajuda a países em desenvolvimento para enfrentar as tensões de ajustes e fortalecer sua capacidade de prosperar numa economia global competitiva. Atenção relativamente pouca é dispensada ao desenvolvimento de suas capacidades tecnológicas numa economia global cada vez mais baseada em conhecimento. O objetivo do pleno emprego e de trabalho decente para todos tem pouca prioridade nas atuais políticas internacionais.

357. Outra grave deficiência na governança global é a falta de mecanismos e políticas globais para garantir a segurança socioeconômica. Em países ricos, significativa proporção da receita nacional é alocada para a redução da pobreza, para proporcionar seguridade social e atender às necessidades de pessoas vulneráveis. Todavia, em muitos países esses recursos estão sendo reduzidos drasticamente. No nível global, esse papel deveria ser desempenhado por órgãos multilaterais, organizações voluntárias e programas bilaterais de cooperação para o desenvolvimento. Mas, os recursos disponíveis para esse fim são insignificantes em proporção com o necessário para a erradicação da pobreza.

Falta de mecanismos globais para garantir a segurança socioeconômica

358. Toda reforma de governança global deve ser inspirada por nossa visão de uma globalização justa e inclusiva. Deve promover valores e normas universais endossadas pela comunidade internacional, como regra de direito, respeito pelos direitos humanos e promoção da democracia. Deve contribuir para a consecução dos objetivos sociais e econômicos expressos na Declaração do Milênio e em outros acordos internacionais fundamentais. As propostas de reforma devem fortalecer a infra-estrutura legal e institucional global para promover crescimento, equidade, desenvolvimento humano e trabalho decente. Devem procurar melhorar o caráter representativo, participativo, transparente e responsável de instituições globais. Devem permitir que todos os homens e mulheres possam expressar suas preocupações e interesses. Devem mobilizar energia e compromisso e senso de solidariedade e responsabilidade dos principais interlocutores da comunidade global. Uma reforma da governança global nesta escala é claramente necessária e deve ser capaz de transformar o processo e a substância da globalização para atender aos anseios das pessoas em todo o mundo.

III.2.2 Regras justas

Introdução

359. Nossa preocupação central é a injustiça das principais regras do comércio e das finanças e seus efeitos assimétricos para países ricos e pobres. Preocupamo-nos também com a falta de regras adequadas em áreas como a concorrência global, investimentos e migração internacional. Nesta seção discutiremos a necessidade de preservar a liberdade, para todos os países (contanto que não haja conflito com interesses coletivos), de buscar políticas de desenvolvimento que atendam a seus interesses; a necessidade de resolver as desigualdades atuais em termos de acesso a mercados no comércio internacional; a necessidade de fortalecer a estrutura emergente para sistemas globais de produção e reforma do sistema financeiro internacional.

360. Na maioria dos casos, nosso principal interesse é corrigir os desequilíbrios atuais entre nações ricas e pobres. Mas a questão da justiça vai além disso; a economia global precisa beneficiar igualmente homens e mulheres trabalhadores em países ricos e pobres. As regras da economia global devem, portanto, ser planejadas à luz de seu impacto nos direitos, na subsistência, na segurança e nas oportunidades das pessoas de todo o mundo. Em particular, abordamos medidas para fortalecer o cumprimento das normas fundamentais do trabalho e uma estrutura coerente para a movimentação de pessoas através de fronteiras.

Espaço para o desenvolvimento nacional

Respostas políticas
nacionais limitadas
por regras globais

361. Conforme destacamos na seção anterior, a globalização requer esforços intensos para melhorar a governança nacional e as respostas de política estratégica dos governos para maximizar os benefícios. Pelo contrário, porém, o conjunto atual de regras globais invade esse espaço essencial de política.

362. Uma área fundamental é o desenvolvimento industrial. Historicamente, muitas nações hoje industrializadas adotaram diversas políticas para promover o desenvolvimento de indústrias nacionais nos estágios decisivos de sua industrialização. Tiveram o IED sob rigoroso controle em termos de exigências relativas a ingresso, posse e desempenho.³⁹ Da mesma forma, as NIEs do Leste da Ásia basearam suas estratégias industriais na promoção da exportação, em subsídios condicionais e indústrias nacionais protegidas. As políticas de comércio faziam parte das estratégias nacionais de desenvolvimento, nas quais o Estado trabalhava junto com as empresas para fortalecer e monitorar o desempenho da indústria nacional. O Estado desempenhou papel central na mobilização do investimento nacional e em influir em sua alocação e em limitar ou regular o IED.⁴⁰ Medidas como conteúdo local mínimo, exigências de exportação e transferência de tecnologia, engenharia inversa e adaptação local da tecnologia importada também foram eficazmente adotadas.

363. É claro que a base para a competitividade internacional tem mudado e talvez não seja conveniente ou mesmo viável que todos os países imitem essas estratégias, pois depende muito das condições e capacidades iniciais. Não obstante, essas experiências iniciais de desenvolvimento industrial ressaltam a importância de um conjunto apropriado de políticas domésticas na criação de uma base industrial competitiva. Ao mes-

³⁹ Inclusive ferramentas de políticas como subsídios de exportação, abatimentos em tarifas sobre insumos usados em exportações, direitos de monopólio e acordos de cartel sancionados pelo governo e créditos direcionados. Ver: *Ha-Joon Chang: Kicking Away the Ladder* (Londres, Anthem Press, 2002) e *Foreign Investment Regulation in Historical Perspective* (Third World Network, 2003).

⁴⁰ A. Amsden, op. cit.

mo tempo, nem todas as políticas nacionais são necessariamente eficazes; graves erros foram cometidos no passado, como excessiva confiança em políticas de substituição de importações e em empresas estatais ineficientes.

364. Os acordos da Rodada do Uruguai limitaram significativamente as opções políticas hoje disponíveis para os que chegaram depois. Enquanto o artigo XVIII do GATT continua a permitir alguma proteção da indústria incipiente e proteção de salvaguarda, o Acordo sobre Subsídios e Medidas Compensatórias (SCM) proíbe subsídios condicionados ao desempenho das exportações e os que dependem da utilização de insumos nacionais em vez dos importados.⁴¹ Além disso, permite o uso de medidas compensatórias de danos às indústrias nacionais causados por um conjunto de subsídios recoráveis da produção estrangeira (i.e. sujeitos a medidas compensatórias). O Acordo sobre Medidas de Investimento Relacionadas com o Comércio (TRIMs) exige a eliminação de uma série de medidas tais como exigências de conteúdo local e equilíbrio comercial.⁴² Apesar de reconhecer os benefícios que podem resultar de um acordo internacional para DPIs (discutido mais extensamente no parágrafo 383), alguns elementos do Acordo sobre os Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados com o Comércio (TRIPS) tornaram a engenharia inversa e a imitação menos viáveis e elevaram o custo de aquisição de tecnologia para os países em desenvolvimento.

Menos opções políticas disponíveis para os recém-chegados

365. No geral, as regras da OMC tornam agora a proteção seletiva ou promoção estratégica de firmas nacionais em relação à concorrência estrangeira muito mais difícil do que era sob o GATT. Os limites que essas regras impõem são agravados por alguns aspectos de condicionalidade política das instituições de Bretton Woods. Adotadas em conjunto, essas regras e condições de política podem impedir o uso de políticas industriais, tecnológicas, comerciais e financeiras como formas estratégicas de intervenção para promover a industrialização.⁴³

366. Outra área que pode coibir o espaço das políticas é a estrutura emergente de regulação financeira na economia global. Novas normas e códigos estão sendo promovidos por meio da Revisão de Normas e Códigos (NRC) e processos de Avaliação do Setor Financeiro (ASF). Apesar de louvável o objetivo de fortalecimento de sistemas financeiros, há risco de que esses instrumentos, como formulados e promovidos atualmente, imponham normas impróprias para muitos países em desenvolvimento. Muitos deles ainda não estão suficientemente desenvolvidos em termos institucionais para poder adotar todos esses códigos. Exigir que o façam é incorrer no risco de minar estratégias viáveis de crescimento e desenvolvimento.

367. Urge que todas essas regras globais sejam revistas para criar um espaço maior de política que permita aos países em desenvolvimento adotarem medidas para acelerar seu desenvolvimento num ambiente econômico aberto. Além disso, as políticas de organizações internacionais e de países doadores devem mudar mais radicalmente da condicionalidade externa para o controle nacional das políticas. Devem reconhecer mais firmemente a necessidade de equilibrar direitos, equidade e eficiência. Atualmente, isso é reconhecido principalmente nos dispositivos da OMC para Tratamento Especial e Diferencial, e propomos o fortalecimento desses dispositivos na seção seguinte sobre regras multilaterais para o comércio.

Regras globais devem ser revistas para permitir mais espaço político

⁴¹ Apesar dos PMDs e outros países relacionados no Anexo VII do Acordo SCM (com PIB per capita inferior a US\$1000) não estão incluídos na proibição de subsídios de exportação.

⁴² O Acordo não define a 'medida de investimento relacionado com o comércio'. Em vez disso, apresenta uma lista ilustrativa de medidas inconsistentes com a aplicação do GATT sob os artigos III.4, referentes ao tratamento nacional e XI.1, referentes a restrições quantitativas.

⁴³ Deepak Nayyar (ed.), *op. cit.*

Regras multilaterais para o comércio

368. Apoiamos plenamente um enfoque multilateral do comércio e incentivamos os esforços para tornar a liberalização multilateral do comércio mutuamente benéfica para todos os países e socialmente equitativa dentro deles.

As regras multilaterais para o comércio devem ser equilibradas e justas

369. Para conseguir isso, as regras multilaterais para o comércio devem ser equilibradas e justas. Uma gritante desigualdade no sistema global do comércio é a continuação das barreiras comerciais no Norte contra bens produzidos por mão-de-obra intensiva no Sul. Esses são os produtos sobre os quais o Sul tem vantagem comparativa, e que são vitais para seu crescimento e desenvolvimento. Nesse sentido, compartilhamos a visão amplamente generalizada de que as barreiras injustas ao acesso a mercados devem ser substancialmente reduzidas, e que isso resultaria em importantes oportunidades para os países em desenvolvimento. Mas convém também ressaltar que não se trata de uma panacéia. Os interesses dos países menos desenvolvidos terão que ser protegidos por meio das disposições da OMC para Tratamento Especial e Diferencial para promover seu potencial de exportação. As barreiras comerciais Sul-Sul também permanecem elevadas e os países em desenvolvimento se beneficiariam muito com a redução dessas barreiras. Além disso, determinados princípios, além do justo acesso a mercados, também devem ser respeitados para tornar o sistema global de comércio plenamente justo para todos.

370. Um desses princípios é que a liberalização do comércio não deve ser considerada um fim em si mesmo. Ela é um meio para atingir objetivos finais como crescimento alto e sustentável, pleno emprego e redução da pobreza. As políticas de comércio devem ser moldadas, portanto, com esses propósitos em mente e ser avaliadas de acordo.

Os trabalhadores em países industrializados podem também ter que enfrentar ajustes difíceis

371. Ao mesmo tempo, é importante reconhecer que a liberalização do comércio envolverá ajustes difíceis. Por exemplo, maior acesso ao mercado para exportações de países em desenvolvimento implicará elevados custos sociais para alguns trabalhadores nos países industrializados. Em resposta, devem ser adotadas opções de políticas nacionais viáveis para garantir assistência ao ajuste dos trabalhadores afetados. Isso garante que mais justiça para os países em desenvolvimento não seja alcançada a custa de trabalhadores vulneráveis nos países ricos. Essa é uma boa ilustração da necessidade de maior coerência entre políticas nacionais e internacionais para atingir um padrão mais justo de globalização.

Estratégia para crescimento global e pleno emprego

372. Devemos também, de início, reconhecer que o desempenho geral do crescimento da economia global é uma importante determinante da extensão e distribuição dos benefícios da liberalização multilateral do comércio. Mais acesso ao mercado para as exportações dos países em desenvolvimento será bem mais fácil de conseguir no contexto de uma estratégia mais equilibrada para o crescimento global sustentável e pleno emprego. A experiência mostra que o crescimento desequilibrado entre os países é uma fonte básica de tensões econômicas entre parceiros comerciais. Os países que experimentam persistentes déficits de conta corrente e desemprego devido à relocação industrial no exterior enfrentam muitas vezes maior pressão doméstica para aumentar a proteção.

373. Reconhecemos também a necessidade de proteger e promover os direitos dos trabalhadores em países industrializados e em desenvolvimento. O melhor meio de consegui-lo é o cumprimento da Declaração da OIT sobre Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho. A garantia de direitos fundamentais no trabalho não é só desejável em si mesma e um aspecto essencial do comércio justo, mas propicia também os meios de proporcionar aos trabalhadores uma justa parte da maior produtividade que geram em todos os países.

374. O protecionismo agrícola é um grande obstáculo à redução da pobreza, anulando boa parte dos avanços que estão sendo feitos por meio da AOD. Estima-se que os subsídios agrícolas nos países industrializados ultrapassam US\$1 bilhão por dia, enquanto 70 por cento dos pobres do mundo vivem em áreas rurais e subsistem com menos de US\$1 por dia. Isso é uma flagrante injustiça. Embora reconheçamos a legitimidade de políticas nacionais para o desenvolvimento agrícola, recomendamos vivamente que novos créditos e subsídios de exportação e medidas domésticas de apoio que distorcem o comércio sejam proibidos e as medidas existentes sejam rapidamente reduzidas. Além disso, todo esforço deve ser envidado para reduzir substancialmente as tarifas e acabar com o atual sistema discriminatório de quotas tarifárias, dando prioridade a produtos oriundos de países em desenvolvimento.

375. O problema da queda de preços de produtos não baseados em petróleo tem relação com a questão do protecionismo agrícola. Muitos países em desenvolvimento e menos desenvolvidos dependem ainda dos produtos agrícolas para mais da metade de sua receita de exportação. Mas, de 1980 a 2000, os preços mundiais de 18 importantes produtos de exportação caíram em mais de 25 por cento em termos reais. Essa queda foi particularmente significativa no caso do algodão (47 por cento), do café (64 por cento), do arroz (60,8 por cento), do alumínio (73 por cento), do cacau (71,1 por cento) e do açúcar (76,6 por cento).⁴⁴

376. Não há uma resposta simples para esse problema. É, entretanto, no mínimo, essencial que o efeito agravante do protecionismo agrícola seja eliminado. O Banco Mundial estima que a eliminação da proteção e do apoio no setor de algodão aumentaria os preços em 13 por cento ao longo dos próximos 10 anos e o comércio mundial do algodão em 6 por cento. As exportações de algodão da África aumentariam 13 por cento.⁴⁵ Com maior apoio técnico, os países em desenvolvimento poderiam diversificar suas exportações e agregar valor aos produtos antes de exportá-los. Nesse aspecto, a questão da elevação tarifária para produtos processados precisa ser abordada.⁴⁶ Além disso, um esforço global coordenado deve ser feito em relação a produtos específicos, tais como açúcar, algodão, trigo e amendoim.⁴⁷

377. Não há dúvida de que as barreiras comerciais para itens têxteis e de vestuário precisam ser revistas. Países em desenvolvimento têm uma vantagem relativamente forte na área de produtos têxteis, especialmente em vestuário, respondendo por cerca de 50 por cento e 70 por cento respectivamente das exportações mundiais desses itens. Muitos países em desenvolvimento dependem muito dessas exportações. Além disso, as tarifas em têxteis e vestuário permanecem significativamente mais elevadas do que em qualquer outro setor exceto a agricultura, variando de três a cinco vezes mais do que a média para produtos manufaturados.

Barreiras comerciais para artigos têxteis e de vestuário precisam ser revistas...

378. Mas, devemos também compreender as dificuldades que os países enfrentam. Muitos trabalhadores e empresas estão envolvidos nos países industrializados e em alguns países em desenvolvimento. Eles enfrentarão muitas dificuldades se perderem seus empregos e sua renda, especialmente onde não há suficiente assistência ou proteção social. Em todos os casos, a ruptura industrial e a reestruturação que provavelmente ocorreria ressaltam as responsabilidades de os governos estabelecerem políticas para proteger a segurança dos trabalhadores e suas famílias, apoiar o desenvolvimento de novas oportunidades e melhorar o acesso a novas aptidões e capacidades. No setor de vestuário, isso afeta principalmente as trabalhadoras. Em países de baixa renda, um esforço nacional nessa área provavelmente exigirá apoio internacional.

...mas implicam dificuldades para os países

⁴⁴ FMI: *International Financial Statistics Yearbook*, várias questões, citados em Oxfam: *Rigged Rules Double Standards* (Oxford, 2002).

⁴⁵ Banco Mundial: *Global Economic Prospects, 2004* (Washington DC, 2003).

⁴⁶ Ver OMC: *World Trade Report, 2003* (Genebra, 2003).

⁴⁷ Ver Banco Mundial, *op. cit.* para uma análise de possível ação global em cada grupo de produtos.

379. Outra barreira ao desenvolvimento é o aumento das tarifas nos países industrializados. Isso prejudica os esforços de países em desenvolvimento para agregar valor às suas exportações de produtos industriais e matérias-primas. Apesar dos acordos da Rodada do Uruguai, os países industrializados mantiveram o aumento tarifário, particularmente para os “produtos sensíveis” não cobertos pelo Sistema Generalizado de Preferências (SGP), como produtos da indústria de alimentos, têxteis, vestuário e calçados.

Normas técnicas para produtos

380. Além dessas óbvias barreiras de mercado, os países em desenvolvimento estão também cada vez mais preocupados com a proliferação de normas técnicas para produtos, que vão da embalagem a higiene e resíduos tóxicos de alimentos. Essas restrições resultam naturalmente, em primeiro lugar, da legítima necessidade de proteger consumidores e cidadãos, e há forte pressão política nos países industrializados para que sejam criadas normas com ampla margem de segurança. Essas normas devem ser estabelecidas de modo objetivo. Sua observância, porém, implica altos custos para os exportadores dos países em desenvolvimento, gerando alegações de protecionismo. Exemplo recente é a decisão da UE de impor limites ao nível de aflatoxinas nas importações de nozes, cereais e frutas secas que excedam as normas internacionais.⁴⁸ Os acordos da OMC buscam prevenir abusos incentivando o uso de normas internacionais, mas os países menos desenvolvidos em geral não possuem os recursos e a capacidade para aplicá-las. Muitas vezes carecem também de capacidade institucional para participar efetivamente de organizações e programas internacionais que supervisionam essas normas.

381. Uma série de medidas compensatórias deve ser adotada nessa área. Os países desenvolvidos devem se comprometer a ajudar os países em desenvolvimento a melhorarem os padrões de seus produtos. Ao mesmo tempo, deve-se permitir que países em desenvolvimento tenham maior participação na definição das normas e dos esforços para minimizar o impacto desses padrões sobre o acesso ao mercado.

Abuso de medidas *anti-dumping*

382. É importante também impedir o abuso de medidas *anti-dumping*, que podem se transformar em barreira para o acesso aos mercados. A possibilidade de abuso é maior quando se exige menos rigor na comprovação nos casos de *anti-dumping* do que em casos nacionais de monopólio. Essa discrepância entre princípios legais precisa ser examinada como parte dos esforços de revisão de disciplinas e regras, que devem ser mais transparentes e previsíveis. Nesse processo, é preciso dar a devida atenção à vulnerabilidade dos países em desenvolvimento. Esses países devem receber apoio técnico em questões processuais, para eliminar o viés em termos de custo e da capacidade de perseguir ou defender ações *anti-dumping*.

Direitos de propriedade intelectual

383. A respeito do ADPIC, reconhecemos que essa é uma questão complexa. Há necessidade de proteger direitos de propriedade intelectual em países industrializados e em desenvolvimento para proporcionar incentivos a inovação e criação de tecnologias. Ao mesmo tempo, é importante assegurar amplo acesso ao conhecimento e garantir que seja compartilhado tão amplamente quanto possível, algo particularmente importante para os países em desenvolvimento. São necessárias regras justas para equilibrar os interesses de produtores da tecnologia e de seus usuários, particularmente em países de baixa renda cujo acesso ao conhecimento e à tecnologia é limitado. Uma importante questão para os países em desenvolvimento mais pobres é o problema da falta de capacidade institucional e a competição por recursos com outros objetivos de desenvolvimento quando a capacidade ainda está por ser desenvolvida. É preciso buscar um equilíbrio. Entretanto, muitos argumentam que o Acordo ADPIC foi longe demais. Por um lado,

⁴⁸ Estudo realizado pelo Banco Mundial estimou que a implementação desse padrão mais alto teria significativo impacto negativo sobre as exportações africanas desses produtos para a Europa, que podem sofrer uma redução de até 64 por cento (US\$670 milhões por ano) comparado com exportações sob as normas atuais para aflatoxina. Ver: T. Otskui, J. S. Wilson e M. Sewadeh: “A Race to the Top? A Case Study of Food Safety Standards and African Exports”, Working Paper nº 2.563, Banco Mundial (Washington DC, 2001).

impediu o acesso a medicamentos vitais a preços razoáveis. Por outro, não protegeu adequadamente o livre acesso ao conhecimento tradicional que há muito tempo é de domínio público. O recente acordo na área de ADPIC e saúde pública demonstra que é possível encontrar meios de atender aos interesses do desenvolvimento.⁴⁹ Esforços estão sendo empreendidos em relação a outros interesses.

384. Com respeito às políticas de investimento e concorrência, observamos a profunda divisão entre essas e outras “Questões de Singapura” no âmbito da OMC, que contribuíram para o impasse na Conferência Ministerial de Cancun, em setembro de 2003. Vários países em desenvolvimento opõem-se fortemente à inclusão dessas questões na agenda de negociação e que sejam objeto de gestão única. Ao mesmo tempo, alguns países desenvolvidos argumentam que as políticas de investimento e concorrência são complementos importantes da liberalização comercial e devem, por essa razão, ser negociadas no âmbito da OMC. Parece improvável que haja algum avanço nessas questões na OMC.

Política de investimento e competição

385. Estabelecer regras justas no sistema multilateral de comércio seria um avanço importante. Todavia, a menos que disposições mais rigorosas de desenvolvimento sejam incluídos no sistema, os países em desenvolvimento terão dificuldade de usufruir delas. As atuais disposições de Tratamento Especial e Diferencial para países em desenvolvimento geralmente permitem períodos de carência mais longos para a implementação de acordos e compromissos e dão condições a esses países para fortalecerem sua capacidade para cumprir os acordos da OMC (por exemplo, a aplicação de normas técnicas) e lidarem com controvérsias. Há também disposições especiais para países menos desenvolvidos, mas são insuficientes e precisam ser fortalecidas.

386. Mais tempo para aplicar as normas não é o bastante. Normas uniformes para parceiros desiguais só podem produzir resultados desiguais.⁵⁰ Dadas as enormes diferenças nos níveis de desenvolvimento, acreditamos haver necessidade de ação afirmativa a favor de países que chegaram mais tarde e não têm as mesmas potencialidades que aqueles que se desenvolveram mais cedo. É possível haver um conjunto de normas multilaterais em que as obrigações dos países sejam uma função de seu nível ou estágio de desenvolvimento. Um ponto de partida simples seria aumentar a flexibilidade que permita a esses países adotar ou rejeitar disciplinas propostas ou questões novas na OMC, dando maior espaço para definirem suas políticas de desenvolvimento nacional.

Necessidade de ação afirmativa a favor de países em desenvolvimento

Regras para os sistemas globais de produção

387. A globalização da produção oferece novas e importantes oportunidades para que países em desenvolvimento acelerem sua industrialização. Mas, como observamos, à exceção de alguns países, as restrições no acesso aos mercados têm sido um grave obstáculo. Especialmente o aumento das tarifas torna muito difícil para a maioria dos países em desenvolvimento realizar atividades de alto valor agregado na cadeia global de produção. Além disso, há duas importantes questões que precisam ser resolvidas.

388. Primeiramente, apesar de as EMs em muitos casos terem contribuído para mais crescimento e melhoria no ambiente de negócios, seu domínio nos mercados globais pode opor tremendas barreiras à entrada de novas empresas, especialmente de empresas de países em desenvolvimento. Além disso, a onda de fusões transnacionais nos anos

Domínio das EMs nos mercados globais

⁴⁹ Uma declaração especial sobre o TRIPS e saúde pública na Conferência Ministerial de Doha, em novembro de 2001, destacou a importância de implementar e interpretar o Acordo TRIPS de maneira que apóie a saúde pública. A declaração enfatiza a habilidade dos países de aproveitar as flexibilidades contidas no Acordo TRIPS, incluindo a licença compulsória e a importação paralela. Em agosto de 2003, os países membros da OMC aprovaram as alterações jurídicas que facilitam, para os países que não conseguem fabricar medicamentos, a importação de genéricos produzidos sob licença compulsória.

⁵⁰ Deepak Nayyar, *op. cit.*

90 aumentou a preocupação com a concentração industrial nos mercados globais e com as barreiras à concorrência que lhe dão origem.⁵¹

389. Em segundo lugar, tem aumentado também a preocupação de que o incentivo à competição entre países em desenvolvimento para atrair IED esteja induzindo-os a irem longe demais na desregulamentação, na redução de impostos, da proteção ambiental e das normas de trabalho. Em países com inadequadas barreiras nacionais reguladoras e fiscais, há necessidade de reduzi-las. Elas não só impedem a entrada de IED mas também prejudicam a competitividade da economia nacional e impõe preços mais elevados aos consumidores. Mas, o problema do incentivo à competição, ao qual nos referimos, vai bem além dessas reformas. O problema reside na possibilidade de os países serem pressionados pela competição por IED a fazer concessões desnecessárias e reduzir os benefícios gerais recebidos. As ZPEs são freqüentemente apresentadas como exemplos desse fenômeno. Essas são preocupações importantes que precisam ser consideradas.

Novas e necessárias
iniciativas para tornar
os mercados globais
mais transparentes
e competitivos

390. Com relação à competição, apesar da rigorosa legislação antitruste para a maioria dos mercados nacionais, não há algo equivalente para a economia global. E conforme ressaltado anteriormente, há pouca coerência entre as medidas aplicadas nas investigações de anti-dumping em mercados globais e os princípios legais que regem o comportamento anticompetitivo nos mercados nacionais. São necessárias novas iniciativas para tornar os mercados globais mais transparentes e competitivos.

391. Há necessidade de esforço coordenado para reduzir as barreiras privadas ou outras restrições nos mercados globais. Essas barreiras incluem o abuso de posições dominantes em mercados globais e cartéis privados internacionais que fixam preços, alocam mercados e restringem a concorrência.⁵² Além disso, restrições verticais na cadeia de oferta, como acordos de distribuição exclusiva, acordos de compra exclusiva e sistemas de distribuição seletiva, podem também restringir a entrada no mercado.⁵³

392. Recomendamos a intensificação do diálogo e da cooperação para tornar os mercados globais mais transparentes e competitivos, e incentivamos o intercâmbio de informações e cooperação relativos à aplicação extraterritorial de leis antitruste. Fóruns como a Rede Internacional de Concorrência, o Fórum Global sobre Concorrência da OCDE e o Grupo de Trabalho da OMC sobre Políticas de Comércio e Concorrência representam importantes oportunidades para discutir essas questões.

393. A longo prazo, pode ser preciso criar uma Agência Internacional de Política de Concorrência para monitorar a concentração nos mercados globais, facilitar a revisão de políticas nacionais de concorrência e dar assistência técnica a países em desenvolvimento e dirimir controvérsias no nível internacional no caso de interpretações contraditórias por autoridades nacionais de questões de antitruste entre países. Reconhecemos que o ambiente ainda não está maduro para uma instituição nova desse tipo. Mas, as plataformas existentes para o diálogo e a cooperação poderiam começar a esboçar o papel e as funções dessa agência.

Controvérsia
sobre normas
multilaterais para
investimento

394. Com relação ao problema de competição em matéria de políticas de investimento que visem o empobrecimento, faz-se necessário maior esforço internacional para construir uma estrutura equilibrada de IED que favoreça o desenvolvimento. O estabelecimento multilateral de regras na área de investimento, especificamente de IED, tem uma história conturbada. Foi impossível chegar a um acordo a respeito do Código de

⁵¹ P. Nolan et al: "The Challenge of the Global Business Revolution", *Contributions to Political Economy*, 21, 91.110, Cambridge Political Economy Society (Oxford University Press, 2002).

⁵² O Banco Mundial estima que a sobretaxa total para os países em desenvolvimento de produtos importados comercializados por esses cartéis processados ao longo dos anos 90 por fixação de preço teria sido de US\$2 bilhões em 2000. Ver: Banco Mundial: *Global Economic Prospects*, 2003 (Washington DC, 2002).

⁵³ Por exemplo, os Estados Unidos contra o Japão no caso Kodak-Fuji na OMC, no qual a empresa americana foi acusada de excluir importantes canais de distribuição.

Conduta para Empresas Transnacionais das Nações Unidas, no final dos anos 70 e ao longo dos anos 80. A versão preliminar do código buscou definir tanto os direitos quanto as responsabilidades de empresas transnacionais em suas operações internacionais. Os esforços de negociação de um Acordo Multilateral sobre Investimento (AMI) na OCDE enfrentou uma oposição particularmente forte por parte dos sindicatos, ongs e outros grupos, e foram finalmente abandonados em 1998. Muitos observadores ressaltaram que os artigos preliminares do AMI estabeleciam uma série de direitos para investidores estrangeiros sem estabelecer qualquer responsabilidade no que diz respeito à conduta deles. Disso resultaram duas importantes lições. Primeiro, a necessidade de ter à mesa de negociação interlocutores pertinentes para equilibrar os interesses do país de origem, do país anfitrião, dos investidores (nacionais e estrangeiros), dos trabalhadores e do público. Segundo, a necessidade de um processo transparente e aberto. Sua falta alimentou suspeita pública e oposição ao AMI.

395. A controvérsia quanto às regras multilaterais para investimento foi transferida para a OMC, com muita objeção de países em desenvolvimento, sindicatos e sociedade civil. Os opositores argumentam que os princípios de tratamento não discriminatório e nacional não são apropriados para um acordo de investimento. Há casos legítimos (ex. indústrias incipientes) em que países podem desejar dar uma vantagem a pequenas e médias empresas nacionais em vez de ao capital estrangeiro.

396. Na falta de regras multilaterais coerentes, a estrutura atual para IED regula esse campo de modo pontual e fragmentado por meio de Tratados Bilaterais de Investimento (TBIs), acordos regionais como o NAFTA e outros acordos da OMC (o Acordo Geral sobre Comércio e Serviços (GATS), SCM e TRIMs).⁵⁴ O recente aumento do número de TBIs revela que o desejo de proteger e promover IED é forte, independentemente de consenso sobre estrutura multilateral. Preocupa-nos que países em desenvolvimento possam estar aceitando termos desfavoráveis em TBIs como resultado de negociações desequilibradas com países-parceiros desenvolvidos e mais fortes.

397. Há evidentemente necessidade de se estabelecer uma estrutura de desenvolvimento mais transparente, mais coerente e mais equilibrada para o IED, de modo que, além dos benefícios gerais para todos os países, a entrada de países em desenvolvimento em sistemas globais de produção possa ser um processo em que todos se beneficiam.

398. Recomendamos como primeiro passo, com vista a uma estrutura equilibrada de desenvolvimento para o IED, que os países comecem a atuar coletivamente para resolver a questão da competição na política de investimento tornando os incentivos mais transparentes. Quando todos se beneficiassem de um sistema mais transparente, nenhum país ou investidor iria querer agir sozinho e se colocar em desvantagem competitiva, exigindo a transparência enquanto outros não o fazem. É, portanto, do interesse dos países fazê-lo coletivamente e desenvolver disciplinas acordadas. Os países poderiam começar a atuar regionalmente. Esse seria um bom ponto de partida para que os países em desenvolvimento definissem seus interesses coletivos em outras questões, como o comportamento nacional na fase anterior e posterior do estabelecimento, procedimentos para solução de controvérsias, disposições de expropriação e indenização, salvaguardas de balanço de pagamento, exigências de desempenho e outras medidas para equilibrar interesses privados e públicos. Aumentaria também sua capacidade de barganhar nas negociações bilaterais.

399. Acreditamos que esforços deveriam, portanto, ser envidados para encontrar um fórum de aceitação geral, no qual se podesse definir uma estrutura equilibrada de desenvolvimento para IED, começando talvez com um “Diálogo de Política de Desen-

O IED precisa de uma estrutura de desenvolvimento mais transparente, mais coerente e mais equilibrada

⁵⁴ Para uma análise do contexto desses acordos, ver UNCTAD: *World Investment Report, FDI Policies for Development: National and International Perspectives*, www.unctad.org/wir.

volvimento” do tipo proposto na Parte IV. Essa estrutura deve ser negociada como entidade distinta e coerente e não depender de concessões na agenda de negociações comerciais da OMC. Deve oferecer uma estrutura estável, previsível e transparente para os investidores; equilibrar os interesses, direitos e responsabilidades públicos e privados e dos trabalhadores – estrangeiros e nacionais, e assegurar um procedimento de solução de controvérsias justo, transparente e apropriado. Deveria oferecer aos países flexibilidade e espaço político para gerenciarem o investimento, de modo que garanta os benefícios, e minimizarem ou controlarem os efeitos adversos, como o deslocamento do investimento nacional.

Reforma da arquitetura financeira

400. O progresso em termos de acesso ao mercado no comércio internacional e de entrada no sistema global de produção pode, entretanto, ser prejudicado se a questão da reforma da arquitetura financeira global não for abordada adequadamente. Os avanços no comércio e no IED correm o risco de serem interrompidos por instabilidade e crises financeiras. Mesmo a capacidade básica de aproveitar novas oportunidades criadas por regras mais justas que rejam o comércio e o investimento será fortemente influenciada pelo funcionamento do sistema financeiro global.

Sistema financeiro
global instável:
países de renda
média, os mais
afetados

401. O atual sistema financeiro global é muito imperfeito. Mais do que outros mercados, o mercado financeiro global é fortemente dominado pelos interesses financeiros dos países industrializados. Os governos desses países, especialmente os economicamente mais fortes, ditam as regras que regem o mercado por meio de sua influência junto às IIFs. Essas instituições, por sua vez, exercem pressão muito grande sobre as políticas macroeconômicas e financeiras dos países em desenvolvimento. Ao mesmo tempo, os bancos e as casas financeiras desses mesmos países têm muito poder de mercado no sistema financeiro global. O sistema também é caracterizado por sérias falhas de mercado e por sua instabilidade. O resultado disso é que a maioria dos riscos e consequências negativas da instabilidade financeira recaem sobre os países de renda média, atualmente os interlocutores mais fracos no sistema.

402. Fluxos líquidos de capital privado para países em desenvolvimento, conforme definidos convencionalmente, totalizaram mais de US\$ 50 bilhões em 2002, representando um aumento em relação a 2001, mas menos de um quarto do pico alcançado em 1996 antes da crise asiática. O IED privado líquido foi, entretanto, o único componente positivo desses influxos líquidos de capital privado (US\$ 110 bilhões em 2002).⁵⁵ Dois outros importantes componentes, investimentos de carteira líquidos e empréstimos bancários líquidos, tiveram um fluxo de saída da ordem de US\$ 68.2 bilhões em 2002, continuando a tendência negativa pelo sexto ano consecutivo. O sistema financeiro global funcionou, portanto, de tal maneira que, no todo, o fluxo líquido do capital privado, excluindo o IED, saiu de países em desenvolvimento e com escassez de capital para países ricos e com capital abundante.

403. Ao longo da última década, o aumento da mobilidade do capital global foi acompanhado também por aumento na frequência de crises financeiras em países em desenvolvimento, em geral com altos custos sociais. Essas crises financeiras refletem os problemas correlatos de volatilidade e de contágio. A volatilidade, como observado na seção II.2, reflete o crescente papel dos fluxos financeiros de curto prazo. Esses caracterizam-se em geral por surtos de fluxos de entrada e saída de capital em resposta a mudanças na percepção do mercado financeiro quanto às perspectivas econômicas dos países anfitriões. Falta de informação nesses mercados amplia muitas vezes as reações justificadas a determinada mudança real nas perspectivas econômicas de determinados

⁵⁵ Ver UNCTAD: *Trade and Development Report*, 2003 (Genebra, 2003).

países. Esse problema é agravado por efeitos de contágio, em que o “comportamento de rebanho” por parte de operadores do mercado financeiro conduz à extensão de seus julgamentos a países onde os fundamentos econômicos não os justificam. Esses efeitos de contágio foram particularmente graves na crise financeira asiática de 1997–98. Essas graves imperfeições precisam ser corrigidas para alcançarmos um padrão de globalização mais justo e inclusivo.

404. Há, nos dias atuais, um consenso sobre a necessidade de reformar a arquitetura financeira internacional. Isso se deve ao reconhecimento de que a interdependência e a abertura, combinadas com a volatilidade e o contágio, tornaram a governança dos mercados financeiros ainda mais difícil. Nosso objetivo deve ser construir um sistema financeiro estável que estimule o crescimento global sustentável, proporcione o financiamento adequado para empresas e atenda à necessidade dos trabalhadores de emprego decente. Um sistema financeiro estável oferecerá incentivos para o investimento produtivo e conterá os efeitos devastadores de uma crise financeira sobre o emprego. Incentivará também um papel previsível para o capital estrangeiro como um complemento das economias nacionais. O fato é que o sistema financeiro internacional deve apoiar a integração de países em desenvolvimento na economia global de modo que promova o desenvolvimento.

A arquitetura financeira internacional precisa de reforma

405. O progresso com vista a esse objetivo tem sido lento e limitado. Até agora, a reforma esteve centrada em medidas de prevenção de crise, como maior divulgação de informações, tentativas de desenvolver sistemas de advertência antecipada e formulação de normas e códigos internacionais para a supervisão do setor financeiro. Apesar da utilidade dessas iniciativas, seu impacto será gradual e provavelmente insuficiente. É verdade que normas e códigos internacionais têm papel importante a desempenhar no fortalecimento dos sistemas financeiros nacionais em todo o mundo. São parte da ingente necessidade de melhorar a estrutura institucional em que operam os mercados financeiros internacionais, seja por meio de princípios sólidos de governança empresarial ou por normas mínimas comuns de regulamentos, supervisão e contabilidade cautelares. É evidente também que isso contribuiria para maior estabilidade no sistema financeiro global e aumentaria o acesso de países em desenvolvimento aos mercados financeiros internacionais. Há, contudo, sérias preocupações quanto ao modo de como vem sendo conduzido até agora o processo de desenvolvimento e implementação dessas normas e códigos.

... mas o progresso tem sido lento e limitado

406. Há preocupação com o fato de países em desenvolvimento não estarem sendo adequadamente envolvidos na elaboração dessas novas normas e códigos.⁵⁶ Além disso, insistir nessas normas tornaria mais difícil e mais caro para os países em desenvolvimento ter acesso ao mercado financeiro global. Por exemplo, as “revisões das normas para capitais que aumentam o custo de empréstimos de risco por bancos internacionais podem tornar mais difícil para esses países financiarem projetos de desenvolvimento”.⁵⁷

407. Recomendamos, portanto, esforço urgente e decisivo para assegurar maior participação no processo de reforma do sistema financeiro internacional. Deve haver também uma abordagem mais aberta e flexível na formulação de normas e diretrizes de política, que seja mais sensível às diferentes circunstâncias e necessidades de países em desenvolvimento. Como já foi dito, “nem os ministros do G7 nem funcionários multilaterais têm o monopólio do conhecimento sobre qual modelo [de desenvolvimento] é o melhor”.⁵⁸

408. Em termos rigorosamente lógicos, as diretrizes de política são distintas das regras formais que regem o funcionamento do sistema financeiro internacional. Mas, na prá-

⁵⁶ Existem alguns sinais de mudança aqui. Na esteira das crises financeiras dos mercados emergentes, no final dos anos 90, foi formado o Grupo dos 20, fórum internacional de ministros de finanças e presidentes de bancos centrais. O Grupo dos 20 incluiu dez mercados emergentes de importância sistêmica entre seus membros.

⁵⁷ Barry Eichengreen: *Financial Crises and What to do About Them* (Oxford University Press, 2002).

⁵⁸ *Ibid.*

O ritmo da liberalização de contas de capital deve ser adaptado às circunstâncias do país

tica, essa distinção não é muito clara. Por exemplo, as diretrizes de política das IIFs em questões como liberalização de contas de capital funcionam muitas vezes como regras *de fato* para países em desenvolvimento. Isso se deve à forte influência dessas instituições nas escolhas de política de países em desenvolvimento.

409. A política de liberalização de contas de capital, por exemplo, é uma política em que não se deve adotar uma abordagem dogmática. A experiência dos anos 90 mostrou que os países com sistemas financeiros subdesenvolvidos e malregulados devem adotar uma abordagem cautelosa e gradual.⁵⁹ Essa abordagem seria preferível, pois criaria um espaço necessário para reforçar previamente os sistemas financeiros. De modo geral, os países com sistemas financeiros fracos que liberalizaram prematuramente não devem ser desestimulados a reintroduzirem instrumentos seletivos para a gestão de contas de capital. Apesar das desvantagens ligadas a essas medidas, o uso desses instrumentos como medidas intermediárias para enfrentar crises financeiras deve, por outro lado, ser também considerado aceitável. Lições importantes podem ser tiradas da experiência do Chile e da Malásia, com sua utilização em situações de crise, e da Índia e da China, com suas prudentes estratégias de liberalização de contas de capital.

410. Acreditamos, em geral, que o processo de reforma deva confrontar as questões fundamentais da instabilidade do sistema cambial pós-Bretton Woods e as influências desestabilizadoras de políticas macroeconômicas e financeiras. É necessário um mecanismo para facilitar a consulta, a consistência e a vigilância de políticas macroeconômicas nacionais. O problema da gestão macroeconômica global não pode ser deixado inteiramente a cargo do mercado e deve estender-se além dos países do G7.⁶⁰ Na seção seguinte discutiremos essa questão de coordenação de políticas macroeconômicas, não só para controlar fluxos e taxas cambiais no curto prazo, mas também para apoiar o crescimento econômico, o aumento da produtividade e a geração de emprego no longo prazo.

Esforços urgentes são necessários para reduzir a volatilidade financeira e o contágio em mercados emergentes

411. É imperativo também acelerar a redução do problema da volatilidade financeira e do contágio em mercados emergentes. É preciso aumentar a oferta de financiamento de emergência em épocas de crise, de modo que esteja disponível antes e não depois que as reservas financeiras se tenham esgotado. Esse financiamento deve também estar à disposição de países que enfrentam o contágio. Reconhecemos os esforços que estão sendo empreendidos nessa questão, mas recomendamos mais agilidade.

Mecanismos eficazes e equitativos para quitação da dívida

412. Além dos problemas relacionados com o alívio da dívida, que serão discutidos na seção seguinte, esforços devem ser também intensificados na criação de mecanismos eficazes e equitativos para quitação da dívida. Entre outras coisas, esse mecanismo deve permitir uma justa atribuição de responsabilidades e obrigações entre devedores e credores. Observamos com pesar que até agora houve pouco progresso na correção das injustiças do sistema atual; os interesses dos credores continuam acima dos interesses dos países endividados e dos pobres que neles vivem.

413. Uma questão correlata é permitir suficiente flexibilidade de política para países em crise adotarem uma seqüência mais socialmente sensível de medidas de ajuste. Isso envolve dar mais prioridade ao objetivo de minimizar os custos sociais de pacotes de ajuste. Muitas vezes, implica aceitar um período mais longo de ajuste e de correções menos abruptas em políticas macroeconômicas.

Mão-de-obra na economia global

414. Essas regras econômicas mais justas não serão, em si mesmas, suficientes para garantir que a globalização beneficie a todos. Conforme destacado na Parte I, deve haver

⁵⁹ Ver, por exemplo: E. Prasad et al: *Effects of Financial Globalization on Developing Countries: Some Empirical Evidence*, FMI Mimeo (17 de março de 2003).

⁶⁰ Deepak Nayyar, *op. cit.*

também respeito pela estrutura internacional de direitos humanos indispensáveis e medidas de promoção da justiça social.

415. Uma importante preocupação, ressaltada pelo movimento internacional do trabalho e outros, tem sido o impacto do crescimento da competição em normas do trabalho. Há um consenso de que as normas fundamentais do trabalho oferecem um conjunto mínimo de regras globais para o trabalho na economia global. A pergunta é o que pode ser feito para fortalecer ainda mais o cumprimento dessas normas fundamentais do trabalho.

416. Uma segunda e importante preocupação é a falta de uma estrutura coerente para a circulação de pessoas através de fronteiras. Regras justas para comércio e capital precisam ser complementadas por regras justas para a circulação de pessoas, questão difícil mas crucial.

Normas fundamentais do trabalho

417. Há uma aceitação geral pela comunidade internacional da importância de normas internacionais do trabalho como meio de melhorar as condições de emprego e de trabalho em todo o mundo.

418. Em 1995, a Cúpula Mundial de Copenhague para o Desenvolvimento Social definiu um conjunto de direitos “fundamentais” dos trabalhadores, baseado em sete convenções internacionais sobre trabalho. A OIT lançou uma campanha para sua ratificação universal e, em sua Conferência de 1998, foram utilizadas como referência para a adoção da Declaração da OIT sobre Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho e seu Seguimento. A Declaração reitera a obrigação de todos os Estados-membros de respeitar, promover e aplicar os princípios relativos aos direitos fundamentais abordados nas Convenções, a saber:

- Liberdade sindical e o efetivo reconhecimento do direito à negociação coletiva;
- Eliminação de todas as formas de trabalho forçado ou compulsório;
- Efetiva abolição do trabalho infantil e
- Eliminação da discriminação em relação a emprego e ocupação.

419. Com a adoção de uma nova Convenção sobre as piores formas de trabalho infantil, oito Convenções da OIT são agora amplamente reconhecidas como definidoras dos direitos fundamentais do trabalho.⁶¹ Assim, há hoje consenso internacional de que esse conjunto específico de normas fundamentais do trabalho, de alcance universal, constitui normas mínimas para o trabalho na economia global.

420. A comunidade internacional tem reiterado repetidas vezes o papel da OIT em estabelecer essas normas e cuidar de sua aplicação.⁶² Isso evita que várias organizações

As normas fundamentais do trabalho da OIT estabelecem regras mínimas para o trabalho na economia global...

⁶¹ São elas: Convenção sobre Trabalho Forçado, 1930 (nº 29); Convenção sobre Abolição do Trabalho Forçado, 1957 (nº 105); Convenção sobre Liberdade Sindical e Proteção do Direito de Sindicalização, 1948 (nº 87); Convenção sobre Direito de Sindicalização e Negociação Coletiva, 1949 (nº 98); Convenção sobre Igualdade de Remuneração, 1951 (nº 100); Convenção sobre Discriminação (Emprego e Ocupação), 1958 (nº 111); Convenção sobre Idade Mínima, 1973 (nº 138); Convenção sobre as Piores Formas de Trabalho Infantil, 1999 (nº 182). Cada uma das Convenções foi ratificada por 130 a 162 países, o que indica uma aceitação quase universal de suas obrigações.

⁶² “Os governos deveriam melhorar a qualidade do trabalho e do emprego por meio de: [...] (b) Garantia e promoção do respeito pelos direitos básicos dos trabalhadores, incluindo a proibição de trabalho forçado e de trabalho infantil, liberdade sindical e o direito de sindicalização e negociação coletiva, igualdade de remuneração entre homens e mulheres para trabalho de igual valor, e não discriminação no emprego, com a plena implementação das convenções da Organização Internacional do Trabalho (OIT) no caso de Estados signatários dessas convenções, e considerando os princípios representados por aquelas convenções no caso de países não-signatários, para que se possa assim atingir um crescimento econômico verdadeiramente sustentado e desenvolvimento sustentável.” (Programa de Ação da Cúpula Mundial para o Desenvolvimento Social, parágrafo 54, 1995); “Reiteramos nosso empenho em respeitar as normas fundamentais no trabalho internacionalmente reconhecidas. Visto ser a Organização Internacional do Trabalho (OIT) o órgão competente para estabelecer essas normas e delas se ocupar, damos o nosso apoio às atividades que essa Organização desenvolve para promovê-las.” (Declaração Ministerial de Singapura, OMC, adotada em 13 de dezembro de 1996, parágrafo 4.)

atuem com base em diferentes conjuntos de normas do trabalho, com interpretações conflitantes com seu significado e aplicação.

421. Tanto na Declaração Ministerial da OMC, de 1996, em Singapura, como na Declaração da OIT sobre Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho, de 1998, os Estados-membros de ambas as organizações afirmaram seu compromisso de cumprir as normas fundamentais no trabalho.⁶³ Os Estados-membros ressaltaram especificamente que essas normas não devem ser usadas para objetivos de protecionismo comercial e que a vantagem comparativa de qualquer país não deve ser questionada. Implícita nesse compromisso está, naturalmente, a idéia de que nenhum país deve obter ou manter vantagem comparativa com base na ignorância ou violação deliberada das normas fundamentais do trabalho. Esses princípios foram reiterados em termos muito claros, que se reforçam mutuamente, em diferentes fóruns.

422. O enfoque acordado na OIT é de promoção, suplementando os compromissos formais dos Estados onde as convenções foram ratificadas. Essa abordagem básica consiste em relatório regular sobre a observância desses princípios e direitos fundamentais, juntamente com importantes programas de cooperação técnica para ajudar os países a aplicá-los. Os sistemas de supervisão regular da OIT, que consistem de procedimentos justos e apropriados para assegurar a implementação de normas e princípios do trabalho, são detalhados no quadro seguinte ao parágrafo abaixo.

...mas ocorrem
ainda flagrantes
violações
dos direitos
trabalhistas e
sindicais

423. A aplicação prática contradiz muitas vezes compromissos assumidos no mais alto nível político – revelando um cenário de discriminação generalizada e de flagrantes violações de direitos trabalhistas e sindicais. Revela que a discriminação por motivo de sexo, idade, deficiência e condição de HIV/ Aids é amplamente generalizada no mundo do trabalho de hoje. A insegurança e a desigualdade econômica crescentes exacerbaram problemas de xenofobia e de discriminação racial e religiosa.⁶⁴ Estima-se que 246 milhões de crianças estejam envolvidas em trabalho infantil – dois terços delas empregadas em formas perigosas de trabalho. Mais de 8 milhões de crianças com menos de 17 anos de idade são forçadas a se tornarem soldados, são traficadas para serviço doméstico, trabalho escravo na agricultura e na fabricação de tijolos ou forçadas a trabalhar no tráfico de drogas e na indústria do sexo.⁶⁵ O trabalho escravo e forçado prevalece também entre adultos, que varia de tráfico de seres humanos para trabalho doméstico ou relacionado com drogas ilícitas ou sexo, a trabalho forçado nas forças armadas, na agricultura e em penitenciárias.⁶⁶ As violações de direitos sindicais continuam a ser ocorrência diária e muitos trabalhadores enfrentam obstáculos políticos e administrativos ao tentar fazer ouvidas suas vozes.⁶⁷ Há um sem número de relatórios de prisões, desaparecimento ou assassinato de membros de sindicatos que tentam exercer seus direitos.⁶⁸

⁶³ Na Conferência Ministerial em Doha, em 2001, membros da OMC reiteraram a prescrição da Declaração de Singapura sobre as normas fundamentais do trabalho. Ver: Declaração Ministerial de Doha, OMC, 20 de novembro de 2001, parágrafo. 8.

⁶⁴ OIT: *Time for Equality at Work*, Relatório Global de Acompanhamento da Declaração da OIT sobre Princípios Fundamentais e Direitos no Trabalho (Genebra, 2003).

⁶⁵ OIT: *A Future without Child Labour*, Relatório Global de Acompanhamento da Declaração da OIT sobre Princípios Fundamentais e Direitos no Trabalho (Genebra, 2002).

⁶⁶ OIT: *Stopping Forced Labour*, Relatório Global de Acompanhamento da Declaração da OIT sobre Princípios Fundamentais e Direitos no Trabalho (Genebra, 2001).

⁶⁷ ILO: *Your Voice at Work*, Relatório Global de Acompanhamento da Declaração da OIT sobre Princípios Fundamentais e Direitos no Trabalho (Genebra, 2000). Ver: também Relatórios do Comitê de Especialistas da OIT para a Conferência Internacional do Trabalho no endereço www.ilo.org, especificamente *General Survey: Freedom of Association and Collective Bargaining*, Relatório III, Parte 4B, Conferência Internacional do Trabalho, 81ª Sessão, Genebra, 1994.

⁶⁸ Ver: Relatórios do Comitê da OIT para Liberdade Sindical submetidos ao Conselho de Administração no endereço www.ilo.org.

A ação da OIT para promover a aplicação de normas internacionais do trabalho

A OIT combina diferentes meios de ação para promover a implementação mundial de normas internacionais do trabalho e dirimir controvérsias em matéria de observância das normas. Seus procedimentos regulares para relatórios e queixas reúnem Estados-membros e representantes empresariais e de sindicatos para avaliar o cumprimento das normas no âmbito de um país ou caso a caso. As convenções internacionais do trabalho, inclusive as oito convenções fundamentais, foram adotadas pela Conferência tripartite da OIT e são submetidas pelos governos a seus parlamentos nacionais para ratificação.

Procedimentos regulares de relatório

Sob o artigo 22 da Constituição da OIT, o principal mecanismo de apresentação de relatório, os Estados submetem à OIT relatórios regulares sobre a regulamentação em lei e a aplicação na prática das convenções que ratificaram. Com relação ao artigo 19, os governos informam sobre a aplicação de convenções não ratificadas e de recomendações. O Comitê de Peritos na Aplicação de Convenções e Recomendações, da OIT, analisa os relatórios recebidos, nos termos dos artigos 22 e 19, que são discutidos no Comitê tripartite, da Conferência, para Aplicação das Normas.

O seguimento da Declaração de 1998 sobre Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho prevê relatórios anuais que permitem a um grupo assessores especializados monitorar a aplicação da Declaração e recomendar ações ao Conselho de Administração da OIT, também tripartite. Um Relatório Global separado é preparado a cada ano sobre um dos quatro princípios e direitos fundamentais e discutido numa sessão plenária da Conferência Internacional do Trabalho. Juntos, os relatórios anual e global promovem a ratificação das convenções fundamentais e identificam necessidades de assistência técnica.

Organizações de trabalhadores e de empregadores podem apresentar suas observações sobre relatórios do governo em todos esses procedimentos. O diálogo nesses processos de relatório facilita a identificação das dificuldades e propostas de medidas para superá-las.

Procedimentos de queixas

A OIT possui procedimentos constitucionais para solução de controvérsias relativas ao cumprimento pelos Estados das normas contidas em convenções ratificadas ou, no caso da liberdade sindical, na qualidade de membro da OIT. Sob o artigo 24, o Conselho de Administração da OIT examina representações encaminhadas por organizações de trabalhadores e de empregadores de que estados-membros não estão cumprindo convenções ratificadas. Nos termos do artigo 26, uma Comissão de Investigação independente emite pareceres e recomendações para ação, após investigação de uma queixa apresentada por governo ou delegado à Conferência (organizações de trabalhadores e de empregadores) alegando descumprimento por um membro de uma Convenção ratificada. O artigo 33 pode ser utilizado para autorizar medidas executivas em extremas circunstâncias, quando outras medidas falharem.

Num processo derivado da própria Constituição, o Comitê de Liberdade Sindical do Conselho de Administração analisa queixas de violações da liberdade sindical apresentadas por qualquer governo ou organização de trabalhadores ou de empregadores contra qualquer membro, independente de ter ou não ratificado as convenções sobre liberdade sindical.

424. Alguns observadores exigem uma ação mais vigorosa. A atenção tem sido concentrada na OMC dada a possibilidade de aplicação de sanções comerciais a países que não observam essas normas. O cumprimento das normas fundamentais do trabalho ou aplicação da legislação trabalhista nacional tem sido também incluído em disposições de alguns acordos de comércio bilateral.

425. Há muitas dificuldades, mas o problema principal é político. As normas fundamentais do trabalho são consideradas por muitos países em desenvolvimento como parte de uma agenda mais ampla de desenvolvimento, como objetivo e também meio de desenvolvimento. Exigem que as regras da economia global sejam ajustadas para apoiar seus objetivos de desenvolvimento como um todo, que incluem também corrigir o acesso inadequado aos mercados, promovendo fluxos de capital estáveis e reduzindo as flutuações de preços de produtos – questões acima discutidas. Novas propostas para fortalecer a conformidade com as normas fundamentais do trabalho devem ser parte integrante de políticas internacionais mais fortes para tratar desses outros desequilíbrios e apoiar os esforços de países em desenvolvimento para atingir metas tais como crescimento e emprego. Todas as sugestões de associar diretamente as agendas do comércio e dos direitos humanos têm sido rejeitadas por muitos países em desenvolvimento, embora a maioria deles apóie plenamente os direitos humanos em questão.

426. Acreditamos que é essencial que o cumprimento das normas fundamentais do trabalho seja parte de uma agenda internacional mais ampla para o desenvolvimento e seja reforçada a capacidade da OIT de promover essas normas. Isso envolve mobilizar o sistema multilateral como um todo e fortalecer esse objetivo nas ações de governos, empresas e outros interlocutores interessados:

- Primeiro, todas as instituições internacionais relevantes devem assumir sua parte na promoção das principais normas internacionais do trabalho e da Declaração de Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho. Devem assegurar-se de que nenhum aspecto de suas políticas ou programas impeça a implementação desses direitos.
- Segundo, quando a não realização desses princípios e direitos fundamentais no trabalho se deve a falta de capacidade e não de vontade política, os programas existentes de assistência técnica para a implementação das normas devem ser incrementados, incluindo o fortalecimento de administrações do trabalho, formação e assistência a organizações de trabalhadores e de empresas. Isso deve incluir o reforço de ações existentes para eliminar o trabalho infantil.⁶⁹
- Terceiro, a própria OIT deve ser fortalecida com aumento dos recursos disponíveis para supervisão e monitoramento justos e apropriados, assistência promocional e o Seguimento da Declaração dos Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho e outros procedimentos estabelecidos na Constituição da OIT.
- Quarto, onde persistirem violações de direitos, apesar das recomendações de sistemas de supervisão da OIT, a aplicação dessas normas de trabalho poderia ser buscada por meio do artigo 33 da Constituição da OIT, que, no caso de não cumprimento de uma Convenção ratificada, autoriza os membros da OIT a adotar medidas para garantir sua observância no país em questão. Embora só possa ser acionado como última medida, depois de esgotados todos os recursos, o artigo 33 foi invocado no caso do trabalho forçado em Myanmar, com medidas específicas para corrigir a situação.⁶⁹

427. Além da ação de instituições internacionais, as forças de mercado estimulam cada vez mais as empresas a assegurarem que o respeito a essas normas fundamentais do trabalho seja parte integrante de seus negócios. Iniciativas de consumo ético e de comércio justo oferecem incentivos para ação privada em diversos mercados de produtos. Um número cada vez maior de investidores está se engajando em Investimentos Socialmente Responsáveis (ISR), avaliando empresas não só sob aspectos financeiros, mas também em seu desempenho ambiental e social, inclusive o respeito às normas fundamentais do trabalho. Grandes e pequenas empresas estão tornando público seu compromisso com o cumprimento dessas normas fundamentais do trabalho, por meio de códigos de conduta ou por

⁶⁹ Essa questão assumiu alta prioridade nos últimos anos. O Programa Internacional da OIT para a Erradicação do Trabalho Infantil (IPEC) atua agora em conjunto com autoridades nacionais, parceiros sociais e outros interlocutores em 85 países.

outras iniciativas voluntárias. O Pacto Global do Secretário-Geral das Nações Unidas reúne empresas, agências da ONU, trabalhadores e sociedade civil em apoio aos princípios do trabalho contidos na Declaração da OIT sobre Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho. Esforços como a iniciativa de relatórios globais estão desenvolvendo diretrizes concretas para a elaboração de relatórios sobre essas e outras normas.

Movimentação de pessoas através de fronteiras

428. Uma grave lacuna na atual estrutura institucional da economia global é a falta de uma estrutura multilateral para reger a circulação de pessoas entre fronteiras. O dispositivo “Mode 4” do GATS trata apenas da movimentação temporária de prestadores de serviços e só cobre uma insignificante fração da movimentação do trabalho entre fronteiras. Há também algumas convenções internacionais que procuram proteger trabalhadores migrantes e combater o tráfico de pessoas.⁷⁰ Mas inexiste uma estrutura multilateral abrangente para a circulação de pessoas através de fronteiras. Essa é uma grave omissão por diversas razões.⁷¹

Falta de estrutura multilateral para a movimentação de pessoas entre fronteiras

429. A circulação de pessoas através de fronteiras é um fenômeno substancial e difuso que envolveu mais de 10 milhões de pessoas por ano ao longo da última década, bem como um número crescente de países. Em alguns casos, essa movimentação tem sido temporária, enquanto em outros casos envolveu migração que levou a assentamento permanente. O que no passado era predominantemente um fluxo do sul para o norte, agora tem uma dimensão significativa nos países em desenvolvimento. Essas movimentações entre fronteiras têm ocorrido apesar de rigorosos controles de imigração nos países industrializados e (ao contrário da movimentação, entre fronteiras, de bens, serviços e capital) sem nenhum esforço concertado para promovê-lo.

430. Esse padrão de migração está evidentemente relacionado com o crescimento da globalização. Com a redução dos custos de transporte e o advento das viagens de massa mais baratas, uma importante barreira à circulação foi drasticamente reduzida. As tecnologias de informação e comunicação e o alcance universal da mídia têm levado a uma ampla difusão da percepção de diferenças de padrões de vida entre países ricos e pobres, o que tem aumentado o fascínio pela migração. Novas instituições de mercado têm surgido para facilitar o processo, na forma de intermediários e agentes. As empresas transnacionais transferem gerentes ao redor do mundo e tem crescido a prática de procurar profissionais especializados no exterior (“body-shopping”), e para alguns profissionais altamente especializados os mercados de trabalho já são efetivamente globais. A globalização de sistemas de educação superior tem reforçado essa tendência.⁷²

Migração relacionada com a crescente globalização

431. Da perspectiva de países em desenvolvimento, a falta de uma estrutura multilateral para a circulação de pessoas através de fronteiras reflete mais uma lacuna nas regras

⁷⁰ A Convenção Internacional sobre a Proteção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e Membros de suas Famílias, adotada em 1990, entrou em vigor em julho de 2003. Essa Convenção complementa a Convenção sobre Migração para Emprego, da OIT, de 1949 (nº 97), e a Convenção, da OIT, sobre Trabalhadores Migrantes (Disposições Suplementares), de 1975 (nº 143). Juntas, essas três convenções internacionais formam uma estrutura para abordar os direitos de trabalhadores migrantes e questões relacionadas com a migração irregular. Elas atuam num contexto mais amplo de política, que inclui tratados da ONU recentemente adotados, que tratam do tráfico, contrabando e exploração, como a Convenção da ONU contra o Crime Organizado Transnacional (2000), seu Protocolo para Prevenir, Suprimir e Punir o Tráfico de Pessoas, Especialmente Mulheres e Crianças (2000) e o Protocolo contra o Contrabando de Migrantes por Terra, Mar e Ar (2000), o Protocolo Opcional da Convenção sobre os Direitos da Criança, sobre venda de crianças, prostituição infantil e pornografia infantil (2000), além da Convenção anterior de 1951 e o Protocolo de 1967 relativos à situação de refugiados. Apesar de ser pequeno o número de países e organizações econômicas regionais que ratificaram essas convenções até o presente (com exceção dos tratados relativos a refugiados), esses instrumentos fornecem elementos importantes para uma agenda mais abrangente.

⁷¹ Para uma discussão mais abrangente sobre essa questão, ver: Deepak Nayyar: “Cross-Border Movements of People” em Deepak Nayyar (ed.), *op. cit.*

⁷² Deepak Nayyar, *ibid.*

que governam a economia global. Muitos deles defendem que uma migração mais livre para o mundo industrializado seria um meio rápido e poderoso de aumentar os benefícios que recebem da globalização. Da perspectiva do trabalho, a falta de uma estrutura multilateral na migração é uma ilustração clara do desequilíbrio nas atuais regras do jogo. Se, por um lado, os direitos do investimento estrangeiro têm sido cada vez mais fortalecidos no conjunto de regras estabelecidas para a economia global, os direitos dos trabalhadores migrantes têm recebido muito menos atenção.

Benefícios potenciais da migração

432. Um regime multilateral para a circulação de pessoas através de fronteiras, que torne o processo mais ordenado e elimine a exploração de migrantes, poderia representar ganhos consideráveis para todos. A maioria dos países industrializados tem populações mais velhas que tendem a diminuir, ao passo que a maioria dos países em desenvolvimento tem populações jovens e em crescimento. Muitos dos problemas de uma população velha, como redução da força de trabalho e dificuldades para financiar a seguridade social em face da crescente relação de dependência, poderiam ser atenuados pelo aumento da migração com base em termos que respeitem os direitos de trabalhadores migrantes. Em geral, a produtividade do trabalho global aumentaria com esse processo, uma vez que a migração seria de países com mão-de-obra abundante e de baixa produtividade para países com alta produtividade. Isso beneficiaria não só migrantes individuais envolvidos mas também seus países de origem, por meio de remessas, da transferência de habilidades e de estímulo à atividade empresarial. As remessas para os países em desenvolvimento atingem atualmente US\$ 75 bilhões anuais (1,5 vezes o montante de AOD), e o “efeito diáspora” vem estimulando o crescimento de indústrias de alta tecnologia e outras em diversos países do leste da Ásia e na Índia. Em suma, essas movimentações do trabalho podem ser mutuamente benéficas para o Norte e o Sul.

Problemas atuais

433. A falta de um regime multilateral com vista à movimentação de pessoas através de fronteiras tem propiciado o surgimento de uma série de graves problemas colaterais. Um deles é a transferência de trabalhadores altamente capacitados (*brain drain*) de países pobres para países ricos. Isso tem privado países pobres da categoria de trabalhadores de que mais precisam, sem nenhuma compensação do investimento feito em sua formação. Tem havido também um aumento acentuado da imigração ilegal e do tráfico ilegal de pessoas por organizações criminosas. Estima-se que há de 15 a 30 milhões de imigrantes ilegais ou irregulares em todo o mundo, e o número está crescendo. Um aspecto particularmente perturbador da escalada do tráfico humano é que uma proporção cada vez maior das vítimas é de mulheres, freqüentemente mantidas em condições degradantes no comércio do sexo e do entretenimento. Isso tem ocorrido no contexto da crescente feminização da migração internacional, com as mulheres agora correspondendo à metade de todos os migrantes internacionais. No passado, as mulheres migravam principalmente como dependentes, mas agora estão migrando cada vez mais para garantir o sustento de suas famílias. Dada a sua maior vulnerabilidade, é ainda mais urgente garantir a proteção dos direitos de trabalhadores migrantes.

434. Antes de apresentar nossas propostas para melhorar essa situação, devemos ressaltar que há uma forte polarização de opiniões quanto à conveniência de se expandirem oportunidades para a migração internacional. Entretanto, um meio termo é que há custos e benefícios envolvidos que devem ser seriamente pesados. Já nos referimos aos significativos benefícios potenciais, tanto para os próprios migrantes quanto para os países de origem e destino. Mas isso precisa ser equilibrado pelo reconhecimento dos custos potenciais, como o deslocamento de trabalhadores locais, o rompimento de instituições do mercado de trabalho e de sistemas de proteção social e o enfraquecimento da coesão social.

435. Muito pode ser feito para melhorar significativamente a situação atual. A questão da criação de uma estrutura multilateral para reger a migração internacional deve agora constar decididamente na agenda internacional. Os objetivos dessa estrutura

devem ser: facilitar meios de mútuo interesse de aumentar oportunidades de migração, com a devida consideração dos legítimos interesses dos estados para garantir que o processo seja justo tanto para o país de origem quanto para o país de destino; tornar o processo ordenado, previsível e legal; eliminar o tráfico e outros abusos atuais, em que as mulheres são especialmente vulneráveis; assegurar a plena proteção dos direitos de trabalhadores migrantes e facilitar sua integração local e maximizar os benefícios da migração internacional para o desenvolvimento.

436. Acreditamos que uma estrutura multilateral para a circulação de pessoas através de fronteiras seja um projeto realista, tendo em vista os evidentes benefícios a serem alcançados. Algumas idéias promissoras já foram sugeridas.

437. Algumas dessas idéias dizem respeito ao problema do *brain drain*. A migração de trabalhadores capacitados para países industrializados resulta em benefícios e custos para os países em desenvolvimento que exportam mão-de-obra. Os trabalhadores envolvidos obviamente ganham, enquanto a capacidade, o know-how tecnológico e o conhecimento empresarial que adquirirão beneficiam seus países de origem por meio dos contatos que mantêm e quando retornam. Entretanto, esses efeitos positivos nem sempre ocorrem espontaneamente e tanto quanto poderiam. Os benefícios para os países em desenvolvimento podem ser aumentados com a adoção de medidas para facilitar o retorno desses trabalhadores a seus países de origem, mesmo por períodos limitados. As medidas para estimular esses processo de “circulação de capacidades” poderiam incluir a aceitação da dupla cidadania tanto pelo país de origem quanto de destino, condições mais fáceis de reentrada para migrantes não permanentes e incentivos fiscais e outros para estimular o retorno de migrantes capacitados a seus países de origem. Um aumento nesse tipo de “circulação de capacidades” beneficiaria tanto os países industrializados quanto os países em desenvolvimento. Os países industrializados poderiam continuar a empregar trabalhadores capacitados oriundos de países em desenvolvimento. Ao mesmo tempo, diminuiriam as desigualdades atuais que resultam de um *brain drain* permanente de países pobres para países ricos.⁷³

438. Há custos também para os países em desenvolvimento, especialmente nos casos de escassez de mão-de-obra capacitada perdida para países industrializados. Nesses casos, a perda agrava a escassez de capacidade. O problema é particularmente grave em serviços sociais essenciais como educação e saúde. As políticas nacionais para aumentar os incentivos e oportunidades para manter a mão-de-obra capacitada são parte importante da solução, mas foi sugerido também que os países industrializados devem coordenar suas políticas de emprego com países em desenvolvimento que enfrentam essa escassez de capacidade em serviços essenciais.

439. Outra idéia interessante e viável refere-se a medidas que poderiam ser adotadas para aumentar os benefícios da migração internacional para o desenvolvimento. Isso envolve estimular as remessas de migrantes com redução dos custos e riscos da transação, com incentivos fiscais para que os migrantes reinvestam em seus países de origem, e a adoção de medidas nos países de destino para permitir a migrantes que retornam repatriarem suas contribuições para a seguridade social. Várias outras idéias têm sido sugeridas para fazer retornar alguns dos ganhos da migração para os países que investiram na capacitação e educação dos migrantes em questão. Uma medida simples envolveria destinar uma parte de todos os pagamentos de imposto de renda de migrantes para um fundo de desenvolvimento.

440. Há, portanto, ampla e produtiva agenda para ação multilateral. As questões e os problemas ligados à circulação de pessoas através de fronteiras nacionais não podem ser abordados isolada ou unilateralmente pelos países. Para avançar nessa agenda, recomendamos ações em três níveis.

⁷³ Deepak Nayyar (ed.), *op. cit.*

Necessidade
de diálogo
entre países

441. O primeiro nível de atuação concerne a convenções e obrigações internacionais. Aproveitando os instrumentos existentes, acreditamos que em diversas áreas o consenso internacional pode ser alcançado com relação à necessidade de revitalizar e ampliar os compromissos multilaterais, inclusive questões como direitos básicos e proteção de trabalhadores migrantes e suas famílias, tráfico, discriminação e exploração. As ações nessas áreas precisam ser empreendidas no âmbito de órgãos multilaterais, notadamente a OIT e os organismos da ONU que atuam nas áreas de direitos humanos e prevenção do crime.

442. O segundo nível de atuação se refere ao diálogo entre países de origem e de destino sobre questões fundamentais de política de interesse comum. Esse diálogo poderia visar o desenvolvimento e a aprovação de procedimentos, recomendações e códigos não obrigatórios, complementando as obrigações formais nos termos de convenções ratificadas. Isso poderia começar numa base bilateral ou plurilateral, mas deve estender-se ao nível regional. Esses diálogos devem procurar:

- Trocar informações sobre excesso e escassez de mão-de-obra;
- Estabelecer uma coordenação das políticas entre países exportadores de mão-de-obra;
- Criar alguma harmonização de políticas entre países exportadores de mão-de-obra;
- Trabalhar com vista a um regime de disciplina a ser imposto a intermediários;
- Construir um sistema mais eficaz para a prevenção do tráfico de pessoas e
- Resolver o problema de imigrantes ilegais.

443. Esses diálogos podem também ajudar a construir abordagens comuns de importantes questões de política, como as regras para a migração temporária, o *brain drain* e a contribuição da migração para o desenvolvimento, alinhamento de políticas de seguridade social e de mercado de trabalho, e criação de um sistema de informação sobre essas questões.

444. O terceiro nível seria iniciar um processo preparatório para uma estrutura institucional mais geral para a circulação de pessoas através de fronteiras nacionais. Isso significa um sistema transparente e uniforme, baseado em regras, para pessoas que desejam atravessar fronteiras. O objetivo final seria criar uma estrutura multilateral para leis de imigração e práticas consulares, a ser negociada pelos governos, que regularia as movimentações de pessoas através de fronteiras. Equivaleria a estruturas multilaterais já existentes ou que estão sendo discutidas, com relação à circulação, através de fronteiras, de bens, serviços, tecnologia, investimento e informação.

Fórum global para
troca regular de
informações e
pontos de vista
sobre migração

445. É preciso criar um fórum global para a troca regular de informações e pontos de vista sobre migração entre todos os países e interesses em questão. Esse fórum poderia ajudar a identificar problemas e oportunidades e a apontar maneiras de assegurar que a movimentação de pessoas ocorra de modo mais ordenado. Deve envolver não só governos, mas também ambos os lados do mundo do trabalho. Na Parte IV recomendamos um diálogo com vista a uma política sobre essa questão, a fim de examinar a melhor forma de desenvolver essa agenda.

446. O avanço dessa agenda implicaria o fortalecimento das atuais organizações multilaterais que tratam da movimentação de pessoas – notadamente a OIT, a Organização Internacional para a Migração (IOM), os sistemas de direitos humanos das Nações Unidas e o Alto Comissariado da ONU para Refugiados (UNHCR) – e da melhoria da coordenação entre eles. Acolhemos iniciativas em curso, como o Grupo de Migração de Genebra e a proposta da Comissão Global para Migração, criada pelo Secretário-Geral da ONU, que deve começar seu trabalho no início de 2004. Solicitamos que a OIT assuma a liderança nessa área e aguardamos os resultados da discussão geral sobre a migração de mão-de-obra na Conferência Internacional do Trabalho, em Genebra, em 2004.

III.2.3 Melhores políticas internacionais

Introdução

447. As propostas que apresentamos para regras mais justas, combinadas com ação efetiva nos níveis regional, nacional e local, farão um longo caminho para chegar a nossa visão de globalização para todos. Mas estão longe de serem suficientes. Mesmo num cenário mais equilibrado, muitos países, especialmente os menos desenvolvidos, não terão sucesso na economia global. É preciso muito mais ação internacional para garantir que oportunidades e benefícios sejam amplamente distribuídos, e que os objetivos comuns sejam alcançados. Nesta seção examinamos como promover um enfoque mais bem-coordenado e integrado com alguns objetivos fundamentais.

448. Começamos revendo os recursos disponíveis para cumprir as metas e compromissos globais, notadamente os ODM, e examinamos como podem ser mais efetivamente aumentados e utilizados.

449. Em seguida, passamos a tratar de algumas das principais áreas de política internacional em que é preciso abordar a dimensão social da globalização. Acreditamos ser possível conseguir melhorias significativas e apresentamos nossas propostas nesse aspecto, especialmente aumentando capacidades, garantindo a segurança e promovendo trabalho decente.

Recursos para objetivos globais

450. Atingir os objetivos de crescimento e de desenvolvimento depende em primeiro lugar da qualidade da governança e da mobilização de recursos nacionais. Na Seção III.1 destacamos muitas ações necessárias no nível nacional. Mas para muitos países em desenvolvimento, o avanço nessas questões constitui um pesado fardo. Simplesmente não é possível atingir as metas sem um apoio substancial de recursos externos. É por isso que a necessidade de mais recursos para o desenvolvimento é uma alta prioridade na agenda internacional. O Consenso de Monterrey⁷⁴ declara que “Mobilizar e aumentar o uso efetivo de recursos financeiros e alcançar as condições econômicas nacionais e internacionais necessárias para atingir as metas de desenvolvimento acordadas internacionalmente... será nosso primeiro passo para garantir que o século vinte e um se transforme no século do desenvolvimento para todos”. Na Terceira Conferência sobre Países Menos Desenvolvidos, em 2001, os 193 governos participantes concordaram em “fazer todos os esforços para inverter a tendência de redução da AOD”.

451. Hoje os ODM, que abordamos abaixo, oferecem uma importante estrutura de referência. As estimativas disponíveis sugerem que para que todos os países atinjam os ODM até 2015, seriam necessários pelo menos US\$ 50 bilhões adicionais por ano em AOD.⁷⁵ Embora doadores tenham assumido em Monterrey o compromisso de aumentar a AOD em US\$ 16 bilhões até 2006, ainda faltam mais de dois terços para atingir o total, mesmo se todos os compromissos forem honrados. E a necessidade de recursos internacionais não se limita aos ODM, pois esses representam um mínimo.

452. De onde esses recursos poderiam vir? Examinamos a AOD, o alívio da dívida, possíveis novas fontes públicas e investimento privado.

Mais recursos externos são necessários para desenvolvimento e consecução dos ODM

⁷⁴ O Consenso de Monterrey é o documento oficial adotado pela Conferência Internacional sobre o Financiamento para o Desenvolvimento, realizada em março de 2002, em Monterrey, México.

⁷⁵ Recomendações do Painel de Alto Nível sobre Financiamento para o Desenvolvimento, Assembleia Geral das Nações Unidas, A/55/1000, junho de 2001.

O nível da AOD caiu. O compromisso de 0,7% deve ser respeitado

Assistência Oficial para o Desenvolvimento (AOD)

453. Nos últimos anos, os fluxos líquidos da AOD diminuíram. Embora haja sinais de que o fim da curva tenha sido alcançado, com um começo de recuperação em 2002, a maioria dos níveis nacionais de AOD ainda estão muito abaixo da meta estabelecida de 0,7 por cento do PIB, com uma média atual de apenas 0,23 por cento (figura 21). Atingir a meta de 0,7 por cento aumentaria a assistência em mais de US\$100 bilhões por ano. Acrescentamos nossas vozes àquelas que exigem que esse compromisso seja respeitado. Se todos os países tivessem cumprido a meta, ao longo dos últimos 30 anos, US\$ 2,5 trilhões a mais teriam sido disponibilizados para o desenvolvimento.

454. Há várias razões por que os países não atingiram a meta: preocupação pública com outras prioridades, como desemprego e insegurança no âmbito nacional e, entre alguns, a opinião de que a AOD não é bem-empregada. No fim das contas, os recursos vêm de contribuintes de países industrializados, cuja solidariedade deve ser incentivada. Há aqui, porém, uma falha política: o apoio público à AOD tem-se mantido alto⁷⁶, mas em muitos países a resposta política tem sido fraca. O processo político leva governos a dar prioridade a seus eleitorados no lugar de a compromissos internacionais mais distantes. Apelamos para líderes políticos em todos os países industrializados que incluam esse compromisso em sua principal plataforma política. É preciso cumprir o que foi prometido.

455. Esse apelo, porém, não basta. Novas iniciativas são também necessárias. Mobilizar a opinião para atingir os ODM é um exemplo de como é possível chamar a atenção para as questões globais fundamentais. Maior pressão global em torno de questões visíveis como o HIV/Aids e trabalho infantil tem produzido novos e substanciais compromissos de recursos.

456. O apoio público precisa ser convertido em compromisso. Muitas ongs desempenham importante papel de promoção, e esforços de pesquisa, como o Índice de Compromisso com o Desenvolvimento, que mede quanto os países ricos apóiam o desenvolvimento por meio de assistência, comércio e outras políticas, ajudam a reforçar a mensagem.⁷⁷ Esforços são necessários para assegurar que as pessoas se conscientizem de que a pobreza e a injustiça, que a AOD visa reduzir, são fonte de instabilidade e insegurança global, e sejam informadas sobre o que seus governos estão fazendo a esse respeito.

457. Para alcançar os ODM, é preciso que a ação da AOD seja mais eficaz. Tem-se dispensado mais assistência a objetivos geopolíticos estratégicos do que à redução da pobreza. Grande parte dos recursos vai para países de renda média em vez de ir para países mais pobres, e a assistência é muitas vezes prestada para beneficiar os exportadores do país doador e a visibilidade do doador. Além disso, o impacto da assistência externa é freqüentemente enfraquecido por uma assistência prestada de modo altamente fragmentado, com a imposição de uma série de exigências por parte do país doador para preparação, prestação e monitoramento da assistência ao desenvolvimento. Isso gera custos de transação desnecessariamente altos, prejudica os sistemas nacionais e sobrecarrega a já limitada capacidade da administração pública de países receptores. Uma mudança gradual de canais bilaterais por canais multilaterais, sem prejuízo do reconhecimento da identidade do doador, ajudaria a evitar a sobreposição, a inconsistência e a pouca eficácia da assistência.

⁷⁶ Ver OCDE: *Public opinion and the fight against poverty* (Paris, 2003). Num levantamento global, sete em cada dez cidadãos disseram que estariam dispostos a pagar mais impostos se tivessem certeza de que a arrecadação seria utilizada para melhorar a vida do pobre em todo o mundo. Ver: *Global Issues Monitor, 2002* (Toronto, Environics International, 2002) p. 67-68.

⁷⁷ Revista *Foreign Policy* e o Centro para o Desenvolvimento Global: *"Ranking the Rich"* em *Foreign Policy*, setembro-outubro de 2003.



458. Os doadores devem direcionar sua assistência para países mais pobres e para a realização dos ODM. A assistência deve ser dirigida particularmente à África Subsaariana e a países suficientemente bem-governados. A assistência deve apoiar estratégias do país e ser prestada a pedido. Os doadores não devem tentar substituir a governança nacional. Embora seja inevitável certo grau de condicionalidade, mesmo se exclusivamente para manter o apoio político à AOD nos países doadores, isso não deve prejudicar a tomada de decisão no nível nacional. Toda a idéia de responsabilidade nacional de políticas de desenvolvimento pode ser prejudicada pela condicionalidade. A ajuda deve ser prestada de forma confiável e previsível, obrigando tanto doadores quanto receptores. Muitas vezes há espaço para maior exame parlamentar nos países doadores e receptores. A assistência eficaz precisa ser desvinculada, pois uma ajuda vinculada é menos eficiente para o receptor e estimula a corrupção. É essencial que a assistência seja prestada para financiar despesas locais e ordinárias, especialmente nos setores de saúde e educação. Além disso, os doadores precisam harmonizar seus procedimentos com os procedimentos dos sistemas do país parceiro para melhorar a eficácia da ajuda ao desenvolvimento. Todos os doadores adotaram a Declaração de Roma sobre Harmonização, em fevereiro de 2003. Agora, a Declaração precisa ser implementada.

Alívio da dívida

459. Em muitos países pobres, principalmente na África, a dívida externa ainda está em níveis insustentáveis. Entre 1990 e 2001, a dívida externa como porcentagem da renda nacional bruta subiu de 88,1 para 100,3 por cento nos países altamente endividados.⁷⁸ Em 2001, os PMDs ainda estavam gastando quase 3 por cento do PIB no pagamento do serviço da dívida – indicação de como o alívio da dívida poderia rapidamente liberar recursos para o desenvolvimento.

Resolvendo a
questão da dívida

⁷⁸ Banco Mundial: *Global Development Finance*, 2002, 2003.

460. É vital que o problema da dívida seja resolvido o mais cedo possível para permitir que os países interessados enfrentem seus difíceis desafios de desenvolvimento em condições mais confortáveis. A Iniciativa para Redução da Dívida para Países Pobres Altamente Endividados (HIPC), lançada pelo FMI e Banco Mundial em 1996, e reforçada em 1999, foi um reconhecimento da gravidade do problema. Todavia, é preciso agora acelerar e aprofundar a iniciativa. A maioria dos países que alcançaram a fase intermediária desse processo precisa chegar ao estágio final. Mesmo para os países que atendem a todos os critérios, a iniciativa pode não resultar numa carga sustentável de dívida.⁷⁹ A campanha Jubileu de 2000 para o cancelamento da dívida revelou a importância crucial da questão que tem apoio público em todo o mundo.

461. Os processos de redução da dívida devem ser formulados no contexto nacional e sob a responsabilidade do país beneficiado – como pretende o processo dos Documentos de Estratégia de Redução da Pobreza (DERP) – e assegurar que haja envolvimento responsável da população do país. Condições exigidas para o alívio e cancelamento da dívida⁸⁰ são legítimas desde que assegurem que as economias sejam canalizadas para programas de aumento do crescimento econômico, de geração de emprego e de redução da pobreza que atendam às necessidades das pessoas. Mas não devem repetir as políticas de ajuste estrutural que não funcionaram no passado, como exigências dogmáticas de privatização e redução dos serviços públicos. Os líderes das instituições de Bretton Woods indicaram que esse não é mais o caso, e fatos recentes mostram agora aumentos nas despesas públicas com educação e saúde ligadas à HIPC. Mas, ainda há preocupações legítimas, e as consequências políticas das condicionalidades têm que ser monitoradas com muito cuidado. Os governos precisam atender às necessidades das pessoas. Se suas mãos estiverem atadas, a credibilidade de sistemas políticos e da própria democracia acaba sendo minada.

462. É também importante assegurar que o alívio da dívida seja acompanhado por aumento de AOD pelos países desenvolvidos. Grande parte do problema da dívida para PMDs está relacionado a fontes multilaterais. Quando a dívida não é paga, isso reduz diretamente os recursos disponíveis para empréstimos futuros. Para compensar, é preciso aumentar o financiamento dos países doadores. Além disso, especial atenção deve ser dada a países cuja dívida tenha se tornado insustentável devido a queda de preço de produtos.

Novos recursos financeiros públicos em nível internacional

463. Acreditamos que a consecução da meta de 0,7 por cento para AOD, juntamente com o alívio da dívida, é a forma imediata mais promissora de levantar novos recursos, notadamente para a meta prioritária de redução da pobreza, e esforços devem ser concentrados nisso. Os países assumiram firmes compromissos e é responsabilidade de todos assegurar que sejam cumpridos. Mas são também necessárias fontes adicionais de financiamento. O objetivo de uma globalização mais justa não pode ser alcançado se os recursos não estiverem disponíveis em maior escala para apoiar os países em seus esforços para participar da economia global e oferecer outros importantes bens públicos globais. É essencial considerar um conjunto mais amplo de opções, contanto que gerem novo financiamento e não substituam compromissos atuais ou futuros.

⁷⁹ PNUD, *The Human Development Report 2003* sugere que para países pobres altamente endividados, o financiamento externo e o alívio da dívida deveriam ser de tal forma que o serviço da dívida não excedesse 2 por cento do PIB, mesmo se admitindo a possibilidade de um choque externo, como um desastre natural ou queda nos preços de *commodities*.

⁸⁰ O cancelamento da dívida já era previsto no Compromisso 7 do Plano de Ação da Cúpula Social de 1995.

464. Um primeiro passo importante seria aumentar a cooperação fiscal internacional para apoiar a mobilização nacional de recursos. Como vimos na seção II.2, a globalização pode impor restrições à arrecadação de impostos. Além disso, os mercados internacionais de capital têm aumentado suas opções em matéria de sonegação e tornaram mais difícil combater a evasão fiscal. O uso em grande escala de paraísos fiscais priva os países de recursos para construir a infra-estrutura social e econômica. Oxfam estimou que a perda de renda tributária de países em desenvolvimento atinge pelo menos US\$50 bilhões por ano, valor equivalente ao total da assistência ao desenvolvimento.⁸¹

465. Um Diálogo Internacional Tributário já foi lançado pelo FMI, pela OCDE e pelo Banco Mundial para incentivar e facilitar a discussão de assuntos tributários entre autoridades tributárias nacionais e organizações internacionais.⁸² Muitos países e especialistas entendem que precisa ser criada uma base abrangente e acessível para a cooperação tributária internacional e que as Nações Unidas seriam o fórum apropriado para isso. O Secretário-Geral recomendou que o Grupo *ad hoc* de Especialistas em Cooperação Internacional na Área Tributária fosse transformado em órgão intergovernamental, na forma de comitê de especialistas governamentais ou de uma nova comissão especial, como um órgão subsidiário do Conselho Econômico e Social (ECOSOC), e fosse assistido por um pequeno secretariado de apoio. Apoiamos essa iniciativa como elemento vital para fortalecer a integridade dos sistemas tributários nacionais em todos os países, aumentando recursos públicos para o desenvolvimento e facilitando o combate aos paraísos fiscais, à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo.

Cooperação fiscal
internacional

466. Uma proposta que está em negociação há algum tempo é o reinício de emissões regulares de Direitos Especiais de Saque (DES) para aumentar a liquidez na economia global. Esses recursos poderiam ser voluntariamente alocados para países em desenvolvimento e assim lhes proporcionar recursos adicionais para investimento. A Quarta Emenda, já aprovada, aos Artigos do Acordo do FMI deve ser imediatamente ratificada, para permitir alocações cumulativas de DES em dobro.

467. Outra recente proposta é a criação de um Fundo Fiduciário Internacional para o Desenvolvimento. Os doadores fariam uma série de compromissos de longo prazo para um fluxo de pagamentos anuais a um Sistema Internacional de Financiamento (SIF). O SIF emitiria títulos garantidos por esses compromissos, transformando o fluxo de renda de longo prazo em capital de desenvolvimento imediatamente disponível. A proposta, feita inicialmente pelo Ministro da Fazenda do Reino Unido, Gordon Brown, procura aumentar o montante de ajuda para o desenvolvimento dos US\$ 50 bilhões atuais para US\$ 100 bilhões por ano até 2015. Essa ideia deve ser perseguida, contanto que gere novos recursos além dos compromissos existentes.

468. Há também diversas propostas de novos impostos no âmbito global, muitas delas polêmicas. Provavelmente a mais conhecida é a do imposto de Tobin, concebido para taxar fluxos de capital especulativo, mas há várias outras. Outra proposta que tem sido sugerida é a taxação do uso de recursos globais, particularmente dos bens comuns globais. Essa é a lógica do imposto do carbono, que assim contribuiria para a sustentabilidade ambiental. Na Cúpula Mundial de Desenvolvimento Sustentável, em Johanesburgo, em 2002, Jacques Chirac declarou *“Trouvons de nouvelles sources de financement. Par exemple par un nécessaire prélèvement de solidarité sur les richesses considérables engendrées par la mondialisation”*.⁸³ Foi sugerida também uma loteria global como fonte de receita.

Propostas de
novos impostos
de âmbito global

469. Historicamente, o crescimento da responsabilidade de ação nos níveis comunitário, nacional e, mais recentemente, regional, levou a um crescimento correspondente

⁸¹ Oxfam: *Tax Havens: Releasing the hidden billions for poverty eradication* (Oxford, Oxfam, 2000).

⁸² www.itdweb.org.

⁸³ “Procuramos novas fontes de financiamento. Por exemplo, um imposto necessário, no interesse da solidariedade, sobre riquezas consideráveis geradas pela globalização.”

na capacidade de aumentar as receitas. Com o tempo, as crescentes responsabilidades globais provavelmente conduzirão a uma resposta semelhante. Independente, porém, do debate sobre a vantagem de impostos globais, há obstáculos políticos insuperáveis à sua implementação. O problema não é tanto a questão de o que ou como taxar, pois há várias propostas tecnicamente viáveis. A questão é que os impostos são recolhidos por governos dentro de países, e não há uma estrutura institucional global com a autoridade política necessária para definir a carga tributária e para decidir sobre a utilização dos recursos. Acreditamos que essa é uma questão importante e que a discussão de ações práticas viáveis deve ser incentivada.

470. Naturalmente seria possível e desejável gerar recursos através da realocação de despesas militares para o desenvolvimento, tanto em países industrializados quanto em desenvolvimento. O total de despesas militares no mundo para 2001 foi estimado em US\$ 839 bilhões. Se os 15 maiores gastadores militares concordassem em alocar apenas 5 por cento de suas despesas militares à AOD, seriam gerados US\$ 30 bilhões por ano. Isso certamente seria uma maior contribuição para a paz e a segurança global do que a contribuição por meio de despesas militares.

Solidariedade internacional

471. Se os governos, entretanto, não podem assumir o compromisso de levantar mais recursos no nível global, as pessoas podem. Podem resolver assumir uma responsabilidade global pela solidariedade, como fizeram em planos de vizinhança e sociedades amigas no início dos *welfare states* europeus no século 19. O trabalho de desenvolvimento de muitas ongs baseia-se em contribuições voluntárias, algumas delas em grande escala. Oxfam, por exemplo, gasta mais de US\$ 300 milhões por ano e tem mais de um milhão de doadores de “compromisso mensal”. Acolhemos também novas iniciativas que permitam a utilização de contribuições voluntárias para a solidariedade internacional, como a idéia do “Fundo Social Global”.⁸⁴ Diversos métodos podem ser desenvolvidos para facilitar contribuições voluntárias para esses planos, como permitir que indivíduos indiquem a destinação de recursos em suas declarações nacionais de renda. Mais uma vez, recursos devem ser adicionais aos compromissos existentes de AOD, que apóiam também freqüentemente o trabalho das ongs.

472. Iniciativas filantrópicas particulares de fundações e pessoas ricas têm também representado importante contribuição para os objetivos sociais globais há muitos anos. A média anual estimada de doações internacionais por fundações dos Estados Unidos alcançou mais de US\$ 3 bilhões no período de 2000-2002, dos quais aproximadamente dois terços foram destinados a programas de saúde, educação, desenvolvimento internacional e meio ambiente.⁸⁵ As doações internacionais cresceram mais rapidamente do que as doações em geral, estimuladas principalmente por compromissos recordes de algumas grandes fundações como a Fundação Ford, a Fundação Bill e Melinda Gates, a Fundação David e Lucile Packard, a Fundação das Nações Unidas, a Fundação John D. e Catherine T. MacArthur, e a Fundação Rockefeller. Menos de 2 por cento, porém, das doações de caridade nos Estados Unidos vão para o exterior. Muitas organizações e redes estão se empenhando na exploração do potencial ainda não realizado da filantropia global.⁸⁶

Fluxos de capital privado para países de baixa renda

Os fluxos de capital privado precisam ser distribuídos mais amplamente

473. Os investimentos transnacionais têm crescido muito rapidamente. Hoje, 75 por cento dos fluxos de capital líquido para países em desenvolvimento são privados. Mas,

⁸⁴ Essa é uma proposta da OIT que visa aumentar o apoio voluntário de países industrializados a planos de seguridade social em países em desenvolvimento. Ver OIT: *Exploring the feasibility of a Global Social Trust*, GB.285/ESP/4, novembro de 2002.

⁸⁵ Ver Loren Renz e Josefina Atienza: *International Grantmaking Update*, The Foundation Center, outubro de 2003 (www.fdncenter.org/research).

⁸⁶ Para uma lista detalhada, acessar o website do Fórum Filantrópico Global (www.philanthropyforum.org).

como vimos na Parte II, os países em desenvolvimento mais pobres não parecem ter se beneficiado muito da globalização financeira. Os fluxos de capital privado ainda estão concentrados num pequeno número de países, a maioria de renda média.

474. Como o capital privado pode ser atraído e contribuir para desenvolvimento já foi discutido em seções anteriores. A Seção III.1 discute a necessidade de os governos investirem em capacidades, infra-estrutura e instituições, e de entenderem as motivações dos investidores privados. A Seção III.2.2 sugere a necessidade de uma estrutura multilateral favorável ao estabelecimento de regras para o investimento. Esses dois elementos devem ser apoiados por mais iniciativas público-privadas e instituições como guias nacionais de investimento, princípios comuns e roteiros de investimento. Esse último pode incluir fundos de investimento globais que canalizem recursos para os países em desenvolvimento, iniciativas de microcrédito e projetos socialmente responsáveis. Grande número de iniciativas socialmente responsáveis bem-sucedidas⁸⁷ de investimento social sugere que esse é um caminho promissor, e mais esforços devem ser envidados para desenvolver meios de canalizar recursos para países de baixa renda. As complementariedades entre fluxos de capital privado e público precisam também ser incluídas na agenda.

475. Dados confiáveis sobre a sustentabilidade social e ambiental também são importantes. Agências de classificação enfatizam os indicadores econômicos em vez dos sociopolíticos, e seria desejável ampliar os critérios de avaliação para obter um quadro mais exato de perspectivas e estabilidade no longo prazo, como é o caso, por exemplo, do índice Calvert-Henderson ou do índice do Triângulo de Riqueza das Nações do Instituto de Assuntos Monetários.⁸⁸

Alcançando objetivos fundamentais

476. Na Cúpula do Milênio, chefes de estado e de governo acordaram trabalhar juntos para construir um mundo mais seguro, mais próspero e mais equitativo para todos até 2015. Adotaram oito objetivos globais, todos a serem alcançados até 2015. Essas metas envolvem toda a comunidade global – países ricos e pobres. Consideramos esses objetivos como um mínimo para um mundo decente. Devemos avançar, nessa base, para um entendimento comum de um piso socioeconômico para a economia global.

As Metas de Desenvolvimento do Milênio

Em setembro de 2000, 189 chefes de estado e de governo comprometeram seus países – ricos e pobres – com a consecução de um conjunto de objetivos, mensuráveis e com prazos de implementação até 2015:

- Erradicar a miséria e a fome
- Tornar a educação primária universal
- Promover a igualdade de gênero e capacitar a mulher
- Reduzir a mortalidade infantil
- Melhorar a saúde materna
- Combater o HIV/Aids, a malária e outras doenças
- Garantir a sustentabilidade ambiental
- Desenvolver uma parceria global para o desenvolvimento.

477. Grande parte disso depende das políticas dentro dos países, conforme discutimos na Seção III.1. Mas a Declaração do Milênio representa também um compromisso global com a ação internacional. A consecução desses objetivos será um passo importante para um mundo mais justo. Os objetivos, todavia, não serão alcançados com os níveis atuais de recursos.

⁸⁷ Nos Estados Unidos, um em cada nove dólares sob gestão profissional de investimento é aplicado de forma “socialmente responsável” totalizando mais de US\$ 2 trilhões. Ver: Fórum de Investimento Social, 2003, Relatório sobre Tendências de Investimento Socialmente Responsável nos Estados Unidos, Washington DC, www.socialinvest.org

⁸⁸ H. Henderson, J. Lickerman e P. Flynn (eds): *Calvert-Henderson Quality of Life Indicators* (Bethesda, Calvert Group, dez. 2000). Money Matters Institute: *Wealth of Nations Triangle Index*, (Boston, março de 2002).

478. Muitos desses objetivos reiteram compromissos já assumidos diversas vezes, notadamente nos programas de ação das principais conferências globais dos anos 90.⁸⁹ Refletem também instrumentos acordados internacionalmente que protegem os direitos básicos das pessoas, necessários para o desenvolvimento social, econômico e cultural.⁹⁰ Esses direitos humanos universais são fundamentais. Refletem normas e padrões acordados internacionalmente que são expressões legais de valores e princípios universalmente compartilhados. Proporcionam uma estrutura para manter a responsabilização social dos interlocutores, inclusive governos, cidadãos, empresas e organizações internacionais.⁹¹

479. Entre os objetivos fundamentais de desenvolvimento social, a saúde tem recebido atenção especial da comunidade internacional. O conceito “saúde para todos” tem sido importante fator em recentes debates sobre como facilitar a aquisição de medicamentos. A rápida propagação de doenças infecciosas é um dos males globais do nosso mundo interconectado. Recentemente, a ação rápida da Organização Mundial de Saúde (OMS) com relação à SARS foi eficaz na contenção da propagação da doença. A Comissão de 2001 para Macroeconomia e Saúde, apoiada pela OMS, defendeu um compromisso financeiro em larga escala de países ricos para ampliar o acesso dos pobres do mundo aos serviços essenciais de saúde, sob o argumento de que isso será compensado por um crescimento econômico acelerado. O inverso também é verdadeiro. A falta de saúde impede o desenvolvimento, como demonstram os efeitos catastróficos do HIV/Aids na África. O HIV/Aids corrói os avanços no desenvolvimento e ameaça acabar com uma geração inteira. A OIT estima que, no mínimo, 26 milhões de trabalhadores entre 15 e 49 anos de idade estejam infectados em todo o mundo. Na África, 11 milhões de crianças perderam o pai ou a mãe para a Aids – número que, segundo as estimativas, aumentará para 20 milhões até 2010. As mulheres são desproporcionalmente afetadas pela doença. Na África, 58 por cento das pessoas com HIV/Aids são mulheres, e entre os adolescentes afetados, 75 por cento são meninas.⁹² Iniciativas para combater a doença requerem atenção e apoio urgentes. Já nos referimos ao debate sobre o acesso a medicamentos essenciais com relação ao acordo TRIPS. Instituições e programas multilaterais, como UNAIDS, o Fundo Global de Combate à Aids, à Tuberculose e à Malária e a estratégia de “3 por 5” da OMS para garantir terapia anti-retroviral a 3 milhões de pessoas até 2005 continuam subfinanciados e precisam ser mais adequadamente providos.

480. Mencionamos também neste Relatório os esforços nacionais a favor do desenvolvimento sustentável. A globalização tem criado tensões com relação aos recursos naturais e ao meio ambiente. O desmatamento em grande escala e as emissões de gás de efeito estufa são fatores importantes na mudança do clima global. A agenda 21 da Cúpula Mundial de 1992, no Rio de Janeiro, e a Declaração da Cúpula de 2002 para o Desenvolvimento Sustentável, em Johannesburgo, definiram estruturas de ação que demonstram a complementariedade de objetivos ecológicos, sociais e econômicos. Objetivos ambientais devem ser estabelecidos como parte da dimensão social da globalização.

⁸⁹ Ver especialmente a Declaração do Rio e a Agenda 21 (Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento), Declaração de Viena e Programa de Ação (Conferência Mundial sobre Direitos Humanos), Declaração de Copenhague e Programa de Ação (Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Social), Declaração do Cairo e Programa de Ação (Conferência Mundial sobre População e Desenvolvimento), Declaração de Pequim e Programa de Ação (Quarta Conferência Mundial sobre a Mulher).

⁹⁰ Esses incluem o Acordo Internacional sobre Direitos Civis e Políticos e o Acordo Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, a Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento, a Convenção sobre os Direitos da Criança, a Convenção da OIT nº 169 sobre Povos Indígenas e Tribais e a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial.

⁹¹ Ver www.unhchr.ch; e a relação entre globalização e direitos humanos, Mary Robinson: “*Making Globalization Work for all the World’s People*”, discurso proferido na *Aspen Institute Summer Speakers Series*, Aspen, Colorado, July 2003.

⁹² UNAIDS, *Aids Epidemic Update*, 2003 apresenta um relatório sobre o avanço geral da epidemia.

481. Não nos estenderemos nessas questões, que já são objeto de muita atenção internacional. Em vez disso, vamos enfocar uma série de objetivos relacionados com a globalização onde se faz necessário maior esforço internacional: primeiro, educação, aptidões e capacidade tecnológica; segundo, questões de segurança e ajuste e, terceiro, objetivo do trabalho decente.

Educação, aptidões e capacidade tecnológica

482. Na economia global e na sociedade de informação de hoje, o conhecimento e a informação são as chaves para a inclusão social e a produtividade, e a conexão é a chave para a competitividade global. Mas em nosso mundo desigual, a economia em rede pode incorporar tudo o que considera de valor, mas também pode excluir pessoas e partes do mundo que não se encaixam no modelo dominante.

483. A capacidade tecnológica é essencial. Os países precisam da infra-estrutura de comunicações e de um sistema de produção que possa processar e utilizar a informação para o desenvolvimento; e as pessoas devem ter acesso ao conhecimento e à capacidade de utilizá-lo para participar, aproveitar e ser criativas no novo ambiente tecnológico. Isso põe a educação e as aptidões no centro de uma globalização justa e inclusiva.

484. Não obstante, esse fundamento não está sendo lançado em muitas partes do mundo. A educação básica universal é um dos ODM mais distantes de serem atingidos. Quanto às aptidões e capacidades no nível secundário e além dele, essenciais para a sociedade da informação, a lacuna é ainda maior.

485. A educação é um elemento central da sociedade e a base da escolha democrática. As grandes diferenças entre países, em termos de oportunidades de educação, são uma das causas fundamentais da desigualdade global. Além disso, a migração internacional permite que países ricos se beneficiem de investimentos em capital humano realizado nos países pobres – o que os torna responsáveis por apoiar os sistemas de educação onde os investimentos são realizados. No entanto, os números do Banco Mundial mostram que apenas 3 por cento dos recursos destinados a educação em países em desenvolvimento vêm de fontes internacionais.

486. Convocamos o reforço da ação internacional nessa área. A iniciativa “Educação para Todos” deve ser uma das primeiras prioridades. O objetivo é cumprir o compromisso global assumido no Fórum Mundial de Educação, em Dacar, em abril de 2000, para garantir que até 2015 todas as crianças tenham acesso à educação básica de qualidade, gratuita e obrigatória, e que a discriminação de gênero seja eliminada. Para alcançar esse objetivo, é preciso aumentar substancialmente o apoio financeiro internacional à educação. Os fluxos, porém, de assistência bilateral à educação caíram para US\$ 3,5 bilhões em 2000, redução de 30 por cento em termos reais desde 1990.

Ação internacional na educação deve ser reforçada

487. Apoiamos também propostas mais ambiciosas que visem ajudar países de baixa renda a aumentarem rapidamente sua capacidade tecnológica. Um meio importante seria envolver instituições de ensino do Norte na aprendizagem a distância.⁹³ O ensino a distância pela Internet poderia ser uma poderosa ferramenta para os países em desenvolvimento – reduzindo necessidade de infra-estrutura física cara para instalações educacionais terciárias e vocacionais e permitindo que investimentos sejam realizados preferencialmente em equipamentos de comunicação, com currículos e ensino oferecidos por iniciativas regionais. A Rede Global de Aprendizagem a Longa Distância (RALD) é uma iniciativa que merece apoio. É uma rede mundial de instituições que estão desenvolvendo e aplicando tecnologias e métodos de aprendizagem a distância

⁹³ Ver, por exemplo, Manuel Castells: “*Information and communications technologies and global development*” discurso de abertura no Conselho Econômico e Social das Nações Unidas, Nova Iorque, 12 de maio de 2000.

com enfoque no desenvolvimento e na redução da pobreza. Essas redes provavelmente terão um papel importante na construção da capacidade tecnológica.

Ajuste, segurança e proteção social

Necessidade de
melhor proteção
social apoiado
pela ação e
solidariedade
internacionais

488. Numa economia internacional competitiva, há mais vulnerabilidade a súbita mudança do que em mercados nacionais protegidos. A globalização provoca a necessidade de freqüentes ajustes aos processos nacionais de produção e, por isso, são necessárias estratégias de emprego e de sobrevivência de mulheres e homens. Ajustes levam tempo e requerem intervenção de políticas públicas para apoiar a reestruturação de sistemas de produção e a criação de novas oportunidades.

489. Isso requer um conjunto de políticas nacionais, que discutimos na seção III.1. No mínimo, são necessários sistemas de proteção social capazes de estabilizar rendas, distribuir parte dos ganhos da globalização com os grupos que, caso contrário, ficariam excluídos, e apoiar o desenvolvimento de novas capacidades. O fato, porém, é que 80 por cento das famílias do mundo têm pouca ou nenhuma proteção social. A onda de globalização há um século atrás foi associada ao fortalecimento dos sistemas de proteção social, particularmente na Europa e Estados Unidos. Por outro lado, a tendência hoje é exatamente o oposto. Em muitas sociedades, industrializadas e em desenvolvimento, os sistemas de proteção social estão sob tensão financeira, devido a programas de ajuste estrutural, crescimento lento ou limitações orçamentárias nacionais, muitas vezes agravadas por mudanças demográficas. Onde há pressão sobre os gastos públicos, transferências sociais estão entre as metas principais.

490. A ação internacional agora é essencial. É preciso que doadores e instituições financeiras internacionais e regionais contribuam para o desenvolvimento de sistemas nacionais de proteção social em países em desenvolvimento, e invistam em retreinamento e reestruturação econômica capazes de promover um ajuste mais equitativo e uma distribuição mais justa dos ganhos da globalização. As iniciativas particulares de solidariedade também podem contribuir. No mínimo, a assistência técnica nesse campo deve ser fortalecida.

491. O avanço nesse campo requer evidentemente um aumento da solidariedade internacional. Essa é uma questão fundamental para a comunidade global, como para qualquer comunidade. A segurança básica é um reconhecido direito humano, e uma responsabilidade global.⁹⁴ Todos os países industrializados destinam recursos substanciais para a proteção social e transferências sociais, mas essas políticas são extremamente limitadas no nível global. Mas, as diferenças em termos de renda e segurança entre países são muito maiores do que as diferenças toleradas dentro dos países. Um determinado nível mínimo de proteção social precisa ser acordado e aceito como parte do piso socioeconômico da economia global. Na medida em que os países – por mais pobres que sejam – conseguirem recolher alguns impostos e contribuições, poderão se permitir algum grau de proteção social. Se assim o fazem, merecem também apoio internacional. Um compromisso global para lidar com a insegurança é vital para promover a legitimidade da globalização. Acreditamos que medidas devem ser adotadas para fortalecer um sentimento de responsabilidade comum e reforçar o apoio mútuo através de fronteiras.

Tornando o trabalho decente objetivo global

Políticas
econômicas
internacionais
devem promover
trabalho decente

492. Como discutido em seções anteriores, há imperiosa necessidade de reforma das políticas internacionais, para levá-las a apoiar melhor o crescimento, o desenvolvimento

⁹⁴ A Comissão sobre Segurança Humana argumenta que isso vai além da segurança econômica básica, para abranger um mínimo de “liberdades vitais”, que incluem saúde, educação, abrigo, segurança física, ar e água puros, e igualdade de gênero. A Declaração Universal dos Direitos Humanos reconhece o direito à segurança pessoal e à proteção social. A atual campanha global da OIT para a proteção social global visa mobilizar a opinião pública em torno dessas questões.

empresarial, a redução da pobreza e a criação de trabalho decente para todos. Atualmente, essas políticas enfatizam medidas de abertura de mercado e dão pouca prioridade a objetivos como pleno emprego e proteção social. Consideramos imperativo corrigir esse desequilíbrio e construir uma estratégia global para o crescimento sustentável com vistas à promoção de trabalho decente para todos. Trabalho decente, identificado na seção III.1 como importante objetivo de ação nacional, envolve pleno emprego, proteção social, direitos fundamentais no trabalho e diálogo social – todos ingredientes fundamentais para alcançar a justiça social global.

493. O desempenho da economia global tem importantes implicações para a criação de emprego e sua qualidade em cada país. Hoje, há países que não conseguem sozinhos atingir objetivos de emprego. Sistemas de investimento internacional, crescimento comercial e circulação de trabalhadores através de fronteiras afetam emprego, renda, segurança e direitos dos trabalhadores. Acreditamos que políticas internacionais mais coordenadas são essenciais para melhorar a perspectiva de se conseguir trabalho decente para todos na economia global. Discutimos, a seguir, a coordenação de políticas macroeconômicas, a promoção do trabalho decente em sistemas globais de produção e a questão mais ampla do estabelecimento de coerência entre objetivos econômicos e sociais.

Políticas macroeconômicas coordenadas para o pleno emprego

494. Um dos efeitos mais óbvios da globalização é o aumento da interdependência entre países em termos de políticas macroeconômicas. Por exemplo, países que pretendem elevar os níveis de emprego por meio de políticas macroeconômicas expansionistas têm pouco espaço para fazê-lo por si só, sem gerar reações adversas nos mercados internacionais de capitais. É importante, portanto, estabelecer uma melhor coordenação de políticas macroeconômicas entre países para atingir o objetivo global de pleno emprego e trabalho decente.

495. Mais precisamente, a liberalização do mercado deve ser acompanhada de políticas efetivas para a administração macroeconômica global, de forma que assegure um crescimento global maior e mais estável. É preciso um mecanismo melhor para ajustar de forma ordenada os déficits e superávits persistentes da balança de pagamentos, bem como uma equilibrada distribuição das responsabilidades para a efetiva manutenção das demandas da economia global, de modo que nenhum país sozinho seja visto como consumidor de última instância. Todos os países, tanto em desenvolvimento como industrializados, têm a obrigação de adotar políticas comerciais justas e responsáveis; adotar políticas nacionais que sejam fiscalmente responsáveis; dar proteção social e assistência adequadas e contribuir para o ajuste e levar em conta o impacto de suas ações sobre outros países.

496. É preciso desenvolver um melhor sistema de coordenação internacional. Essa coordenação deve abranger políticas fiscais e monetárias, bem como seus respectivos cronogramas. Deve incluir também esforços mais concretos para evitar efeitos de contágio, conforme descrito na seção III.2.2 acima, e deve levar em consideração as necessidades e vulnerabilidades particulares de países em diferentes estágios de desenvolvimento. É preciso, principalmente, que se estabeleçam meios de garantir que países de renda média tenham mais espaço para aplicar suas políticas macroeconômicas anticíclicas. Sob esse aspecto, esses países estão hoje muito mais confinados que países industrializados. A coordenação deve envolver não só governos, mas também bancos centrais – dado o seu papel decisivo na determinação dos níveis de produção e de emprego. Isso já faz parte das metas de alguns bancos centrais, por exemplo, o Federal Reserve dos Estados Unidos.

497. Recomendamos que essas questões sejam tratadas como ações de alta prioridade no nível global. Do mesmo modo que o emprego deve ser considerado com prioridade nas decisões de políticas macroeconômicas no nível nacional, também deve tornar-se

prioritário para a coordenação econômica internacional. As políticas macroeconômicas devem levar em conta tanto as metas financeiras como seus impactos sociais. Essa questão deve ser impulsionada no cenário político.

Promoção do trabalho decente em sistemas globais de produção

498. Sistemas globais de produção são hoje importante fonte de aumento de emprego para os países em desenvolvimento que conseguiram fazer parte desses sistemas. Apesar de as EMs responderem apenas por uma fração do emprego na maioria dos países, a terceirização de produtores locais mostra que esses sistemas globais têm impacto considerável sobre o mercado de trabalho em diversas partes do mundo. A regulamentação desses novos sistemas de produção é fraca e há um debate generalizado sobre se não gerariam uma tendência declinante nos padrões de emprego e outros. Ao mesmo tempo, a participação nesses sistemas é, para muitos países, uma importante forma de atrair investimentos e melhorar sua capacidade tecnológica.

Direitos no
trabalho e
qualidade de
emprego nas ZPEs

499. O sistema de zonas de processamento de exportação tornou-se uma importante questão. Mais de 50 milhões de trabalhadores estão hoje empregados nessas zonas em todo o mundo. Persistem, todavia, algumas preocupações com a eventual isenção das ZPEs das leis trabalhistas nacionais, ou o fato de representar obstáculos ao exercício de direitos⁹⁵ e gerar competição entre os países por investimentos estrangeiros, levando à adoção de políticas fiscais e de subsídios prejudiciais. Dado à sua natureza, as ZPEs estão intimamente ligadas à economia global. Mas, em geral, têm poucas relações com suas economias nacionais, criando, assim, enclaves internacionais. Além dessas zonas, há semelhantes preocupações com emprego e condições de trabalho em diversas empresas menores que integram cadeias internacionais, formais e informais, de terceirização.

500. Ao mesmo tempo, as ZPEs são responsáveis por importantes contribuições para a estratégia de desenvolvimento. Nelas se observa, em geral, que salários, condições de trabalho e oportunidades de emprego para mulheres estão acima da média nacional. Há ainda possibilidades – que não têm sido utilizadas – de demonstrar que as ZPEs e sua participação em sistemas globais de produção contribuem, na maioria das vezes, para desenvolvimento e trabalho decente. Essa realidade não se restringe apenas à área de fabricação, mas também e cada vez mais, a serviços. O comércio de serviços é o componente de comércio mundial que mais cresce, e atividades de serviço – como processamento de dados, centros de atendimento e serviços de *software* – são operacionalizadas em países em desenvolvimento e em transição, como parte de suas redes globais de distribuição e de produção.

501. A melhoria nas políticas de concorrência e uma estrutura de desenvolvimento para o IED, conforme discutido na seção III.2.2 acima, são elementos importantes de qualquer estrutura de políticas para sistemas globais de produção. A promoção de trabalho decente, porém, irá exigir maior diversidade de políticas econômicas e sociais integradas. Uma política que se baseie na diminuição de padrões trabalhistas ou ambientais, ou em excessiva concorrência fiscal, é inaceitável. Recomendamos que as principais organizações internacionais e outros agentes pertinentes trabalhem juntos na formulação de propostas de efetivas políticas internacionais para a promoção de trabalho decente, investimento e comércio nas ZPEs e em sistemas globais de produção. Essas propostas deveriam abordar questões de padrões trabalhistas, vínculos anteriores com as economias nacionais e formas de as empresas elevarem a “cadeia de valor” por meio de investimentos e de inovação tecnológica. Os principais beneficiários de uma iniciativa dessa natureza seriam os países, as empresas – nacionais e multinacionais – e os trabalhadores pertinentes. Acreditamos também que o diálogo social entre empregados e

⁹⁵ Confederação Internacional de Sindicatos Livres: *Export Processing Zones: Symbols of Exploitation and a Development Dead-End* (Bruxelas, setembro de 2003).

empregadores é um meio importante por meio do qual é possível atingir esse objetivo – tema que será abordada na seção seguinte.

Coerência de políticas para o trabalho decente

502. Ações nas áreas acima referidas representam significativa contribuição para se alcançar o objetivo de trabalho decente para todos. Terão, porém, mais impacto se houver maior consistência e coerência no sistema multilateral. Uma medida fundamental para obter essa coerência entre políticas é assegurar o reconhecimento do objetivo de trabalho decente por todas as organizações envolvidas. Isso inclui não só a promoção do pleno emprego, e produtivo, mas também diversos outros elementos fundamentais de trabalho decente, como condições de trabalho, igualdade de gênero, seguridade social, segurança no trabalho e diálogo social. Além das normas fundamentais, discutidas anteriormente, têm sido formuladas normas internacionais do trabalho que abrangem todas essas questões.

503. Essa abordagem tem profundas raízes no sistema internacional como um todo. Desde o princípio, as Nações Unidas receberam a missão de promover “padrões de vida mais elevados, pleno emprego e condições de progresso e de desenvolvimento econômico e social”.⁹⁶

O pleno emprego deveria ser primordial objetivo internacional

504. A comunidade internacional renovou esse compromisso em 1995, na Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Social e acordou “promover o objetivo de pleno emprego como prioridade básica de nossas políticas econômicas e sociais, e permitir que homens e mulheres tenham condições de vida seguras e sustentáveis, por meio de opções livres de emprego e trabalho produtivos”.⁹⁷ A igualdade de gênero representava importante aspecto desse objetivo.

505. A importância do objetivo de emprego é também reconhecida pelas principais organizações econômicas do sistema internacional. Os objetivos do FMI, por exemplo, incluem “facilitar a expansão e o crescimento equilibrado do comércio internacional e contribuir, desse modo, para a promoção e manutenção de elevados níveis de emprego e de renda real...” Recentemente, em 1994, o Acordo Marrakech, que criou a OMS, reconheceu que “as relações no campo das atividades comerciais e econômicas devem ser conduzidas com vistas à elevação dos padrões de vida, assegurando pleno emprego e grande e constante crescimento do volume de renda real e demanda efetiva...”

506. Na prática, porém, as organizações econômicas internacionais tendem a considerar o emprego como mero derivativo de seus mandatos principais e não como um objetivo em si. A OMS promove a expansão do comércio, o que é visto como forma de aumentar a oferta de emprego: “A liberalização do comércio aumenta a renda nacional e estimula o crescimento e o emprego”.⁹⁸ O FMI promove sólidas políticas financeiras como base de crescimento e de emprego. O Banco Mundial parte do pressuposto de que necessário é o crescimento e que o crescimento gera emprego e renda. Como resultado disso, emprego e empresa não são vistos como primordiais objetivos políticos em si. Isso ficou claramente demonstrado na falta de ênfase em emprego na concepção do processo dos DERPs.

507. A necessidade de melhor coordenação de políticas econômicas internacionais foi incluída nas conclusões da Sessão Especial da Assembléia Geral das Nações Unidas, em 2000, para examinar o progresso realizado com relação aos compromissos assumidos

Necessidade de melhor coordenação de políticas econômicas internacionais

⁹⁶ Constituição das Nações Unidas, Artigo 55.

⁹⁷ Nações Unidas, 1995, Declaração e Programa de Ação aprovados na Cúpula Mundial para o Desenvolvimento Social.

⁹⁸ OIT: “Trade liberalization and employment”, artigo apresentado ao Grupo de Trabalho da OIT sobre a Dimensão Social da Globalização, novembro de 2001.

na Cúpula Social. Representantes de 189 países foram unânimes em convidar a OIT para “elaborar uma estratégia internacional de emprego coerente e coordenada.”⁹⁹ Em resposta, a OIT elaborou a Agenda Global de Emprego, que visa inserir a questão do emprego no cerne das políticas econômicas e sociais, com base numa estratégia tripartite que envolve governos, organizações empresariais e organizações de trabalhadores em diversas ações. Inclui propostas de alianças estratégicas com as instituições de Bretton Woods e outras, inclusive a Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (UNEP) e a OMS, na perseguição de objetivos de emprego.

508. Em termos práticos, isso significa garantir, de um lado, a consistência entre os objetivos de trabalho decente e pleno emprego e, de outro, os objetivos financeiros, comerciais e de produção do sistema econômico. A OIT já tem o mandato constitucional explícito de supervisionar as implicações sociais da política econômica internacional. Na Declaração da Filadélfia, de 1944, foi conferida à OIT especial responsabilidade de “examinar e avaliar todas as medidas e políticas econômicas e financeiras internacionais” para assegurar sua compatibilidade com o direito de todos os seres humanos de “buscar tanto seu bem-estar material como seu desenvolvimento espiritual em condições de liberdade e dignidade, de segurança econômica e de oportunidades iguais”.¹⁰⁰

509. Na prática, a responsabilidade de políticas sociais, comerciais, de desenvolvimento e financeiras, no nível internacional, foi atribuída a diferentes instituições mas nunca foram criados adequados sistemas de coordenação. Havia também assimetrias fundamentais de poder entre instituições que lidavam com finanças e comércio e as que lidavam com questões normativas e sociais.

510. Acreditamos que as organizações do sistema multilateral deveriam ocupar-se de políticas internacionais econômicas e de emprego de forma mais integrada e consistente. Há algumas recentes tendências positivas nesse âmbito que deveriam ser ampliadas. Nas grandes conferências internacionais da última década, a comunidade internacional caminhou na direção de um consenso sobre a necessidade de esforços coordenados e concertados para reduzir a pobreza e tornar a globalização mais inclusiva. A colaboração entre o Banco Mundial e a OIT começou a dar ao aumento de emprego posição de maior destaque em alguns DERPs nacionais. No FMI, há crescente reconhecimento da importância da dimensão social da globalização.¹⁰¹ Além disso, os direitos fundamentais no trabalho estão sendo cada vez mais aceitos como base essencial de políticas econômicas internacionais.

Integração de objetivos econômicas e sociais

A consecução de objetivos sociais exige enfoque integrado

511. O princípio de um enfoque mais coerente, que desenvolvemos com referência a trabalho decente, pode ser aplicado de forma mais generalizada. Objetivos de educação, saúde, direitos humanos e ambientais precisam também ser contemplados de forma mais consistente e integrada, pois interagem entre si e com objetivos e relações econômicas. Políticas no nível local, nacional e internacional são igualmente interdependentes e precisam ser desenvolvidas de forma integrada.

512. Medidas corretivas são necessárias, não só na agenda internacional, mas também nas ações do sistema internacional no nível nacional. Esforço mais bem-coordenado

⁹⁹ Nações Unidas, Relatório do Comitê *Ad Hoc* do Plenário da Vigésima Quarta Sessão da Assembleia Geral, 2000, parágrafo 36, p. 24.

¹⁰⁰ Constituição da OIT, Anexo, Declaração sobre os Objetivos e Propósitos da Organização Internacional do Trabalho (Declaração de Filadélfia), sec. II, p. 23.

¹⁰¹ Ver, por exemplo: “*Toward a Better Globalization*” por Horst Köhler, Diretor Executivo do FMI, Conferência Inaugural por Ocasão do Recebimento do Título de Professor Honorário da Universidade Eberhard Karls, em Tübingen, 16 de outubro de 2003.

por parte de todo o sistema das Nações Unidas é necessário para assegurar a adoção de uma abordagem coerente de objetivos sociais e econômicos nas recomendações internacionais e no apoio aos DERPs e a outras estruturas no nível nacional. Deveriam refletir adequadamente trabalho decente, educação, saúde, direitos humanos, igualdade de gênero e outros aspectos fundamentais do desenvolvimento social.

513. Novas iniciativas são necessárias para promover coerência nesses diferentes níveis e promover efetiva colaboração dentre as instituições internacionais envolvidas. Convidamos a OIT, tendo em vista sua Constituição abrangente e sua composição tripartite de organizações de trabalhadores e de empregadores e de governos, a elaborar em coordenação com outras organizações do sistema multilateral, novos instrumentos e métodos de promoção de coerência entre objetivos econômicos e sociais na economia global. Na Parte IV, figura uma relação de propostas concretas sobre como levar adiante uma agenda mais integrada.

514. No nível político, constatou-se a necessidade de se realizarem reuniões regulares entre ministros de comércio e de finanças e ministros responsáveis por políticas sociais e fundamentais de emprego, para examinar a coerência política entre elas, de preferência com a participação de representantes das áreas trabalhista e empresarial e, quando for o caso, da sociedade civil. Isso poderia ser organizado inicialmente no nível regional ou sub-regional. No nível global, poder-se-ia utilizar o Segmento de Alto Nível do ECOSOC, ponto a que retornaremos mais adiante.

III.2.4 Instituições mais responsáveis

515. A globalização conferiu poder à opinião pública por meio de novas tecnologias e meios de comunicação. Como resultado disso, as instituições nacionais e as internacionais estão enfrentando maior pressão em termos de participação e governança democrática.

516. A questão fundamental da governança global é maior responsabilidade perante a população, tanto na definição da agenda global como na avaliação dos resultados. Mais representatividade, participação, transparência, eficácia e subsidiariedade são princípios essenciais para se alcançar mais responsabilidade e legitimidade de poder.

517. Embora a maioria dos agentes internacionais apóiem esses princípios sem hesitar, na prática, há diferentes entendimentos do que sejam. A responsabilidade pode ser interpretada de várias maneiras, variando desde um sentido mais estrito, que se refere simplesmente à disponibilização pública da informação, até uma concepção mais ampla, na qual se atribui responsabilidade direta a organizações internacionais pelo impacto causado por suas políticas.

518. Em alguns casos, os princípios são diretamente conflitantes entre si. Por exemplo, inclusão e participação máxima podem não ser completamente consistentes com efetivas tomadas de decisão politicamente relevantes. Mais uma vez, o princípio da eficácia deve ser conciliado com o princípio da subsidiariedade. De modo menos formal, a governança “em rede” pode ser a melhor forma de alcançar alguns objetivos globais.

519. Nesta seção, examinaremos algumas formas de fortalecer a governança democrática, como pré-requisito para a implementação de reformas de políticas internacionais – sociais e econômicas – propostas nas seções anteriores. Construímos sobre o trabalho de comissões anteriores e de muitos estudiosos que analisaram o sistema de governança global e fizeram recomendações para sua reforma e renovação.¹⁰² Primeiro, listaremos várias reformas que melhorariam a força e a eficiência de instituições multilaterais, antes de passar às recomendações com relação às responsabilidades e às tarefas de estados, parlamentos, empresas, trabalho organizado, sociedade civil e mídia.

Fortalecimento do sistema multilateral

É preciso melhorar a eficiência do sistema multilateral da ONU

520. O sistema multilateral da ONU constitui o cerne do sistema atual de governança global. Munido de experiência, conhecimento e competência adquiridos em mais de 50 anos e com legitimidade graças à sua composição quase universal pelos Estados e a seu mandato, o sistema multilateral da ONU está singularmente equipado para liderar o processo de reforma de políticas econômicas e sociais. Ao mesmo tempo, à medida que o mundo caminha em direção a uma interdependência cada vez maior numa crescente gama de atividades, a necessidade de novos acordos internacionais e de novas áreas e formas de cooperação torna-se ainda mais presente. Para o sistema multilateral lidar com os desafios atuais e emergentes da integração global terá de melhorar sua eficiência por meio do aprimoramento constante de seus serviços técnicos, de sua base de informações/conhecimento e de seus sistemas de gerenciamento. Essa eficiência

¹⁰² Ver, por exemplo: Comissão sobre Governança Global: *Our Global Neighbourhood* (Oxford University Press, 1995); Comissão Meltzer: *Report of the International Financial Institutions Advisory Commission* (Washington DC, 2000); Nações Unidas: *International Monetary and Financial Issues for the 1990s* (Nova Iorque e Genebra, 1997); Erskine Childers e Brian Urquart: *Renewing the United Nations System* (Uppsala, Suécia, Fundação Dag Hammarskjöld, 1994); Mahbub Ul-Haq et al (eds.): *The United Nations and the Bretton Woods Institutions: New Challenges for the 21st Century* (Nova Iorque, St. Martin's Press, 1995); Projeto de Reforma da Governança Global: *Reimagining the Future: Towards Democratic Governance* (2000); Deepak Nayyar (ed.), *op. cit.*; Joseph Stiglitz, *op. cit.*

depende também da qualidade de sua governança. Três áreas relevantes são: representação democrática e tomada de decisões, responsabilidade de todos os participantes e coerência entre políticas sociais e econômicas. Além disso, é decisivo que se assegure a adequação de recursos para agências multilaterais, que lhes permita fortalecer a dimensão social da globalização.

Representação democrática em conselhos de administração

521. Num mundo de estados-nação desiguais em termos de poder e riqueza, é inevitável que os países tenham diferentes graus de influência sobre organizações internacionais. O desafio está em conciliar a realidade do poder com participação igualitária e democrática. Há uma insatisfação generalizada com os atuais sistemas de tomada de decisão nas instituições de Bretton Woods, da OMS e das Nações Unidas. A composição do Conselho de Segurança, por exemplo, baseia-se na situação do pós-Segunda Guerra e não leva em conta as realidades de hoje. Reformar os critérios de participação e os procedimentos de tomada de decisão dentro do Conselho de Segurança é mais urgente do que nunca.

Conciliação
de poder com
participação
democrática

522. O aumento da representação e da força do voto de países em desenvolvimento nas IIFs tem sido alvo de diversas reivindicações. De acordo com uma estimativa, os países desenvolvidos, com aproximadamente 15 por cento da população mundial, respondem por 17 por cento dos votos nas Nações Unidas, 34 por cento no Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (IFAD) e mais de 60 por cento no Banco Mundial e no FMI.¹⁰³

523. Os critérios de votação nas instituições de Bretton Woods baseiam-se no cálculo de vários índices econômicos, mais um elemento discricionário. Isso tem dado margem a uma série de anomalias. Mesmo quando medidos em termos de PIB em dólares americanos, e principalmente quando se considera o PIB em termos da paridade do poder de compra, os países em desenvolvimento, especialmente a Ásia e, em menor proporção, a América Latina e a África Subsaariana, são sub-representados em termos de poder de voto.

524. A situação melhorou um pouco graças ao sistema de representação eleitoral nas Instituições de Bretton Woods. Enquanto oito países nomeiam seus próprios representantes para o Conselho de Diretores Executivos, todos os demais países são agrupados em 16 colégios de eleitores, cada um representado por um Diretor-executivo. Além disso, os países têm a liberdade de passar para outros grupos e serem representados por outros diretores, garantindo-lhes, assim, espaço de manobra.

525. Apesar dessas qualificações, o fato é que os países industrializados, que são os principais participantes, exercem influência decisiva sobre as importantes decisões políticas, em comparação com os demais. Recomendamos a criação de um sistema mais justo de votação. Isso deveria resultar em maior participação dos países em desenvolvimento, com significativa proporção de direitos de voto ainda detidos pelos países industrializados. Primeiramente, recomendamos o aumento do tamanho do Conselho, para incluir mais um representante da África Subsaariana.

Aumento da responsabilidade

526. Todas as instituições internacionais, por força de suas crescentes responsabilidades na era da globalização, precisam prestar contas ao público em geral e a seus próprios dirigentes. Embora caiba a cada instituição pública ou privada examinar as melhores formas de tornar suas atividades transparentes e mais abertas ao público, a globalização exige agora que reconheça explicitamente essa responsabilidade.

As instituições
internacionais
devem prestar
contas ao público

¹⁰³ G. Helleiner: "Markets, Politics and Globalization" em *Journal of Human Development*, Vol. 2, nº 1, 2001.

527. As instituições internacionais responsáveis por finanças, desenvolvimento e comércio têm sido alvo de críticas públicas nos últimos anos. Muitas dessas críticas e protestos enfocam justamente a falta de transparência e a incapacidade dessas instituições de promover consultas com a sociedade civil e grupos interessados sobre suas políticas e programas. Algumas instituições, como o Banco Mundial, têm reagido positivamente a essas críticas e estão começando a investir tempo e energia no diálogo com representantes de sindicatos, grupos empresariais e OSCs. Esses grupos têm também se envolvido cada vez mais com as questões da OMS, que adotou um diálogo mais sistemático com eles. Mas o problema permanece, tendo em vista os procedimentos de negociação adotados resultarem no predomínio dos interesses de grandes grupos e países na agenda e nos acordos da OMC. É imperativa a reforma dos métodos de trabalho e dos procedimentos de negociação para garantir a plena e efetiva participação de todos os países membros na elaboração da agenda e nas negociações. O resultado da Conferência de Cancun serviu para reforçar a necessidade dessas reformas.

Maior
transparência...

528. Quanto à questão da responsabilidade, houve melhoria no desempenho de organismos multilaterais, mas, há muito ainda a fazer. Por exemplo, o Banco Mundial e o FMI divulgam hoje uma série de informações, antes confidenciais, sobre suas políticas, operações, decisões e avaliações. Mas, os diretores executivos não publicam ainda as atas das reuniões do Conselho. Recomendamos que os membros dos conselhos executivos das instituições de Bretton Woods prestem contas aos parlamentos nacionais de seus respectivos membros.

... e melhor
avaliação

529. O Banco Mundial e o FMI também desenvolveram métodos de avaliação mais detalhados. O Departamento de Avaliação e Operações do Banco Mundial possui quatro unidades de avaliação, cujos relatórios ficam à disposição do público. O FMI criou um Departamento de Avaliação Independente que também publica seus relatórios. Os escritórios de avaliação atuam independentes da estrutura administrativa e se reportam diretamente ao Conselho de Diretores Executivos. A responsabilidade dentro da ONU tem sido exercida tradicionalmente por agências de supervisão externas, como auditores externos e a Unidade de Inspeção Conjunta, ou por meio de mecanismos, como o Escritório de Serviços de Supervisão Interna da ONU. A maioria das organizações da ONU criou também departamentos de avaliação e alguns se reportam diretamente à gerência executiva. Os Estados-membros têm pedido, repetidas vezes, que se fortaleçam essas capacidades de avaliação e aumente sua transparência por meio da publicação de seus relatórios. OSCs tem reclamado também o cumprimento das recomendações resultantes desses processos de avaliação. Embora algumas organizações da ONU tenham adotado medidas para publicar as conclusões e as recomendações de suas avaliações, recomendamos que todos os organismos da ONU fortaleçam suas unidades de avaliação, adotem políticas claras de divulgação dos resultados das avaliações internas e externas de seus programas, políticas e projetos e publiquem essas conclusões. Relatórios de acompanhamento das recomendações resultantes dos processos de avaliação devem ser realizados regularmente. Avaliações independentes feitos por participantes e outros interessados serão também bem-vindas.¹⁰⁴

Propostas para
melhorar a
coerência política
no sistema
multilateral

530. Conforme demonstrado na seção III.2.3, a coordenação e a coerência políticas são questões decisivas para o sistema multilateral. Há propostas para a criação de órgão mais politicamente representativo e efetivo, capaz de liderar a harmonização e o equilíbrio de políticas econômicas e sociais, para alcançar os objetivos estabelecidos. Entre as propostas mais importantes está a criação de um conselho de segurança econômica e social, com status semelhante ao do Conselho de Segurança da ONU, mas sem autori-

¹⁰⁴ Por exemplo, o Projeto de Responsabilidade Global, desenvolvido pela organização *One World Trust*. Ver www.oneworldtrust.org

dade para tomar decisões legais impositivas. Essa é uma idéia importante a ser levada em consideração. Mas não se tem dado a devida importância a essa proposta tendo em vista a falta de interesse de muitos e importantes estados e por causa da dificuldade de se alterar a Carta da ONU para incluir entidade dessa natureza.

531. Outra proposta para melhorar a coerência global de políticas e ações foi feita recentemente pelo Painel de Alto Nível sobre Financiamento para o Desenvolvimento, da Secretaria-Geral da ONU, sob a presidência de Ernesto Zedillo, ex-presidente do México. Em seu relatório, o Painel observou que “apesar de recentes e valiosos esforços, o mundo não tem nenhum sistema satisfatório para prever e enfrentar choques econômicos globais”. E “...a tomada de decisões econômicas globais tem-se concentrado em alguns países. Como resultado, as tensões pioraram. O mundo não dispõe de nenhum mecanismo institucional formal para garantir que vozes representativas de todas as áreas relevantes sejam ouvidas nas discussões sobre diversos problemas comuns.” O Painel propôs a criação de um conselho global “no mais elevado nível político para assumir a liderança das questões de governança global... por meio de sua liderança política, ofereceria uma estratégica estrutura política de longo prazo para promover o desenvolvimento, dar consistência aos objetivos políticos das principais organizações internacionais e promover a construção de consenso entre governos sobre possíveis soluções de questões de economia global e governança social.”¹⁰⁵

532. Tendo em vista a decisiva importância de maior coerência nas políticas socioeconômicas internacionais, recomendamos a inclusão dessa questão na agenda de encontros de líderes políticos mundiais, como os diálogos bienais de alto nível das sessões ordinárias da Assembléia Geral das Nações Unidas, as cúpulas regionais e sub-regionais e reuniões mais amplas do Grupo dos 8 (G8). Foram conduzidos adequados trabalhos técnicos sobre a necessidade da reforma e com relação a possíveis acordos institucionais. No nível internacional, chegou a hora de chefes de Estado e de governos, juntos, darem claras atribuições às organizações internacionais relevantes para garantir maior coerência entre políticas econômicas e sociais internacionais.

533. Segundo a Carta da ONU, o ECOSOC tem a primordial responsabilidade de promover a coordenação política global nas áreas econômica e social. As atribuições, porém, do ECOSOC têm sido sempre muito mais abrangentes que seu efetivo exercício. A separação política e funcional das instituições de Bretton Woods com relação à ONU e a incapacidade de se criar uma organização internacional de comércio nos estágios iniciais do sistema ONU, resultou inevitavelmente numa limitação da capacidade do ECOSOC de influenciar a dinâmica da globalização nas áreas de comércio, finanças, investimento e tecnologia.

534. Apesar de nunca ter sido dado ao ECOSOC autoridade para exercer plenamente seu mandato, isso não lhe tirou a importância e a legitimidade originais. Muita coisa poderia ser feita no atual mandato do ECOSOC, bastando para tanto que se mudasse o comportamento político em relação ao papel da ONU em questões econômicas e sociais. Seria necessário, ainda, estabelecer novas formas de funcionamento, melhorar seu nível de representação e obter a anuência e a vontade clara e decisiva dos principais agentes nas esferas econômica, comercial e financeira em utilizá-lo como órgão formulador de políticas de alto nível. Na pendência de uma decisão política com relação a seu papel, algumas reformas poderiam ser imediatamente implementadas na atual estrutura do ECOSOC para fortalecê-lo e melhorar a coerência política. O Seguimento de Alto Nível de sua sessão anual poderia promover a interação de aspectos específicos da administração global macroeconômica, ambiental e social, entre os ministros interessados – de finanças, trabalho, assuntos sociais, meio ambiente e outros, de acordo com o tema. O

¹⁰⁵ Grupo de Alto-Nível sobre Financiamento para o Desenvolvimento, *op. cit.*

ECOSOC poderia também aproveitar sua capacidade para realizar sessões durante o ano, breves e específicas, com a participação de ministros interessados, para discutir questões prioritárias ou de emergência. O Conselho poderia, ainda, ser servido por um Secretariado de muitos organismos, multilateral, presidido pelo Subsecretário-Geral para Assuntos Sociais e Econômicos. Um Comitê Executivo do ECOSOC, em nível ministerial, poderia ajudar a oferecer a liderança necessária para fazer essas reformas.

Aumento de recursos

Aumento dos recursos e da eficiência da ONU para cumprir sua missão

535. Ao contrário do que se imagina, o sistema ONU dispõe de escassos recursos em proporção com suas imensas responsabilidades relativas à manutenção da paz e da segurança, à promoção de direitos humanos e do estado de direito, e a trabalho humanitário e de assistência a países para atender às necessidades essenciais de desenvolvimento de suas populações. O orçamento ordinário da Secretaria da ONU, em torno de US\$ 1,3 bilhão por ano, tem permanecido constante em termos nominais (logo, em decréscimo em termos reais) há oito anos. Todo o sistema ONU, inclusive seus fundos, programas, agências especializadas e operações de manutenção de paz, gasta aproximadamente US\$ 12 bilhões por ano – menos que o orçamento anual do Conselho de Educação de Nova Iorque.

536. Em vista disso, é lastimável a posição de alguns países desenvolvidos de manter em zero o crescimento nominal de suas contribuições para o sistema ONU. Assim, para poder cumprir suas responsabilidades de forma efetiva, é essencial que a comunidade internacional concorde em aumentar suas contribuições financeiras a instituições multilaterais e inverter a tendência de aumentar as contribuições voluntárias às custas de contribuições obrigatórias. Essa medida deve ser acompanhada de um aumento de eficácia e eficiência na administração dessas instituições.

Estados-nação

Maior responsabilidade de governos por suas posições no fórum global

537. Apesar de a globalização ter diminuído seu poder e sua autonomia de diversas formas, os estados – particularmente os mais poderosos – continuam exercendo forte influência na governança global por suas próprias políticas, comportamentos e decisões nos organismos intergovernamentais. Surpreende, portanto, que tão poucos estados submetam as decisões tomadas por seus representantes nesses fóruns à aprovação parlamentar ou a qualquer outra aprovação pública. O próprio princípio de responsabilidade coletiva parece não funcionar bem em muitos países, por exemplo, com relação a posições assumidas por seus representantes em matéria de comércio, agricultura, meio-ambiente ou finanças. Isso ocorre por diversos motivos: sobrecarga das agendas parlamentares; natureza cada vez mais técnica das questões envolvidas e falta de informação adequada e equilibrada para um debate público. Governos e parlamentares devem abordar esse problema por meio dos canais comuns de responsabilidade coletiva, deliberações parlamentares e debates públicos.

538. Os governos nacionais podem assim contribuir significativamente para melhorar a responsabilidade de organizações internacionais. Garantir que os governos tornem público o que fazem em nome do país em encontros internacionais e conseguir que suas decisões sejam revistas por parlamentares, especialistas e grupos de interesse já teria, por si, impacto enorme e benéfico sobre o papel de representantes nacionais que atuam internacionalmente. A interação com ministros, parlamentares e servidores públicos pode também ter um impacto significativo.

A coerência de políticas globais tem raízes nacionais

539. A contribuição dos estados é igualmente importante para se obter maior coerência nas políticas econômicas e sociais globais. Vale notar que, fundamentalmente, as raízes do problema da coerência política global estão no nível nacional. O sistema das Nações Unidas baseia-se no princípio de coordenação funcional descentralizada. As

organizações intergovernamentais têm natureza setorial e sua governança está sob a responsabilidade de diferentes ministérios de governos nacionais. Além disso, essas organizações têm seus próprios mandatos constitucionais. Por conseguinte, as soluções devem ser buscadas primordialmente no nível nacional, onde geralmente falta consenso, entre os diferentes setores e ministérios de governos, sobre o que seja uma política global coerente. A coerência global, do mesmo modo que a boa governança, começa em casa. Pedimos aos chefes de estado e de governo que adotem as medidas necessárias, no nível nacional, para garantir que as posições de seus representantes nos fóruns internacionais promovam uma integração coerente de políticas sociais e econômicas, centradas no bem-estar e na qualidade de vida das populações.

540. A menos que se tomem providências com vista à coerência política no nível nacional, por meio de discussões de governo, de parlamentares e públicas sobre as questões econômicas e sociais globais, poucas são as esperanças de melhorar a coordenação de política global. Os conselhos econômicos e sociais nacionais, que existem em diversos países e contam com a participação de membros do governo, de setores empresariais, do trabalho e da sociedade civil, podem desempenhar papel particularmente valioso nesse processo.

541. Os estados devem também agir de forma consistente e responsável ao aderir rigorosamente a leis, regulamentos e normas internacionais que são a base da governança global. Conforme enfatizado na seção III.1 acima, os estados devem levar em consideração as conseqüências de suas ações e de suas políticas sobre o resto do mundo, especialmente sobre os PMDs e o pobre. Como em outras áreas, os países mais ricos e mais fortes têm maior responsabilidade em garantir que suas decisões internas não prejudiquem os interesses de pessoas em outras partes do mundo.

542. Uma comunidade global só poderá se fortalecer se os estados ampliarem suas preocupações para incluir interesses de outros estados, especialmente as dificuldades dos mais pobres. Embora haja preocupação nos países industrializados, em geral, com questões de desenvolvimento, há poucas propostas sobre essas questões no nível nacional. Mas, o número de pessoas envolvidas e sua influência vêm crescendo na maioria dos países, embora as vozes mais fortes sejam ainda as de organizações e movimentos da sociedade civil, de agências voluntárias de desenvolvimento e de proteção; setores de outros grupos de influência, como parlamentares, grupos religiosos, fundações, trabalho organizado, associações profissionais e empresas multilaterais, estão cada vez mais conscientes de suas responsabilidades globais e empenhados em trabalhar em favor de uma ordem mundial mais estável e mais justa.

Parlamentos

543. Os parlamentos detêm a maior responsabilidade no nível nacional. São o mais importante fórum nacional para debates públicos sobre questões globais e para a revisão das ações governamentais no nível internacional. As audiências de comissões parlamentares podem representar maneiras influentes de publicidade e de envolvimento da opinião pública. Instamos os parlamentos nacionais a fortalecerem seus papéis e suas capacidades de exercer vigilância e controle sobre as posições de seus governos nos fóruns internacionais.

544. Os parlamentos podem desempenhar também papel importante na promoção da responsabilidade e da coerência nas políticas públicas em nível global. Associações parlamentares globais, como a União Interparlamentar, Parlamentares da Ação Global, Mulheres Parlamentares Mundiais para a Paz e assembleias parlamentares regionais, como o Parlamento Europeu, o Parlamento Latino-americano e a Assembleia Parlamentar da União Africana, podem proporcionar melhor desempenho e responsabilidade de organismos internacionais. Várias comissões interparlamentares já foram criadas para

Controle
parlamentar nos
planos nacional
e global

promover ações e monitorar desdobramentos de áreas específicas de políticas sociais e econômicas globais. Essas comissões incluem redes parlamentares envolvendo o Banco Mundial e a OMC. Instamos a que se amplie progressivamente a responsabilidade dessas comissões em políticas e ações globais, principalmente com a criação de um Grupo Parlamentar Global que trate da coerência e consistência de políticas econômicas e sociais globais, que exerça uma supervisão integrada das principais organizações do sistema das Nações Unidas, das instituições de Bretton Woods e da OMC.

545. A reunião anual da União Interparlamentar nas Nações Unidas pode servir para aumentar a cooperação entre membros de legislativos nacionais em assuntos internacionais. Grupos parlamentares em diferentes áreas podem coordenar suas posições na reforma da governança global utilizando meios eletrônicos de comunicação. Convidamos a União Interparlamentar e outros fóruns parlamentares a procurar maneiras de mobilizar a opinião pública sobre a dimensão social da globalização e pedimos aos organismos internacionais que facilitem essa ação.

Empresas

Contribuição de empresas

546. Empresas, tanto nacionais quanto transnacionais, dão importante contribuição para a dimensão social da globalização. Elas dão forma ao mundo do trabalho e influenciam o ambiente econômico e social no qual vivemos. As empresas constituem a fonte principal de criação de emprego e renda, e seus valores, práticas e comportamentos têm grande impacto na consecução de objetivos sociais.

547. É importante distinguir entre governança empresarial e responsabilidade social da empresa.

Governança empresarial

548. A governança empresarial está essencialmente ligada a questões de propriedade e controle de empresas e a regras que regem procedimentos financeiros, abertura e transparência. Inclui tanto normas legais quanto procedimentos internos da empresa. A boa governança corporativa está no centro da economia de mercado e da sociedade democrática. Conforme estabelecido nos Princípios de Governança Empresarial da OCDE (1999), um influente ponto de referência, “a boa governança empresarial ajuda a assegurar que as empresas levem em consideração os interesses de uma ampla gama de seus acionistas, assim como os interesses das comunidades nas quais operam... Isso, por sua vez, ajuda a assegurar que as empresas operem em benefício da sociedade como um todo.”.

549. A governança corporativa tornou-se uma questão importante em uma economia cada vez mais globalizada, onde diferentes sistemas nacionais precisam adaptar-se às novas pressões do mercado. A recente série de escândalos envolvendo o comportamento empresarial, incluindo corrupção e infrações, tem aumentado a necessidade de mudança e de mais responsabilidade.

Responsabilidade Social da Empresa (RSE)

550. A responsabilidade social da empresa diz respeito a ações voluntárias realizadas pelas empresas, que vão além de suas obrigações legais. É uma forma de as empresas considerar seu impacto em todas as partes interessadas. É um complemento e não um substitutivo da regulamentação governamental ou de políticas sociais.

551. Um número cada vez maior de empresas globais faz da responsabilidade social uma parte integrante de seus negócios. As iniciativas vão desde a adoção de códigos de conduta até parcerias com iniciativas sociais em nível comunitário. Agem a partir de

preocupações éticas do próprio negócio, assim como por pressões de ongs, sindicatos, investidores éticos e consumidores com consciência social.

552. Muitas empresas têm seus próprios enfoques da RSE, que variam de acordo com o tipo de negócio e com o meio social e econômico. Importantes marcos e pontos de referência são a Declaração Tripartite de Princípios da OIT sobre Empresas Multinacionais e Políticas Sociais (1977, revista em 2000), a Declaração da OIT sobre os Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho (1998) e Diretrizes para Empresas Multinacionais da OCDE (1976, revista em 2000). A questão tem sido intensamente debatida em vários fóruns. Recente contribuição inclui um Livro Verde e uma Comunicação da Comissão Européia sobre responsabilidade social da empresa.¹⁰⁶

553. Uma iniciativa particularmente influente é o Pacto Global das Nações Unidas, de iniciativa do Secretário-Geral da ONU. O Pacto Global convida as empresas a adotar e promover nove princípios fundamentais derivados de acordos universalmente aceitos sobre direitos humanos, trabalho e meio ambiente, em colaboração com a ONU, OIT, Escritório do Alto Comissariado de Direitos Humanos, UNEP, UNIDO e outros interlocutores. O Pacto Global já trouxe progressos, por exemplo, facilitando a observância da legislação nacional relevante, promovendo o diálogo e removendo obstáculos à percepção de princípios universais em cadeias globais de oferta. É importante que a OIT monitore seu envolvimento com o Pacto Global e avalie seu futuro potencial e favoreça o aumento de sua eficiência.

Pacto Global das
Nações Unidas

554. Iniciativas voluntárias, como o Pacto Global, podem ajudar a construir a confiança pública em empresas e contribuir para a sustentabilidade de seus negócios. No entanto, ainda há ceticismo por parte de alguns interlocutores com relação a seu impacto real. Em diálogos da Comissão e em outros lugares, já foi sugerido que, para a credibilidade de iniciativas voluntárias, é preciso haver transparência e responsabilidade, o que exige bons sistemas de medição, informação e monitoramento.

Fortalecendo
iniciativas
voluntárias

555. A contribuição de iniciativas voluntárias pode ser fortalecida de várias maneiras:

- Apoiando as empresas em seus esforços para criar mecanismos confiáveis de informação e de medição de desempenho tanto de empresas globais como de fornecedores nacionais, de acordo com princípios e normas internacionalmente aceitos.
- Com a melhoria de métodos de monitoramento e verificação, levando-se em consideração situações e necessidades diversas. Estão aumentando o credenciamento e a certificação independentes, porque algumas empresas os reconhecem como fonte de credibilidade.
- Com o desenvolvimento de parcerias em nível industrial de bases mais amplas, como o recente acordo no setor do cacau visando eliminar práticas abusivas de trabalho, especialmente o trabalho infantil.¹⁰⁷ As parcerias envolvem empresas, organizações de empregadores, sindicatos, cooperativas, governos e organizações da sociedade civil, assim como programas que combinam políticas promocionais com monitoramento e certificação.
- Com mais pesquisa sobre aplicação e impacto de códigos de conduta, e com o desenvolvimento de manuais de boas práticas.

556. Os representantes internacionais de empresas têm importante papel. A Organização Internacional de Empregadores (OIE) poderia ampliar seus esforços atuais nesse campo,

¹⁰⁶ Para iniciativas recentes veja "Information note on corporate social responsibility and international labour standards", GB.288/WP/SDG/3, ILO (OIT), Genebra, novembro 2003.

¹⁰⁷ A Fundação "International Cocoa Initiative - Working towards Responsible Labour Standards for Cocoa Growing" ("Iniciativa Internacional do Cacau - Trabalhando por Normas de Trabalho Responsáveis na Produção de Cacau") foi criada em 2002. Ela envolve a indústria global do chocolate e do cacau, sindicatos e ongs, com assessoria da OIT. Veja www.bccca.org.uk

como interlocutor privilegiado envolvido tanto na promoção da governança empresarial como na promoção da responsabilidade social da empresa e poderia ajudar a melhorar a participação das empresas na gestão da globalização por meio de divulgação, formação e discussão dessas importantes questões. A Organização Internacional de Empregadores poderia reforçar seu papel de liderança em iniciativas como o Pacto Global, para atuar como centro mundial de iniciativas que ajudem a patrocinar e harmonizar o crescimento econômico e o desenvolvimento social e promover o diálogo social.

557. Com sua composição tripartite, a OIT oferece um espaço singular para pesquisa, diálogo e desenvolvimento de políticas sobre essas questões. Ela deveria convocar um fórum para desenvolver uma agenda prática a respeito da contribuição de empresas para a dimensão social da globalização.

Ampliar as
ligações entre
o setor privado
e organizações
internacionais

558. Além das questões de governança empresarial e de responsabilidade social, o relacionamento entre o setor privado e as organizações internacionais vem se fortalecendo nos últimos anos. Em alguns importantes e novos casos de colaboração multissetorial, o setor privado está agora assumindo um papel central. Por exemplo, a Aliança Global para Vacinas e Imunização (GAVI) é agora o principal interlocutor nos esforços para imunização de crianças em países de baixa renda. Representantes da Fundação Gates – o principal financiador – e indústria integram sua diretoria executiva ao lado de organizações internacionais, governos e sociedade civil.

559. O envolvimento mais vigoroso do setor privado em políticas públicas internacionais tem grande potencial como fonte de financiamento adicional de programas globais e como provedor de conhecimento especializado e acesso a redes de negócios. Acreditamos que esse envolvimento deve ser estimulado e promovido. Há necessidade de se tratar de preocupações relativas à proteção do interesse público, por meio de acordos que assegurem que as escolhas de políticas não sejam distorcidas por conflitos de interesse. Esperamos que a Comissão do Secretário-Geral sobre o Setor Privado e o Desenvolvimento proponha maneiras de fortalecer essas parcerias e possibilidades.

Trabalho organizado

Estratégias
sindicais para
influenciar a
globalização

560. No ano 2000, o movimento sindical internacional fez da “globalização da justiça social” seu principal objetivo para o novo milênio.¹⁰⁸ Na realidade esse objetivo não é novo, mas apenas um dos objetivos que os sindicatos vêm buscando há mais de uma década. Nesse período, o movimento sindical adotou diversas e diferentes estratégias para influir no processo de globalização. Essas estratégias incluíram: pressionar os principais governos em reuniões regulares do G8 e em semelhantes cúpulas econômicas; esforço constante para introduzir questões sociais e de trabalho na agenda de encontros regionais econômicos e comerciais e esforço para se engajarem diretamente com empresas multinacionais mediante acordos estruturais que cubram questões fundamentais como trabalho infantil, trabalho escravo, discriminação e liberdade sindical.

561. Além disso, nestes últimos dez anos, o movimento sindical internacional procurou influir na globalização por meio de tentativas de reorientar algumas atividades e políticas de órgãos internacionais como o Banco Mundial, o FMI, a OMC, a UNCTAD e a OCDE. Ao mesmo tempo, sindicatos investiram recursos consideráveis na promoção de mais coerência e cooperação entre as organizações multilaterais responsáveis por desenvolvimento econômico, comércio e políticas sociais. Têm incentivado, principalmente, instituições internacionais com atribuições econômicas a ampliarem suas perspectivas e a enfatizarem a equidade, os direitos humanos e considerações sociais.

¹⁰⁸ Confederação Internacional de Sindicatos Livres: *Globalizing Social Justice: Trade Unionism in the 21st Century*, Relatório do Congresso Mundial (Durban, abril 2000).

562. O impacto do movimento sindical internacional na globalização e nas políticas das principais instituições internacionais depende em parte da sua influência no processo decisório. Por exemplo, na OIT, os sindicatos são parte principal da estrutura de governança e exercem considerável influência nas políticas da Organização. Em outras organizações internacionais, como a OCDE, há uma estrutura formal de consultas tanto com o movimento trabalhista quanto com a comunidade empresarial, o que possibilita parcerias sociais a participarem de discussões regulares sobre políticas com funcionários da OCDE e com representantes de governo. Recomendamos que estruturas formais de consulta semelhantes às da OCDE sejam adotadas no Banco Mundial, no FMI e na OMC, resguardada a plena observância das disposições constitucionais e das estruturas de governança dessas organizações. Isso propiciaria aos parceiros sociais pontos de entrada estruturais no funcionamento das organizações internacionais que exercem profunda influência sobre a globalização e aumentaria a transparência, a responsabilidade e a credibilidade externas das organizações internacionais com atribuições econômicas. Acordos semelhantes devem ser estabelecidos nos campos do comércio inter-regional e bilateral, investimento e cooperação econômica.

Necessidade de estruturas formais de consulta no Banco Mundial, no FMI e na OMC

Diálogo social em sistemas globais de produção

563. O desenvolvimento da democracia industrial e da negociação coletiva em nível nacional tem oferecido, historicamente, um importante dispositivo para promover a produtividade e resultados equitativos no trabalho bem como para dar peso à voz de trabalhadores e sindicatos no processo de produção. Dado o crescimento dos sistemas globais de produção, é provável que surjam novas instituições de diálogo social entre trabalhadores e empregadores e podem até mesmo ocupar papel cada vez mais importante na economia global.

Novas formas de diálogo social global estão se desenvolvendo

564. Atualmente, muita experimentação está ocorrendo e algumas abordagens voluntárias estão surgindo. Por exemplo, há mais de 25 acordos entre federações sindicais globais e empresas multinacionais. Mesmo com diferenças em seus conteúdos, a maior parte desses acordos trata de normas de trabalho internacionais fundamentais e alguns também tratam de questões como “salários que permitam condições condignas de vida” e assuntos de saúde e segurança. Conselhos regionais e globais de trabalho vêm também sendo cada vez mais utilizados para fomentar o diálogo social.

565. Uma forma de diálogo social global bastante ampla surgiu na indústria naval, que, por sua natureza, é um negócio altamente global. Um pioneiro acordo coletivo internacional entre a Federação Internacional de Trabalhadores do Transporte e o Comitê Internacional de Empregadores Marítimos cobre salários, normas mínimas e outros termos e condições de trabalho, inclusive proteção à maternidade.

566. Essas formas de diálogo social global estão se desenvolvendo de forma voluntária entre os interlocutores globais envolvidos. Merecem mais pesquisa por parte da OIT e de outros organismos para determinar seu potencial, promover relações produtivas entre trabalhadores e gestores e facilitar a solução de disputas entre eles. A OIT deveria monitorar de perto esses tipos de desenvolvimento e prestar assessoria e assistência às partes envolvidas, quando necessário.

Sociedade civil

567. Uma característica marcante da globalização tem sido o rápido surgimento de uma comunidade de interlocutores da sociedade civil, que trabalham em rede de forma global, lidando com questões de interesse de cidadãos no mundo inteiro. Eles cresceram de 1,5 mil nos meados dos anos 50 para aproximadamente 25 mil em 2001. Embora haja

variações na natureza e frequência do contato e no modo de interação entre organismos internacionais e organizações da sociedade civil, a tendência para aumento da colaboração tem sido uma constante em todo o mundo.

Contribuição da sociedade civil

568. As organizações da sociedade civil têm dado significativa contribuição para suscitar e debater a questão de uma globalização mais justa. Elas aumentam o nível de conscientização pública, fazem pesquisa, documentam o impacto da globalização sobre pessoas, comunidades e meio ambiente, mobilizam a opinião pública e asseguram responsabilidade democrática. Dão também assistência ao desenvolvimento e a serviços humanitários, promovem os direitos humanos, ensinam *know-how* e lideram novas iniciativas, como o tratado que proíbe a utilização de minas terrestres, e a criação do Tribunal Penal Internacional. Alguns exemplos conhecidos – entre muitos outros – incluem o trabalho da Oxfam na promoção do comércio justo, a campanha de cancelamento de dívida do Jubileu 2000, os fóruns sociais mundiais e regionais, e muitos outros. A contribuição das organizações da sociedade civil para a globalização inclusiva pode ser melhorada com um engajamento mais ativo na mobilização do apoio nacional a medidas de reforma global. Nos últimos anos, tem havido notável aumento nas interações das organizações da sociedade civil com outros grupos, como sindicatos e parlamentos e com governos, especialmente em negociações da OMC.

569. As organizações da sociedade civil, assim como outros interlocutores na globalização, devem ser transparentes e responsabilizadas perante os interessados. Reconhecemos a existência de grande diversidade de organizações na sociedade civil, inclusive ongs organizadas por governos ou apoiadas por empresas, movimentos, organizações sem fins lucrativos prestando serviços e as que representam grupos cívicos. É importante reconhecer essas diferenças quando se trata de questões de representatividade e responsabilidade. Adotar medidas para tratar da responsabilidade de organizações da sociedade civil não deve impedir os direitos legítimos dos cidadãos de se organizarem e expressarem opiniões e preocupações de interesse público. O ponto inicial poderia ser incentivar iniciativas voluntárias de auto-regulação no setor das organizações da sociedade civil, de acordo com os valores que promovem e buscam. A comunidade da sociedade civil poderia liderar a promoção de análise paritária.

Assegurando uma representação equilibrada

570. Atualmente, a representação não está equilibrada na comunidade da sociedade civil global. As organizações da sociedade civil de países em desenvolvimento e organizações das comunidades menos privilegiadas e marginalizadas são representadas de forma inadequada. É importante cuidar desse problema, de forma que suas preocupações e interesses possam ser adequadamente articulados em discussões e negociações nacionais e globais. A comunidade da sociedade civil global, assim como governos e a comunidade internacional, deve envidar esforços especiais na promoção e fortalecimento das organizações da sociedade civil nos países mais pobres e, especialmente, de associações de grupos marginalizados ou menos favorecidos, como mulheres pobres, favelados, povos indígenas, trabalhadores rurais e pequenos comerciantes e artesãos.

Interações entre sociedade civil, governos e organismos internacionais

571. Inevitavelmente, há tensões no relacionamento entre sociedade civil, governos e órgãos multilaterais. Alguns órgãos multilaterais consideram muito limitada sua capacidade de lidar com a rápida expansão de ongs. Alguns estados acham que as ongs estão invadindo seu território e, dessa forma, complicando a tarefa de negociar acordos. As próprias ongs freqüentemente se impacientam com as restrições burocráticas e políticas para trabalhar com governos e organismos da ONU. Muitas consideram que sua interdependência e integridade são prejudicadas pelas inevitáveis concessões necessárias para se alcançar um consenso.

572. O envolvimento de organizações da sociedade civil em organizações internacionais levanta também a complexa questão da conciliação de democracia participativa com democracia representativa. Vários mecanismos evoluíram em diferentes processos

multilaterais e em diferentes organizações intergovernamentais.¹⁰⁹ Lições devem ser tiradas de seus pontos fortes e fracos, especialmente no que diz respeito a assegurar a representação de setores marginalizados de países em desenvolvimento. Deve-se manter diálogos estruturados em todo o sistema entre organizações da sociedade civil e intergovernamentais, que respeitem plenamente as disposições constitucionais e estruturas de governança de cada uma. Assim, se poderiam aproveitar para se conhecerem os pontos fortes dos processos de auto-organização de OSCs e utilizá-los para o desenvolvimento ulterior de mecanismos eficazes de melhoria da interação entre o sistema das Nações Unidas e organizações da sociedade civil. O Secretário-Geral das Nações Unidas criou um painel de especialistas de alto nível, sob a liderança de Fernando Henrique Cardoso, ex-presidente do Brasil, para formular recomendações para a melhoria da interação entre as Nações Unidas e a sociedade civil, inclusive parlamentares e o setor privado. Instamos o painel a explorar métodos inovadores de participação e interação da sociedade civil no sistema multilateral, aproveitando boas experiências e boas práticas, e a examinar melhores maneiras de se tratar a representatividade e a responsabilidade das organizações da sociedade civil que buscam maior integração com a ONU.

Comunicações e mídia

573. Acesso a informação é essencial para a tomada democrática de decisão. A mídia é o principal meio de divulgação de informação e de criação de um fórum de debate público.

574. Desenvolvimentos tecnológicos, como a Internet e sistemas de TV e rádio de baixo custo, têm aumentado a quantidade e a gama de informações disponíveis, muitas vezes para pessoas em áreas remotas de países em desenvolvimento. Governos que querem interromper o livre fluxo de informação têm agora pela frente uma tarefa bem mais difícil. A diversidade de programação tem sido um incentivo ao desenvolvimento cultural, ajudando minorias lingüísticas e outras minorias.

575. Todavia, alguns aspectos da tecnologia da comunicação vêm causando preocupação. O predomínio da língua inglesa tem conferido papel preponderante às fontes de notícia anglo-americanas. Isso pode estar mudando na medida em que outros idiomas, como o francês, o espanhol e o árabe, desenvolvem capacidade de programação global e os povos anglófonos da Ásia e da África ampliam sua participação na mídia internacional de língua inglesa. Os consumidores de serviços de notícias televisivas, de serviços a cabo e de agências de notícias precisam fazer mais pressão para assegurar que os vendedores ofereçam uma visão cada vez mais equilibrada das culturas, realidades e interesses em jogo.

576. Grande parte dos países em desenvolvimento tem experimentado mais diversidade na medida em que novos canais comerciais acabaram com os monopólios de transmissão governamentais e na medida em que um aumento do poder do consumidor apóia novos jornais e revistas. A grande mídia, porém, de propriedade ocidental tem passado por muitas fusões que podem reduzir o âmbito da diversidade das notícias e opiniões.

577. As políticas precisam enfatizar em toda parte a importância da diversidade nos fluxos de informação e comunicação. Uma mídia responsável desempenha papel fundamental em facilitar o movimento para uma globalização mais justa e mais inclusiva. Uma opinião pública bem-informada a respeito das questões levantadas neste Relatório será essencial para sustentar uma mudança.

O acesso a informação por meio da mídia global é essencial para a tomada democrática de decisão

¹⁰⁹ Para uma visão geral, veja *"The UN system and civil society: an inventory and analysis of practices"* em <http://www.un.org/reform/panel/htm>.

Governança em rede

578. Nos últimos anos, deu-se uma rápida expansão de redes envolvidas com questões globais e de outros sistemas informais para o desenvolvimento de políticas sociais globais, com a participação de interlocutores públicos e privados. Essas formas de “governança em rede” ajudam a tratar de falhas e lacunas específicas em instituições e sistemas existentes.¹¹⁰ Elas são freqüentemente multissetoriais, por envolver a participação conjunta de governos nacionais, órgãos multilaterais, organizações da sociedade civil e o setor privado. Além disso, costumam Ter mecanismos informais de estruturas organizacionais mais simples, geralmente lançando mão de novas tecnologias.¹¹¹

579. Redes globais, projetos e parcerias tomam diferentes formas e podem desempenhar várias funções, como estabelecer práticas internacionais, divulgar informação ou mobilizar recursos. Referimo-nos acima a exemplos dessas redes, como o Pacto Global das Nações Unidas e o novo Fundo Global de Combate à Aids, Tuberculose e Malária. Outro exemplo é o Medicines for Malaria Venture, parceria global concebida para incentivar empresas farmacêuticas a desenvolverem uma nova vacina antimalária. Organizações internacionais podem desempenhar importante papel, como é o caso da Unidade Global do Meio Ambiente ou da Rede de Empregos para a Jovens da ONU, Banco Mundial e OIT.

580. Várias outras redes têm sido criadas para o intercâmbio de informações e defesa de questões sociais, humanitárias, de desenvolvimento e de gênero. Muitas campanhas e movimentos da sociedade civil utilizaram eficazmente as possibilidades oferecidas pelas redes globais de forma bastante efetiva.¹¹² A Internet possibilita que redes descentralizadas de responsabilidade e solidariedade se desenvolvam em torno de diferentes projetos de mudança social. Para que essas redes funcionem e troquem informações em sociedades abertas e democráticas, a governança da própria Internet precisa permanecer aberta e democrática.

581. Várias vantagens têm sido reivindicadas por esses novos mecanismos: benefícios de ação rápida e não burocrática; capacidade de mobilizar diversos interlocutores e aptidões e uma abordagem baseada em resultados, já que enfocam questões específicas. Por outro lado, em muitos casos, essa abordagem restringe a participação a um número seletivo de interlocutores, levanta questões de responsabilidade e representação das partes interessadas e corre o risco de ser tecnocrata. Para ajudar a reduzir esses problemas deve haver melhor coordenação entre essas redes globais e organizações internacionais, mantendo-se o espírito empreendedor e de experimentação.

582. A experiência sugere que a criação de novas e grandes instituições no âmbito do sistema das Nações Unidas ou mesmo a ampla reforma e melhoria de instituições existentes, como o ECOSOC e os sistemas de votação das instituições de Bretton Woods, é difícil e pode demorar. Por outro lado, redes globais provavelmente se multiplicarão como resultado da própria globalização e precisamos contar com elas para conseguir novas e promissoras formas de governança. O importante, porém, é continuar a buscar possibilidades politicamente viáveis de reforma institucional. É possível avançar muito, como o demonstrou recentemente a criação do Tribunal Penal Internacional.

¹¹⁰ Ver: Ngaire Woods, “Global Governance and the Role of Institutions”, em Held e A McGrew (eds.): *Governing Globalization* (Cambridge, Reino Unido, Polity Press, 2002); e Bob Beacon, Eeva Ollila, Meri Koivusalo e Paul Stubbs: *Global Social Governance: Theme and Prospects*, Série de Elementos para Discussão, Ministério das Relações Exteriores da Finlândia, Departamento de Cooperação para o Desenvolvimento Internacional (Helsinque, 2003).

¹¹¹ Ver Jeremy Heimans: *Reforming Global Economic and Social Governance: A Critical Review of Recent Programmatic Thinking*, documento de apoio preparado para a Comissão Mundial (Genebra, 2003).

¹¹² Por exemplo, a *Third World Network* (Rede do Terceiro Mundo), que contribui significativamente para o debate e a informação sobre a reforma do sistema de comércio global. Veja: www.twinside.org.sg.

IV. MOBILIZANDO AÇÕES PARA A MUDANÇA

Introdução

Acompanhamento no âmbito nacional

Sistema multilateral

Melhor desenvolvimento de políticas

Apoio à pesquisa

Apoio institucional



IV. MOBILIZANDO AÇÕES PARA A MUDANÇA

Introdução

Acompanhamento no âmbito nacional

Sistema multilateral

Melhor desenvolvimento de políticas

Apoio à pesquisa

Apoio institucional

Introdução

583. Uma variedade de vozes está fazendo pressão para mudança no atual processo de globalização. As recomendações de amplo alcance nas seções anteriores são uma resposta a essa demanda. Mas, não há garantia de ação coerente sem acompanhamento sistemático das recomendações que fazemos. Propomos ação para envolver o compromisso e o envolvimento sustentado de interlocutores governamentais e não governamentais. Em todos os casos visualizamos um papel central para o sistema multilateral das Nações Unidas no processo de incentivar o acompanhamento em geral.

584. O acompanhamento deve ser tanto nacional quanto internacional. Muito pode ser feito por governos nacionais e interlocutores nacionais não governamentais. Baseados em nossa experiência de diálogos nacionais, apresentamos abaixo uma proposta específica para aumentar o intercâmbio e a interação entre os diferentes grupos em países envolvidos com questões de globalização.

585. A natureza da globalização nos impõe ver além dos processos intergovernamentais e dos Estados-nação, para envolver novos interlocutores e novas forças que possam ajudar a encontrar soluções. Precisamos da energia, da criatividade e do alcance das muitas redes de interlocutores não governamentais já em atividade, envolvendo empresas e a sociedade civil.¹¹³ Precisamos adaptar instituições internacionais às realidades da nova era. Isso significa formar coalizões para mudança, muitas vezes com parceiros que estão muito além da esfera burocrática.

586. Convidamos governos, parlamentos, organizações internacionais e outros interlocutores relevantes, como a Confederação Internacional de Sindicatos Livres (ICFTU), a Confederação Mundial do Trabalho (WCL) e ongs relevantes a examinarem e, quando for o caso, agirem de acordo com nossas recomendações para a melhoria da governan-

¹¹³ Muitos aspectos da globalização já estão sendo examinados em diferentes fóruns, como o Fórum Econômico Mundial e o Fórum Social Mundial. Além disso, muitos projetos inovadores estão sendo realizados, como o Fórum Internacional de Globalização, a Iniciativa de Globalização Ética, a Iniciativa do Painel de Interessados Globais em Globalização e Governança Global e a Comissão sobre Globalização do Fórum sobre o Estado do Mundo.

Novos
interlocutores
e novas forças
para ajudar a
encontrar soluções

ça nacional e global e para assegurar maior coerência nas políticas relacionadas com a globalização. Acolhemos com satisfação o Processo de Helsinque sobre Globalização e Democracia e contamos com ele para o aprofundamento do diálogo sobre algumas de nossas recomendações fundamentais.

587. Fizemos muitas recomendações, mas o compromisso é fundamental. Os valores e princípios que guiam a globalização, que destacamos em nossa visão, proporcionam a base para um compromisso geral com um processo justo e inclusivo de globalização. Convidamos todos os interlocutores sociais mencionados neste Relatório a se inspirarem nesses valores e princípios na sua própria conduta e atividade, bem como nos relacionamentos e regras que regem o processo de globalização.

588. No nível internacional, vemos ações de acompanhamento sendo realizadas em duas fases. A primeira teria o objetivo de construir e difundir ampla conscientização e apoio a propostas e objetivos. A segunda iniciaria ações de mudança no processo de globalização atual, de acordo com as recomendações políticas neste Relatório.

Fase um:
construindo
conscientização
e apoio

589. Como parte da primeira fase da ação instamos todos os interlocutores da comunidade global a utilizar este Relatório como base para discussão e análise; a considerar suas propostas políticas; a aceitar suas recomendações e a desenvolver planos de promoção e ação. Em nosso trabalho, tentamos passar do confronto ao diálogo. Esperamos que este Relatório constitua uma plataforma na qual se possa construir um consenso para as ações corretivas que se fazem necessárias.

590. Nosso Relatório será submetido, em primeiro lugar, ao Conselho de Administração da OIT que criou a Comissão. Ao mesmo tempo, tendo em vista seu amplo alcance, será submetido ao Secretário-Geral das Nações Unidas e apresentado a todos os chefes de estado e de governo na ocasião da 59a Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas. O Relatório será também apresentado a outros grupos e órgãos intergovernamentais, inclusive o ECOSOC, às diretorias executivas das IFIs, à OMC, às comissões econômicas regionais das Nações Unidas, à União Européia, à União Africana, à Liga Árabe, à Organização dos Estados Americanos, à Associação de Nações do Sudeste Asiático, à Associação de Cooperação Regional do Sul da Ásia, ao Grupo dos 77 (G77) e ao G8. Pretendemos também apresentar o Relatório aos principais interlocutores da comunidade global, como organizações de trabalhadores e de empregadores, associações empresariais, parlamentares e governos locais, ongs, instituições acadêmicas e fundações, associações profissionais e de consumidores, grupos religiosos, conselhos econômicos e sociais, partidos políticos e movimentos sociais. Instamos todos esses fóruns a debater nossas recomendações e a considerar adequadas ações de acompanhamento em suas próprias esferas de responsabilidade.

591. Evidentemente, o cumprimento dos compromissos assumidos nas conferências das Nações Unidas nos anos 90 e na Declaração da Cúpula do Milênio ajudaria muito a alcançar os objetivos propostos neste Relatório. Os detentores de poder decisório nos governos, em parlamentos, empresas e organizações internacionais terão que assumir suas responsabilidades.

592. Muitas de nossas recomendações podem ser aplicadas com resultados justos e equilibrados nas atuais negociações em estruturas multilaterais existentes. Outras, no entanto, envolvem a tarefa mais complicada de criar novas estruturas e iniciativas de políticas. Concentrar-nos-emos, a seguir, nesse último grupo de recomendações.

593. A segunda fase da ação de acompanhamento será baseada em uma estratégia de mais coerência política e mais desenvolvimento de políticas. Isso consistirá de vários elementos. Primeiro, propomos que sejam iniciadas, em nível nacional, ações de estudo e acompanhamento de nossas recomendações sobre políticas locais, nacionais e regionais. Segundo, propomos também que sejam tomadas medidas imediatas para o lançamento de iniciativas que aumentem a coerência nas políticas dentro do sistema multilateral e

Fase dois: mais
coerência nas
políticas e mais
desenvolvimento
de políticas

fazemos uma proposta específica acerca desse assunto. Terceiro, propomos um processo para o desenvolvimento de políticas específicas para a implementação das principais recomendações, com o envolvimento de todos os interessados. Quarto, recomendamos a criação de um Fórum de Políticas de Globalização envolvendo organizações internacionais interessadas. Quinto, propomos pesquisa mais sistemática para proporcionar insumos técnicos essenciais em apoio a esse processo e, de maneira mais geral, para fortalecer a base do conhecimento sobre a dimensão social da globalização.

Acompanhamento no âmbito nacional

594. Uma parte fundamental do acompanhamento de nossas recomendações deve ocorrer no âmbito nacional. Convidamos todos os governos e interlocutores não governamentais a examinar o amplo conjunto de recomendações que fizemos na Seção III.1 do Relatório a respeito de políticas locais, nacionais e regionais que permitam aos países se beneficiarem mais da globalização e assegurem que esses benefícios se estendam a todas as pessoas. Chamamos especial atenção para a importância do fortalecimento da governança nacional, do aumento da coerência nas políticas de governança global, da adoção do objetivo de trabalho decente para todos como um objetivo central das políticas e do diálogo social no processo de formulação de políticas.

É essencial
um diálogo de
base ampla

595. Os diálogos nacionais organizados pela Comissão criaram novas oportunidades de intercâmbio e interação entre diversos grupos envolvidos com a globalização. Demonstraram o valor da análise e aprofundamento de intercâmbios entre diferentes interlocutores no nível nacional. O amplo diálogo com vista à conciliação de diferenças de perspectivas e interesses é um passo fundamental para chegar à coesão social que é essencial para a melhoria da capacidade dos países de defenderem seus legítimos interesses nacionais.

596. Por isso, convidamos governos e outros interlocutores a levar adiante esse diálogo, à luz das recomendações do nosso Relatório. Solicitamos os governos a pensar em mecanismos apropriados para esse propósito, utilizando facilidades existentes ou criando novas plataformas públicas, como comissões nacionais sobre a dimensão social da globalização. Isso uniria diversos interlocutores na proposição de questões preocupantes e ajudaria a aumentar a compreensão do impacto da globalização sobre pessoas e comunidades. Os diálogos teriam por objetivo identificar problemas, divulgar informação, partilhar boas práticas e considerar respostas alternativas de políticas. Os resultados desses intercâmbios deveriam alimentar o trabalho das agências multilaterais no âmbito do país, conforme abaixo proposto. É essencial apoiar esses diálogos nacionais fortalecendo programas e redes nacionais de pesquisa sobre a dimensão social da globalização. Será também conveniente apoiar o funcionamento em rede dessas comissões nacionais, como meio de aprendizado a partir de diferentes experiências de respostas de políticas à globalização.

Sistema multilateral

597. O sistema multilateral do sistema das Nações Unidas, o Banco Mundial, o FMI e a OMC têm manifesta responsabilidade de levar adiante a realização do objetivo da Declaração do Milênio de “fazer da globalização uma força positiva para as pessoas do mundo”. Isso nada mais é que o indiscutível desafio do século XXI e deve ser o tema unificador de suas atividades.

598. O objetivo de toda reforma do sistema multilateral deve ser torná-lo mais democrático, participativo, transparente e responsável. Essa reforma é essencial para a realização de nossa visão de um processo de globalização mais justo e mais inclusivo.

Reforma do sistema
multilateral para torná-
lo mais democrático,
participativo, transparente
e responsável

599. Embora não consideremos neste Relatório que as ações com referência às recomendações devam estar restritas às organizações do sistema multilateral, acreditamos que muitas devem ser nelas centradas. Importantes projetos sobre a globalização já existem nas Nações Unidas, em seus fundos, programas e organismos especializados.¹¹⁴

600. Além de seu apoio direto ao seguimento deste Relatório, convidamos os órgãos dirigentes das organizações internacionais pertinentes a considerarem como irão incluir nossas recomendações no desenvolvimento dos seus próprios programas. Isso ajudaria a oferecer a base necessária para a mudança das regras e direcionar as políticas para uma globalização mais justa e mais democraticamente conduzida.

601. Mas, para efetivamente levar a cabo esse papel crucial, o sistema multilateral precisa ser fortalecido. Um requisito fundamental é um renovado compromisso político com o multilateralismo. Todos os países têm que reconhecer seus interesses comuns com um sistema multilateral forte e eficiente que possa apoiar uma economia global justa, produtiva e sustentável, e seu compromisso com esse sistema.

602. Caminhar para uma globalização baseada em valores requer coerência de ação nos valores das diferentes organizações internacionais do sistema multilateral. Requer também promoção internacional mais eficiente e aplicação de valores universais. Como primeiro passo, todas as organizações internacionais devem cumprir suas missões respeitando os direitos humanos de forma consistente com suas obrigações no direito internacional. Segundo, convidamos todas as organizações do sistema multilateral, em particular a Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas e a OIT, a examinar seus atuais procedimentos e sistemas com vista à promoção e proteção dos princípios e dos direitos humanos universalmente aceitos, para melhor implementá-los na prática e melhorar o diálogo internacional sobre valores compartilhados.

Alcançando coerência política

603. Em princípio, há congruência entre os princípios e os objetivos fundamentais das principais organizações internacionais e, por isso, compartilham muitos objetivos. O direito internacional requer também que elas interpretem seus mandatos, tanto quanto possível, em harmonia com os mandatos de outras organizações internacionais e de acordo com os objetivos básicos que têm em comum. Todas devem, independente de diferenças de poder econômico e influência, exercer suas atribuições na prática de forma que não ponham seus membros em contradição com obrigações que também foram assumidas em outros instrumentos e tratados internacionais.

604. Na prática, o sistema multilateral tem tido baixo desempenho em termos de assegurar coerência entre políticas econômicas, financeiras, comerciais, ambientais e sociais para promover o desenvolvimento humano e o progresso social. Conforme já discutido, as regras internacionais têm privilegiado mais as medidas para a expansão do mercado do que as políticas econômicas e sociais para o alcance de um padrão de globalização que beneficie todos os países e todas as pessoas. Isso tem constituído uma reflexão sobre o maior poder econômico e influência das organizações que lidam com comércio e finanças em comparação com as que se ocupam de desenvolvimento e políticas sociais. Dessa forma, um aspecto fundamental para assegurar maior coerência com uma globalização mais justa e inclusiva é corrigir esses resultados desequilibrados.

605. Assegurar maior coerência política é responsabilidade não apenas das organizações do sistema multilateral, mas também de governos e parlamentos que supervisionam o trabalho delas. As organizações internacionais, sobretudo, precisam receber claro mandato político para maior coerência política.

¹¹⁴ Como FAO, OIT, FIDA, UNCTAD, PNUD, UNEP, UNESCO, UNIDO e OMS.

Revisões nacionais
regulares das
implicações
sociais de políticas
econômicas

606. Um importante meio de conseguir maior coerência nas políticas para corrigir o desequilíbrio entre objetivos sociais e políticas econômicas e de assim mudar o enfoque de mercados para pessoas está no nível nacional. Recomendamos a revisão nacional regular das implicações sociais de políticas econômicas, financeiras e comerciais. O FMI e a OMC conduzem revisões regulares dessas políticas, mas enfocam questões relacionadas com suas respectivas atribuições. Há clara necessidade de revisões que considerem as implicações dessas políticas para trabalho decente, desigualdade de gênero, educação, saúde e desenvolvimento social. Devem ter como objetivo ampliar o espaço para a promoção de políticas que promovam o desenvolvimento social nas políticas nacionais. Essas revisões devem ser feitas pela OIT¹¹⁵ e outras organizações do sistema internacional com missão que inclua questões sociais, como o PNUD e organismos especializados das Nações Unidas. É indispensável transferir para o plano nacional toda a responsabilidade do processo. No que diz respeito a emprego, a Convenção da OIT sobre Políticas de Emprego representa um marco de referência que poderia ser usado como base de uma abordagem global.

Iniciativas de
coerência nas políticas
necessárias para
solução de questões
fundamentais

607. No âmbito internacional, propomos que uma nova ferramenta operacional seja sistematicamente desenvolvida para melhorar a qualidade da coordenação política entre as organizações internacionais sobre questões nas quais a implementação de seus mandatos coincide e suas políticas interagem. Isso corrigiria o desequilíbrio entre políticas econômicas e sociais, eliminaria o prejuízo causado por sobreposições de políticas e utilizaria a sinergia de políticas complementares.

608. Recomendamos que Iniciativas de Coerência Política (ICP) sejam adotadas por organizações pertinentes em questões fundamentais da dimensão social da globalização. O objetivo seria desenvolver gradualmente propostas integradas de políticas que equilibrassem preocupações econômicas, sociais e de desenvolvimento em questões específicas.¹¹⁶

609. Convidamos todos os executivos do sistema multilateral a considerarem questões para iniciativas de coerência política com outros organismos nas quais consideram que, trabalhando juntos, podem contribuir para uma globalização mais justa e inclusiva. Muitas questões prioritárias de natureza intersetorial poderiam ser consideradas imediatamente. Essas incluiriam criação de empregos e redução da pobreza, desigualdade de gênero e capacitação das mulheres, integração da economia informal na economia formal, proteção de direitos fundamentais no trabalho, educação, saúde, segurança alimentar e assentamento de pessoas.

610. Os executivos dos organismos poderiam colaborar com outras organizações em questões que considerem apropriadas para Iniciativas de Coerência Política (ICP) e definir, em cada caso, o melhor método de trabalho conjunto. Os entendimentos alcançados a respeito de políticas equilibradas para obter resultados mais equitativos seriam levados à atenção de suas diretorias ou órgãos diretores para considerações e ações. O corpo diretor das Nações Unidas, liderada pelo Secretário-Geral, e o Conselho Econômico e Social seriam informados sobre a evolução dessas iniciativas. Essa abordagem melhoraria significativamente a qualidade da formulação de políticas, ao tempo em que utilizaria uma metodologia flexível e de aplicação pragmática.

Crescimento global,
investimento e
criação de empregos

611. Em primeiro lugar, convidamos os executivos dos órgãos pertinentes das Nações Unidas, o Banco Mundial, o FMI, a OMC e a OIT a tratarem a questão do crescimento global, investimento e criação de empregos por meio de uma Iniciativa de Coerência

¹¹⁵ Conforme mencionado no parágrafo 508 acima, a OIT já tem um mandato constitucional explícito de supervisionar as implicações sociais da política econômica internacional.

¹¹⁶ Já estão sendo desenvolvidos esforços com vista a abordagens integradas de políticas, envolvendo a UNAIDS, acompanhamento em todo o sistema das MDMs e o recém-criado Grupo de Migração, de Genebra.

Política (ICP). Tendo em vista as questões abordadas no Relatório, consideramos essa matéria como da mais alta prioridade. As instituições envolvidas poderiam contribuir de forma significativa tratando dessa grande preocupação de governos, empresas, trabalhadores, sociedade civil e pessoas em todo o mundo. Essa iniciativa atenderia a uma grande demanda política em todos os países e demonstraria a capacidade das instituições envolvidas de estabelecer maneiras novas e cooperativas de encontrarem soluções nessa área crítica.

Melhor desenvolvimento de políticas

612. O acompanhamento também requer um processo de transformação das recomendações específicas em políticas operacionais, à luz dos pontos de vista e interesses dos mais diretamente afetados por elas.

613. Sugerimos que nossas propostas sejam consideradas e desenvolvidas mais profundamente por meio de uma série de diálogos sobre desenvolvimento de políticas. Os diálogos criariam espaço para comunicação e intercâmbio entre os interlocutores envolvidos. Seriam destinados a produzir acordos em propostas específicas de políticas e sua concreta aplicação em médio e longo prazo. Podem também servir para iniciar ou aprofundar discussões sobre importantes questões de políticas que até o momento têm recebido relativamente pouca atenção.

Diálogos sobre desenvolvimento de políticas

614. Esses diálogos envolveriam administradores, políticos, parlamentares, empresas, sociedade civil, trabalhadores e outros grupos sub-representados em estruturas formais de governança. Trariam assim para o processo pessoas que possuem muito conhecimento especializado em áreas relevantes, pessoas cujos interesses estão em jogo e as responsáveis pela implementação da mudança.

615. A natureza de cada diálogo, sua agenda e participantes poderiam variar, dependendo do estágio do debate e do assunto envolvido.

616. Esses diálogos de política poderiam incluir as seguintes áreas:

- Construção de uma estrutura multilateral para a circulação de pessoas através de fronteiras. Um processo é proposto nos parágrafos 440-44. O Secretariado das Nações Unidas, a OIT, a Organização Internacional para Migração, o Escritório do Alto Comissariado para Direitos Humanos, a UNCTAD e o Escritório das Nações Unidas contra as Drogas e o Crime deveriam ser envolvidos.
- Responsabilidade social das empresas por uma globalização mais justa. Foi proposto no parágrafo 557 que a OIT organizasse um fórum sobre essa questão. A Organização Internacional de Empregadores e a Confederação Internacional dos Sindicatos Livres devem desempenhar importante papel.
- Criação de uma estrutura para investimento estrangeiro direto (IED) que equilibre direitos e responsabilidades de investidores (nacionais e internacionais) e países emprestadores e prestatários, levando-se em consideração o impacto social (parágrafo 399). Isso envolveria todas as organizações internacionais relevantes e asseguraria a representação de todos os interesses.
- Globalização, ajuste e proteção social (parágrafos 490-91). Esse diálogo construiria uma agenda de políticas que visassem fortalecer a proteção social na economia global. Envolveria o PNUD, o Banco Mundial, a OMC, o FMI e a OIT, entre outros.
- Construção de capacitação global em educação e qualificações para a tecnologia da informação com vista à ampliação dos benefícios da globalização (parágrafo 487). Construção sobre a iniciativa “Educação para Todos” e sobre os resultados da Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação, que deve ser conduzido pela UNESCO e pelo Banco Mundial, além de envolver a União Internacional de Telecomunicações (UIT), o PNUD e outros.

- Contribuição da integração regional e sub-regional para uma globalização mais justa (parágrafos 333-34). Isso envolveria os secretariados das organizações regionais envolvidas, juntamente com as comissões econômicas regionais das Nações Unidas, assembléias legislativas regionais, bancos regionais de desenvolvimento e outros órgãos regionais, assim como organizações internacionais pertinentes.
- Igualdade de gênero como instrumento para uma globalização mais inclusiva, reunindo as Nações Unidas, o Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para as Mulheres (UNIFEM) e outros interlocutores pertinentes.

617. Solicitamos organizações internacionais a promoverem esses diálogos, e para eles contribuírem, sobre assuntos que se incluam em seus respectivos mandatos.

618. Além desses diálogos em torno de políticas, acreditamos haver necessidade de uma plataforma mais ampla de intercâmbio de idéias entre pessoas com diferentes pontos de vista a respeito da globalização. Nossa experiência como Comissão tem nos convencido de que esse intercâmbio é muito proveitoso. Como membros individuais da Comissão, refletimos pontos de vista de diferentes partes do mundo, de empresas e do trabalho, como formuladores de políticas e parlamentares, da sociedade civil e do mundo acadêmico. Descobrimos que o diálogo a respeito dos nossos pontos de vista enriquece nosso entendimento, até mesmo quando – como é inevitável algumas vezes – discordamos. É um passo essencial para se chegar a uma causa comum e a caminhos a seguir. Da mesma forma, nossas consultas nacionais e regionais têm demonstrado o valor do diálogo na promoção de um intercâmbio mais amplo e de entendimento mútuo, assim como na identificação de possíveis ações de interesse comum de diferentes interlocutores sociais.

Proposta de
criação de um
Fórum de Políticas
de Globalização
envolvendo
organizações
internacionais
interessadas

619. Por essa razão, recomendamos a criação de um Fórum de Políticas de Globalização entre as organizações internacionais interessadas, como parte de um esforço sustentado para tornar o diálogo em torno de diferentes pontos de vista a base de uma globalização mais justa. O Fórum discutiria questões fundamentais pertinentes à dimensão social da globalização.

620. O papel do Fórum seria o de mobilizar o esforço coletivo do sistema multilateral para criar uma plataforma para diálogos entre os multi-interlocutores e criar apoio público a propostas advindas desses diálogos. Esse Fórum seria um espaço para unir as agências do sistema multilateral, em particular as Nações Unidas e seus organismos especializados, com outras organizações, grupos e indivíduos envolvidos com a dimensão social da globalização. Faria avaliações regulares do impacto social de desenvolvimentos e políticas na economia global. Além disso, utilizaria o conhecimento, recursos e pontos de vista de todas as organizações participantes no monitoramento de tendências do impacto social da globalização e na análise de questões fundamentais.

621. Acreditamos que, à luz da experiência da Comissão Mundial sobre a Dimensão Social da Globalização, a OIT deve tomar a iniciativa de seguir essa recomendação em cooperação com organizações internacionais interessadas.

622. Instituições participantes poderiam também dar uma importante contribuição com a preparação regular de um “Relatório sobre o Estado da Globalização”, que refletisse a experiência e os pontos de vista de seus diferentes públicos.

Apoio à pesquisa

623. As ações acima propostas com relação à dimensão social da globalização precisam ser fundamentadas em informações de melhor qualidade a respeito das tendências da globalização e seu impacto nas pessoas e comunidades, assim como em aprofundadas análises das políticas internacionais sobre questões fundamentais. Precisamos utilizar

múltiplas fontes e conhecimento especializado de todas as regiões do mundo. O desenvolvimento do conhecimento é essencial para fazer da globalização uma força positiva para as pessoas em todo o mundo e para apoiar propostas específicas que fizemos para esse fim. Melhores métodos de avaliação e supervisão e mais atentos a questões de gênero, pesquisa, revisões de políticas e relatórios sistemáticos são necessários para mobilizar a opinião pública e dirigir a ação.

Melhores monitoramento e avaliação

624. Só se pode medir o que está feito. Precisamos muito de uma base de conhecimento mais sólido e atualizado sobre a globalização. Embora já exista informação geral a respeito de muitas dimensões econômicas da globalização, como comércio, circulação de pessoas e fluxo de capital, essas informações são incompletas. Elas precisam ser ampliadas e reforçadas com melhor informação a respeito de assuntos que, até o momento, não estão sendo tratados de forma adequada, como sistemas globais de produção e suas redes de fornecedores, acesso à tecnologia e sua difusão e as crescentes redes internacionais de pessoas e organizações. Há também necessidade de informações confiáveis e regulares, separadas por gênero, sobre o impacto social da globalização e sobre a distribuição de seus benefícios. Esse trabalho deve aproveitar e ligar uma ampla variedade de tentativas já existentes de melhorar a avaliação do progresso. Precisamos também de informações de melhor qualidade, mais confiáveis e sistemáticas sobre atitudes e reações das pessoas face a importantes questões relacionadas com a globalização. O objetivo deve ser oferecer novas ferramentas de pesquisa e para levantamento de dados que possam responder a pergunta: como a globalização pode atender às necessidades e aspirações das pessoas?

625. Em todas essas áreas há necessidade de pôr em comum o trabalho de órgãos de estatística e de observatórios do mundo inteiro que coletam e reúnem informações sobre esses tópicos e promovem trabalho em rede e intercâmbio.

Programas de pesquisa mais sistemáticos

626. O trabalho da Comissão Mundial revelou a necessidade de mais informação e de melhor análise de dimensão social da globalização. Há também premente necessidade de revisões aprofundadas das questões fundamentais de política.

627. Em quase todos os países, uma ou mais instituições de pesquisa estão empenhadas em pesquisa de vários aspectos da globalização.¹¹⁷ Em vez de reproduzir esforços já existentes, encorajamos essas instituições e redes a colaborarem e investirem em um esforço de pesquisa comum de amplas bases sobre a dimensão social da globalização, envolvendo o sistema multilateral e ongs. Acreditamos que redes de instituições nacionais, regionais e globais podem atingir a capacitação necessária para tratar dos diferentes aspectos da dimensão social da globalização de maneira coerente e multidisciplinar. Por exemplo, um aspecto essencial é o desenvolvimento de uma base socioeconômica no nível nacional no contexto da economia global.

628. As principais organizações multilaterais devem desenvolver programas comuns de pesquisa sobre as principais questões. A UNCTAD, a OMC e a OIT devem criar um

Necessidade de uma base de conhecimento mais sólido e atualizado sobre a globalização...

...e para revisões aprofundadas de questões fundamentais de políticas

Organizações multilaterais devem desenvolver programas comuns de pesquisa

¹¹⁷ Muitas são especializadas no assunto, como o *Yale Center for the Study of Globalization* (Centro para o Estudo da Globalização de Yale) e a *London School of Economics Centre for the Study of Global Governance* (Centro para o Estudo da Governança Global da Escola de Economia de Londres). Muitas instituições são membros de redes regionais como o Conselho para o Desenvolvimento de Pesquisa em Ciências Sociais na África (CODESRIA) em Dacar, o Fórum de Pesquisa Econômica dos Países Árabes, no Cairo, a CLACSO em Buenos Aires e redes similares em outras regiões. Outras fazem parte de redes globais, como a Rede Global para o Desenvolvimento, ou participam de projetos globais, como as do Instituto Mundial para a Economia e Pesquisa do Desenvolvimento da Universidade das Nações Unidas (UNU-WIDER) em Helsínque, o Instituto Internacional de Estudos do Trabalho (UNSRID) e o Centro-Sul em Genebra.

programa conjunto de pesquisa para examinar objetivamente o impacto de desenvolvimentos comerciais sobre a quantidade e a qualidade do emprego e as implicações desse impacto com relação a gênero. Semelhantes programas interorganizacionais deveriam ser desenvolvidos para examinar mudanças significativas nas políticas de financiamento e desenvolvimento e para encontrar maneiras de reforçar vínculos positivos entre direitos, emprego e desenvolvimento.

629. Além dos diálogos para o desenvolvimento de políticas, recomendamos também apoio a forças-tarefa multidisciplinares existentes e a fóruns de políticas que reúnem redes de pesquisadores, formuladores de políticas e sociedade civil, para identificar opções viáveis nesses domínios e em outros. Isso pode contribuir para o objetivo de coerência nas políticas. Várias iniciativas existentes podem ser a base desse esforço. Além disso, uma conferência e uma revista acadêmica regulares sobre a dimensão social da globalização ajudariam também a manter um debate intelectual aberto e abririam um caminho para a publicação regular de pesquisa empírica. Há importante justificativa para que isso seja desenvolvido numa base regional, para assegurar que todas as regiões do mundo possam envolver-se em iniciativas dessa natureza.

Apoio institucional

630. Convidamos a OIT e outras organizações interessadas a prestarem assistência operacional ao acompanhamento geral desse Relatório. Evidentemente, as instituições envolvidas precisarão mobilizar recursos orçamentários extraordinários para implementar muitas dessas iniciativas. Tendo em vista o substancial empenho da comunidade internacional na realização de uma globalização mais justa, esperamos que países doadores e outras instituições financiadoras apóiem esse esforço.

631. Reconhecemos que um ativo acompanhamento por parte dos membros da Comissão é necessário para se alcançarem resultados tangíveis. Iremos monitorar as reações a esse Relatório, apoiar campanhas e debates, e ainda promover ações políticas em diferentes fóruns. Vamos continuar empenhados em levar adiante nossas recomendações.

632. Conforme mencionamos no início, nossa mensagem é crítica mas positiva. Buscamos refletir os valores e as aspirações de todas as pessoas por uma globalização justa: que respeite a diversidade de necessidades e perspectivas e ofereça mais oportunidades para todos.

Transformando
o compromisso
em ação

633. A tarefa que temos pela frente é a de gerar vontade política que possa transformar o compromisso em ação. O progresso requer intercâmbio mais aberto e melhor qualidade de diálogo entre todos os envolvidos. Sugerimos novas iniciativas que atendam às necessidades atuais de melhor governança da globalização, tanto entre países como dentro de cada um deles. Elas se baseiam na conscientização a respeito da crescente interação e interdependência e se inspiram no sentimento de solidariedade.

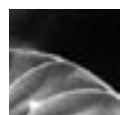
634. Nossas propostas pedem participação mais ampla das pessoas e países na formulação de políticas que os afetem. Exigem que as pessoas com a capacidade e poder de decisão – em governos, parlamentos, empresas, força de trabalho, sociedade civil e organizações internacionais – assumam sua responsabilidade comum na promoção de uma comunidade global livre, eqüitativa e produtiva.

ANEXOS

Anexo 1: Guia para propostas e recomendações

Anexo 2: Comissão Mundial: histórico e composição

Anexo 3: Reuniões, consultas e pesquisa da Comissão



Anexo 1: Guia para propostas e recomendações

Este anexo resume as principais propostas e recomendações sobre políticas do Relatório, indicando os número dos parágrafos pertinentes.

Para atingir uma globalização justa, é necessário a melhoria da governança em todos os níveis: local, nacional, regional e global.

Governança nacional

Políticas, instituições e ações nas nações são fundamentais para determinar se os países, e todas as pessoas nesses países, se beneficiam da globalização. Dessa forma, nossas propostas partem do nível nacional e local. Reconhecendo que as políticas devem atender às necessidades e condições específicas de cada país, as prioridades centrais incluem:

1. Boa governança nacional, desenvolvida a partir de um sistema político democrático, respeito pelos direitos humanos e igualdade de gênero, equidade social e estado de direito. Deve haver instituições para representação de todos os interesses e para o diálogo social (238-245).
2. Papel efetivo do Estado na provisão de bens públicos essenciais e de proteção social adequada, aumento das capacidades e oportunidades para todas as pessoas e melhoria da competitividade econômica (249-251, 255-259, 269-277).
3. Instituições confiáveis para apoiar e monitorar mercados; gestão prudente do processo de integração na economia global e políticas macroeconômicas para atingir crescimento elevado e estável (247-248, 251-254).
4. Políticas e reformas institucionais para integrar a economia informal à economia central, por meio de políticas que aumentem a produtividade, a renda e a proteção e assegurem estruturas jurídicas e institucionais para os direitos de propriedade e trabalhistas, bem como para o desenvolvimento empresarial (261-268).
5. Fazer do trabalho decente objetivo fundamental da política econômica, priorizando a criação de empregos, protegendo os direitos fundamentais no trabalho, fortalecendo a proteção social e promovendo o diálogo. As políticas devem ser sensíveis à questão de gênero e baseadas em um novo contrato social que reflita os interesses tanto de empregadores como de trabalhadores (278-289).

6. Preparar as bases para o desenvolvimento sustentável por meio do estímulo à adoção de tecnologias corretas pelas empresas, e da gestão sustentável dos recursos naturais por parte das comunidades (290-292).
7. Fortalecer comunidades locais com a transferência de autoridade e de recursos, de acordo com o princípio de subsidiaridade; fortalecer capacidades econômicas locais e reconhecer a necessidade do respeito à cultura e à identidade, assim como aos direitos de povos indígenas e tribais (293-312).
8. Aproveitar todos os benefícios potenciais da ação cooperativa em nível regional, incluindo a contribuição de instituições regionais para a governança global e assegurando que objetivos sociais se reflitam adequadamente no processo de integração econômica e política regional (313-334).
9. Coerência entre políticas nacionais e interesses globais. Todos os estados devem ser interlocutores responsáveis na governança global, levando em consideração os impactos externos das políticas nacionais (243, 260, 541).

Governança global

Em nível global, o sistema de governança atual é baseado em regras e políticas que geram desequilíbrio e, freqüentemente, resultados injustos. A governança global precisa sofrer reformas nas seguintes áreas:

Regras Justas

As regras da economia global devem visar a melhoria dos direitos, meios de vida, segurança e oportunidades de pessoas, famílias e comunidades em todo o mundo. Isso inclui regras justas para o comércio, finanças e investimentos, medidas para fortalecer o respeito pelas normas trabalhistas fundamentais e um marco de referência coerente para a circulação de pessoas através de fronteiras.

O sistema de comércio multilateral e o sistema financeiro internacional devem permitir mais espaço para a autonomia das políticas em países em desenvolvimento, de forma que lhes permitam acelerar seu crescimento em um ambiente econômico aberto (361-367).

i) Comércio

1. Barreiras injustas ao acesso a mercados devem ser substancialmente reduzidas, sobretudo para bens nos quais países em desenvolvimento têm forte e relativa vantagem. Na agricultura, novos créditos e subsídios de exportação e medidas nacionais que distorcem o comércio devem ser proibidos, e os existentes devem ser rápida e gradualmente retirados. Obstáculos comerciais na área dos têxteis e de vestuário precisam também ser corrigidos. Ao mesmo tempo, os governos têm a responsabilidade de criar políticas de segurança dos trabalhadores e de reestruturação industrial, tanto em países desenvolvidos quanto em países em desenvolvimento (369-379).
2. O estabelecimento de normas técnicas para bens comercializados deve dar-se de maneira objetiva e participativa e os países em desenvolvimento devem receber mais assistência para melhorar os padrões de qualidade de seus produtos. É importante também impedir o abuso de medidas *antidumping* e assegurar que países em desenvolvimento tenham o apoio técnico nessas questões (380-382).
3. Mais acesso a mercados não é uma panacéia. É essencial uma estratégia mais equilibrada de crescimento global sustentável e de pleno emprego, baseada em uma divisão equitativa da responsabilidade entre os países pela manutenção de altos níveis de demanda efetiva na economia global (372).

4. Regras justas para a propriedade intelectual devem equilibrar os interesses de produtores e usuários de tecnologia, sobretudo em países de baixa renda, para os quais o acesso a conhecimento e tecnologia é limitado (383).
5. Regras globais também precisam reconhecer melhor a necessidade de ações afirmativas a favor de países que não têm as mesmas competências que aqueles que se desenvolveram mais cedo e, nesse sentido, as disposições da OMC sobre Tratamento Especial e Diferenciado precisam ser significativamente fortalecidas (369, 385-386).

ii) Sistemas globais de produção

Há necessidade de uma estrutura mais consistente e coerente para investimento estrangeiro direto e de políticas de concorrência que equilibrem todos os interesses, direitos e responsabilidades.

1. É preciso melhorar o diálogo e a cooperação nas políticas internacionais de concorrência para tornar os mercados globais mais transparentes e competitivos. Entre outros benefícios, isso facilitaria a entrada de empresas de países em desenvolvimento em sistemas globais de produção (390-393).
2. É necessário uma estrutura mais transparente, coerente e equilibrada para marco de referência equilibrado de investimento estrangeiro direto, que reflita todos os interesses, reduza problemas de incentivo à concorrência e fortaleça a contribuição do investimento estrangeiro direto para o desenvolvimento equitativo. É preciso intensificar esforços para se chegar a um fórum multilateral acordado para criar essa estrutura (394-399).

iii) Sistema financeiro internacional

Os ganhos nas áreas do comércio e IED não podem ser plenamente aproveitados sem um sistema financeiro internacional significativamente melhorado. Ele deve apoiar o crescimento global sustentável e melhorar os termos de integração de países pobres à economia global.

1. É necessário um esforço determinado para assegurar que haja maior participação de países em desenvolvimento no processo de reforma do sistema financeiro internacional (405-407).
2. É imperativo acelerar o processo com vista à redução do problema de volatilidade e contágio financeiros em mercados emergentes. É preciso agir rapidamente para assegurar o aumento de financiamento de emergência em tempos de crise e que esteja disponível para países que enfrentam contágio financeiro (411).
3. Regras e políticas financeiras globais devem permitir que os países em desenvolvimento com sistemas financeiros pouco desenvolvidos e inadequadamente regulados adotem uma abordagem cautelosa e gradual com relação à liberalização de contas de capital e tenham maior espaço para políticas de ajuste que minimizem os custos sociais (408-409, 413).
4. É preciso intensificar esforços para criar mecanismos mais eficientes para a justa atribuição de responsabilidades e encargos entre devedores e financiadores (412).

iv) O trabalho na economia global

Regras econômicas do jogo mais justas precisam ser complementadas por mais respeito às normas fundamentais de trabalho e por regras justas para a movimentação de pessoas através de fronteiras.

1. A capacidade da OIT de promover o respeito às normas fundamentais do trabalho deve ser reforçada. Todas as organizações internacionais pertinentes devem assumir sua responsabilidade de promover essas normas e assegurar que suas políticas e programas não impeçam sua realização (426).

2. Medidas devem ser tomadas para a criação de uma estrutura multilateral que ofereça regras justas e transparentes para a movimentação de pessoas através de fronteiras. Recomendamos uma abordagem sistemática que (a) amplie e revitalize compromissos multilaterais existentes em questões como os direitos e a proteção de trabalhadores migrantes e o tráfico de pessoas, especialmente de mulheres; (b) desenvolva abordagens comuns das principais questões políticas por meio de diálogo entre países de origem e destino; (c) busque criar uma estrutura global para um processo ordenado e gerido no interesse comum (433-444).
3. Faz-se necessário um fórum para o intercâmbio de pontos de vista e informações sobre a circulação de pessoas através de fronteiras, e organizações multilaterais que lidam com esse assunto devem ser fortalecidas (445-446).

Melhoria de políticas internacionais

Ação para o estabelecer regras mais justas deveria ser suplementada por políticas internacionais mais coerentes e equitativas.

1. Uma exigência básica é maior esforço de mobilização de recursos no nível internacional. O compromisso com a meta de 0,7% do PIB para a Assistência Oficial ao Desenvolvimento tem que ser respeitado. A eficiência da prestação de assistência deve ser melhorada (453-458).
2. O alívio da dívida deve ser acelerado e aprofundado (459-462).
3. Uma ampla gama de opções de fontes adicionais de financiamento deve ser ativamente considerada. Devem ser adicionais e não encaradas como substitutivo do compromisso de alcançar o objetivo de 0,7% de Assistência Oficial ao Desenvolvimento (4363-470).
4. O potencial de contribuições privadas voluntárias e de empreendimentos filantrópicos para a solidariedade global deve ser mais plenamente explorado (471-472).
5. Deve haver mais apoio a iniciativas de investimentos socialmente responsáveis para canalizar recursos para países de baixa renda (474-475).
6. A ação internacional é essencial para aumentar investimentos em educação e a capacidade tecnológica em países em desenvolvimento (482-487).
7. A ação internacional é necessária para apoiar sistemas nacionais de proteção social, de modo que assegure um nível mínimo de proteção social na economia global (488-491).
8. Há necessidade de um mecanismo mais eficiente de gestão macroeconômica global. Além da necessidade de gestão de fluxos financeiros e taxas de câmbio de curto prazo, a coordenação da política macroeconômica deve também visar o pleno emprego no longo prazo (410, 494-497).
9. Deveria haver ação mais intensa e diálogo social mais amplo para promover o trabalho decente em zonas de processamento de exportações e, de maneira mais geral, em sistemas globais de produção, e a OIT deve oferecer, quando necessário, assessoria e assistência aos envolvidos nesse diálogo (498-501, 563-566).
10. Trabalho decente para todos deve tornar-se um objetivo global e ser buscado por meio de políticas mais coerentes no sistema multilateral. Todas as organizações do sistema multilateral devem tratar de políticas econômicas e trabalhistas internacionais de maneira mais integrada e consistente (502-510).
11. Educação, saúde, direitos humanos, meio ambiente e igualdade de gênero são áreas que devem todas ser tratadas numa abordagem integrada a metas econômicas e sociais (511-514).

Instituições mais responsáveis

i) Sistema multilateral e interlocutores governamentais

Uma exigência fundamental para melhor governança global é a reforma do sistema multilateral para torná-lo mais democrático, transparente, responsável e coerente.

1. As instituições de Bretton Woods devem estabelecer um sistema mais justo de votação, dando mais representação a países em desenvolvimento (521-525).
2. Os métodos de trabalho e procedimentos de negociação na OMC precisam assegurar a plena e efetiva participação de todos os Estados-membros (527).
3. Todos os órgãos do sistema das Nações Unidas devem fortalecer suas unidades de avaliação, adotar políticas claras de abertura e publicar devidamente os resultados. Avaliações externas devem ser incentivadas e relatórios regulares sobre o acompanhamento devem ser feitos (529).
4. Solicitamos os chefes de estado e de governo a promoverem políticas coerentes em fóruns internacionais que enfoquem o bem-estar e a qualidade de vida das pessoas. O tema da obtenção de maior coerência nas políticas socioeconômicas internacionais também deve constar das agendas de reuniões de líderes políticos mundiais (532).
5. Devem ser seriamente consideradas propostas existentes de criação de um conselho de segurança econômica e social e um conselho global de governança global (530-531).
6. É preciso fortalecer a capacidade do ECOSOC de coordenação de políticas globais nas áreas econômica e social com aumento da sua representatividade, inclusive um comitê executivo em nível ministerial e interação interministerial de questões de políticas globais, assim como a adoção de novas formas de funcionamento (533-534).
7. Contribuições financeiras para as instituições multilaterais devem ser aumentadas, de modo que possam assumir maiores responsabilidades; isso deve ser combinado com maior eficiência e eficácia (536).
8. Todas as organizações, inclusive as organizações das Nações Unidas, precisam ser mais responsáveis perante o grande público com relação às políticas que perseguem. Governos nacionais e parlamentos devem contribuir para esse processo, examinando as decisões tomadas por seus representantes nessas organizações (528, 539-540, 543).
9. Solicitamos ainda uma progressiva expansão da supervisão parlamentar do sistema multilateral no nível global e a criação de um Grupo Parlamentar Global que trate da coerência e consistência de políticas econômicas e sociais globais (544-545).

ii) Interlocutores não governamentais

Além do sistema multilateral, empresas, organizações do trabalho, organizações da sociedade civil e redes globais contribuem de forma importante para a governança global.

1. As iniciativas voluntárias de empresas, tanto nacionais quanto transnacionais, poderiam ser fortalecidas para melhorar a contribuição para a dimensão social da globalização. A OIT deve organizar um fórum sobre esse assunto (555-557).
2. Estruturas formais de consulta com o movimento internacional do trabalho e com a comunidade empresarial devem ser criadas nas instituições de Bretton Woods e na OMC (562).
3. Mais apoio deve ser dado ao fortalecimento de organizações e movimentos da sociedade civil e também do respeito ao direito e à liberdade sindical dos indivíduos. Deve ser ampliada a representatividade de organizações da sociedade civil de países em desenvolvimento nas redes da sociedade civil global. Maior interação com o sistema multilateral deve ser promovida (568, 570-572).

4. Organizações da sociedade civil devem ser transparentes e responsáveis, sem impedir o direito dos cidadãos a organização e voz. Iniciativas de auto-regulação poderiam ser estimuladas (569).
5. Uma mídia responsável pode ocupar uma posição fundamental na facilitação de um movimento com vista a uma globalização mais justa e inclusiva. As políticas em todo o mundo precisam enfatizar a importância da diversidade na informação e nos fluxos de comunicação (577).
6. Deveria haver melhor coordenação entre organizações internacionais e redes e parcerias globais envolvidas no intercâmbio de informações, busca e mobilização de recursos nas áreas social e econômica (581).

Mobilizando ação para mudança

Ações para realizar essas reformas requerem a mobilização de vários interlocutores. Além de negociações e debates atuais em fóruns nacionais e multilaterais, propomos as seguintes ações e iniciativas:

1. No nível nacional, convidamos governos e interlocutores não governamentais a se engajarem em diálogos de amplas bases para rever e formular ações de acompanhamento no nível local, nacional e regional (594-596).
2. As organizações do sistema multilateral deveriam examinar seus próprios procedimentos para assegurar que haja coerência de ação com respeito a valores universais e a direitos humanos, de forma a melhor implementá-los na prática e, ainda, melhorar o diálogo internacional (513, 602).
3. As organizações internacionais deveriam lançar iniciativas de coerência política e trabalhar em conjunto na formulação de políticas mais equilibradas e complementares para uma globalização justa e inclusiva. A primeira delas deveria tratar a questão do crescimento, investimento e emprego na economia global (608-611).
4. As organizações do sistema internacional com mandatos em assuntos sociais deveriam fazer revisões nacionais das implicações sociais das políticas econômicas, financeiras e comerciais. Assumir a responsabilidade no âmbito nacional é indispensável (606).
5. Uma série de diálogos de desenvolvimento de políticas envolvendo múltiplos interlocutores deveria ser promovida pelas organizações internacionais mais envolvidas para aprofundar as considerações e desenvolver propostas sobre políticas fundamentais nesse Relatório (613-617).
6. Um Fórum sobre Política de Globalização deveria ser criado por organizações internacionais interessadas. O Fórum será uma plataforma para o diálogo regular para discutir diferentes pontos de vista sobre o impacto social de desenvolvimentos e políticas na economia global. As instituições participantes poderiam produzir regularmente um “Relatório sobre o Estado da Globalização” (618-622).
7. Programas de pesquisa e de coleta de dados sobre a dimensão social da globalização deveriam ser fortalecidos (623-629).

Anexo 2: Comissão Mundial: histórico e composição

A Comissão Mundial sobre a Dimensão Social da Globalização foi criada por decisão do Conselho de Administração da OIT em novembro de 2001. À Comissão caberia preparar um relatório oficial sobre a dimensão social da globalização, incluindo a interação entre a economia global e o mundo do trabalho.¹¹⁸

O Diretor-Geral da OIT foi solicitado a fazer uma ampla consulta para apontar membros de reconhecido saber e autoridade, com a devida consideração a gênero, equilíbrio regional, perspectivas tripartites, e que refletissem os principais pontos de vista e preocupações com políticas em debates sobre globalização.

Em fevereiro de 2002, Sua Excelência, a Senhora Tarja Halonen, presidente da República da Finlândia, e Sua Excelência, o Senhor Benjamin Mkapa, presidente da República Unida da Tanzânia aceitaram o convite do Diretor-Geral para presidirem à Comissão. Dezenove outros membros das várias regiões do mundo foram designados, com uma diversidade de históricos e especializações. Cinco membros *ex officio*, incluindo o Diretor-Geral e dirigentes do Conselho de Administração, criaram o elo de ligação da Comissão e com a OIT. A Comissão exerceu suas funções como órgão independente e assume plena e total responsabilidade por este Relatório e seus métodos de trabalho. Todos os seus membros atuaram com suas capacidades individuais. Assim, a Comissão esteve inteiramente livre para tratar de qualquer assunto, solicitar assessoria e formular todas as propostas e recomendações que considerasse pertinentes à sua tarefa.

¹¹⁸ Ver documentos do Conselho de Administração da OIT “Potenciar la acción del Grupo de Trabajo sobre la Dimensión Social de la Mundialización: próximas etapas” (GB.282/WP/SDG/1), Genebra, novembro de 2001, e “Informe del Grupo de Trabajo sobre la Dimensión Social de la Mundialización” (GB.282/12), Genebra, novembro de 2001.

Membros da Comissão

Co-Presidentes

Sua Excelência, Senhora Tarja Halonen, Presidente da Finlândia

Tarja Halonen foi eleita Presidente da Finlândia em fevereiro de 2000 e é a primeira mulher Chefe de Estado da Finlândia. Tem o grau de Mestra em Direito pela Universidade de Helsinque. A presidente Halonen foi advogada da Organização Central de Sindicatos Finlandeses em 1970, posto que ocupou durante sua carreira política como membro do Parlamento e ministra. Foi membro do Parlamento de 1979 até assumir a Presidência da Finlândia. Foi também Ministra da Justiça (1990-91), Ministra das Relações Exteriores (1995-2000) e Ministra responsável pela Cooperação Nórdica (1989-91). A presidente Halonen foi membro atuante no Conselho Europeu, como membro da Comissão de Sábios desse Conselho (1998-99). Ao longo de sua carreira política, tem dedicado especial atenção a questões de direitos humanos, democracia, estado de direito e sociedade civil.

Sua Excelência, o Senhor Benjamin William Mkapa, Presidente da República Unida da Tanzânia

Benjamin William Mkapa foi eleito Presidente da República Unida da Tanzânia em novembro de 1995. Estudou na Makere University College em Uganda, onde obteve a licenciatura em língua inglesa em 1962. Em 1966, iniciou sua longa carreira em jornalismo, trabalhando como editor-chefe de dois importantes jornais da Tanzânia, o *The Nationalist Uhuru* e o *The Daily News*. Em 1974, foi nomeado Secretário de Imprensa do então Presidente da República Unida da Tanzânia, Sua Excelência, o Senhor Mwalimu Julius Nyerere. Sua carreira na diplomacia internacional inclui os postos de alto comissário na Nigéria (1976), ministro das Relações Exteriores (1977-1980), Alto Comissário no Canadá (1982) e Embaixador nos Estados Unidos (1983). Em 1984 foi novamente nomeado Ministro das Relações Exteriores. No início dos anos 90, foi ministro da Informação e Difusão e, em 1992, foi Ministro da Ciência, Tecnologia e Educação Superior, antes de ser eleito presidente em 1995. Ao longo de sua carreira política, o presidente Mkapa tem trabalhado para fortalecer a democracia na Tanzânia, ampliando a abertura do país ao comércio e investimento internacionais.

Membros

Giuliano Amato – Dr. Amato já serviu duas vezes como Primeiro-Ministro da Itália, 1992-93 e 2000-2001. Mais recentemente foi vice-presidente da Convenção Constitucional da União Européia. Membro do Senado italiano, Dr. Amato já ocupou diversos e importantes cargos no Governo, inclusive de vice-Primeiro-Ministro, Ministro do Tesouro, Ministro das Reformas Institucionais e Presidente da Autoridade Italiana Antitruste. Dr. Amato é advogado. De 1975 a 1997, foi professor de italiano e de Direito Constitucional Comparado na Escola de Ciências Políticas da Universidade de Roma.

Ruth Cardoso – Presidente do *Programa de Capacitação Solidária*, organização que promove parcerias na luta contra a pobreza e a exclusão social. Dra. Ruth Cardoso, que foi primeira-dama do Brasil de 1995 a 2002, era anteriormente pesquisadora sênior no Centro Brasileiro de Análise e Planejamento e professora de antropologia na Universidade de São Paulo. É membro da Diretoria da Fundação das Nações Unidas e do Alto Painel em Emprego para a Juventude. Dra. Ruth Cardoso é autora de vários livros sobre juventude, movimentos sociais, sociedade civil e novos interlocutores sociais.

Heba Handoussa – é professora universitária, membro do Conselho de Shura, a mais alta Casa do Parlamento egípcio e membro da Diretoria do Banco Central do

Egito. Economista, foi diretora do Fórum de Pesquisa Econômica para países árabes, Irã e Turquia até 2003. Lecionou na Universidade Americana no Cairo e foi nomeada vice-reitora. Foi assessora do Governo egípcio e Consultora do Banco Mundial. Tem várias publicações de pesquisa nas áreas de ajuste estrutural, política industrial e assistência estrangeira, reforma institucional e modelos comparativos de desenvolvimento.

Eveline Herfkens – Coordenadora Executiva da Campanha de Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e ex-Ministra de Cooperação para o Desenvolvimento da Holanda (1998-2002). De 1996 a 1998, foi embaixadora junto às Nações Unidas e à OMC, membro da Diretoria do Instituto de Pesquisa das Nações Unidas para o Desenvolvimento Social (UNRISD) e Presidente do Bureau da Comissão Econômica para a Europa. De 1990 a 1996, foi Diretora Executiva do Banco Mundial. Antes disso, foi membro do Parlamento do Partido Trabalhista da Holanda durante nove anos. Advogada, tem atuado também em várias ongs.

Ann McLaughlin Korologos – Vice-Presidente da Rand Corporation, assessora sênior do Benedetto, Gartland and Company, banco de investimentos em Nova York, e membro de diretorias de diversas empresas, inclusive a Microsoft Corporation, a AMR Corporation e sua subsidiária American Airlines, Fannie Mae, Harman International Industries, Kellogg Company, Vulcan Materials and Host Marriott Corporation. Foi Secretária das Nações Unidas para o Trabalho de 1987 a 1989 e trabalhou também como sub-Secretária do Departamento do Interior e Secretária Assistente do Departamento do Tesouro. De 1996 a 2000, foi presidente do Instituto Aspen.

Lu Mai – Secretário-Geral da Fundação de Pesquisa para o Desenvolvimento da China desde 1998 e membro do Conselho Universitário e Pesquisador Sênior do Centro de Pesquisa para o Desenvolvimento do Conselho de Estado desde 1995. O senhor Lu possui ampla experiência em reforma rural na China e foi diretor do escritório da Área Experimental para a Reforma Rural do Centro de Pesquisa para o Desenvolvimento Rural do Conselho de Estado, no final dos anos 80. É autor de várias publicações sobre reforma econômica e trabalhou como consultor do Banco Mundial, do Banco de Desenvolvimento da Ásia e outras organizações internacionais.

Valentina Matvienko – Governadora de St. Petersburg desde 2003. Antes disso, foi também vice-Primeira-Ministra da Federação Russa, responsável por assuntos sociais, de educação e cultura. Também era responsável pelas relações entre Governo e sindicatos, movimentos sociais e associações, organizações religiosas e mídia de massa. Foi vice-primeira-ministra responsável por assuntos sociais pela primeira vez em 1998. Antes disso, foi diplomata e, durante muito tempo, funcionária do Governo. De 1991 a 1995, foi embaixadora da Rússia em Malta e, de 1997 a 1998, embaixadora da Rússia na Grécia.

Deepak Nayyar – Reitor da Universidade de Deli. Professor Nayyar é um ilustre economista. Lecionou na Universidade de Oxford, Universidade de Sussex, Instituto Indiano de Gestão, em Calcutá, e na Universidade Jawaharlal Nehru, em Nova Deli. Trabalhou para o governo da Índia como assessor-chefe para assuntos econômicos e foi secretário permanente no Ministério da Fazenda. Autor de vários livros e numerosos artigos, é Presidente da Diretoria do Instituto Mundial de Pesquisa em Economia do Desenvolvimento, Helsinque, Presidente do Conselho de Assessoria do Centro de Desenvolvimento Internacional na Universidade de Oxford e também membro da Diretoria do Conselho de Pesquisa em Ciências Sociais nos Estados Unidos.

Taizo Nishimuro – Presidente da Diretoria da Toshiba Corporation. Executivo de carreira na Toshiba, trabalhou com vendas internacionais e *marketing* de eletrônicos e seus componentes. Atualmente é vice-Presidente da Federação Japonesa de Negócios, criada em maio de 2002 com a fusão das duas maiores organizações de empregadores do Japão, Keidanren e Nikkeiren.

François Perigot – Presidente da Organização Internacional de Empregadores desde junho de 2001. O senhor Perigot tem uma longa carreira na indústria francesa, tendo sido Presidente e Diretor-Geral da Thibaud, Gibbs et Cie (1968-1970) e depois da Unilever France (1971-1986). De 1986 a 1994, foi Presidente do Conselho Nacional de Empregadores Franceses. Desde 1997, é Presidente do Mouvement des Entreprises de France (MEDEF), Seção da MEDEF Internacional, a principal organização de empregadores da França.

Surin Pitsuwan – Membro do Parlamento e ex-Ministro das Relações Exteriores da Tailândia. Possui longa carreira no Governo e em relações exteriores. Foi Ministro das Relações Exteriores de 1997 a 2001 e, antes disso, foi vice-Ministro das Relações Exteriores de 1992 a 1995. Foi membro do Parlamento por seis mandatos consecutivos desde sua primeira eleição em 1986. Graduado em Ciências Políticas, é doutor pela Universidade de Harvard. Foi membro da Comissão de Segurança Humana e é colunista regular de grandes jornais na Tailândia e na região.

Julio Maria Sanguinetti – Presidente do Círculo de Montevidéu, fórum que visa abrir novas formas de governança e atingir o desenvolvimento sustentável na América Latina. Foi eleito Presidente da República do Uruguai por dois mandatos, de 1985 a 1990 e de 1990 a 1995. Tem longa e destacada carreira na política, cultura e no jornalismo. Suas muitas realizações foram reconhecidas pelo Prêmio Simón Bolívar da UNESCO em 2000 e por vários títulos honoríficos de universidades do mundo inteiro.

Hernando de Soto – Presidente do Instituto para Liberdade e Democracia em Lima, Peru, que de acordo com a *The Economist*, é um dos mais renomados especialistas do mundo em questões de desenvolvimento. Autor influente de livros campeões de vendas sobre políticas econômicas, em 1999 foi escolhido pela revista *Time* como um dos cinco maiores inovadores latino-americanos do século. Considerado um dos estudiosos mais influentes sobre o setor informal, foi assessor do Governo peruano, especialmente em desenvolvimento e implementação de estratégias para trazer empresas e bens da economia informal para a economia formal.

Joseph Stiglitz – Professor de Economia, Negócios e Relações Internacionais na Universidade de Colúmbia. Conhecido acadêmico e professor, é um dos fundadores da moderna economia do desenvolvimento. Foi professor em Yale, Princeton, Oxford e Stanford e economista-chefe do Banco Mundial. Foi presidente do Conselho Americano de Assessores Econômicos de 1993 a 1997. Recebeu o Prêmio Nobel de Economia em 2001.

John J. Sweeney – Presidente da Federação Americana do Trabalho e do Congresso de Organizações Industriais (AFL-CIO). Originário do Bronx, Nova York, é Presidente da AFL-CIO desde 1995. Em sua carreira sindical começou como assistente de pesquisa com a Ladies' Garment Workers. Em 1960, entrou para o Service Employees International Union -SEIU (sindicato internacional de empregados prestadores de serviços) como diretor de contratos da cidade de Nova York. Em 1980, tornou-se Presidente do Sindicato Internacional, cargo que ocupou durante quatro mandatos, antes de ser eleito presidente da AFL-CIO.

Victoria Tauli-Corpuz – Diretora Executiva da Fundação Tebtebba (Centro Internacional de Povos Indígenas para Pesquisa de Políticas e Educação). Ativista das causas indígenas da região de Cordillera, nas Filipinas, fundou e administrou várias ONGs envolvidas em conscientização para o social, organização de comunidades, pesquisa e desenvolvimento. É membro e relatora na Diretoria de Membros do Fundo Voluntário das Nações Unidas para Populações Indígenas desde 1994. Foi recentemente nomeada membro da Comissão Nacional sobre o Papel das Mulheres Filipinas, representando povos indígenas.

Aminata D. Traoré – Escritora e Diretora do Centro Amadou Hanyrat Ba (CAHBA), uma das organizações do Fórum Social Africano. Foi Ministra da Cultura e Turismo da República de Mali. Tem trabalhado com desenvolvimento, incluindo relações Norte-

Sul, cooperação bilateral e multilateral, governança democrática, local e internacional, e globalização, além de ter publicações sobre esses temas. É uma das organizadoras do primeiro Fórum Social Africano, que aconteceu em Bamako, em janeiro de 2002.

Zwelinzima Vavi – Secretário-Geral do Congresso do Sindicato da África do Sul (COSATU). Trabalhou nos territórios de minas de ouro de Klerksdrop e Orkney, ingressou no Sindicato Nacional de Mineradores (NUM – National Union of Mineworkers) como organizador em 1987. Em 1988, tornou-se Secretário Regional da COSATU no Transvaal Ocidental. Quatro anos depois, assumiu o cargo de Secretário Nacional da Organização. Antes de assumir seu cargo atual de Secretário-Geral, trabalhou como vice-Secretário-Geral da COSATU, de 1993 a 1999.

Ernst Ulrich von Weizsaecker – Cientista e parlamentar. Membro do Parlamento alemão desde 1998, foi Presidente da Comissão Parlamentar sobre “Globalização da Economia Mundial: Desafios e Respostas”. Cientista notável nos campos da biologia e da física, foi Diretor do Centro de Ciência e Tecnologia das Nações Unidas e do Instituto de Políticas Ambientais Européias. É membro do Clube de Roma desde 1991 e tem várias publicações sobre políticas públicas e tópicos relacionados com energia e meio ambiente.

Membros ex officio

Bill Brett – Presidente do Conselho de Administração da OIT em 2002-2003. Lord Brett foi membro do Grupo dos Trabalhadores do Conselho de Administração da OIT durante dez anos e vice-Presidente Trabalhador do Conselho de Administração durante nove anos. Tem longa e dedicada carreira com sindicatos. Foi nomeado membro da Casa dos Lordes do Reino Unido, em junho de 1999.

Eui-yong Chung – Presidente do Conselho de Administração da OIT em 2003-2004. Representante permanente da República da Coreia nas Nações Unidas e outras organizações internacionais em Genebra. Embaixador Chung é atualmente Presidente da Seção Especial do Conselho de TRIPS para a Agenda de Doha, da OMC, para Desenvolvimento.

Daniel Funes de Rioja – Vice-Presidente do Conselho de Administração da OIT e presidente do Grupo dos Empregadores. É vice-Presidente da Organização Internacional de Empregadores, Presidente do Comitê Técnico Empresarial para Assuntos de Trabalho da Organização dos Estados Americanos e Diretor de Políticas Sociais na União da Indústria da Argentina.

Juan Somavia – Diretor-Geral da OIT desde 1998 e ex-representante permanente do Chile nas Nações Unidas. O senhor Somavia tem uma longa e destacada carreira em relações civis e internacionais. Foi duas vezes Presidente do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (ECOSOC) e Presidente do Comitê Preparatório da Cúpula Social Mundial para o Desenvolvimento Social, Copenhague.

Alain Ludovic Tou – Presidente do Conselho de Administração da OIT (2001-2002) e Ministro do Emprego, Trabalho e Segurança Social de Burkina Faso desde novembro de 2000. Ocupou vários cargos seniores no Governo, inclusive de Ministro da Habitação e Urbanização e Ministro da Saúde.

A Secretaria

A OIT designou um secretário para apoio ao trabalho da Comissão. O Banco Mundial cedeu também um funcionário sênior à Secretaria. A Secretaria trabalhou em estreita coordenação com os assessores dos presidentes, Jarmo Viinanen e Heikki Pohja (assessores da presidente Halonen) e Fulgence Kazaura, Ombeni Sefue e Tuvako Manongi (assessores do presidente Mkapa). Os membros da Secretaria Central foram:

Padmanabha Gopinath (Secretário-Executivo), Gerry Rodgers (Diretor Técnico), Eddy Lee (Assessor para Assuntos Econômicos), Dharam Ghai, Arna Hartmann (Banco Mundial), Susan Hayter, Michael Henriques (Gerente, operações), Rolph van der Hoeven (Gerente, Secretaria-Técnica), Ruth McCoy e Aurelio Parisotto. Zohreh Tabatabai foi o assessor de comunicações.

Contribuíram também de forma substancial para o trabalho da Secretaria: Manolo Abella, José-Guilherme Almeida dos Reis, Rashid Amjad, Philip Bowring, Susan Davis, Janelle Diller, Tayo Fashoyin, Deborah France, Ajit Ghose, K.P. Kannan, Richard Kozul-Wright (UNCTAD), Bob Kyloh, John Langmore, Virgilio Levaggi, Francis Maupain, Steven Oates, Nana Oishi, Stephen Pursey e Hamid Tabatabai.

Annette Schuts trabalhou na documentação e Rosemarie Beattie, Sheila Davey e Geraldeen Fitzgerald prestaram apoio editorial. Os sistemas administrativo, financeiro e de informação, além do apoio de Secretaria, foram organizados por Barbara Collins e Clare Schenker, e prestados por Rowena Ferranco, Zydre Pember, Judy Rafferty, Véronique Arthaud, Mila Cueni, Sharon Dubois, Catherine Harada, Zohreh Mobasser e Meral Stagoll. Apoio adicional de desenvolvimento *web* foi prestado por Michiko Miyamoto e Roberto Zachmann e assistência à pesquisa por Renato Johnsson, Andrew Lang, Malte Luebker e Muriel Meunier.

Anexo 3: Reuniões, consultas e pesquisa da Comissão

Reuniões da Comissão

Seis reuniões da Comissão ocorreram em Genebra em 24-26 de março de 2002; 20-21 de maio de 2002; 12-15 de outubro de 2002; 16-18 fevereiro de 2003; 17-20 de maio de 2003 e 10-12 de agosto de 2003. Uma troca de pontos de vista sem agenda também ocorreu em Genebra, entre 4 e 6 de outubro de 2003.

Além das reuniões, a Comissão manteve consultas e diálogos extensos e utilizou um programa de substantivo trabalho técnico, organizado pela Secretaria.

Consultas

A Comissão se beneficiou de troca de pontos de vista que realizou com Horst Köhler, Diretor do FMI, em 12 de outubro de 2002, com Supachai Panitchpakdi, Diretor-Geral da OMC, em 14 de outubro de 2002, e com James Wolfensohn, Presidente do Banco Mundial, em 18 de fevereiro de 2003.

A Comissão também realizou uma série de diálogos em todo o mundo, para ouvir uma ampla variedade de pontos de vista e perspectivas sobre a globalização. Membros da Comissão e da Secretaria participaram individualmente em 19 diálogos nacionais, sete diálogos regionais e nove consultas com interlocutores principais, que ocorreram ao longo do trabalho. Esses diálogos e consultas envolveram um grupo representativo da opinião pública global, envolvendo mais de dois mil líderes e formadores de opinião, de governos, empresas, sindicatos e sociedade civil de todas as regiões. Relatórios completos desses diálogos estão disponíveis no *website* da Comissão (www.ilo.org/wcsdg).

Diálogos nacionais

- | | |
|-------------|----------------------------------|
| • Tanzânia | Dar es Salaam, 19-20 agosto 2002 |
| • Senegal | Dacar, 26 agosto 2002 |
| • Uganda | Kampala, 4 outubro 2002 |
| • Filipinas | Manila, 12 setembro 2002 |
| • Rússia | Moscou, 25 setembro 2002 |

- México Cidade do México, 8 outubro 2002
- Costa Rica San José, 28 outubro 2002
- Chile Santiago, 4 novembro 2002
- África do Sul Joanesburgo, 9 novembro 2002
- Finlândia Helsinque, 13 novembro 2002
- China Pequim, 26 novembro 2002
- Argentina-Uruguai Carrasco, 2 dezembro 2002
- Índia Nova Deli, 11 dezembro 2002
- Egito Cairo, 21-22 dezembro 2002
- Brasil Brasília, 20-21 janeiro 2003
- Polônia Varsóvia, 6 fevereiro 2003
- Estados Unidos Grupos Focus em Indianápolis, IN, 22 abril 2003, Washington, DC, 24 abril 2003
- Alemanha Berlim, 28 abril 2003

Diálogos regionais e sub-regionais

- América Latina Lima, 7 dezembro 2002, Santiago do Chile, 1 julho 2003
- Ásia Bangkok, 16-17 dezembro 2002
- Europa Bruxelas, 3-4 fevereiro 2003
- África Arusha, 6-7 fevereiro 2003
- Caribe Barbados, 9 abril 2003
- Estados Árabes Beirute, 8-9 maio 2003

Outros diálogos

- Evento paralelo à Cúpula Mundial de Desenvolvimento Sustentável, Joanesburgo, 2 setembro 2002
- Sessão informal com organizações da sociedade civil na Cúpula Mundial de Desenvolvimento Sustentável, Joanesburgo, 2 setembro 2002
- Reunião da Alta Delegação Empresarial com a Comissão Mundial, Organização Internacional de Empregadores, Genebra, 16 outubro 2002
- Diálogo com o Movimento Sindical Internacional, Confederação Internacional de Sindicatos Livres e Confederação Mundial do Trabalho, Bruxelas, 26 novembro 2002
- Sessão informal no State of the World Forum, Comissão sobre Globalização, Cidade do México, 4 dezembro 2002
- Diálogo sobre “A Dimensão Social da Globalização – Avaliação Crítica pela Sociedade Civil”, Thammasat University e Friedrich-EbertStiftung, Bangkok, 17-18 dezembro 2002
- Evento paralelo ao Fórum Social Mundial, Porto Alegre, 24 janeiro 2003
- Evento paralelo a “Os Valores da Globalização” no Fórum Econômico Mundial, 25 janeiro 2003
- Mesa redonda com líderes de organizações não governamentais, Genebra, 6 junho 2004

Apoio Técnico

Uma ampla base de conhecimentos foi desenvolvida pela Secretaria para apoiar o trabalho da Comissão. Isso incluiu uma revisão do trabalho de comissões anteriores,

estudo da literatura e pesquisa relevantes, compêndio de idéias e experiências relacionadas com políticas, preparação de vários documentos substantivos e coleta de dados sobre tendências da dimensão social da globalização. Houve também consultas técnicas com outras organizações internacionais, inclusive o Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais das Nações Unidas (DESA), o PNUD, a UNCTAD, o Banco Mundial, a OMC e o FMI.

Redes de Conhecimento, envolvendo gestores de políticas, técnicos especialistas, acadêmicos e outros interlocutores foram criadas para utilizar perícias nos seguintes assuntos:

- Valores e objetivos no contexto da globalização
- Mercados e políticas locais no contexto global
- Políticas de inclusão no nível nacional: fazendo os benefícios da globalização alcançar mais pessoas
- Redes internacionais de produção e tecnologia: promovendo o desenvolvimento e o trabalho decente
- Migração internacional: mobilidade da mão-de-obra como parte da agenda global de políticas
- Governança internacional para globalização inclusiva
- Globalização e cultura

Gênero e emprego foram tratados como temas transversais.

Várias reuniões foram organizadas pela Secretaria para explorar o *know-how* dessas redes de conhecimento; veja lista abaixo. Essas reuniões ajudaram a identificar as questões que precisavam ser tratadas, repassaram diferentes abordagens que poderiam ser adotadas em relação a políticas e destacaram opções a ser consideradas pela Comissão.

Relatórios de reuniões da Rede de Conhecimento, um banco de dados estatísticos, um “banco de idéias” eletrônico de propostas de políticas pertinentes à dimensão social da globalização, bibliografia e uma série de documentos técnicos estão sendo disponibilizados no website da Comissão (www.ilo.org/wcsdg). A publicação desse material está sendo organizada separadamente.

Reuniões das Redes de Conhecimento

• Globalização e Exclusão	Genebra, 16-17 setembro 2002
• Migração Internacional	Genebra, 18-19 setembro 2002
• Redes Internacionais de Produção e Tecnologia	Genebra, 19-20 setembro 2002
• Valores e Globalização	Conferência Eletrônica, 24-30 setembro 2002
• Mercados e Políticas Locais no Contexto Global	Genebra, 7-8 novembro 2002
• Marcos de Referência Regulatórios na Economia Global	Genebra, 21-22 novembro 2002
• Governança para uma Melhor Globalização	Nova Iorque, 22 novembro 2002
• Fazendo a Globalização Funcionar: Aumentando os Benefícios para Famílias Trabalhadoras e para os Pobres	Washington, 2-3 dezembro 2002 (em cooperação com The Brookings Institute e Carnegie Endowment for International Peace)

- | | |
|---|--|
| • Comércio para Uma Globalização mais Justa | Genebra, 6 dezembro 2002 |
| • Migração Internacional | Genebra, 16-17 dezembro 2002 |
| • Globalização, Cultura e Mudança Social | Genebra, 30-31 janeiro 2003 (em cooperação com a UNSRID) |
| • Responsabilidade Social das Empresas | Genebra, 14-15 fevereiro 2003 |
| • Globalização e Ajuste do Mercado de Trabalho em Países em Desenvolvimento | Londres, 8 abril 2003 (em cooperação com o DFID) |

Agradecimentos

Agradecemos os vários indivíduos e instituições que contribuíram para o trabalho da Comissão.

Contribuições financeiras

A OIT apoiou a maior parte das atividades da Comissão. Além disso, verbas para aspectos específicos do trabalho da Comissão foram recebidas dos governos da Dinamarca, Noruega, Suíça e Reino Unido.

Apoio a diálogos e consultas

Muitas organizações ajudaram a organizar diálogos e consultas. Elas incluem: Al-Ahram Center for Political and Strategic Studies, Cairo; Comunidade Andina; China Development Research Foundation (CDRF), Pequim; Colegio de México, Cidade do México; Conselho para o Desenvolvimento de Pesquisa em Ciências Sociais na África (CODESRIA), Dacar; Comissão Econômica para a África (ECA); Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL); Fundação para a Pesquisa Social e Econômica (ESRF), Dar-es-Salaam; Comissão Europeia, DG Emprego e Assuntos Sociais; Ministério da Economia e Trabalho da Alemanha; Ministério Flamengo de Assuntos Internos, Administração Pública e Política Externa; Friedrich-Ebert-Stiftung, Bangkok; Governo de Barbados; Hart Research Associates, Washington DC; Confederação Internacional de Sindicatos Livres (ICFTU); Organização Internacional de Empregadores (IOE); Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais (IPRI) do Ministério das Relações Exteriores do Brasil; Instituto de Estudos sobre Trabalho e Sociedade (IETS), Rio de Janeiro; Ministério da Economia, Trabalho e Políticas Sociais da Polônia; Ministério do Gênero, Trabalho e Desenvolvimento Social de Uganda; Ministério do Trabalho e Emprego do Brasil; Conselho Nacional de Desenvolvimento Econômico e Trabalho da África do Sul (NEDLAC); Gabinete da Presidente da República da Finlândia; Gabinete do Presidente da República Unida da Tanzânia; Public Opinion Strategies, Washington DC; Pesquisa de Redução da Pobreza (REPOA), Dar es Salaam; Universidade Thammasat, Bangkok; Fórum sobre o Estado do Mundo, Comissão sobre Globalização; Serviço de Coordenação não Governamental das Nações Unidas (NGLS); Confederação Mundial do Trabalho; Fórum Econômico Mundial e Fórum Social Mundial.

Os escritórios de campo da OIT também deram apoio significativo. Em especial, deve-se mencionar o apoio prestado pelos diretores e funcionários dos escritórios regionais da OIT em Abidjan, Bangkok, Beirute, Genebra e Lima; pelos diretores e funcionários dos escritórios sub-regionais da OIT em Budapeste, Cairo, Dacar, Manila, Moscou, Nova Deli, Lima, Porto de Espanha, Santiago e San José; pelos diretores e funcionários dos Escritórios da OIT em Pequim, Bonn, Brasília, Bruxelas, Buenos Aires, Dar-es-Salaam, Cidade do México, Nova Iorque, Pretória e Washington.

Contribuições para as redes de conhecimento

Muitos especialistas participaram de discussões substantivas ou das reuniões das redes de conhecimento e contribuíram com comentários por escrito ou com documentos de apoio. Incluem:: Nermin Abadan-Unat, Aderanti Adepoju, Yilmaz Akyuz, Yoginder Alagh, Alice Amsden, Catherine Aniagolu, Abdullahi An-Na'im, Edna Armendariz, Tony Atkinson, Farooq Azam, Jim Baker, Stephanie Barrientos, Graziano Battistella, Nouredine Benfreha, Raj Bhala, Arne Bigsten, Mark Bogan, Jan Breman, Nilüfer Çagatay, Wendy Caird Marilyn Carr, Manuel Castells, Stephen Castles, Gopal Krishan Chadha, Dan Chiribuca, Martha Chen, Anthony Clunies Ross, Barry Coates, Jeff Crisp, Dan Cunliffe, Sriyan de Silva, Simon Deakin, Nitin Desai, Alisa DiCaprio, Zdenek Drabek, Asbjorn Eide, Kimberly Ann Elliott, Korkut Ertürk, John Evans, Richard Falk, Gary Fields, Michael Finger, Augustin Fosu, Torbjörn Fredriksson, Alvaro Garcia Hurtado, Charles Gore, Duncan Green, David Greenaway, Rebecca Grynspan, Basudeb Guha-Khasnobis, Bernhard Gunter, Sanjeev Gupta, Cees J Hamelink, Ulf Hannerz, John Harriss, Pamela Hartigan, Jeremy Heimans, Hazel Henderson, Fred Higgs, Michael Hopkins, Edwin Horlings, Renate Hornung-Draus, Naomi Hossain, James Howard, John Humphrey, Didier Jacobs, Elizabeth Jelin, Richard K Johanson, Emmanuel Julien, Dwight Justice, Naila Kabeer, Evance Kalula, Rashid Kaukab, Neil Kearney, George Kell, Martin Khor Kok Peng, Mwangi Kimenyi, Evans Kituyi, Michelle Klein Solomon, Zeljka Kozul-Wright, Viktor Kuvaldin, Brian Langille, Frédéric Lapeyre, Ernst Ligteringen, Sachinkonye Llyod, Robert Lucas, Archie Mafeje, Philip Martin, Susan Martin, Joerg Mayer, Sharon McClenaghan, Allister McGregor, Malini Mehra, Claire Melamed, Ronald Mendoza, Jörg Meyer-Stamer, Thandika Mkandawire, Branko Milanovic, William Milberg, John Morley, Oliver Morrissey, Lamiya Morshed, Jill Murray, Sali Nasr, Sophie Noordin, Anita Normark, Martha Nussbaum, Kingsley Ofei-Nkansah, Rene Ofreneo, Irena Omelaniuk, Banji Oyeyinka, Florence Palpacuer, T S Papola, Ebrahim Patel, Roberta Piermartini, Roger Poole, Carolina Quinteros, Dan Rees, Steve Richards, Lesley Roberts, Virginia Rodríguez, Bruno Roelants, Jorge Saba Arbach, Lloyd Sachikonye, Ignacy Sachs, Ashwani Saith, Saskia Sassen, Rene Scharer, Elliot J Schrage, Kunal Sen, Iddi Simba, Andrés Solimano, Lina Song, Simon Steyne, Seán Siochrú, Alain Supiot, Hiromi Suzumura, Michelle Swenarchuk, Kaarin Taipale, Dirk Willem te Velde, Elizabeth Thomas-Hope, Anthony Tsekpo, Andras Uthoff, Valpy Fitzgerald, Gijsbert van Liemt, Anthony Venables, Anil Verma, Anna Walker, Kevin Watkins, Jonas Widgren, Meredith Woo-Cumings, Adrian Wood, Ngaire Woods, Zhang Xiao Shan, Gisèle Yitamben.

Agradecemos também a contribuição de muitos funcionários da OIT, especialmente os que participaram diretamente do trabalho da Secretaria; agradecemos idéias, sugestões e informações que ofereceram para o trabalho da Comissão.

O Instituto de Pesquisa para o Desenvolvimento Social das Nações Unidas (UNRISD), o Departamento para o Desenvolvimento Internacional do Reino Unido (DFID), Brookings Institution e Carnegie Endowment for International Peace co-patrocinaram e ajudaram a organizar e gerir várias reuniões técnicas. O Governo da Noruega sediou uma reunião especial de consulta para apoiar o trabalho da Comissão.

Índice remissivo

Nota: os números arábicos referem-se aos parágrafos; números romanos, a números das páginas no Resumo; números sobrescritos referem-se a notas de rodapé.

- ação afirmativa xii, 386
- acesso a mercados xiii, 263, 266
 - barreiras aos 369, 382
 - Países Menos Desenvolvidos e 158, 182, 372
 - e integração regional 32
- Acordo de Marrakesh (1994) 505
- Acordo de Livre Comércio da América (ALCA) 322
- África 79-86, 376, 479
 - integração regional 314, 323
 - veja também África Subsaariana
 - Comunidade Econômica Africana 323³⁶
- África do Sul 308, 342
- África Subsaariana 138, 169
 - e instituições de Bretton Woods 523, 525
 - e dívida 169, 182
 - HIV/Aids na 273
- Agência Internacional de Políticas de Concorrência 393
- agricultura
 - políticas nacionais de 256, 260
 - protecionismo 182, 374-76
 - subsídios 70, 374-75
- ajuste estrutural 113, 234
 - políticas 152, 413, 461
 - e proteção social 488, 91
- Albânia 308
- Alemanha 108, 296
- algodão 375, 376
- Aliança Global de Vacinas e Imunizações (GAVI) 558
- alívio da dívida 127, 412, 459-62
- América Latina 180, 319, 523
 - pobreza 13, 201
 - integração regional 314, 322
 - desemprego 195, Fig. 14
 - visões sobre globalização 97-103
- AMI (Acordo Multilateral sobre Investimento) 394
- Annan, Kofi 28
- APEC (Cooperação Econômica) 324
- apoio de pesquisa para políticas 623-29
 - monitoramento e avaliação 624-25
 - programas 626-29



aptidões 275-77, 482-87
 circulação 437
 Área Euro-Mediterrânea de Livre
 Comércio, proposta 326
 áreas de livre comércio 314
 Argentina 97, 100, 102
 ASEAN (Associação das Nações
 do Sudeste Asiático) 324³⁷
 Ásia 91-96, 324, 523
 veja também Ásia Central; China;
 Leste da Ásia; Sudeste da Ásia
 atividades ilícitas 223, 224
 América do Norte
 área de livre comércio proposta 322³⁵, 326
 opiniões sobre globalização 108-14
 Assistência Oficial ao Desenvolvimento
 (AOD) 44, 169, 453-8, Fig. 21
 para as Metas de Desenvolvimento
 do Milênio xi, 451, 456-58, 463
 Assistência Oficial ao Desenvolvimento para 458
 pobreza 13, 182, 201
 Associação de Mulheres Autônomas (SEWA) 308
 Ásia Central 104-7, 201
 Banco Mundial 84, 376, 522, 527, 611, 616
 responsabilidade 527-29
 colaboração com a OIT 510
 Iniciativa para Países Pobres Altamente
 Endividados (HIPC) 460
 e emprego 506
 Diálogo Fiscal Internacional 465
 Departamento de Operação e Avaliação 529
 rede parlamentar 544
 Documentos de Estratégias de Redução
 da Pobreza (DERP) 461, 506, 512
 Revisão de Normas e Códigos (RNC) 366
 movimento sindical e 561
 Bangladesh 308
 Barbados 101
 barreiras comerciais 355, 369, 380
 cartéis privados 391
 veja também tarifas
 base econômica local 298, 306-8
 base socioeconômica xiii, 287, 476, 491, 627
 Brasil 70, 98, 184, 272, 341
 Brown, Gordon 467
 burocracia 264, 266, 325, 571
 cacau 375, 555
 Câmara Internacional de Comércio (CIC) 586
 Campanha da Cúpula de Microcrédito 308
 campanha Jubileu 2000 para
 cancelamento de dívida 568
 campanhas públicas 38, 55, 471, 542
 papel das organizações da sociedade civil 568
 Comunidade das Nações Andinas (CAN) 322³⁵
 Canadá 198
 Cardoso, Fernando Henrique 572
 Caribe 101-3, 201, 322
 desemprego 195, Fig. 13
 CARICOM (Comunidade Caribenha) 322³⁵
 Centro Sul, Genebra 627¹¹⁷
 Chile 99, 180, 409
 China 92, 181, 341, 409
 crescimento econômico 177, 178
 Investimento Estrangeiro Direto (IED) na 94
 redução da pobreza na 91, 201
 desemprego 173
 Chirac, Jacques 468
 Cingapura 187
 CLCSO (Conselho Latino-americano de
 Ciências Sociais), Buenos Aires 627¹¹⁷
 CODESRIA (Conselho para o Desenvolvimento
 de Pesquisa Social na África), Dacar 627¹¹⁷
 coerência nas políticas 33, 352, 530-31, 593
 para o trabalho decente 502-10

metas econômicas e sociais 511-14, 532-34, 606
no sistema multilateral 603-11
em estados-nação 539-40

comércio 137-38, 149-50
regras multilaterais 368-86
sistema comercial multilateral 156-58
e ingressos líquidos de Investimento
Estrangeiro Direto (IED) Fig. 1
disposições especiais e diferenciadas 367, 369

comércio multilateral 156-58
regras 368-86

Comissão de Direitos Humanos
das Nações Unidas 602

Comissão Européia 552

Comissão das Nações Unidas para o Setor
Privado e Desenvolvimento 559

Comissão Global de Migração, proposta 446

Comissão de Governança Global 519¹⁰²

Comissão Interamericana de Direitos Humanos 319

Comissão de Segurança Humana 49194

Comissões Econômicas Regionais
das Nações Unidas 616

Comitê Econômico e Social Europeu 329

Comitê Internacional de
Empregadores Marítimos 565

comunicações 10, 310, 573-77, Fig. 9

comunidade global 52-61, 130,
221, 299, 358, 542, 634

Comunidade para o Desenvolvimento
da África Austral (SADC) 75

comunidades locais xii, 124, 292
fortalecimento 293-301
valores 309-12

comunismo, colapso do 154

condicionalidade 125, 153, 365, 458

Conferência Internacional sobre Financiamento
para o Desenvolvimento, Monterrey (2002) 450⁷⁴

Conferência Mundial de Direitos
Humanos, Viena 478⁸⁹

Conferência Mundial Sobre Mulheres
(Quarto), Pequim 478⁸⁹

Conferência Mundial Sobre População
e Desenvolvimento, Cairo 478⁸⁹

Conferência das Nações Unidas sobre Meio
Ambiente e Desenvolvimento, Agenda
da Declaração do Rio 478⁸⁹, 480

conflitos 25
conflito civil 23, 239

conhecimento 146, 147, 482, 623

consciência global 219, 342

Conselho de Segurança 347, 521

Constituição Européia, proposta 321

Consenso de Monterrey 450

Conselho Internacional para Iniciativas
Locais de Meio Ambiente 305³¹

Conselho Internacional para Iniciativas
controle de poluição 291

Convenção Internacional sobre Direitos
Econômicos, Sociais e Culturais 478⁹⁰

Convenção sobre as Piores Formas
de Trabalho Infantil, 1999 419⁶¹

cooperação fiscal 464-65

cooperativas 307

Coréia, República da 181

crescimento econômico
políticas macroeconômicas
globais para o 495, 611
impacto da globalização 174-82, Figs. 10 e 11

crise da dívida 127, 151

crise financeira 167, 403
Asiática 95, 173, 403

cultura 310
diversidade de 41, 50
impacto da globalização na 68, 107, 222, 574

Cúpula Mundial de Desenvolvimento Social, Copenhague (1995) 418, 478⁸⁹, 504
 Cúpula Mundial de Desenvolvimento Sustentável, Joanesburgo (2002) 292, 468, 480
 Declaração de Filadélfia (1944) 508
 Agenda de Emprego Global 507
 Programa Internacional de Erradicação do Trabalho Infantil 426⁶⁹
 Convenção de Trabalhadores Migrantes (Disposições Suplementares) 1975 428⁷⁰ e migração 446
 Convenção Sobre Trabalhadores Migrantes 1949 428⁷⁰
 Declaração do Milênio (2000) 40, 358, 476-77, 591, 597
 Declaração de Roma sobre a Harmonização (2003) 458
 Declaração Tripartite de Princípios relacionados com Empresas Multinacionais e Políticas Sociais (1977, 2000) 552
 Declaração Universal dos Direitos Humanos 21, 40, 491⁹⁴
 desafios globais 337-8
 desemprego
 aberto 195, 197, Figs. 13 e 14
 redução do 280
 desenvolvimento industrial 362
 desenvolvimento de políticas 612-21
 desenvolvimento sustentável ix, 21, 290-92, 475, 480
 desigualdades de renda 198-200, Figs. 16, 17 e 18
 Diálogo Fiscal Internacional 465
 Diálogo Fiscal Internacional 465
 diálogo social 242, 566
 e políticas de emprego 283-89, 501
 sistemas globais de produção 563-66
 na integração regional 329-30
 Diálogos de Desenvolvimento de Políticas para IED 399
 dignidade humana 16, 18, 41
 dimensão social 13, 21
 impacto da globalização na 172, 206-17
 da integração social 327-31
 Direitos Especiais de Saque (DES) 466
 direitos fundamentais no trabalho 242, 373, 418-19, 492, 510
 direitos humanos 6, 21, 34, 37, 127, 238, 358
 centralidade dos 478
 proteção social como 491
 direitos de propriedade 242, 265-67
 direitos de propriedade intelectual 156, 179, 188, 364, 383
 discriminação, trabalho 423
 Doações de caridade 471-72
 Documentos de Estratégias de Redução da Pobreza (DERP – PRSP) 461, 506, 512
 e coerência nas políticas 606
 papel da 420, 423 (caixa), 602, 621, 628, 630
 e diálogo social 566
 sindicatos e a 562
 e emprego 505, 506, 510
 Quarta Alteração a Artigos do Acordo 466
 Diálogo sobre Impostos Internacionais 465
 movimento sindical e 561
 e suas opiniões sobre globalização 204-5
 economia informal 13, 196, 253, 261-68, 609
 e direitos de propriedade 265-67
 informação
 acesso à 573-77
 liberdade de 351
 economias recém-industrializadas (NIEs) 180, 362
 economias rurais 256-57, 295, 306
 ECOSOC (Conselho Econômico e Social das Nações Unidas) 465, 514, 533-34, 582, 610

educação 73, 249, 269-77, 609
à distância 487
primária 272, 272²⁶, 484
gastos públicos em 212-13, Fig. 20
e aptidões e tecnologia 275-77, 482-87, 616

Egito 66

empresas 115-19, 209, 344
responsabilidade 546-59
impostos para empresas Fig. 12
escândalos empresariais 119, 165
responsabilidade social 47, 118, 550-59
veja também governança empresarial

emprego autônomo 196, 261-62, Fig. 15

empresas multinacionais (EMs)
15, 147, 150, 179, 564
e produção global 159-62, 388, 498
e comércio global 188, 388
papel na governança global 344-45

empresas de pequeno e médio porte (EPMPs)
para o crescimento 282, 306

Enron 244

envelhecimento da população 432

Eritreia 272

eqüidade social 34, 238

Escritório do Alto Comissariado para
Direitos Humanos (OHCHR) 553, 616
Declaração sobre o Direito ao
Desenvolvimento 478⁹⁰

Escritório das Nações Unidas contra as
Drogas e o Crime (UNODC) 616

Escritório das Nações Unidas de
Investigação de Assuntos Internos 529

esquemas de microfinanças 286, 306, 308

Estado
efeito da globalização no papel
do ix, 101, 105, 149, 249-51
prestação de bens públicos 249, 255, 269
veja também estados-nação

Estados Árabes 87-90, 324

Estados-nação 32, 72, 114, 340, 541
e responsabilidade 537-42
e processos de alívio da dívida 461
disfuncionais 239
e liberalização econômica 246-54
políticas econômicas 255-60
e regras justas 361-67
e ação global para mudança xi-xii, 584, 594-96
e governança global 227, 537-39
interdependência 52-54, 336
políticas macroeconômicas 252-53, 410, 494
medidas para se fazer cumprir as
normas de trabalho 420⁶²
externalidades e extensões de políticas
243, 247, 249, 316, 336, 529
e finanças públicas 193, 212-13, Fig. 20
e integração regional 331, 332

Estados Unidos 222, 296
rendas e emprego 197, 198
percepção de globalização 112-13
fundações privadas 472

Europa 201
visões sobre a globalização 108-14

Europa Central 245

Europa Oriental 104-7, 180, 245, 248

evasão fiscal 223

falhas de mercado 226, 249, 282, 354

FAO 599¹¹⁴

Federação Internacional de
Trabalhadores dos Transportes 565

Federações Sindicais Globais 564

federalismo 296

Filipinas 69, 94

Finlândia 110

finanças públicas 249-51, 255-60, 269-77

flexibilidade trabalhista 106, 289, 424

fluxos financeiros 141-45

- e crescimento econômico 189-91
- capital privado 163, 402, 473-75

FMI 84, 348, 522, 611, 616

Foro sobre o Estado do Mundo,

Comissão sobre Globalização 585¹¹²

Fórum Econômico Mundial, Davos 119, 585¹¹³

Fórum Internacional de Globalização 585¹¹³

Fórum Mundial de Educação, Dacar (2000) 486

Fórum de Políticas de Globalização,

proposta xiv, 593, 619-21

Fórum Social Mundial 119, 126, 585¹¹³

Fundação David e Lucille Packard 472

Fundação Ford 42

Fundação John D. e Catherine McArthur 472

Fundação das Nações Unidas 472

Fundação Rockefeller 472

fundações privadas 472

Fundo Internacional de

Desenvolvimento proposto 467

Fundo Internacional para o

Desenvolvimento Agrário (FIDA) 522

Fundo Latino-Americano de Reserva 322

Fundo Social Global, conceito de 471

Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para as Mulheres (UNIFEM) 616

Fundo Global Contra a Aids,

Tuberculose e Malária 479, 579

Gâmbia 272

Gandhi, Mahatma 22

gastos militares 470

GATT (Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio) 137, 156

- veja também OMC

governança 21, 34, 58

- local 293-301
- nacional 233-37, 238-45
- em rede 578-82
- e a AOD 458
- veja também governança corporativa;
- governança global
- governança empresarial 122, 242, 244, 548-49, 556
- Governança Global x, xi, 225-32, 515
- marco de referência analítico 335-39
- regras justas 359-60
- desequilíbrios em xi, 353-58
- principais deficiências 340-52
- papel dos Estados-nação xi, 340-41, 348-52, 536-42
- papel de interlocutores não-governamentais xiv, 53-59, 342-46, 542, 545, 559, 586
- veja também políticas globais;
- instituições internacionais
- governança nacional 233-37, 238-45
- governança em rede 305, 578-82
- governo local 302-5
- Grupo de Migração de Genebra 446, 608¹¹⁶
- Grupo dos 7 (G7) 348
- Grupo dos 8 (G8) 532, 560
- Grupo dos 10 (G10) 348
- Grupo dos 20 (G20) 406⁵⁶
- HIV / Aids 85, 273, 319, 455, 479
- ICFTU (Confederação Internacional de Sindicatos Livres) 586, 616
- igualdade de gêneros xiv, 41, 68, 214, 504, 609, 616
- e emprego 281
- veja também mulheres
- impacto da globalização no 194-97, 210, 279
- comércio e 184
- e trabalho 278-89
- veja também trabalho decente,
- trabalho autônomo; desemprego
- impostos globais 468-69

- Índia 93, 181, 341, 409, 432
 - desempenho econômico 177, 178
 - redução da pobreza na 91, 201
 - Associação de Trabalhadoras Autônomas 308
- Índice Calvert-Henderson 475
- Índice de Compromisso com o Desenvolvimento 456
- Índice Triangular de Riqueza das Nações 475⁸⁸
- indústrias
 - alta tecnologia 160
 - manufatura 184
- indústrias extrativistas 124, 211
- iniciativas de comércio justo 427
- Iniciativa “Educação para Todos” 486
- Iniciativa de Globalização Ética 585¹¹³
- Iniciativa Grameen 308
- Iniciativa Internacional do Cacau 555¹⁰⁷
- Iniciativa do Painel Global de Interessados na Globalização e Governança Global 585¹¹³
- Iniciativa para Países Pobres Altamente Endividados (HIPC)s 460
- Iniciativas de Coerências nas Políticas (PCI) xiv, 399, 613-16, 628
 - recomendadas 608¹¹⁶
- instituições internacionais
 - responsabilidade 15, 350, 515-19, 526-34
 - e OSC’s 529, 572
 - déficit democrático em 71, 129, 347, 521-25
 - relações com Estados-nação 114
 - recursos para 535-36
 - veja também sistema Bretton Woods
- Instituto Internacional de Estudos sobre o Trabalho 627¹¹⁷
- Instituto Money Matters 475
- integração regional xii, 75, 616
 - África 86
 - Ásia 324
 - Europa 90, 304, 321
 - experiências de 320-26
 - e globalização 332-34
 - instituições 331, 333-34
 - América latina 103
 - Orientes Médio 90
 - riscos da 325-26
 - dimensão social 319, 327-31
 - como um passo à frente 313-19
- interlocutores locais
- interlocutores não governamentais 221, 304, 344
- Internet 155, 275, 574
 - acesso 148, Fig. 8
 - para redes 580
 - investimento 156, 187
 - iniciativas socialmente responsáveis 474
 - veja também investimento estrangeiro direto (IED)
- investimento estrangeiro direto (IED) 117, 139-40, 149-50, 162, 186
 - entradas em países em desenvolvimento Fig. 4, Fig. 6
 - marco de desenvolvimento para xii, xiv, 394-99, 616
 - e crescimento econômico 186-88
 - competição de incentivo 389, 394
 - entradas líquidas (e comércio) Fig. 1
 - fluxos de financiamento privado 402, 473-75
 - mudanças regulatórias Fig. 5
- investimentos internacionais (através de fronteiras) 187, 473-74
- Investimento Socialmente Responsável (SRI) 427
- investimentos de carteira 150
- Irlanda 187
- Japão 197
- justiça 41
- justiça, administração da 241

Kosovo 308
 lavagem de dinheiro 223
 Leste da Ásia 10, 180, 248, 362, 432
 desemprego 195, Fig. 13
 liberalização do comércio 137, 183-85, 370-72
 efeito no emprego e nos salários 184-85, 506, 627
 liberalização de conta de capital 142, 189-91, 409
 liberalização do mercado, papel
 do Estado 246-49, 495
 liberdades civis 240, 288
 língua inglesa, dominância da 575
 loteria global 468
 Malásia 409
 Mali 83
 mão-de-obra
 escrava e forçada 423
 na economia global 121, 210, 414-16
 marco de referência ético 37-51
 Mecanismo de Financiamento Internacional
 (IFF – International Financing Facility) 467
 Medicines for Malaria Venture (Iniciativa
 para medicamentos anti-malária) 579
 medidas antidumping 382, 390
 medidas antitruste 382, 390, 393
 meio ambiente 41, 113, 124, 211
 e políticas de desenvolvimento
 sustentável 290, 480
 mercado (s) e economia de mercado x, 42, 70, 369
 influência dominante de 152-4
 global 133, 149, 179, 354
 e sistemas globais de produção 388-92
 abertos 31, 149
 apoio e supervisionando
 instituições x, xi, 245-49, 251-54
 transparência em xiv, 390-92
 mercados de trabalho 203
 instituições 242, 251, 434
 organizações de trabalho xii
 responsabilização 560-2
 e políticas de emprego 288-89
 visão da globalização 120-23
 veja também sindicatos
 Mercosul 75, 103, 322³⁵
 Fórum Econômico e Social de Consulta 329
 Metas de Desenvolvimento do Milênio xi,
 xiii, 21, 269, 448, 476 (caixa), 476-81
 México 102, 180, 184
 mídia 573-77
 indústria global 222, 299, 309
 migração internacional xii, 74, 428-46
 na África 85
 benefícios da 432
 diálogos 442-43
 Europa 107, 109
 leis de imigração 429, 433, 444
 convenções internacionais sobre 428⁷⁰, 441
 América Latina 102
 de profissionais qualificados
 207, 430, 433, 437-38
 incentivos fiscais 439
 minorias étnicas 275, 286
 moedas regionais comuns 316
 movimento de pessoas através de
 fronteiras 134, 319, 360, 428-46
 e regras multilaterais xii, 354, 416, 616
 veja também migração internacional
 movimento sindical e 561-62
 mulheres 120, 129, 286, 609
 e educação 270
 efeito da globalização nas 215-17
 e HIV/Aids 479
 e economia informal 261, 264, 268
 Mulheres Parlamentares Mundiais para a Paz 544
 multilateralismo 24-26, 601

Myanmar 426
 Nações Unidas x, 40, 76, 128, 529
 Carta das 40, 503⁹⁶
 Código de Conduta para Empresas Transnacionais 394
 e organizações da sociedade civil 572
 tomada de decisões nas 521
 Declaração Preliminar sobre os Direitos de Povos Indígenas 311
 Assembléia Geral 507, 532, 590
 Painel de Alto Nível sobre Financiamento para o Desenvolvimento 531
 Subsistemas de direitos humanos 446
 Cooperação Internacional em Assuntos Fiscais (Grupo Ad Hoc de Especialistas em) 465
 convenção Internacional sobre Direitos Civis e Políticos 478⁹⁰
 negociações coletivas 289
 normas
 internacionais 380-81
 veja também normas de trabalho
 normas de contabilidade 345
 normas da lei 34, 48, 238, 241, 358
 internacionais 24
 normas de trabalho xiii, 107, 423, 502, 504, 609
 concorrência nos 415
 centrais xiii, 360, 415, 417-27
 e emprego informal 263-64, 268
 veja também trabalho decente
 OCDE 348
 Fórum Global sobre Concorrência 392
 Diretrizes para Empresas Multinacionais (1976, 2000) 552
 OIE (Organização Internacional de Empregadores) 556, 586, 616
 OIM 446, 616
 OIT 52, 121, 426, 611, 616
 colaboração com o Banco Mundial 510
 Comitê de Liberdade Sindical 423⁶⁸
 Convenção sobre Povos Indígenas e Tribais 478⁹⁰
 e responsabilidade social da empresa 557
 Declaração de Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho 40, 373, 418, 421, 552
 OMC 84, 120, 156, 597, 611, 616
 Acordo de Subsídios e Medidas Compensatórias 364, 396
 Acordo sobre os Aspectos do Direito de Propriedade Intelectual relacionados com Comércio (TRIPS) 364, 380, 383, 383⁴⁹, 479
 Acordo de Medidas de Investimento relacionadas ao Comércio (TRIMs) 364, 396
 Conferência Ministerial de Cancun (2003) 384, 527
 e organizações da sociedade civil 568
 tomada de decisão na 347, 521, 527
 Conferência Ministerial de Doha (2001) 421⁶³
 Declaração de TRIPS em Saúde Pública 383⁴⁹
 sobre normas de trabalho 421⁶³
 e criação de empregos 505, 506, 507
 e IED 395-99
 Acordo Geral sobre Comércio de Serviços (GATS) 396, 428
 rede parlamentar 544
 Declaração Ministerial de Cingapura (1996) 421
 Tratamento Especial e Diferenciado disposições 365, 367, 369, 384, 385, 386
 Grupo de Trabalho da Política de Comércio e Concorrência 392
 movimento sindical e 561
 Rodada Uruguaia 158, 364
 OMS 479
 One World Trust Projeto de

Responsabilidade Global 529¹⁰⁴
 ONGs 345, 456, 471, 569, 571, 586
 opinião pública, papel da 15, 343, 454, 515
 organizações de empregadores
 papel das xii, 31, 289, 344, 501
 e governança 240-41
 e integração regional 329
 emprego
 pleno 494-97, 502
 organizações da sociedade civil
 (OSC) xii, 27, 310, 567-72
 responsabilidade das 569
 sociedade civil global 343, 570
 influência de 343, 568-72
 e instituições internacionais 527, 529, 572
 na governança nacional 240, 241, 542
 visão de globalização 124-29
 Oxfam 464, 471, 568
 Pacto Global 427, 553-54, 556, 579
 pactos territoriais 304, 304³⁰
 países em desenvolvimento 151, 158, 258, 425
 vantagem comparativa 89, 105, 369, 377
 desempenho econômico 175,
 Fig. 3, Fig. 11, Tab. 1
 ingressos de Investimento Estrangeiro
 Direto (IED) 168, 180, Fig. 4
 e normas financeiras 405-6
 marginalização 169, 173, 323, 570, 572
 pobreza 69, 182, 256, 274, 295, 461
 papel em instituições globais 27, 347-49, 522
 migração de qualificações de 207, 432-33, 437-38
 sistemas de proteção social 287, 490
 e regras comerciais 158, 353-56, 381
 diálogo x, 618
 e consultas (Comissão Mundial) 62-64, 595
 internacional 49, 55-60
 migração 442-43
 nacional 584
 sindicatos 120-23
 veja também Diálogos de
 Desenvolvimento de Políticas
 países industrializados
 dominância de 401, 525
 desempenho econômico 175, Tab. 1
 educação e qualificações 259, 271
 emprego 197
 controles da imigração 429
 instrumentos de políticas 362, 362³⁹
 Países Menos Desenvolvidos, Terceira
 Conferência (2001) 450
 Países Menos Desenvolvidos (PMDs) 182, 347, 541
 e liberalização do comércio 138, 369
 veja também África Subsaariana 304, 307
 papel para 48, 583, 599
 paraísos fiscais 354, 464
 parcerias público-privadas 344, 474
 Parlamentares para a Ação Global 544
 parlamentos
 responsabilidade 537, 543-45
 e coerência nas políticas 539-40
 Parlamento Europeu 321, 544
 Parlamento Latino-Americano 322, 544
 patrimônios culturais, locais 299, 301, 309-12
 pessoas
 aspirações vii, ix, 16-17, 25, 70, 130, 236
 visão das vii, x, 20, 62, 65
 foco nas ix
 e conscientização global 219, 342
 impacto da globalização nas 206-17
 PNUD (Programa das Nações Unidas
 para o Desenvolvimento) 616
 pobreza
 e trabalho decente 284-86
 erradicação da 21, 357

impacto da globalização na 201-5
 custo social da xi, 85, 203, 374, 609, Fig. 19
 política de concorrência 156, 359, 363, 392-93, 501
 políticas econômicas
 acordos multilaterais 354
 nacionais 243, 255-60, 351
 veja também regras
 política macroeconômica 247-48, 252-54
 ECOSOC e 534
 e emprego 281, 494-95
 IIFs e 401, 410, 413
 e integração regional 322
 impacto social 497
 políticas globais 24, 447-49
 alcançando coerência 33, 352, 496, 603-11
 melhor desenvolvimento de 612-22
 para trabalho decente 502-10
 meio ambiente econômico 151-55
 de integração econômica e social 511-14
 apoio institucional a 630-31
 apoio de pesquisa 623-29
 recursos para 450-75
 políticas de substituição de importações 151
 Polônia 77, 105, 342
 povos indígenas 124, 211, 286
 direitos dos 311-12
 Princípios de Governança Empresarial (1999) 548
 privatização 246
 processo de Avaliação do Setor
 Financeiro (AFS) 266
 Processo de Globalização e
 Democracia de Helsinque 586
 produção de commodities primárias 256-57, 375-76
 produtividade de recursos 290-92
 produtividade do trabalho, e migração 432
 produtos farmacêuticos, o acordo TRIPS 383, 479
 Programa das Nações Unidas para
 Assentamentos Humanos 305³¹
 proteção social xiii, 478, 488-91, 616
 e trabalho decente 287
 para empregados autônomos e informais 264
 provisão do estado 249
 protecionismo 94, 380
 agricultura 182, 374-76
 recursos das 535-36
 recursos
 para metas globais 450-75
 para instituições internacionais 535-36
 controle local sobre os 303, 312
 novas finanças públicas 463-72
 fundações privadas 472
 e integração regional 331
 contribuições voluntárias 471
 veja também Assistência Oficial
 ao Desenvolvimento (AOD)
 Rede de Cidades e Governos Locais Unidos 305³¹
 Rede Global de Aprendizagem
 a Longa Distância 487
 Rede Global de Desenvolvimento 627¹¹⁷
 Rede Internacional de Concorrência 392
 Rede do Terceiro Mundo 580¹¹²
 redes 306, 487
 e responsabilidade 581
 globais 53, 578-81
 redes globais 53, 306, 487, 579
 regras globais, veja regras
 regras multilaterais
 justas x, xii, 359-60
 para movimento de pessoas através
 de fronteiras xii, 354, 416, 616
 para sistemas globais de produção 387-99
 desequilíbrio 13, 353-55
 comércio multilateral 368-86
 e espaço para políticas nacionais 33, 105

papel nacional nas 361-7
 regulamentação, financeira 345, 366, Fig. 5
 Reino Unido 197, 198
 religião, respeito pela 41, 275
 responsabilidade 528-29
 responsabilidade
 e boa governança x, 34
 de instituições internacionais
 15, 350, 515-19, 526-34
 de governos nacionais 241, 244
 de integração regional 327
 responsabilidade democrática 14, 350
 responsabilidade social da empresa (RSC) 550-59
 riqueza, divisão da 198-99, Figs. 16 e 17
 Rússia 106
 salários 184, 283
 saúde 249, 479, 609
 segurança alimentar 609
 segurança socioeconômica 171, 357
 Senegal 80-81
 serviços, crescimento no comércio
 de 156, 160, 207, 500
 Sindicato de Mulheres Autônomas (SEWU) 308
 sindicatos
 diálogos com 120-23
 influência dos 346, 562
 e instituições internacionais 560-62
 violação de direitos 423
 veja também organizações de trabalho
 Sistema Bretton Woods 141-42, 341, 365
 déficit democrático em 347, 521, 522, 524, 582
 e políticas de ajuste estrutural 152, 461
 veja também IIFs;FMI; Banco Mundial
 sistema financeiro xiii, 100, 143
 global 163-69
 impacto da liberalização 143, 186-93, 251
 instabilidade 100, 189, 400-1, 410
 e mercado internacional de títulos 145, Fig. 7
 nacional 242
 abertura 191-92
 reforma do 400-13
 cooperação regional 316, 331
 veja também IIFs
 sistema multilateral xiv, 23, 27, 40, 206, 604
 e ação para mudança xi, xiv, 597-602
 coerência nas políticas 603-11
 papel do xiv, 24-5, 76, 510, 583
 fortalecimento 520-25
 sistema multilateral 23, 27, 341, 520, 539, 597
 sistemas fiscais
 efeitos da globalização em 193
 e economia informal 253
 locais 303
 sistemas globais de produção 140, 159-62, 258
 trabalho decente 498-501
 e investimento estrangeiro direto (IED) 162
 regras para 387-99
 diálogo social para 563-66
 Sistema de Integração da América
 Central (SICA) 322³⁵, 326
 sistemas de produção
 locais 306-7
 veja também sistemas globais de produção
 soberania nacional 15
 solidariedade x, 41, 127, 335, 580
 globalização com x, 28, 221, 358, 471-72, 633
 local 293, 299
 iniciativas privadas 490
 regional 103
 subsidiaridade, princípio da 302, 518
 subsídios 364
 Sudeste da Ásia, desemprego 195, Fig. 13
 Tanzânia 70, 83
 tarifas 83, 374, Fig. 2

- aumentos 379, 387
- Taxa Tobin 468
- taxas de câmbio 410
- tecnologia x, 133, 282, 482-87
 - acesso dos países em desenvolvimento à 147-48, 186, 264, 364, 383, 624
 - desenvolvimento de 356
 - e globalização 146-48
 - TRIPS 380, 479
- terra
 - direitos primordiais sobre a 312
 - e direitos de propriedade 265-67
- terrorismo global 11, 23, 43
- têxteis e vestuário 377
 - e acesso a mercados xiii, 377-79
- trabalhadores
 - direitos dos 288, 373, 510
 - segurança dos 378
- trabalho
 - e emprego 278-89
 - veja também trabalho decente
- trabalho decente 100, 280-84, 288, 492-93
 - emprego pleno 494-97, 502
 - em sistemas globais de produção 498-501
 - como objetivo de políticas 502-10, 594
 - veja também normas de trabalho
 - descentralização 294, 300, 539
 - tomada de decisões
 - no sistema multilateral 520, 521
 - papel dos países em desenvolvimento na 27, 347, 349
 - democracia 238, 358
 - base para boa governança 240, 519, 521-25
 - participativa 15, 293, 329, 572
 - representativa 15, 572
 - expansão da 220, 342
- trabalho infantil 274, 423, 426, 455, 555
- tráfico de pessoas 96, 223, 319, 428⁷⁰, 433
- transferência de tecnologia 116
- transparência 350, 390, 392, 398, 527
- Tratados Bilaterais de Investimento (TBIs) 396
- treinamento, investimento em 275-76
- Tribunal de Justiça Europeu 321
- Tribunal Penal Internacional 568, 582
- turismo global 299
- Uganda 82, 272
- UIP 544, 545
- UIT 616
- UNAIDS 479, 608¹¹⁶
- UNCTAD (Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento) 561, 616
- UNEP 9Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente) 507, 553
- UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) 507, 616
- UNHCR (Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados) 446, 616
- União Africana 319, 323
 - Nova Parceria para o Desenvolvimento da África (NEPAD) 323
- União Européia 75, 105, 296, 320-21
 - Política Agrícola Comum 111
 - integração regional 331
 - Fundos Estruturais e de Coesão 331
 - utilização de normas restritivas 380
- Unidade Global de Meio Ambiente 579
- União Interparlamentar (UIP) 544, 545
- UNIDO (Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial)
- UNRISD 627¹¹⁷
- Uruguai 100
- valores 6, 42, 269, 333
 - locais 299, 301, 309-12
 - universalmente compartilhados

ix, x, xi, 21, 37-49, 358
globalização baseada em valores 37-51, 587, 602
vantagem comparativa 146, 150, 369, 377
veja também ECOSOC; OHCHR
Vietnã 181
vírus SARS 479
WCL (Confederação Mundial do Trabalho) 586
Zonas de Processamento de
Exportações 120, 389, 499-501